UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

DINÂMICA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO URBANO:

UMA ABORDAGEM DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. PAULO RENATO COSTA SOUZA

Campinas, outubro de 1990

...o problema usualmente estudado [pelos economistas] é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói.

J. Schumpeter

ÍNDICE

Pag.

Agradecimentos i

Apresentação iii

Capítulo 1 - Acumulação de Capital e Disponibilidade de Mão de Obra 1
- Desenvolvimento e marginalidade 2
- O debate sobre marginalidade e a problemática do mercado de trabalho urbano 9
- Heterogeneidade produtiva e mercado de trabalho 21
- Movimento de acumulação de capital e disponibilidade de mão-de-obra 31

Capítulo 2 - Flutuações Econômicas e População Economicamente Ativa 41
- População economicamente ativa, ocupação e desemprego: o mercado de trabalho na Grande São Paulo - 1985/89 61
- População economicamente ativa, ocupação e desemprego: os indivíduos no mercado de trabalho metropolitano 66
- Apêndice 2.1 81
- Apêncide 2.2 - Projeções de taxas de desemprego segundo estimativas de taxas de participação 93
- Apêndice 2.3 - Metodologia para a construção dos indicadores 96

Capítulo 3 - Acumulação de Capital, Espaço Econômico e Formas de Produção 100
- Desenvolvimento econômico e a organização do mercado de trabalho 112
- A Acumulação de capital, seus impactos sobre a organização produtiva e a estrutura ocupacional e a questão nacional/regional 125
- Flutuações econômicas e a dinâmica dos mercados de trabalho urbanos 132
- Uma breve análise de alguns mercados de trabalho metropolitanos 135

Capítulo 4 - Flutuações Econômicas e Mercado de Tra -
balho 151
- A elaboração do marco conceitual.....155
- A conduta metodológica para o tratamen -
to empírico.....163
- Que elementos analíticos propiciam as
informações.....169
- Um perfil da estrutura ocupacional.....172
- O comportamento da estrutura ocupacional....178
- A evolução da estrutura ocupacional
segundo sexo.....184
- A evolução da estrutura ocupacional se-
gundo setor de atividade.....188
- O desempenho dos níveis de rendimentos.....194
- O que é possível concluir?.....201
- Apêndice 4.1.....209

Capítulo 5 - Considerações Finais sobre a Dinâmica do
Mercado de Trabalho Urbano.....218

Bibliografia 227

Muito obrigado,

Toda equipe da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEADE/DIEESE.

Annez Andrauz e Atsuko Haga que concordaram e garantiram minha autonomia de trabalho, marcada muitas vezes pela rebeldia e indisciplina.

Miguel Chaia que leu e comentou as primeiras idéias desta tese e que, também, compartilhou de minha inquietações profissionais e pessoais.

Nádia Dini que generosamente compatibilizou minhas demandas com o rigor estatístico que marca seu trabalho na PED.

Ivan Gonçalves Guimarães cuja convivência no dia-a-dia de trabalho consolidou uma nova amizade e que leu e criticou partes iniciais deste estudo.

Velho amigo Sinésio Pires Ferreira que apoiou permanentemente os trabalhos desta tese, lendo várias de suas partes, fazendo sugestões e cedendo idéias.

Paula Montagner, amiga de todas as horas, que leu e discutiu este trabalho.

Icléia Cury e Vera Lúcia Slannrini que sugeriram a solução visual dos gráficos apresentados.

Jane Sotto que cedeu os dados da PNAD utilizados nesta tese e que,também, leu e criticou minhas idéias.

Carlos Américo Pacheco que fez sugestões importantes para a viabilização da tese.

Márcia Leitão que como secretária de pós-graduação soluciona nossas impossíveis demandas.

Sandra Brandrão, nova companheira de trabalho, que fez uma preciosa revisão da versão final.

Paulo Baltar com quem discuti várias idéias desta tese, que leu e criticou versões preliminares.

Paulo Renato Costa Souza que acompanhou minha trajetória acadêmica e profissional, como professor e como orientador de minha dissertação de mestrado e desta tese de doutorado, dando permanentemente o seu apoio amigo.

Annette, Paula, João e Emília, minha troupe de casa, que seguraram rojões e apagaram morteiros, tão comuns em meu dia-a-dia.

Mais uma vez, a todos muito obrigado.

APRESENTAÇÃO

Fazer uma breve apresentação dos propósitos desta tese, requer uma rápida apreciação do período 85-89, tanto no que diz respeito ao comportamento econômico da época, quanto à minha trajetória profissional.

No ano de 1985, a economia brasileira realizava um movimento de recuperação de seu nível de atividade produtiva. Naqueles 12 meses, 603 mil novos postos de trabalho foram criados na Grande São Paulo, correspondendo a uma variação relativa de 10,3%. Também era observada uma redução significativa do desemprego, que teve sua taxa rebaixada de 12,0% para 9,8%, entre Janeiro e Dezembro. Contudo, ao mesmo tempo que a economia se recuperava, verificava-se uma aceleração das taxas de inflação.

A intensificação do processo inflacionário nos dois primeiros meses de 1986 leva o governo a adotar um plano econômico - o Cruzado, que rompe abruptamente aquele processo. A partir de abril, potencializa-se o ritmo da recuperação econômica, determinando um comportamento

ascendente do nível de ocupação na região, durante os meses subsequentes daquele ano. Até o mês de dezembro, 609 mil ocupações tinham sido criadas, sendo que 354 mil na Indústria de Transformação. O incremento no nível de ocupação global significou uma elevação de 9,5%, em 12 meses. Esta tendência foi acompanhada por uma redução expressiva do desemprego, que no último mês do ano situava-se em 7,3%.

Por outro lado, os níveis de rendimentos reais mantiveram a trajetória ascendente, reproduzindo aquela já delineada durante 1985. No período 85-86, os rendimentos médios e medianos do total da população ocupada e dos assalariados elevaram-se em 18,5% e 31,5% e em 29,9% e 12,5%, respectivamente. Observava-se uma recuperação dos rendimentos reais, cabendo aos assalariados incrementos menores de renda, comparativamente àqueles obtidos pelos trabalhadores autônomos.

A desarticulação do Plano Cruzado, no início de 1987, impactou negativamente sobre o conjunto da atividade econômica, rompendo o movimento de recuperação produtiva. Esta evolução desfavorável foi acompanhada por um recrudescimento do processo inflacionário. No meio daquele ano, o governo adotou um novo plano econômico - o Bresser - com o intuito de romper a espiral inflacionária. Um diagnóstico dos 12 meses indica uma certa estabilidade do nível de ocupação e um aumento lento do desemprego. Ao

contrário, os níveis de renda reduziram-se rapidamente, durante o primeiro semestre, apresentando uma pequena recuperação a partir daí. Foi tão intensa a queda do rendimento real entre janeiro e junho de 1987, que os níveis de renda, neste último mês, encontravam-se em patamares inferiores àqueles do início de 1985.

Um movimento de recuperação do nível de emprego ocorre durante o ano de 1988. Durante o período, 390 mil postos de trabalho são criados, representanto um incremento de 5,6% no nível de ocupação. Também se reduz a taxa de desemprego de 9,4% para 8,6%, entre janeiro e dezembro. Quanto aos níveis de rendimentos, permanecem estabilizados , apesar do crescimento das taxas mensais de inflação.

A adoção do Plano Verão marca o início de 1989. A quebra momentânea da inflação impactou positivamente sobre o mercado de trabalho local. Nos três primeiros meses do ano, ocorre uma redução do nível de ocupação, havendo posteriormente um recuperação intensa, mantida de abril a outubro, manifestando-se uma reversão deste movimento a partir de novembro. Mesmo assim, 279 mil postos de trabalho acabaram sendo criados durante o ano. Este desempenho foi acompanhado por quedas sucessivas da taxa de desemprego, sendo que a taxa para dezembro (6,7%) correspondia ao menor valor do período 1985-89.

Pode-se dizer que o conjunto do período foi marcado por movimentos, muitas vezes bruscos e sempre de curta duração,

dos principais indicadores do mercado de trabalho da Grande São Paulo.

O acompanhamento fino e detalhado da evolução do mercado de trabalho na Grande São Paulo no período foi, em grande parte, viabilizado pela divulgação sistemática de um conjunto amplo de indicadores de emprego, desemprego e renda, elaborados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - PED, SEADE/DIEESE/UNICAMP. Mais do que isto, a pesquisa manteve permanentemente a elaboração de estudos especiais sobre as principais questões que o movimento instável da econômia trazia para debate.

Entre 1986 e 1989, participei da realização das análises mensais dos indicadores divulgados pela PED, bem como do desenvolvimento dos estudos especiais. Esta atuação permitiu confrontar minhas opiniões sobre qual deveria ser o comportamento do mercado de trabalho local, nestes anos, comparativamente a sua real evolução. Este confronto possibilitou o questionamento de algumas proposições correntes - inclusive aquelas com as quais eu mantinha concordância - sobre o funcionamento de um mercado de trabalho urbano. Analisemos um pouco esta trajetória profissional.

No primeiro semestre de 1986, era realizado um estudo sobre o comportamento dos salários e da massa salarial, durante

1985 e o primeiro trimestre de 86[1]. Naquele mesmo ano, realizava-se um outro estudo sobre a questão do salário mínimo e a renda dos 25% mais pobres dos ocupados[2]. Ambos os esforços buscavam indicar o perfil de rendimentos dos ocupados na Grande São Paulo, sendo que o segundo trabalho mostrava, também, o significativo grau de assalariamento dos ocupados de baixos rendimentos. O objetivo que os permeara era o de ressaltar a importância e a necessidade de uma política de rendas - fundadas nas políticas salarial e de salário mínimo - naquela fase favorável da economia.

Em 1987, a deterioração do mercado de trabalho regional impôs que se analisasse a evolução do emprego e da renda durante 85-86, comparativamente à performance observada nos primeiros meses daquele ano. Um primeiro estudo sobre o emprego e a renda em 1985-86[3] indicava que na fase de recuperação econômica, os níveis de ocupação e de rendimentos dos trabalhadores autônomos tinham se comportado muito mais favoravelmente, se comparados com os dos assalariados. Além disso, observava-se que os trabalhadores assalariados do setor industrial tinham tido um pequeno ganho de renda real, ao longo de 1986. Argumentava-se que os maiores ganhos propiciados pelo Plano

[1] Ver W.BARELLI e C.S.DEDECCA, Análise do Comportamento dos Salários e da Massa Salarial na Grande São Paulo, in SEADE/DIEESE, Mercado de Trabalho na Grande São Paulo, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE, 1989.

[2] Ver C.S.DEDECCA, Os 25% Mais Pobres: a questão do salário mínimo, in SEADE/DIEESE, op. cit.

[3] Ver C.S.DEDECCA, Crecimento, Emprego e Renda, São Paulo em Perspectiva, SEADE, SP, v.1, n.2, 1987.

Cruzado tinham sidos obtidos pelos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e os autônomos.

Também um estudo sobre os trabalhadores metalúrgicos, era desenvolvido naquele período[4]. Este ensaio sugeria que, mesmo numa fase de intenso incremento do emprego, como 1986, *o fato de trabalhadores estarem inseridos em postos de trabalho com maior proteção, em setores de atividade mais dinâmicos e que possuam maior grau de combatividade sindical, não foi suficiente para garantir ganhos de renda maiores. Além disso, foram justamente estes segmentos de trabalhadores os que mais rapidamente sofreram os efeitos da desaceleração econômica* (p.365)[5].

Por outro lado, um esforço específico era realizado com o objetivo de tornar mais nítida a análise do ajuste do mercado de trabalho, durante 1987. Com a desarticulação do Plano Cruzado, as análises de conjuntura da época apontavam para a manifestação de uma tendência de queda dos níveis de ocupação, crescimento acentuado do desemprego e redução dos níveis de renda real. Contudo, constatou-se que apesar do nível de ocupação ter revertido sua trajetória ascendente, não se concretizavam as expectativas quanto a um aumento intenso do desemprego.

[4] Ver C.S.DEDECCA e I.G.GUIMARÃES, Os Trabalhadores Metalúrgicos na Grande São Paulo: Emprego e Renda, in SEADE/DIEESE, op. cit.

[5] idem.

A forma do ajuste do mercado de trabalho em 1987 não confirmava integralmente as análises de conjuntura feitas nos primeiros meses daquele ano.

O trabalho desenvolvido mostrou que aquele ajuste não tinha sido processado exclusivamente via uma aumento do desemprego[4]. Parte das pessoas que tinham perdido emprego retornavam para a condição de inativos. Também tinha se reduzido o ritmo de ingresso no mercado de trabalho de novos contingentes de população ativa. Isto é, não se poderia tomar a taxa de desemprego como o indicador síntese do ajuste do mercado de trabalho da Grande São Paulo.

A realização deste conjunto de estudos durante 1986-87 me induziu a centrar os esforços junto a PED no seguinte sentido: (1) analisar os ajustes do mercado de trabalho frente às flutuações econômicas, a partir das variáveis globais de emprego, desemprego e inatividade; (2) estudar como os ajustes refletiam-se sobre a estrutura ocupacional local.

A primeira vertente permitiu verificar que a disponibilidade de mão-de-obra não podia ser tomada como uma variável exógena às flutuações econômicas, ou melhor, às alterações no ritmo de acumulação de capital. Esta constatação impunha a crítica a dois pressupostos normalmente adotados sobre a

[4] C.S.DEDECCA E S.P.FERREIRA, Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa, in SEADE/DIEESE, op. cit..

evolução da População Economicamente Ativa: (1) que seu crescimento constitui-se numa variável exclusivamente demográfica; e (2) que a PEA corresponde à disponibilidade de trabalho.

Em primeiro lugar, o estudo apontava que parte das variações na taxa de crescimento da PEA eram determinadas pela conjuntura econômica. Nos momentos de aumento do nível de ocupação acelerou-se o crescimento da PEA, via um aumento da taxa de participação. Portanto, a variação de seu crescimento encontrava-se relacionada com o desempenho econômico.

Em segundo lugar, estas alterações na taxa de participação indicavam que parte dos inativos podiam ser mobilizados, numa fase de aumento do nível de emprego, e desmobilizados, nos períodos de queda.

A discussão desta vertente de trabalho é retomada nos capítulos 1 e 2 desta tese. No primeiro deles, procura-se discutir, a partir do debate sobre marginalidade, como a literatura existente enfrenta a questão da disponibilidade de trabalho. O segundo capítulo utiliza as informações da PED com o objetivo de evidenciar parte dos argumentos expostos no capítulo anterior.

A segunda vertente de análise teve por preocupação analisar se os ajustes do mercado de trabalho tinham se traduzido em alterações da estrutura ocupacional, no sentido de uma

ampliação dos espaços ocupacionais do setor informal. No início deste esforço, já se contava com uma consolidação das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional ao longo de 1985-86. A questão que se colocava para discussão era se o ajuste do mercado de trabalho tinha correspondido a um aumento do desemprego e da inatividade e, também, das ocupações mais inseridas naquilo que se denomina como setor informal. Isto é, cabia explorar qual tinha sido o comportamento do setor informal, frente às flutuações econômicas.

Após um desenvolvimento metodológico, que tomou como ponto de partida as proposições de P.R.SOUZA*, foram definidas certas categorias ocupacionais, que permitissem de alguma forma diferenciar as ocupações que predominavam em cada um dos segmentos econômicos, o organizado e o não-organizado. A partir desta tarefa, procedeu-se o processamento das informações da PED.

A análise preliminar dos dados delineava um quadro analítico que contradizia, em parte, as expectativas que se tinha sobre o ajuste da estrutura ocupacional metropolitana, frente às flutuações econômicas em processo. Constatava-se que o segmento não-organizado - o informal - tendia a se expandir nos momentos de crescimento dos níveis de atividade e de emprego, refluindo nos períodos de retração econômica.

* Ver P.R.SOUZA, A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas, IFCH/UNICAMP, Campinas, Tese de Doutoramento, mimeo, 1980.

Ao contrário do esperado, este segmento não apresentava um inchamento quando o nível de emprego mergulhava em queda.

Este diagnóstico inicial impôs que se realizasse uma revisão bibliográfica sobre a problemática relativa ao funcionamento do mercado de trabalho urbano e, particularmente, ao papel cumprido pelo segmento não-organizado numa economia como a brasileira. Durante esta revisão, que partiu dos trabalhos existentes e mais relevantes[8], fui induzido a fazer uma leitura dos estudos realizados na área de antropologia social - particularmente, daqueles desenvolvidos pelos pesquisadores do Museu Nacional[9].

[8] Ver OIT, Employment, Income and Equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, OIT, Genebra, 1972 e PREALC/OIT, Sector Informal: funcionamento y políticas, PREALC, Santiago de Chile, 1978. Quanto à literatura nacional, ver F.OLIVEIRA, Economia Brasileira: a crítica à razão dualista, Seleções CEBRAP, São Paulo, 1976; L.GUIMARÃES NETO, O Emprego Urbano no Nordeste: situação e evolução 1950/1970, SUDENE, Recife, 1976; P.SINGER, A Economia Urbana do Ponto de Vista Estrutural: o caso de Salvador, in G.A.A.SOUZA e V.FARIA, Bahia de Todos os Pobres, Vozes/CEBRAP, RJ, 1980; J.R.PRANDI, O Trabalhador por Conta-Própria sob o Capital, Símbolo, SP, 1978; P.R.SOUZA, op. cit.; e M.C.CACCIAMALI, Setor Informal Urbano e Formas de Produção, IPE-USP, SP, 1983. Duas resenhas sobre a discussão do setor informal no Brasil, estão desenvolvidas em P.R.SOUZA, Dez Anos de Setor Informal, UNICAMP, Campinas, mimeo, 1985; e B.R.ZAGO DE AZEVEDO, A Produção Não-Capitalista: uma discussão teórica, FEE, Porto Alegre, 1985.

[9] Ver, em especial, L.A.MACHADO DA SILVA, Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade, UFRJ, RJ, mimeo, Dissertação de Mestrado, 1971; L.A.MACHADO DA SILVA, Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho, in L.A.MACHADO DA SILVA(Org.), J.S.LEITE LOPES e M.R.B.ALVIM, Condições de Vida das Camadas Populares, Zahar, RJ, 1984; e J.S.LEITE LOPES e L.A.MACHADO DA SILVA, Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos, in J.S.LEITE LOPES et al., Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação, Paz e Terra, RJ, 1979.

A partir deste esforço, foi possível escrever um primeiro borrador - que deu origem ao capítulo 3 desta tese - onde se alinhavava as primeiras idéias de um marco teórico sobre as relações entre acumulação de capital, transformação da estrutura econômica, transformação dos processos de trabalho e da estrutura ocupacional.

Paralelamente, escrevi um artigo relacionando as flutuações econômicas e os comportamentos das estruturas ocupacionais dos segmentos organizado e não-organizado, onde eram utilizados os dados que haviam sido processados anteriormente. O capítulo 4 corresponde a uma versão modificada deste artigo.

As proposições contidas nos capítulos 3 e 4 indicam a necessidade de se incorporar uma visão histórica à discussão sobre o funcionamento do mercado de trabalho urbano. Esta postura permite que se considere as diferenças de funcionamento determinadas por distintos graus e formas de desenvolvimento capitalista nacional/regional. Tal desenvolvimento molda diferentes formatos de divisão do trabalho, conformando determinadas estruturas produtivas e ocupacionais, que dão certas especificidades ao funcionamento de cada mercado de trabalho - ver capítulo 3.

Esta visão tem por resultado a necessidade de se rediscutir a idéia de setor informal, tanto naquilo que diz respeito a sua caracterização, como naquilo que se refere ao seu papel no funcionamento do mercado de trabalho urbano - ver

capítulo 4. Minha proposição parte da concepção de que o segmento não-organizado é subordinado aos movimentos do segmento organizado. Contudo, esta forma de subordinação incorpora especificidades, determinadas pelo grau de desenvolvimento sócio-econômico, que progressivamente reduz e altera o papel cumprido pelo segmento não-organizado. Neste sentido, considera-se que o dinamismo do segmento organizado não apenas afeta a dimensão do espaço econômico ocupado pelas atividades não-organizadas, como entende-se que estas são permanentemente reorganizadas pelo avanço da acumulação de capital.

Desta forma, nossas considerações defendem que qualquer análise sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos não pode desconsiderar as diferenças regionais e temporais, na medida que são mutantes, no espaço e no tempo, as estruturas ocupacionais presentes nestes mercados.

Neste sentido, são distintos os papéis cumpridos pelos segmentos não-organizados nos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e Recife.

Na região metropolitana do sudeste, o segmento não-organizado deve expandir-se nas fases de prosperidade e retrair-se nos momentos de crise. Desta forma, uma queda do nível de atividade deve processar um ajuste deste mercado de trabalho metropolitano via uma ampliação do desemprego aberto e um aumento da inatividade - ver capítulo 2.

Comportamento diferente deve caracterizar o mercado de trabalho metropolitano de Recife. Face à manifestação da queda do nível de atividade, realiza-se o ajuste, fundamentalmente, através do crescimento do trabalho pertencente ao segmento não-organizado - ver capítulo 3. Neste mercado de trabalho, o desemprego e a inatividade não devem cumprir um papel relevante no processamento do ajuste.

Em suma, pode-se afirmar que esta tese, ao encaminhar a discussão sobre a endogeneização da disponibilidade de trabalho pela acumulação de capital e, posteriormente, os impactos desta sobre as estruturas econômica e ocupacional, fornece novos elementos para uma discussão sobre políticas de emprego e de renda em países em desenvolvimento.

Além disso, contribui com novos elementos para a elucidação do comportamento dos mercados de trabalho metropolitanos nesta segunda metade da década de 80.

E por último, devo reconhecer que esta tese possibilitou dar uma amarração acadêmica à minha experiência profissional.

CAPÍTULO 1

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

Este capítulo discute um aspecto importante do funcionamento dos mercados de trabalho: a disponibilidade de mão-de-obra. Seu objetivo não é o de debater a questão da disponibilidade em geral, mas analisar como nos países atrasados a acumulação de capital resolve seu problema de demanda por trabalhadores.

O ponto de partida é a discussão sobre marginalidade, desenvolvida dentro dos marcos da formulação cepalina - e, portanto, estruturalista -, ocorrida nos anos 60/70. A retomada desta discussão justifica-se por ela ter sido incorporada, implícita ou explicitamente, na maioria dos trabalhos sobre o desenvolvimento latino-americano, realizados posteriormente. Em particular, esta discussão está sempre presente nos estudos sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos nacionais/regionais dos países latino-americanos.

O objetivo geral desta tese é analisar o funcionamento do mercado de trabalho urbano com vistas a discutir políticas que permitam a sua estruturação como forma de elevação dos níveis de renda e melhora das condições de vida da população urbana. Este propósito demanda uma revisão dos esforços analíticos existentes que, na sua maioria, incorporam pontos da discussão acima referida sobre marginalidade. Optou-se, em consequência, por reconstituir esta discussão, tanto para avaliá-la, como para se apropriar de seus elementos relevantes para o debate atual.

***

1.1 Desenvolvimento e Marginalidade

A discussão sobre marginalidade foi o ponto central em torno do qual se desenvolveram as várias análises sobre as razões do atraso econômico e social regional. Atraso este que ganhou uma nova dimensão após as tentativas de processos de industrialização nacionais desenvolvidas no período do pós-guerra.

O debate sobre marginalidade tem seu início demarcado no texto de A.QUIJANO, datado de 1966[1]. Neste artigo, o autor

[1] A.QUIJANO, *Notas sobre o conceito de Marginalidade Social*, *in* L.PEREIRA, Populações "Marginais", Duas Cidades, SP, 1978. A.QUIJANO recupera (pp. 13 a 26) a origem e as formulações existentes sobre marginalidade, mencionando que sua formulação inicial se deu dentro da teoria da "personalidade marginal", cujo entendimento era de que *... a "marginalidade é um fenômeno psicológico*

procura mostrar que, ... *deixando de lado os aspectos específicos em que cada uma* [das definições sobre marginalidade] *põe particular ênfase, todas apontam fundamentalmente a um problema único: a falta de integração em. Mesmo em seu nível menos elaborado, como o que se refere à localização física das populações urbanas, a marginalidade se contrapõe ao conceito de integração social* (pg. 27)[2]. Mais à frente, o autor esclarece . que ...*as diferenças de enfoque aparecem quando se trata de precisar a significação do fenômeno de marginalidade social, em sua relação com a natureza e processos da sociedade como tal e, portanto, em sua relação com os fatores e mecanismos adequados para a eliminação ou modificação da situação de marginalidade social* (p. 27)[3].

Quando da formulação do artigo, eram dois os principais enfoques teóricos que tratavam da questão da marginalidade[4]: o estruturalismo funcional e o estruturalismo histórico[5].

> *individual, que consiste no conjunto de tensões e conflitos entre os elementos que, provenientes de culturas antagônicas, estão incorporados à personalidade de um indivíduo numa situação de mudança e de conflitos culturais, e por esta causa o indivíduo não é capaz de orientar-se coerentemente frente aos problemas de participação na cultura. A marginalidade é marca da personalidade*(p 14).

[2] A.QUIJANO, *op. cit.*

[3] A.QUIJANO, *op. cit.*

[4] Apesar do autor não fazer qualquer menção, é possível sugerir que os dois enfoques teóricos deviam corresponder às distintas posições que se formulavam dentro da CEPAL naquela época.

[5] O artigo de A.QUIJANO, *op. cit.*, faz uma compilação das formulações estruturalistas, separando-as nestes dois blocos: o funcionalista e o histórico. Ver pp. 28 a 33.

Na visão estruturalista funcional, a sociedade é tomada como uma estrutura integrada, com articulações solidárias em todos os seus níveis e elementos. Deste modo, se algum elemento não se encontra integrado à estrutura da sociedade, o problema não resulta da natureza desta, mas do próprio elemento. *O problema converte-se, imediatamente, num problema de adaptação-inadaptação à uma estrutura vigente da sociedade* (p.30)[6].

É distinta a visão estruturalista-histórica, que entende que se um ou mais elementos encontram-se não-integrados, tal problema deriva da própria natureza da estrutura da sociedade. Portanto, *...são os padrões e tendências fundamentais que regem sua existência e desenvolvimento...* (p.31)[7] que explicam a não integração de parte de seus elementos.

É a partir desta segunda vertente teórica que são formulados os argumentos sobre a questão da marginalidade. A.QUIJANO, J.NUN, F.H.CARDOSO e outros autores, com o objetivo de evidenciar especificidades do desenvolvimento histórico latino-americano, fizeram esforços teóricos que permitissem entender a existência de um amplo segmento populacional *não-integrado* à estrutura sócio-econômica moderna.

O ambiente que permitiu gestar estas preocupações e, principalmente, os pontos cruciais em debate, naquela época,

[6] A.QUIJANO, *op. cit.*
[7] A.QUIJANO, *op. cit.*

no principal centro de discussão intelectual da região, a CEPAL, são brevemente destacados a seguir.

No pós-guerra, no continente foi se formando uma corrente de pensamento que passou a ser chamada de *estruturalista* e que caracterizou, na sua totalidade, as proposições desenvolvimentistas da CEPAL[8]. Estas entendiam que o atraso regional somente seria superado com a realização de um processo de desenvolvimento econômico que levasse à uma modernização da estrutura produtiva, considerada necessária para a redução da heterogeneidade da estrutura econômica/social[9]. Tal visão assentava-se nos resultados obtidos nos países centrais que, após o processo de desenvolvimento vivido no século XIX e no início deste[10], reduziram significativamente as diferenças de sua estrutura social, ao mesmo tempo que incorporaram ao padrão de consumo mínimo satisfatório a base da estrutura. *Não resta dúvida que a visão [que] estava na mente daqueles que defenderam o*

[8] Um estudo sobre a visão cepalina foi elaborado por O.RODRIGUES, O Pensamento Econômico da CEPAL, Forense, SP, 1986. Em particular, ver seu capítulo IX.

[9] O artigo que pioneiramente defendeu a idéia da modernização (industrialização) como base fundamental para o progresso social foi o de R.PREBISCH, Estudio económico de América Latina, Nações Unidas, 1949. No que se refere à economia brasileira, a primeira contribuição nesta perspectiva foi de C.FURTADO, Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, SP, 1977. Ver, também, C.LESSA, Quinze Anos de Política Econômica, mimeo, 1964.

[10] A obra de C.CLARK, Las Condiciones del Progresso Económico, Alianza Universidad, Madrid, 1981, escrita na segunda metade dos anos 30, marcou em grande parte estas proposições. Sobre o processo de homogeneização da estrutura econômica nos países desenvolvidos, ver capítulo 2 de D.LANDES, Progreso Tecnologico y Revolucion Industrial, Editorial Tecnos, Madrid, 1979.

caminho da industrialização na América Latina..., partia [da idéia] *...de que o novo "polo" estabelecido em volta da indústria e projetado "para dentro" iria cumprir uma missão "homogeneizadora", semelhante à registrada nos "centros"* .(p. 49)[11]. Propunha-se para a América Latina, portanto, um processo de desenvolvimento considerado, *per si*, suficiente para o equacionamento dos problemas estruturais encontrados nas sociedades do continente[12].

Os anos 60 mostraram os limites desta visão. O desenvolvimento econômico (inquestionavelmente necessário para o progresso social) não tinha gerado os resultados esperados. Apesar da modernização das economias nacionais, verificava-se um largo contingente populacional em idade ativa que se mantinha pouco ou nada inserido na nova estrutura econômica. Não apenas parte expressiva da população economicamente ativa não tinha sido absorvida pelos segmentos econômicos modernos , como também foram mantidas ou ampliadas as disparidades de renda. Tinha razão A.QUIJANO, quando afirmava que a questão da marginalidade resumia-se na falta de integração em[13].

[11] Ver A.PINTO, *Heterogeneidade Estrutural e Modelo Recente de Desenvolvimento*, *in* J.SERRA(Coord.), América Latina - ensaios de interpretação econômica, Paz e Terra, RJ, 1976.

[12] Dentre os vários ensaios críticos sobre a problemática proposta, inicialmente, pelo escopo cepalino, ver os trabalhos de J.M.CARDOSO DE MELO, O Capitalismo Tardio, Brasiliente, SP, 1982; e O.RODRIGUES, *op. cit.*.

[13] A.QUIJANO, *op. cit.*

Toda a problemática poderia ser resumida na idéia que os processos de desenvolvimento nacionais deixaram de integrar parcelas expressivas da população aos novos padrões produtivos e de consumo. *A exclusão representava a não incorporação aos segmentos modernos* - e por correspondência, aos novos padrões de consumo. Além disto, criava-se um problema de grave dimensão: a *modernização* tinha destruído formas de produção atrasadas (encontradas principalmente no meio rural) e acelerado o crescimento populacional no meio urbano - determinado pelo processo migratório criado e pelo aumento da esperança de vida da população no seu novo ambiente. Retomando novamente as palavras de A.PINTO, *...em vez de um progresso no sentido da homogeneização da estrutura global o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade da mesma...* (p.50)[14].

Para os autores vinculados à esta tradição teórica, o funcionamento das economias latino-americanas não engendrou um movimento, mais ou menos espontâneo, entre crescimento econômico e melhora na distribuição de renda - isto é, de homogeneização da estrutura econômica/social.

Mesmo considerando que o processo de *exclusão* tinha *...raízes profundas ...nas particularidades da formação histórica das economias latino-americanas*[15] (por exemplo, a estrutura fundiária), não cabia conceber que "qualquer"

[14] A.PINTO, *op. cit.*
[15] P.VUSKOVIC BRAVO, *A Distribuição de Renda e as Opções de Desenvolvimento*, *in* J.SERRA, *op. cit.*

crescimento econômico equacionaria a heterogeneidade econômica/social presente na região[16]. O reconhecimento desta restrição foi fundamental para a elaboração de uma visão mais crítica e acabada sobre o novo período de crescimento vivido pelo Brasil nos primeiros anos da década de 70. Tanto do ponto de vista dos limites para uma expansão prolongada, como dos resultados sociais a serem obtidos, a crítica ao milagre brasileiro era consciente de que aquela forma de crescimento resultaria em graves distorções[17].

É internamente a este debate sobre os entraves do processo de desenvolvimento latino-americano que se desenvolve a discussão da marginalidade. A *exclusão* como *falta de integração* representava a manutenção de uma extensa parcela da população em idade ativa à margem dos setores econômicos modernos. Mesmo assim, mantê-la nesta situação corresponderia à reprodução de um estoque populacional passível de exploração produtiva. A pergunta que se fazia era se todo ou parte daquele estoque era mobilizável.

[16] Neste sentido foram muito sensíveis as considerações de A.PINTO, quando mostra que não nos serve qualquer tipo de modernização. Ver A.PINTO, *op. cit.*

[17] Sobre esta questão ver M.C.TAVARES e J.SERRA, *Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento, in* J.SERRA, *op. cit.*; M.C.TAVARES, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, UFRJ, RJ, Tese de Livre Docência, mimeo, 1974; e J.M.CARDOSO DE MELLO E L.G.BELLUZZO, *Reflexões Sobre a Crise Atual*, Escrita Ensaio, n.2, SP, 1977.

1.2 O debate sobre marginalidade e a problemática do mercado-de-trabalho urbano

O artigo de J.NUN, publicado em 1969[18], propunha *...estruturar a noção de massa marginal a partir de uma crítica à identificação corrente entre categorias de superpopulação relativa e de exército industrial de reserva* (p. 75)[19]. O conceito de *massa marginal* corresponderia aos contingentes populacionais caracterizados pela *falta de integração* e que, em consequência, não cumpririam qualquer funcionalidade em relação ao processo de acumulação. Já o exército industrial de reserva seria constituído pela parcela da população plenamente disponível para o processo produtivo; seja na condição de desempregados, seja na condição de trabalhadores em segmentos econômicos atrasados.

A proposição do autor fundamentava-se nas construções feitas por Marx nos *Grundisse*[20], comparativamente àquela encontrada, fundamentalmente, no capítulo XXIII - A Acumulação Capitalista - d'*O Capital*[21]. De acordo com J.NUN,

[18] J.NUN, *Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal*, *in* L.PEREIRA, *op. cit.*.

[19] J.NUN, *op. cit.*.

[20] K.MARX, Elementos Fundamentais para la Critica de la Economia Política (Grundrisse) 1857-58, Siglo XXI, Mexico, 1980.

[21] K.MARX, El Capital - Crítica de la Economia Política, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1975. Quando forem citados trechos desta obra de K.MARX, utilizaremos a versão em português publicada pela Nova Cultural, sendo que ao término da citação serão indicadas as páginas de ambas as edições, ordenadas segundo a data de publicação da versão. Ver K.MARX, O Capital - Crítica da Economia Política, Nova Cultural, SP, 1985. Quando não forem citados trechos, a referência será sempre da edição espanhola.

Marx nesta obra centrou suas preocupações numa determinada fase do capitalismo, a *concorrencial*, enquanto nos *Grundisse* podiam ser encontrados os elementos para uma formulação teórica mais geral. Neste sentido, sugeria J.NUN que se diferenciasse aquilo que deveria ser referenciado a uma teoria mais geral do modo de produção, daquilo que deveria ser tomado como próprio de uma certa fase de desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, a idéia de *superpopulação relativa* vinculava-se a uma teoria mais geral.

Independentemente da validade da concepção de Nun sobre a existência e determinação de uma lei mais geral, é importante destacar a idéia do autor sobre *superpopulação relativa*, no sentido que o movimento do modo de produção capitalista apresenta uma tendência de criação de um excedente populacional que permite ao capital reduzir progressivamente sua dependência em relação ao fator trabalho. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a acumulação de capital depende de parcelas cada vez menores, relativamente, de força de trabalho. Para Marx, este processo se potencializa com a *concentração* e *centralização* de capital[22].

Quanto à idéia de *exército industrial de reserva*, propunha o autor que sua existência dizia respeito à uma fase específica do capitalismo, cuja estabilidade do processo de produção dependia da manutenção de um certo contigente

[22] K.MARX, *op. cit.*, pp. 528 e 529.

populacional que pudesse ser mobilizado no momento nescessário.

Deste modo, Nun considerava que a acumulação de capital não necessitava manter disponível todo excedente populacional. Uma parte disponível deste excedente constituiria aquilo que Marx chamou de *exército industrial de reserva*, enquanto que o restante conformaria aquilo que o autor denominou de *massa marginal*.

Assim, articulava-se um esquema teórico onde o *excedente populacional* apresentaria uma diferenciação em dois segmentos, sendo um *não-funcional*[23] - *a massa marginal* - e outro *funcional* - *o exército industrial de reserva*. Como resume Nun, *...um desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação, gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica, e que atua, em parte, como uma massa marginal. O que importa é que a não-funcionalidade desta última está indicando um baixo grau virtual de integração do sistema, um desajustamento a solucionar...*(p. 126)[24].

[23] Tanto J.NUN como F.H.CARDOSO, utilizam o termo *afuncional* em seus artigos. A idéia que sugere o termo é a de que parte do excedente é desnecessário, não cumprindo qualquer função para a acumulação de capital. Ocorre que a palavra *afuncional* não existe em português - língua original do texto de F.H.CARDOSO, bem como parece não existir em espanhol. Neste sentido, utilizaremos o termo não-funcional como sinônimo de *afuncional*, mesmo sabendo que o prefixo *a* não tem significado idêntico ao de *não*.

[24] J.NUN, *op. cit.*

A contribuição de Nun permitiu tomar a idéia de *excedente populacional* como um conceito não-homogêneo. Como veremos mais adiante, a importância desta formulação está em permitir uma análise mais desagregada dos contingentes populacionais que não se encontram inseridos nos segmentos modernos, de modo a melhor entender a subordinação daqueles contingentes à lógica de acumulação de capital, ou do próprio funcionamento do mercado de trabalho. Antes de avançar nesta discussão, cabe apresentar as restrições feitas Nun por F.H.Cardoso.

Este autor[85], em artigo de 1970, buscou mostrar que não tinha sentido a diferenciação contida na visão de Nun. Não apenas não se deveria pensar uma dicotomia entre os dois Marx, como também não era legítimo especificar campos teóricos determinados para a compreensão do que seriam os dois conceitos elaborados. Para Cardoso, a discussão não devia ser remetida a uma distinção entre *gênese* e *função*. *Geneticamente, é a lei de acumulação que produz os excedentes; funcionalmente, estes excedentes podem ser afuncionais ou disfuncionais, ficando a determinação dessa funcionalidade rebatida para o plano metatedrico das relações entre população e produção nos vários modos de produção* (p. 161).

[85] F.H.CARDOSO, *Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade*, *in* F.H.CARDOSO, O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios, DIFEL, SP, 1977.

Mais à frente, Cardoso argumenta que *a classe operária continha para Marx dois grandes setores, um que constituía um exército de trabalhadores em atividade, outro, um exército de trabalhadores na reserva...Mas o "resto da população" - quando não incluído na classe operária - não constituía obviamente parte do exército de reserva...Nem na fase monopolista, nem na competitiva, o "excedente da população", isto é, as partes da população que não constituem a "classe operária" poderiam ser rigorosamente, consideradas como parte do exército industrial de reserva* (p.158)[26]

Apesar destes argumentos, que possibilitam entender que Cardoso admite a diferenciação da *superpopulação relativa*, o autor considera evidente que *metodologicamente o conceito de "massa marginal" não se insere no mesmo universo de discurso do conceito de exército industrial de reserva: refere-se a uma teoria da funcionalidade das populações com respeito aos sistemas de produção e não à teoria da acumulação* (p.163)[27].

As afirmações de Cardoso apontam, inicialmente, que geneticamente os excedentes possuem uma única determinação: o processo de acumulação. Descarta-se a existência de diferentes leis que explicariam a existência da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva. Mais ainda, as formulações do autor também não incorporam ao

[26] F.H.CARDOSO, *op. cit.*
[27] F.H.CARDOSO, *op. cit.*

universo do proletariado um contingente populacional que não pode ser considerado como força-de-trabalho propriamente dita. Neste sentido, sua preocupação tinha por objetivo descartar: (a) a existência de duas leis - uma geral e outra particular; (b) e, por decorrência, a idéia de "massa marginal" como um tipo específico de excedente, que se diferenciaria do conceito de exército industrial de reserva.

Se retomarmos Marx, podemos fazer uma leitura compatível parcialmente com os argumentos de ambos os autores, Nun e Cardoso. No capítulo XXIII d'O Capital, *A Acumulação Capitalista*[28], é possível encontrar a seguinte passagem: ...[o] *decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou dos meios de produção. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente - e isto em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicionalmente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital*(p.533/Livro 1, tomo 2, p. 199) [29].

Este excerto de Marx permite mais de uma leitura. Por um lado, o excesso de população criado pela acumulação de capital é considerado como população trabalhadora excessiva,

[28] K.MARX, *op. cit.*
[29] K.MARX, *op. cit.*. Grifo nosso.

isto é, força-de-trabalho abundante e, portanto, poderia ser tomado como parte do *exército industrial de reserva*. De outro, este excesso de população trabalhadora é considerado como *supérfluo* ou *subsidiário* - ou, na forma da edição espanhola, *remanente* ou *sobrante* -, havendo a possibilidade de ser entendido como desnecessário ao movimento do capital.

Torna-se ainda mais complexa uma leitura do autor, quando este afirma que *A massa de riqueza social, superabundante com o progresso da acumulação e transformável em capital adicional, lança-se freneticamente em ramos de produção antigos, cujo mercado se amplia subitamente, ou em ramos recém-abertos, como estradas de ferro, etc, cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. Em todos esses casos, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produz a todo vapor crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução* (p. 535/Livro 1, tomo 2, p. 201) [38].

[38] K.MARX, *op. cit.*. Grifo nosso.

Este trecho de Marx reforça a argumentação da dificuldade em aceitar integralmente as posições de Nun e Cardoso. Nesta nova passagem, o autor usa como sinônimos os dois termos. No entanto, uma leitura do capítulo XXIII permite entender que Marx não abre a possibilidade para a formulação de duas leis - uma geral e outra específica - que determine a reprodução da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, o que também não quer dizer que Marx não fale de um lei de população específica[31].

Existe, além disto, uma significativa distância entre os argumentos de Marx e aqueles propostos por Ricardo e Malthus. Para Marx, a acumulação de capital, ao tornar progressivo e permanentemente redundante o trabalho, não tem neste a constituição de um elemento de entrave à sua expansão. Esta parece ser a intenção do autor no capítulo XXIII. A mudança constante da *composição técnica do capital*, fator de permanente aumento da produtividade do trabalho, possibilita que uma quantidade cada vez menor de força de trabalho mobilize um estoque crescente de meios de produção. Portanto, o aumento destes não resulta num esgotamento da oferta de força de trabalho, mas ao contrário: o próprio aumento dos meios de produção expande a oferta, tornando-a *supérflua* ou *subsidiária*.

Deste modo, Marx descarta a necessidade de uma lei de população específica ao capitalismo - mas não que ela não

[31] K.MARX, *op. cit.*, p. 534.

possa existir - pois a própria acumulação de capital traz consigo a *solução* necessária ao equacionamento do problema da oferta de trabalho. Como afirma o autor, *Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural* (p.537//Livro 1, tomo 2, p. 202)[32].

Uma questão adicional a este ponto deve ser apresentada. Em Marx, o excesso de população não é apenas resultado de uma modificação na composição técnica do capital, mas também da liberação de população pela destruição de formas de produção incompatíveis com a acumulação de capital. Neste sentido, a acumulação não apenas revolve o espaço econômico ocupado pelas segmentos econômicos capitalistas - via uma mudança na composição técnica - como afeta aqueles espaços ocupados por formas de produção pré-capitalistas e que, no atual estágio de desenvolvimento econômico, devem ser denominadas de capitalistas simples[33].

Desta maneira, o movimento de acumulação de capital tensiona permanentemente toda a estrutura econômica e, porque não dizer, social. São afetados indistintamente - mas diferenciadamente - todos os ramos de produção, bem como os

[32] K.MARX, *op. cit.*. Grifo nosso.

[33] Justifica chamar estas formas atrasadas de produção de capitalistas simples devido a que elas, atualmente, são resultados de fases anteriores do modo de produção capitalista, e não mais de um modo de produção passado. Voltaremos a este ponto no capítulo 3.

diversos segmentos da população. Um aspecto importante a ser salientado é que, como resultado do movimento do capital, verifica-se uma progressiva subordinação da oferta de trabalho, podendo o capital ter ainda o capricho de desprezar parte desta oferta potencial. é neste sentido que se pode entender as quatro formas assumidas pela superpopulação relativa. A *flutuante* corresponderia ao segmento da força de trabalho que permanentemente emprega-se e desemprega-se do segmento econômico capitalista[34], que corresponderia ao moderno desemprego aberto. A segunda,chamada de *latente*, seria constituída por parcelas da população rural que potencialmente se encontram como futuros migrantes para o meio urbano[35], bem como, na atualidade, àquela parcela de empregados em atividades não-organizadas de forma capitalista. A terceira equivaleria àquelas parcelas da população ativa inseridas em atividades irregulares ou instáveis[36] - como os trabalhadores domiciliares, parte do trabalho autônomo e os desempregados ocultos por trabalho precário. A última categoria, o *pauperismo*, seria constituída por pessoas que não fazem parte da força de trabalho, podendo, eventualmente, incorporar-se a ela[37] - como aquelas parcelas da população em idade ativa em condição de inatividade, p.e. parte das mulheres e menores de idade.

[34] K.MARX, *op. cit.*, p. 543.
[35] K.MARX, *op. cit.*, p. 544.
[36] K.MARX, *op. cit.*, p. 554.
[37] K.MARX, *op. cit.*, p. 555

Esta talvez seja uma leitura de Marx compatível parcialmente com os argumentos de Nun e Cardoso. Este último autor tem razão quando argumenta a existência de uma única lei, expressa na acumulação de capital, como determinante da *superpopulação relativa* e do *exército industrial de reserva*. Porém, suas ponderações perdem força quando despreza uma discussão que busque melhor qualificar a heterogeneidade do excesso de população, esforço realizado por Nun. As afirmações deste pecam por buscarem uma formulação esquemática, não encontrada em Marx e mostrada por Cardoso. Pode-se dizer que o conceito de "massa marginal" radicaliza a idéia de *falta de integração*, tomando esta não como um retrato relativo a um leque de situações diferenciadas quanto à debilidade na forma de inserção, mas muito mais como uma situação marcada por uma desconecção ao núcleo dinâmico da economia[38].

Algumas questões devem ser tratadas com o objetivo de melhor compreender as contribuições destes autores contemporâneos. Em primeiro lugar, a idéia de marginalidade como correspondendo a uma *falta de integração* tem como referência fundamental o mercado de trabalho[39], e, em particular, o seu

[38] Sobre esta questão, ver capítulo III e Apêndice 1 de P.R.SOUZA, A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas, UNICAMP, Tese de doutoramento, Campinas, 1980.

[39] Como sintetiza M.A.FORACCHI, o conceito de marginalidade *..., tal como é proposto, refere-se à existência de um contingente populacional não integrado, não participante do sistema produtivo e ... externo à sociedade como um todo. O caráter da não-participação, de exclusão, estaria referido à uma determinação básica - ou seja, o mercado de trabalho - espécie de calibrador do dinamismo da*

segmento vinculado às empresas capitalistas[48]. Os dois autores, independentemente de suas diferenças, entendem que a falta de integração corresponde à não-participação em um espaço econômico ocupado por aquelas empresas. Mais ainda, esta compreensão é compatível com a de Marx. Em segundo lugar, pode-se entender que a idéia de marginalidade corresponde a uma situação marcada ou não por um desconectamento da estrutura econômica/social vigente.

Como diz M.A.FORACCHI, *as "populações marginais" aparecem para a investigação como "situadas" na fimbria ou nos limites das necessidades do consumo da força-de-trabalho...Sua existência é definida como de "participação-exclusão" e desta perspectiva é legítima a afirmação de que a marginalidade é uma forma específica de participação e esta marginalidade ocorre tanto nos setores afluentes ou dominantes quanto nos setores marginalizados de cada sistema econômico global capitalista periférico contemporâneo. Isto quer dizer que, ..., a noção de marginalidade como processo, como modalidade particular de participação-exclusão, refere-se ao nível econômico e político, ou seja, às suas conexões*

economia e ...da sociedade (p.12). Ver *A noção de "participação-exclusão no estudo de populações marginais*, in M.A.FORACCHI, A participação dos excluídos, HUCITEC, SP, 1982.

[48] Apesar dos limites do conceito, tomaremos, neste momento, a idéia de empresa capitalista como sendo aquela cujas decisões influem no comportamento econômico geral, isto é, que definem as fases de expansão e de retração. Além disso, entende-se que estas empresas não têm por objetivo (preocupação) a obtenção de uma renda que garanta a sobrevivência daqueles que nela se empregam, mas o lucro, a acumulação de capital. Ver P.R.SOUZA, *op. cit.*, capítulos II e III.

históricas numa formação social concreta (p. 12)[41]. Em se concordando com a autora, deve-se então reconhecer a noção de marginalidade como não totalmente desconectada da estrutura econômica/social.

Deste modo, o aporte da noção de marginalidade - *a falta de integração em* ou o *processo de participação-exclusão* - tem que ser incorporado como parte explicativa do funcionamento de nossas sociedades e, em particular , dos seus mercados de trabalho. Cabe incorporar os elementos do debate sobre marginalidade como resultados daquilo que A.PINTO criticou em nossos movimentos de modernização: *em vez de um progresso no sentido da "homogeneização" da estrutura global, o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade da mesma*...(p. 50)[42]

1.3 Heterogeneidade produtiva e mercado de trabalho

O aprofundamento da heterogeneidade reflete-se sobre o mercado de trabalho e, também, sobre a população em idade ativa como um todo. A modernização de nossas economias, apesar de ter incorporado totalmente apenas uma parcela da população ativa, significou a subordinação de uma parcela bem mais ampla desta população. Mesmo não estando incorporados ao núcleo moderno da economia, segmentos importantes da população ativa são afetados ou dependem dele

[41] M.A.FORACCHI, *op. cit.*. Negrito nosso.
[42] A.PINTO, *op. cit.*.

e de seus movimentos[43]. É com esta conotação que se deve tomar tanto a noção de *falta de integração* como a sua correlata *participação-exclusão*.

A dinâmica capitalista subordina parcelas amplas da população em idade ativa, atraindo e expelindo alguns de seus segmentos específicos durante as fases de expansão e retração econômicas. Nem todos os segmentos são igualmente absorvidos ou expulsos. A forma de expansão ou retração influencia os movimentos no mercado de trabalho - balizados pela sua estrutura -, diferenciando, portanto, os segmentos populacionais afetados.

Encontra-se aqui um ponto comum entre Nun e Cardoso: o reconhecimento de que uma importante complexidade marca a discussão sobre o excedente populacional na América Latina. Independentemente da visão dos autores, eles reconhecem a *heterogeneidade* daquele excedente. Talvez um ponto importante de divergência entre os autores quanto à *funcionalidade* do excedente - que pode ser remetida à questão da heterogeneidade - mereça ser agora debatido.

Se nos colocarmos numa posição um pouco distinta daquelas assumidas pelos autores, podemos dizer que pouco importa a *funcionalidade* do excedente, quando este encontra-se, na sua maioria, subordinado ao movimento do capital. Como afirma Marx, a acumulação de capital balança com frenesi os velhos e novos ramos de produção e, neste sentido, impõe

[43] Ver P.R.SOUZA, *op. cit.*, capítulo III.

permanentes mudanças no modo de vida da população, já que esta depende que parte de seus membros sejam ativos, dada a necessidade de obter uma renda monetária necessária a sua reprodução. Portanto, pouco interessa discutir a funcionalidade do excedente, quando o movimento do capital possui capacidade própria de revolver este excedente, de modo a criar a oferta de trabalho necessária para a sua expansão[44].

Resumindo, este é um aspecto perverso inerente à forma de desenvolvimento de nossa região, no período do pós-guerra. O processo de exclusão de parcelas expressivas da população em idade ativa significou a manutenção de um estoque desproporcional de população disponível para a acumulação de capital. Apenas uma pequena parte dela é necessária para os movimentos conjunturais de ajuste do nível de atividade econômica. Para estes movimentos é desnecessário ou irrelevante[45] o estoque restante. Contudo, este permite uma menor estruturação dos mercados de trabalho urbanos, na medida que as categorias profissionais são afetadas por um excesso de população que fornece uma oferta potencial abundante de trabalho[46].

[44] Ver P.R.SOUZA, *op. cit.*, pags. 88-89.

[45] Como comenta E.J.HOBSBAWN sobre a experiência dos países subdesenvolvidos, *pode-se dizer que uma grande proporção do excedente de trabalho é irrelevante para a economia, é "marginal"* (p. 237). Ver *La marginalidad social en la historia de la industrialization europea*, Revista Latinoamericana de Sociologia, v.2, pp 237 a 247, Buenos Aires, 1969 (tradução nossa).

[46] Em relação a esta questão merece menção a migração inglesa para os EUA, no século XIX. Esta significou uma redução expressiva do excedente de trabalho no mercado

O excedente populacional atua a favor de uma contenção do processo de organização dos mercados de trabalho locais, afetando relativamente mais os trabalhadores menos qualificados e pior remunerados [47]. Face à existência de uma oferta potencial, os trabalhadores que constituem a base do mercado de trabalho encontram-se numa situação de extrema debilidade para se organizarem e, por consequência, negociarem melhoras em suas condições de trabalho.

Esta oferta abundante de trabalho conforma um expressivo contingente de mão-de-obra não-qualificada, que afeta negativamente o poder de barganha dos trabalhadores pertencentes à base da estrutura ocupacional. Além disso, a manutenção de uma estrutura econômica bastante heterogênea, inclusive internamente ao segmento moderno, é garantida pela existência desta extensa base de trabalho não-qualificado e

inglês. Como esclarece E.J.HOBSBAWN, *não desejo exagerar a importância da imigração massiva no século XIX na Grã-Bretanha, nem em outros países europeus, e de nenhum ponto de vista trato de sugerir que fora uma alternativa de desenvolvimento. O que há de se ter em conta é, simplesmente, que a industrialização da Europa ocidental teve lugar em condições historicamente excepcionais de migração massiva internacional, e em momentos que certas áreas do mundo desenvolvido (EUA, Austrália, etc.) alentavam uma imigração virtualmente descontrolada, de maneira que a população socialmente marginal poderia, até certo ponto, ter sido dispersada* (p. 241). Ver E.J.HOBSBAWN, *op. cit.* (tradução nossa).

[47] No que diz respeito à discussão da estruturação dos mercados de trabalho, é extremamente pertinente as formulações de J.RUBERY, mostrando como a organização das categorias profissionais, na Inglaterra, ao atuar sobre a oferta de trabalho, afetou as condições de trabalho, que conseguiu abarcar, inclusive, os trabalhadores de baixa remuneração (low pay). Ver *Structured labour markets, worker organization and low pay*, Cambridge Journal of Economics, v.2, n.1, pp. 17 a 36, March, London, 1978.

de baixa remuneração. Deste modo, a maior heterogeneidade da estrutura produtiva viabiliza-se pela manutenção de uma baixa taxa de salário[48]. Como afirmam M.C.TAVARES E P.R.SOUZA, *se, por alguma razão, a taxa de salários fosse aumentada ..., as indústrias que não pudessem pagar salários neste novo nível, deveriam suportar um processo de transformação drástica, com a eliminação de muitas firmas, concentração da estrutura produtiva, renovação de suas bases técnicas, etc.* (p. 11)[49].

A manutenção de uma baixa taxa de salário na economia possibilita a reprodução de estruturas salariais com elevados graus de disparidades, que, logicamente, repercute negativamente sobre a estrutura de rendimentos da população. Deste modo, a heterogeneidade produtiva tem sua correspondência nas estruturas ocupacionais e salariais.

Mesmo levando-se em conta diferenças setoriais, que muitas vezes são refletidas na estruturação das categorias profissionais, observam-se elevadas disparidades nas estruturas de remuneração dos segmentos econômicos mais modernos, onde, geralmente, se insere a parcela mais combativa do movimento sindical. Pode-se dizer que a falta

[48] Aqui, se incorporam algumas formulações de M.C.TAVARES E P.R.SOUZA, que definem a taxa básica de salário como sendo a remuneração da mão de obra não qualificada empregada no segmento industrial mais débil. Tal segmento caracteriza-se pela presença de sindicatos com menor poder de barganha, menor predomínio da grande empresa e mais baixos índices médios de produtividade. Ver *Emprego e Salários - o caso brasileiro*, Revista de Economia Política, v.1, n.1, pp. 3 a 29, Janeiro-Março, SP, 1981.

[49] M.C.TAVARES e P.R.SOUZA, *op. cit.*.

de combatividade de parte do movimento sindical muitas vezes encontra-se relacionada com o peso do trabalho não-qualificado na categoria profissional. A forte expressão do trabalho desqualificado abre a possibilidade de que, principalmente nos setores econômicos tradicionais - onde são encontrados os processos produtivos mais atrasados -, não se observe melhores níveis de remuneração nas grandes empresas, mesmo que estas tenham elevado nível de produtividade[50]. Inversamente, nos segmentos mais dinâmicos, a remuneração do trabalho qualificado nas pequenas empresas tende a ser relativamente mais elevada, frente a uma maior qualificação do estrutura ocupacional e face à presença de sindicatos mais combativos[51].

Ocorre que a heterogeneidade da estrutura produtiva, aliada à existência de uma larga oferta de trabalho não-qualificado, torna viável que, apesar das diferenças setoriais, mantenham-se baixos os níveis de remuneração para

[50] A indústria alimentar brasileira é um exemplo desta situação. As grandes empresas do setor pagam salários pouco diferenciados daqueles pagos pelas pequenas e médias empresas, comparativamente ao observado no setor metalúrgico. A desqualificação do processo de trabalho setorial, que explica o elevado peso do trabalho não-qualificado, não requer das empresas qualquer estratégia de recrutamento e de política salarial interna. Neste sentido, a estrutura ocupacional alimentar deve permitir que as empresas não necessitem investir na área de recursos humanos, bem como situam estas empresas em posições vantajosas em relação ao mercado de trabalho e aos sindicatos setoriais. Ver capítulos 3 e 4 de C.S.DEDECCA, Um Estudo Comparativo sobre o Emprego e os Salários Industriais a partir das Categorias Profissionais de Trabalhadores Metalúrgica e Alimentar, UNICAMP, Campinas, Dissertação de Mestrado, 1986.

[51] Ver C.S.DEDECCA, *op. cit.*

esta parcela da força-de-trabalho e o poder de barganha no que diz respeito à possibilidade de mudanças em sua específica forma de inserção produtiva nos vários setores econômicos, principalmente nos industriais.

Deve-se acrescentar a estes argumentos a afirmação que, se são menores as diferenças inter-setoriais entre os níveis de remuneração do trabalho menos qualificado, o mesmo não ocorre no que diz respeito ao trabalho qualificado[52]. Portanto, ao mesmo tempo em que se verifica uma maior homogeneidade na base da estrutura salarial inter-setorial, notam-se maiores disparidades no seu topo, o que se traduz na existência de uma maior heterogeneidade da estrutura de remunerações global.

Neste sentido, uma baixa taxa de salário articula-se com uma elevada diferenciação na estrutura salarial. Como afirmam M.C.TAVARES E P.R.SOUZA, *este verdadeiro "leque" de diferenciações salariais será tanto mais aberto quanto maior for a "heterogeneidade estrutural" da indústria, quanto mais modernos e concentrados forem seus setores "de ponta" em relação aos demais; e quanto mais baixa for a taxa de salários de base* (p.14)[53].

Assim, pode-se considerar que a acentuada heterogeneidade estrutural é correlata à presença de um extenso mercado de trabalho não-qualificado. Mais ainda, sua extensão decorre

[52] Ver C.S.DEDECCA, *op. cit.*
[53] M.C.TAVARES e P.R.SOUZA, *op. cit.*.

da manutenção expressiva de um segmento econômico com processos de produção e de trabalho pouco qualificados e que, portanto, aproveitam das condições existentes de oferta abundante de trabalho. Deste modo, forma-se uma relação solidária entre heterogeneidade produtiva e baixa qualificação/remuneração da força-de-trabalho.

Algumas observações devem ser feitas em relação a este ponto. Em primeiro lugar, a manutenção de uma forte heterogeneidade estrutural não induz a aumentos nos níveis de produtividade da economia, garantindo-se espaço para os processo produtivos menos eficientes. Em segundo lugar, a viabilidade destes processos possibilita que as empresas - mesmo as de maior porte - continuem suprindo facilmente seus postos de trabalho de menor qualificação, devido aos baixos requerimentos exigidos pelo processo produtivo no que diz respeito às características da mão-de-obra a ser recrutada. Em terceiro lugar, isto resulta, por um lado, na inexistência de critérios para o recrutamento desta mão-de-obra e, por outro, na criação de um largo e pouco diferenciado mercado de trabalho para este tipo de força-de-trabalho. Constitui-se um extenso mercado de trabalho de base, onde o recrutamento, muitas vezes, depende apenas da idade do indivíduo - como é o caso do servente da construção civil - ou sexo - como se verifica no emprego de mulheres na indústria alimentar e no comércio[54].

[54] A idéia de um mercado de trabalho de base foi formulada inicialmente por J.DUNLOP, *The Task of contemporary wage theory*, *in* J.DUNLOP, The theory of wage determination,

Tais características do mercado de base são extremamente benéficas para as empresas, indistintamente do setor. Algumas destas vantagens dizem respeito aos níveis salariais, como visto anteriormente. Outras dizem respeito à facilidade de recrutamento deste tipo de trabalho. Em relação a esta questão, merece ser analisado um aspecto particular.

Os processos de recrutamento de mão-de-obra incorporam tanto as estratégias de contratação como aquelas de demissão, sendo que tais estratégias são modificadas ao longo do ciclo econômico, bem como dependem de características do mercado de trabalho[55]. No que diz respeito ao trabalho qualificado, muitas vezes as empresas adotam políticas de emprego e salários que privilegiam certos tipos de ocupação, com vistas a coibir um pedido de demissão no período de expansão econômica, quando se verificam condições de barganha favoráveis ao trabalhador, ou a demissão de um trabalhador na fase de crise, devido ao fato da empresa acreditar na

Mac Millan, Londres, 1957. Nos anos 70, sob a denominação de mercado externo de trabalho, tal idéia foi largamente difundida, a partir dos estudos de P.DORINGER e M.PIORE, Internal labor markets and manpower analysis, D.C. Heath and Co., Lexington, Massachusetts, 1971; e R.C.EDWARDS, M.REICH e D.M.GORDON, Labor market segmentation, D.C. Heath and Co., Lexington, Massachusetts, 1975. Na América Latina, esta formulação é encontrada inicialmente nos trabalhos do PREALC, editados na segunda metade dos anos 70 - ver P.R.SOUZA, *O setor informal e a pobreza urbana na América Latina*, *in* P.R.SOUZA, Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec-Funcamp, SP, 1980

[55] Ver capítulo 2 de P.E.A.BALTAR, Salários e preços, esboço de uma abordagem teórica, UNICAMP, Tese de Doutoramento, Campinas, 1985.

dificuldade de recontratá-lo, numa fase futura de recuperação.

Já em relação ao trabalho não-qualificado, posturas daquele tipo não necessitam ser adotadas pelas empresas. Como vimos, a desqualificação do processo produtivo, aliado à oferta abundante de mão-de-obra, permitem uma ampla flexibilidade na contratação de trabalhadores. Esta flexibilidade pode permitir, inclusive, que as empresas controlem os incrementos salariais, deixando de contratar um tipo específico de força de trabalho, por outro encontrado no mercado. Exemplificando, se o processo produtivo não requer força física mas habilidade manual, as empresas, nas fases de expansão, podem deixar de contratar trabalhadores homens com idade de 18 a 39 anos - que conformam a parcela da força de trabalho em sua fase de idade ativa mais produtiva -, optando por menores ou mulheres, devido ao fato de estarem encontrando dificuldades de contratação ao níveis de salários desejados para aquele segmento ocupacional específico. Inversamente, na crise não existem restrições para as empresas demitirem a força de trabalho não-qualificada, na medida que não encontrarão dificuldades em recontratá-la numa futura expansão[56]. Deste modo, são

[56] A despreocupação por parte das empresas na contratação deste tipo de mão-de-obra reflete-se inclusive na forma de recrutamento. A forma geralmente adotada é o anúncio na porta da empresa, dificilmente recorrendo-se a uma forma mais sofisticada e/ou cara de recrutamento, como os anúncios em jornal. Ver SEADE, Pesquisa de Oferta de Emprego na Grande São Paulo, SEADE, Relatório de Pequisa, mimeo, 1985.

processados com razoável grau de liberdade os ajustes da estrutura de emprego, frente às variações no nível de atividade econômica.

1.4 Movimento da acumulação de capital e disponibilidade de mão de obra

Estas considerações permitem retomar novamente a discussão que balizou o debate sobre marginalidade. Como vimos sugerindo, a heterogeneidade estrutural tem como correspondência um mercado de trabalho assentado numa larga base de força de trabalho não-qualificada. A manutenção desta base é solidária com a reprodução de processos de produção atrasados, que podem estar presentes tanto nas pequenas como nas grandes empresas. Tais processos, conjugados com uma oferta abundante de trabalho, dão uma larga margem de manobra às empresas nos momentos de contratação, também garantida pela pequena e difícil capacidade de organização destes contingentes de trabalhadores.

Estas peculiaridades - ou talvez, generalidades - deste mercado de trabalho de base, tornam possível o recrutamento de pessoas em idade ativa, que estejam ou não participando do mercado de trabalho. Significa dizer que não obrigatoriamente os trabalhadores recrutados encontram-se inseridos no mercado de trabalho - sejam como ocupados ou

desempregados -, havendo a possibilidade de recrutamento (mobilização) de trabalhadores que se encontram em situação de inatividade.

Neste sentido, a disponibilidade não tem como condição a situação de atividade, podendo muitas vezes ser encontrada entre indivíduos inativos[57]. Portanto, a idéia de *exército industrial de reserva*, como correspondente aos segmentos populacionais plenamente disponíveis à exploração produtiva, não pode ser tomada como correlata à idéia de *superpopulação relativa*. Também parte do excesso populacional não deve ser considerado como "massa marginal", na medida que sua *falta de integração* pode ser modificada por um *precária integração em*.

É possível argumentar que parte da dificuldade em precisar com maior clareza os conceitos de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva* decorre talvez, muito mais, da manifestação de situações marcadas por uma *precária integração em* , do que de uma *falta de integração em*. No debate sobre marginalidade, a *falta de integração* era o calibrador da condição de disponibilidade. Ocorre que a posição de ser integrado ou não pode ser facilmente modificada nos movimentos de expansão e retração econômicas. A possibilidade de incorporação de largas parcelas de

[57] O exemplo mais comum desta situação são as costureiras a domicílio, que normalmente realizam um "arranjo" entre o trabalho doméstico e o trabalho contratado. Nos momentos que as empresas não fornecem "serviço", estas mulheres refluem para a inatividade.

trabalhadores jovens e de mulheres pode significar a mobilização de contingentes populacionais adicionais compatíveis com as necessidades gestadas pelo processo produtivo.

Esta parece ser uma característica importante de nossos mercados de trabalho, que influencia acentuadamente seu próprio funcionamento. O perfil daquilo que chamamos de mercado de trabalho de base, articulado com o excesso populacional, torna altamente flexíveis os processos de mobilização de mão-de-obra[58]. Desta maneira, tem-se uma conceituação muito mais fluída do que seja disponibilidade[59]. Esta não pode mais ser restringida aos contingentes de empregados e desempregados, mas deve ser suficientemente ampla para abarcar segmentos específicos da população inativa[60].

A mobilização de parcelas da população inativa parece não se manifestar através de formas de inserção produtiva nos

[58] é plausível afirmar, com toda a tranquilidade, que caso o contrato coletivo de trabalho tivesse vigência no Brasil, se restringiria parcialmente a flexibilidade que a acumulação de capital tem em tornar disponíveis para a produção segmentos populacionais anteriormente inativos.

[59] é impensável que a acumulação de capital nos países europeus supra sua necessidade adicional de mão-de-obra recrutando-a entre os segmentos populacionais com menos de 18 anos, bem como entre a mulheres, na medida que a participação ativa destas encontra-se há bastante tempo estabilizada.

[60] Utilizando-se novamente do trabalho a domicílio, pode-se dizer que a disponibilidade da mulher só é possível na medida que as tarefas contratatadas podem ser compatibilizadas com as tarefas domésticas. Também esta forma de trabalho é viabilizada pela possibilidade de se contornar as determinações legais.

segmentos econômicos não-capitalistas, particularmente sob a forma de auto-emprego. Geralmente, é na condição de subordinados, especialmente como assalariados, que se processa a inserção produtiva destes contingentes populacionais[61]. A alternativa do auto-emprego constitui-se numa opção para aqueles que já possuem uma história de vida produtiva como assalariados, verificando-se, muitas vezes, que a realização do trabalho autônomo inicia-se como uma complementação ao trabalho assalariado, como forma de suplementação do nível de renda. Como mostram os estudos de L.A.MACHADO DA SILVA[62], a possibilidade de se estabelecer como autônomo encontra-se muitas vezes referenciada a uma certa estabilidade da renda familiar, obtida via o assalariamento de alguns membros da família, que permite a um de seu membros transitar do assalariamento para o auto-emprego[63].

Este quadro é coerente com informações existentes sobre como parcelas da população inativa transitam para a condição de

[61] Ver L.A.MACHADO DA SILVA, *Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais*, in J.S.LEITE LOPES *et alli*, Mudança Social no Nordeste, Paz e Terra, RJ, 1979; e L.A.MACHADO DA SILVA, *Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho*, *in* L.A.MACHADO DA SILVA(org.), Condições de Vida das Camadas Populares, Debates Urbanos/6, Zahar, RJ, 1984. Ver também capítulo 4 desta tese.

[62] L.A.MACHADO DA SILVA, *op. cit.*

[63] É interessante observar que a definição desta estratégia também se faz como forma de garantir o acesso ao sistema de seguridade social à unidade familiar. Ou melhor, a manutenção de parte de seus membros como assalariados ou a realização concomitante de trabalho assalariado com trabalho autônomo permite à totalidade da família o acesso ao atendimento previdenciário. Ver L.A.MACHADO DA SILVA, *op. cit.*

inseridas no mercado de trabalho. Atualmente, são nas empresas de sub-contratação de serviços que se empregam aquelas pessoas que não possuem experiência anterior de trabalho[44]. As empresas sub-contratadas no setor de limpeza e construção civil e a sub-contratação de trabalho domiciliar são canais para o ingresso ao mercado de trabalho. Porém, não se deve esquecer que a principal característica destas formas de emprego é a sua precariedade e instabilidade que ao mesmo tempo que pode não consolidar a longo prazo a inserção no mercado de trabalho, deixa sempre aberta a opção de retorno à condição de inatividade.

Analisada a proposição sobre a fluidez do conceito de disponibilidade, podemos avançar sobre uma importante questão relativa ao funcionamento do mercado de trabalho urbano em economias atrasadas. A facilidade que a acumulação de capital tem de mobilizar mão-de-obra nestes países, resultante do excesso populacional existente e da reprodução de um elevado grau de heterogeneidade da estrutura produtiva, resulta na manutenção de baixos níveis salariais para a maioria da população assalariada ou não. Mesmo nas fases de expansão econômica, não se verifica um expressivo crescimento dos níveis de remuneração destes amplos segmentos populacionais. Em grande parte, isto se

[44] Segundo informações da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de São Paulo, para certos tipos de tarefas, estas empresas contratam inclusive pessoas que tenham "ficha suja" na polícia. Dentre estas tarefas, encontram-se as de lixeiro e varredores de rua.

explica pela capacidade do capital de mobilizar parcelas da população inativa.

Uma demonstração desta capacidade pode ser apreendida quando se estuda as variações do nível de atividade econômica e o ajuste no mercado de trabalho. Detalhando um pouco esta idéia, pode-se dizer que nas fases de crescimento pode não se observar quedas proporcionais nas taxas de desemprego. Nesta fase econômica, o progressivo incremento dos níveis de emprego pode ser, em grande parte, suprido por mão-de-obra desqualificada, inclusive sem experiência anterior de trabalho, atenuando-se a queda do desemprego, bem como permitindo que se contorne a necessidade de elevação dos níveis salariais de base, como forma de obtenção de mão-de-obra necessária para o aumento da produção[65].

No período de retração, a perda de emprego pode corresponder à expulsão de segmentos de trabalhadores para a situação de inatividade. São, principalmente, os segmentos mobilizados na expansão que devem tender a voltar à situação de inativos, manifestando-se um movimento de atenuação do crescimento da taxa de desemprego.

[65] Também, frente às acentuadas diferenças regionais existentes em nossos países, a migração para os polos de crescimento configura um modo importante de mobilização de mão-de-obra. É alarmante como o capital rapidamente lança mão deste artifício. No curto período de recuperação de 1985/86, existem indícios de que o setor da Construção Civil parece ter financiado a migração de mão-de-obra nordestina para a Grande São Paulo, como forma de resolver seu problema de mão-de-obra, sem alterar significativamente seus níveis salariais.

Estes trânsitos entre a inatividade/atividade e vice-versa só podem ser entendidos a partir do grau de subordinação das atividades não-capitalistas ao processo de acumulação que, ao avançar vai destruindo e modernizando as formas atrasadas de produção, criando barreiras ao ingresso nas formas de trabalho não diretamente integradas ao movimento do capital. Estas tendem a ser progressivamente uma alternativa a parcelas qualificadas do trabalho assalariado, materializando-se como porta de entrada, cada vez mais, para os trabalhadores não-qualificados o assalariamento precário e/ou irregular.

Neste sentido, pensar na *falta de integração em* constitui-se num exercício complexo. Se a utilizarmos de modo restrito ao mercado de trabalho, parece ser difícil precisarmos conceitualmente o que seria a existência ou ausência de uma integração permanente. Se usarmos esta idéia de modo mais amplo, como sugere M.A.FORACCHI, J.S.LEITE LOPES e L.A.MACHADO DA SILVA, a partir de uma elaboração baseada em classes e/ou estratificação social, nos distanciamos significativamente da tentativa de discutir a *falta de integração em* como elemento importante para discutir o funcionamento de nossos mercados de trabalho.

De acordo com o que vimos afirmando, isto talvez se deva à rigidez conceitual com que é tratada a questão da *falta de integração em*. É importante recuperar a seguinte afirmação de J.NUN, em sua réplica a Cardoso: *não disse em nenhuma*

parte que se tratara de redefinir a categoria de exército industrial de reserva, senão pensar os distintos graus de funcionalidade que reveste a superpopulação relativa(p.116)[66]. Apesar da afirmação, para o autor os graus são sintetizados em dois segmentos: o funcional - *exército industrial de reserva* - e o não-funcional - *massa marginal*.

Como vimos discutindo durante este capítulo, esta segmentação dicotômica leva a perda da efetiva heterogeneidade que marca o excedente populacional, caracterizada por formas e possibilidade múltiplas de inserção. De fato, só é plausível um rígido posicionamento naquilo que se refere à possibilidade de mobilização de parcelas populacionais que não se colocam na condição de plenamente disponíveis[67] no sentido que a acumulação de capital pode tornar disponíveis partes daquelas parcelas.

[66] J.NUN, *Marginalidad y otras cuestiones*, Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, FLACSO, n.4, dez, Santiago de Chile, 1972.(tradução nossa)

[67] De acordo com CLaus Offe, ao pensar o capitalismo nos países desenvolvidos, são também encontradas parcelas populacionais que podem ser mobilizadas nos momentos de expansão, que constituem o "desemprego disfarçado" ou a "reserva silenciosa", sendo sua principal característica o fato *de que seus membros assumiriam um contrato de trabalho, se houvesse demanda apropriada à sua força de trabalho. Mas, à medida que tal demanda não existe, uma oferta potencial da força de trabalho não entra, de fato, no mercado de trabalho. [esta parcela] pode permanecer fora do mercado de trabalho porque tem possibilidades de obter recursos junto à família ou a instituições públicas*(pags. 39-40). Ver C.OFFE, Capitalismo Desorganizado, Brasiliense, SP, 1989.

Como afirma L.A.MACHADO DA SILVA, *o desenvolvimento do capitalismo no Brasil* [e, porque não, das economias atrasadas que mais conseguiram avançar seus processos de modernização] *deixou um espaço muito restrito para a economia doméstica ou de subsistência; como conseqüência, os membros da unidade familiar são empurrados para o mercado de trabalho. O resultado é que a natureza da cooperação é profundamente alterada, mas a importância da família como unidade de consumo permanece inalterada... Nas atividades produtivas que proporcionam alguma remuneração (salário ou renda), o trabalhador quase sempre se comporta como indivíduo, exceto no caso dos ajudantes e dos pequenos empreendimentos familiares. Mas, na medida que estão em jogo os meios de consumo, ele é membro de uma unidade doméstica - o que significa que a reprodução social do trabalhador é um empreendimento coletivo realizado ao nível da família* (p. 93)[68]. Portanto, a disponibilidade tem que ser mediada pela unidade familiar - sob a ótica da reprodução de seu padrão de consumo -, que a partir das experiências de seus membros que já participam do mercado de trabalho, mobilizam ou não novos membros para a vida ativa.

Este aspecto particular indica que o mercado de trabalho não pode ser totalmente reduzido à dimensão do indivíduo, como elemento autônomo tomador de decisões sobre sua vida produtiva, mas deve reconhecer que a família constitui elemento importante na decisão de inserção. É também

[68] L.A.MACHADO DA SILVA, *Estratégias de vida..., op. cit.*

justamente por isso que a situação de disponibilidade ganha fluidez, bem como também é por igual motivo que os movimentos entre segmentos do mercado de trabalho e entre a situação de inatividade/atividade e vice-versa ganham complexidade.

CAPÍTULO 2

FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA[1]

O objetivo deste capítulo é a análise do reflexo das flutuações econômicas sobre a disponibilidade de força de trabalho.

Em geral, as análises sobre desempenho econômico e mercado de trabalho encontram-se fundamentalmente voltadas para a captação dos efeitos que as fases de crescimento ou retração da atividade produtiva têm sobre a ocupação e o desemprego.

Considera-se, acertadamente, que os períodos de crescimento constituem-se, *per si*, em condição necessária - e porque não dizer obrigatória - para a redução do desemprego, bem como toma-se estes períodos como fases que viabilizam ajustes no

[1] A preocupação central que balizará este capítulo, foi desenvolvida anteriormente no ensaio de C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa*, *in* SEADE/DIEESE/UNICAMP, Mercado de Trabalho na Grande São Paulo, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE, 1989; e C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente Ativa*, São Paulo em Perspectiva, v.3, n.3, pp. 79-83, jul-set, SP, 1989.

mercado de trabalho, seja no que diz respeito à estruturação das categorias profissionais e dos próprios mercados de trabalho específicos, como no que se refere à questão da distribuição de renda.

Ao contrário, os momentos de crise significam a reversão deste processo. O estancamento do nível de ocupação, conjugado à inexistência de sistemas de seguridade social eficientes, desarticulam os mercados de trabalho, implicando na sua desestruturação, na reconcentração da distribuição de renda e num aumento desproporcional do desemprego.

Pode-se dizer, a grosso modo, que se estas são tendências observáveis durante as distintas fases econômicas, não se deve aceitar que o processo de ajuste do mercado de trabalho se encontra a elas restrito. É complexo este ajuste, sendo que o grau de desenvolvimento econômico deve determinar formas específicas de adaptação do mercado de trabalho frente as alterações econômicas.

O processo de acumulação de capital, ao expandir a base produtiva, vai ampliando o volume de emprego existente[8]. Este aumento do nível de emprego é viabilizado pela absorção do contingente de desempregados e/ou pela incorporação de novos contingentes populacionais que transitam da situação de inatividade para a de atividade.

[8] A modernização tecnológica não rompe esta tendência, sendo que seus efeitos podem corresponder a mudanças nas distribuições ocupacionais inter e intra setoriais/firmas e/ou alterações no ritmo de criação de novos postos de trabalho.

Este processo de incorporação supõe a existência de uma tendência de crescimento da população em idade ativa (PIA)[3], resultante do crescimento populacional presente e pretérito e da variação da taxa de participação[4]. Quanto ao crescimento presente, o processo migratório constitui-se num importante elemento explicativo.

Países com taxas elevadas de crescimento populacional no passado tendem a ter significativos incrementos de sua população em idade ativa (PIA) no presente, e, por decorrência, da população economicamente ativa (PEA). Internamente ao espaço nacional, à esta tendência de crescimento acelerado deve-se acrescentar potencializações no crescimento populacional urbano e/ou de certas regiões, explicadas pela ocorrência do fenômeno migratório. Os translados de segmentos populacionais entre regiões geográficas, ou entre o campo e a cidade, elevam as taxas de crescimento populacional das regiões ou cidades

[3] Ao longo deste trabalho será considerada população em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais. É arbitrária a adoção deste corte mínimo de idade, sendo que, em geral, são dois os adotados: 10 e 14 anos. No Brasil, o IBGE adota o primeiro corte nos Censos Demográficos, enquanto que o segundo é incorporado na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar e na Pesquisa Mensal de Emprego. A opção pelo primeiro corte justifica-se pela importância no Brasil do emprego do menor na faixa de 10 a 14 anos, fato não verificado nos países desenvolvidos. Motivo semelhante explica a não adoção de um corte superior, pois é expressiva a participação dos idosos no mercado de trabalho, em grande parte impingida pelas limitações de nosso sistema de seguridade social para os idosos.

[4] A taxa de participação corresponde a relação entre população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa(PIA).

receptoras, que normalmente se conformam como pólos de dinamismo econômico.

O impacto da migração tem efeitos diferenciados em relação aos crescimentos da população total e da PEA. Sobre esta são mais expressivos os efeitos difundidos, pois a população migrante tende a ter uma maior proporção de pessoas em idade ativa[5], bem como uma taxa de participação comparativamente mais alta. O motivo que explica tais características é a determinação econômica do processo migratório, consubstanciada na procura de uma nova/melhor oportunidade de emprego nas regiões/cidades de destino. Neste sentido, tende a ser mais elevada a taxa de participação bruta ou refinada[6] destes contingentes populacionais permanentemente incorporados pelas regiões de atração migratória.

A estes elementos deve-se incorporar aqueles explicados pelos incrementos na taxa de participação da população nativa[7]. O processo de desenvolvimento modifica as taxas de participação segundo idade. É esperado que as famílias

[5] Ver J.C.PELIANO e G.MARTINE, Migrante no Mercado de Trabalho Metropolitano, IPEA, Brasília, 1978; e G.MARTINE e J.A.MAGNO DE CARVALHO, *Retrato do Brasil Infetando*, Jornal da Tarde, 6.5.1989, p.6, SP.

[6] A taxa de participação refinada corresponde à relação PEA/PIA, enquanto que a taxa bruta é aquela que relaciona a PEA com a população total(PT).

[7] São escassos os estudos sobre os incrementos na taxa de participação durante fases de desenvolvimento econômico. Boa parte dos elementos incorporados a este capítulo, referentes às razões estruturais que determinam alterações nas taxas de participação específicas por sexo e/ou idade, estão baseados no estudo clássico J.D.DURAND, The Labor Force in Economic Development: a comparison of international census data - 1946-1966,. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1975.

retardem o ingresso de seus filhos, à medida que a sociedade vai se desenvolvendo, mantendo-os integrados ao sistema educacional por um período mais longo. Também nota-se um tendência ascendente para a participação da mulher, explicada pela queda da taxa de fecundidade, por mudanças no comportamento cultural das famílias e pela necessidade de um maior número de membros comporem a renda familiar[6]. Além disso, é de se esperar que este mesmo processo social eleve a participação da população entre 50 e 65 anos - motivada por um aumento da vida ativa média da população -, reduzindo ao mesmo tempo a participação daqueles com idade superior a 65 anos - viabilizada pela existência de um sistema de seguridade social.

Contudo, as economias atrasadas não apresentaram a performance esperada. Seus processos de desenvolvimento não foram acompanhados por uma redução da participação produtiva dos jovens, nem se manifestou a queda esperada da taxa para os mais idosos. O grande paralelo que pode ser feito em relação às economias que tiveram seu processo de desenvolvimento centrado no século XIX é a progressiva incorporação da mulher ao mercado de trabalho. O rápido processo de concentração urbana nos países atrasados,

[6] Mudanças rápidas no modo de vida familiar tendem a realizar alterações expressivas nas taxas de participação da mulher. Pode ser tomado, como exemplo, o aumento da participação da mulher durante a guerra. Tanto nos EUA como na Europa, verificou-se um incremento da participação da mulher entre 1940 e 1945, observando-se reduções nos momentos imediatamente posteriores ao fim da guerra.

depois da Segunda Guerra, vem transformando os hábitos familiares, seja em relação ao número de filhos, seja em relação às formas de consumo.

No caso brasileiro, a queda da taxa de fecundidade, que vem se manifestando desde os meados dos anos 60°, permite reduzir o tempo que a mulher destina àquilo que se pode chamar de sua fase de reprodução privada - isto é, seu período de procriação , com a concomitante ampliação daquela relativa à reprodução social - participação nas atividades produtivas. O trânsito de uma para outra situação vem constantemente elevando as taxas de participação da mulher.

Estas alterações nas taxas de participação específicas da mulher deverão resultar em modificações de suas taxas segundo idade, principalmente entre 24 e 29 anos, com aproximações às respectivas taxas específicas dos homens. No Brasil, as mulheres têm suas taxas de participação crescentes até 22 anos, aproximadamente, com tendência ao declínio a partir daí. Quanto aos homens, suas taxas são crescentes até os 20 anos, mantendo-se estabilizadas em patamares elevados até os 50 anos, iniciando-se então uma movimento declinante. A queda da fecundidade da mulher deverá alterar o padrão observado, tendo como decorrência

° De acordo com G.MARTINE E J.A.M.CARVALHO, as informações existentes *permitem afirmar, com segurança, que o declínio da taxa de fecundidade no Brasil não está ligado a um fenômeno conjuntural; trata-se de um processo irreversível, coerente com uma verdadeira transição demográfica* (p.6). Ver G.MARTINI e J.A.M.CARVALHO, *op. cit.*

incrementos nas taxas de participação da mulher entre 25 e 50 anos, que implicará numa aproximação aos padrões observados nos países desenvolvidos[10].

Também as mudanças realizadas no padrão de consumo decorrentes do processo de urbanização abriram espaço para uma maior liberação da mulher para o mercado de trabalho. A modernização dos padrões, via a incorporação extensiva de produtos elaborados e de equipamentos domiciliares, reduz o tempo necessário para a realização dos trabalhos domésticos necessários à reprodução familiar[11].

Outro fenômeno que resultou num aumento da taxa de participação da população brasileira foi a incorporação dos menores ao mercado de trabalho. Os anos 60 e 70 mostram um aumento da participação da população de 10 a 14 anos. Este processo concentrou-se no meio urbano, pois a participação dos menores no meio rural foi sempre elevada, devido à forma de organização produtiva do núcleo familiar. O aumento da taxa dos menores ,no meio urbano nos anos 60-70, é comumente justificada pelo processo de concentração de renda vivido no período, que significou reduções expressivas do poder aquisitivo das famílias mais pobres, levando a que estas

[10] Ver J.D.DURAND, *op cit*.

[11] Apesar da dificuldade de se avaliar, cabe perguntar se para as famílias mais pobres, a maior incorporação da mulher não tem nas condições econômicas sua determinação relativamente maior. O acesso a um padrão de consumo mais moderno é menor para estas famílias, implicando que a inserção da mulher no mundo do trabalho signifique, muitas vezes, uma sobrecarga de trabalho, ocorrendo aquilo que o movimento feminista denomina de dupla jornada.

aumentassem a inserção produtiva de seus membros em idade mais precoce.

Neste sentido, pode-se considerar que, seja por fatores migratórios, seja por fatores explicados por mudanças na inserção produtiva do núcleo familiar, tem-se elementos que devem explicar elevações nas taxas de crescimento das populações total e economicamente ativa, quando se consideram longos períodos temporais.

Também são estes mesmos elementos que vão explicar aquilo que correntemente se chamou como excedente populacional na América Latina. São taxas de crescimento populacional elevadas, que conjugadas com o processo de migração campo-cidade e aumento da participação de jovens e mulheres, vão determinando a constituição de extensos bolsões de população pobre nos grandes centros urbanos.

Geralmente, os elementos pontuados até o momento são tomados como os *determinantes estruturais* que reproduzem taxas elevadas de incremento da PEA, bem como de aumentos nas taxas de participação específicas. Neste sentido, estes *determinantes estruturais* são utilizados na elaboração de trajetórias prováveis de crescimento futuro da PIA e da PEA, projetadas a partir de tendências manifestas no passado recente.

A questão que se coloca para as análises do comportamento do mercado de trabalho frente às flutuações econômicas é que os

elementos alinhavados até o momento não são suficientes para explicar mudanças conjunturais na disponibilidade de força de trabalho, que ganham importância nos processos de ajustes nos momentos de crise e expansão econômicas. No caso dos países atrasados (que reproduzem permanentemente um elevado excesso populacional) é possível verificar alterações mais intensas no estoque de população mobilizada. Modificações no ritmo da dinâmica econômica refletem-se sobre a parcela da população que ingressa na situação de atividade e/ou inatividade[12].

Tanto num comd noutro momento da conjuntura econômica, tem-se uma adequação da disponibilidade, através de um acréscimo ou decréscimo nas taxas de crescimento da População Economicamente Ativa, explicados por modificações nas taxas específicas de participação - particularmente para as mulheres e menores de idade - e, regionalmente, pela intensificação ou atenuação do fluxo migratório. Os resultados decorrentes destes ajustes são de extrema importância para a análise do mercado de trabalho urbano, pois nem sempre os indicadores agregados principais -

[12] A ocorrência de flutuações conjunturais da disponibilidade de mão de obra, não constitui uma característica específica dos mercados de trabalho dos países atrasados. Tanto na Europa, como nos EUA, parece haver uma preocupação em incorporar nas análises sobre mercado de trabalho e projeções demográficas as determinações econômicas sobre alterações na taxa de participação. Ver N.C.SAUNDERS, *Economic projections to the year 2000*, Monthly Labor Review, v.110, n 9, 1987 e F.SIMON, *L'inutile Polémique*, Le Monde, France, Edition Internacionale(Séletion hebdommadaire, n. 2065, 26.5-1.6, 1988.

ocupação e desemprego - permitem realizar uma análise abrangente dos ajustes processados na estrutura de emprego, bem como tais resultados podem explicitar características específicas do funcionamento do mercado de trabalho. Analisemos um pouco esta questão.

A hipótese com a qual se trabalhará ao longo deste capítulo é a de que, na expansão, observa-se uma aceleração no crescimento da PEA, correspondendo a um aumento da disponibilidade[13] de mão-de-obra que tem como um de seus efeitos a atenuação da queda da taxa de desemprego. Inversamente, na crise reduz-se o ritmo de crescimento da PEA - e, portanto, da própria disponibilidade de mão-de-obra - esterilizando-se parte dos impactos do estancamento ou queda do nível de emprego sobre a taxa de desemprego.

O aumento da disponibilidade nas fases expansivas, propiciado pela incorporação de novos segmentos da população em idade ativa ao mundo do trabalho, constitui-se num mecanismo de equacionamento parcial dos problemas de mão-de-obra, criados pela ampliação da capacidade produtiva. Isto é, ao mesmo tempo em que se expande a capacidade produtiva,

[13] Como discutido no Capítulo 1, a idéia de disponibilidade diferencia-se do conceito de oferta de trabalho, tradicionalmente aceito. Concebe-se disponibilidade como sendo um processo de liberação de segmentos populacionais da condição de inatividade para a de atividade, sendo que este trânsito é consequência de mudanças sociais. Já o conceito de oferta encontra-se vinculado ao entendimento de que a inserção no mundo do trabalho decorre de uma opção voluntária dos indivíduos ao compararem os benefícios obtidos pelo trabalho com aqueles auferidos pelo lazer.

observa-se uma aceleração na taxa de crescimento da PEA e, portanto, da dimensão do contingente de mão-de-obra mobilizada. Esta integração de novos segmentos populacionais não ocorre de modo homogêneo, havendo um processo de mobilização relativamente maior entre as parcelas populacionais com menores taxas de participação. Portanto, uma baixa taxa de participação específica para um determinado segmento deve corresponder à possibilidade de uma maior incorporação de seu contingente de inativos.

Neste sentido, a escassez de força de trabalho não mais pode ser tomada como geral - como se supunha na formulação neo-clássica-, mas ela deve ocorrer em segmentos específicos do mercado de trabalho. Para aqueles estratos com elevada taxa de participação - p.e., os homens de 18 a 39 anos -, a parcela disponível para a incorporação corresponde basicamente ao estoque de desempregados. Em relação à população com menos de 18 anos, o estoque de mão-de-obra disponível equivale à parcela mobilizada que se encontra desempregada e à parte da população inativa nesta faixa de idade. Deste modo, a dimensão dos estoques populacionais passíveis de serem intregrados à vida produtiva encontra-se diretamente relacionada aos seus níveis de participação.

O grau de estruturação do mercado de trabalho urbano é um elemento importante para se entender quais os segmentos produtivos com menores restrições ao recrutamento de força de trabalho menos qualificada e/ou experiente, que conforma

os maiores estoques de população disponível - seja como desempregada, seja como inativa.

A segmentação do mercado de trabalho, como a definição de um conjunto de mercados com graus de organização diferenciados, redefine o conceito de escassez de trabalho. O grau de concentração e modernização dos setores produtivos definem os respectivos formatos de suas estruturas ocupacionais, determinando as necessidades de trabalhadores segundo níveis de qualificação[14]. A parcela de qualificados e semi-qualificados pertenceriam ao segmento mais estruturado do mercado de trabalho, enquanto que os não-qualificados conformariam o segmento menos estruturado. Por outro lado, estruturas produtivas mais modernas tendem a incorporar relativamente mais trabalhadores qualificados, com níveis de remuneração mais elevados, independentemente do nível de qualificação. Ao contrário, as menos modernas empregam mais trabalhadores não-qualificados, pagando salários relativamente mais baixos para os trabalhadores de todos os níveis de qualificação.

[14] Durante os próximos capítulos se adotará o conceito de qualificação em *lato-sensu*, não correlacionando-o somente à existência de um processo de formação profissional formal, mas, principalmente, como resultado da experiência obtida pelo trabalhador, que lhe permite conseguir uma profissão, através dos empregos tidos durante a vida produtiva passada. A idéia de profissão encontra-se referida à possibilidade de uma inserção no mercado de trabalho, que cria a capacidade para o trabalhador de vincular-se a certos segmentos produtivos e/ou posições específicas do processo de trabalho.

Pode-se dizer que os segmentos mais estruturados do mercado de trabalho são constituídos por trabalhadores pertencentes a estruturas ocupacionais compatíveis com processos de trabalho mais qualificados, inserção nos setores econômicos mais modernos e maior capacidade de barganha dos trabalhadores nos processos de negociação coletiva, sendo que estas estruturas produtivas possuem maiores restrições à incorporação de força de trabalho inexperiente e menos qualificada. Estas características decorrem do fato das ocupações pertencentes a estes mercados constituirem *clusters* ocupacionais internamente aos processos produtivos, que fazem com que estes *clusters* formem núcleos centrais, cuja estabilidade garante a manutenção permanente dos processos de produção. Neste sentido, o grau de qualificação profissional (muitas vezes obtido através de sucessivas experiências em empregos anteriores) permite um melhor posicionamento destes indivíduos no mercado de trabalho.

Já os segmentos menos estruturados, por motivos inversos, são incorporados a estruturas com menores restrições para a absorção de mão-de-obra menos qualificada e/ou menos experiente. Nestes segmentos produtivos, os processos de trabalho demandam pouca mão-de-obra qualificada, são encontrados sindicatos com pequeno poder de negociação, bem como são diminutos os requerimentos exigidos para a contratação de trabalhadores não-qualificados.

Nas formulações sobre segmentação produtiva e do mercado de trabalho, os segmentos menos estruturados (organizados) conformariam o denominado mercado geral de trabalho, enquanto que os mais estruturados (organizados) delineariam os mercados internos de trabalho[15]. A organização destes mercados diferencia-se segundo conformações históricas concretas resultantes da forma de constituição dos mercados de trabalho e das estruturas produtivas [16].

No caso dos países atrasados, onde se reproduz uma significativa base produtiva pouco eficiente, marcada por uma elevada dimensão do emprego desqualificado, observa-se uma participação mais expressiva dos segmentos menos estruturados no mercado de trabalho urbano. Neste sentido, a existência de uma população abundante[17] e/ou excessiva, nestes países, que na sua maioria não possui qualquer nível

[15] A idéia de segmentação do mercado de trabalho encontra-se originalmente formulada em J.T.DUNLOP, *The Task of Contemporary Wage Theory of Wage Rates*, *in* J.T.DUNLOP (Coord.); The Theory of Wage Determination, Macmillan and Co., London, 1964. A visão mais difundida da teoria da segmentação é aquela encontrada nos trabalhos de P.B.DORINGER e M.J.PIORE, Internal Labor Markets and Manpower Analysis, D.C.Heath and Co., Massachusetts, 1971; e R.C.EDWARDS, M.REICH e D.M.GORDON (Coord.), Labor Market Segmentation, D.C.Heath and Co., Massachusetts, 1973.

[16] Sobre esta questão, ver artigo de J.RUBERY, *Structured Labor Markets, Workers Organization and Low Pay*, Cambridge Journal of Economics, v.2, Inglaterra, 1978; onde se elaboram restrições à formulação proposta nas teorias da segmentação. De acordo com a autora, a forma do desenvolvimento econômico-social e do mercado de trabalho urbano, na Inglaterra, resultou numa estruturação dos mercados de trabalho menos qualificados, que os diferencia dos mercados de trabalho americanos, tanto no que se refere a sua estrutura como naquilo que diz respeito ao seu funcionamento.

[17] Ver Capítulo 1.

de qualificação, apresenta-se adequada ao tipo de estrutura produtiva. Em nossos países, a extensa base de trabalho não-qualificado constitui um mercado geral de trabalho, que pode ser considerado como bastante homogêneo, face à característica geral de desqualificação da mão-de-obra nele inserida.

De acordo com as idéias expostas no capítulo 1, nos países latino-americanos o tipo de desenvolvimento econômico-social recente implicou num aprofundamento da *heterogeneidade* da estrutura produtiva e social. Este processo correspondeu à reprodução de um amplo segmento produtivo atrasado, convivente e solidário com um substancial excedente populacional. Também procuramos mostrar que a manutenção desta base produtiva depende relativamente menos de trabalhadores qualificados, e que esta pequena dependência permite que os segmentos produtivos menos eficientes tenham ampla liberdade no recrutamento da mão-de-obra necessária. Tal liberdade pode ser tomada como um fator de manutenção dos baixos salários nos mercados de trabalho urbanos, na medida que os baixos requerimentos individuais exigidos para a contratação de boa parte da mão-de-obra necessária torna bastante flexível o recrutamento destes trabalhadores.

São por estas razões que as flutuações econômicas vêm acompanhadas por movimentos semelhantes das taxas de participação de certas parcelas da população. Nos períodos de expansão, reduz-se o desemprego, ao mesmo tempo que são

incorporados segmentos populacionais com menor qualificação e menos experiência - constituídos principalmente pelas mulheres e pelos menores. Deste modo, o aumento dos níveis de atividade e emprego é mais facilmente ajustado graças à disponibilidade de uma extensa parcela da população em idade ativa ainda não incorporada, mas que parcialmente é passível de mobilização. O movimento observado resulta em elevações nas taxas de participação das mulheres, menores e pessoas com mais de 50 anos.

As restrições à este processo ocorrem quando se necessita de trabalhadores qualificados e/ou com uma certa condição física[18]. O recrutamento destes possui estreitos limites, dado que a disponibilidade deste tipo de mão-de-obra se reduz ao conjunto de trabalhadores desempregados, na medida que não é possível a incorporação de inativos, devido ao fato de suas taxas de participação situarem-se em limites máximos[19].

Neste sentido, durante a expansão, os novos postos de trabalho são ocupados em parte por trabalhadores desempregados, em parte por inativos. São nos postos menos qualificados que se incorporam principalmente os inativos, enquanto que nos mais qualificados são absorvidos os desempregados que possuem a experiência requerida, ou são

[18] Nesta situação se encaixam as contratações da construção civil, que requerem normalmente trabalhadores homens com idade de 18 a 40 anos.

[19] Isto ocorre, principalmente, com os trabalhadores homens com idade de 18 a 39, que normalmente têm taxas de participação que se situam ao redor de 90%.

realizadas promoções, internas às empresas, de trabalhadores que possuam qualificação próxima àquela demandada.

Assim, a escassez de trabalhadores deve ficar localizada a certos tipos de mão-de-obra. No caso dos trabalhadores mais qualificados, integra-se os desempregados e/ou promove-se trabalhadores menos qualificados relativamente. Face à menor dimensão destes estoques de mão-de-obra, é mais provável a ocorrência de uma certa "escassez" deste tipo de trabalhador, bem como é provável que se realizem elevações significativas de seus níveis salariais. Já para os não-qualificados, a falta de braços é resolvida via a incorporação de novos segmentos populacionais e, com menos intensidade, por aumentos dos níveis de renda.

A estes movimentos devem-se agregar os fluxos migratórios, que se intensificam nos momentos de crescimento e que se dirigem aos polos centrais de desenvolvimento. Em concordância com os argumentos que vêm se expondo, não se deve considerar como provável que a mão-de-obra migrante seja, na sua maioria, qualificada, pois a decisão de migrar encontra-se fortemente justificada pela obtenção de uma baixa renda propiciada por um trabalho precário no local de origem. Por outro lado, as informações existentes indicam que os migrantes inserem-se na base do mercado de trabalho da região receptora[**].

[**] De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - PED - SEADE/DIEESE/UNICAMP, em 1987-88, verificou-se que 27% dos migrantes recentes eram trabalhadores não-

Deste modo, manifesta-se uma tendência de alimentação permanente do mercado de trabalho de base, ajustada durante as flutuações econômicas. Tal peculiaridade define uma característica particular do funcionamento de nossos mercados de trabalho urbanos.

é em decorrência desta visão que as observações que vêm sendo apresentadas neste capítulo voltam-se, fundamentalmente, para a relação entre acumulação de capital e disponibilidade de mão-de-obra, pois é de grande importância a explicitação de certos mecanismos incorporados à dinâmica dos mercados de trabalho urbanos, que explicam como as flutuações econômicas equacionam sua demanda por força de trabalho.

Antes de avançarmos esta discussão, é preciso fazer algumas ponderações sobre a discussão relativa à "oferta" de trabalho. Geralmente, os estudos sobre mercado de trabalho consideram a oferta de trabalho como exógena à acumulação de capital. Na maioria deles, a "oferta" de trabalho é determinada por fatores demográficos, explicados pelo crescimento populacional passado, por modificações estruturais da taxa de participação (motivadas por mudanças

qualificados, enquanto que esta proporção para os não-migrantes era de apenas 10%. Quanto aos níveis de renda, observava-se que 71% dos migrantes recentes recebiam menos que o rendimento mediano do total dos ocupados. A análise destas informações encontra-se realizada em C.S.DEDECCA, Inserção no Mercado de Trabalho e Diferenciais de renda, SEADE, mimeo, SP, 1988. Argumentos que corroboram este ponto de vista, são apresentados por G.MARTINE e J.C.P.PELIANO, Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano, IPEA, Brasília, 1978.

sócio-culturais) e pelo fluxo migratório presente. Isto é, a oferta de trabalho não é incorporada à análise sobre os processos de ajustamento do mercado de trabalho frente à dinâmica econômica. Tal perspectiva permite, inclusive, a realização de projeções da População Economicamente Ativa(PEA) independentes das tendências econômicas observadas[21].

A questão que agora se coloca refere-se à incorreção deste posicionamento. é lógico que qualquer discussão sobre disponibilidade de mão-de-obra deve incorporar as determinações demográficas, particularmente aquelas relativas ao crescimento populacional global. Contudo, não é possível se restringir a estas determinações, principalmente quando está se discutindo mercados de trabalhos em economias atrasadas, que convivem com um amplo excedente populacional. Pode-se dizer, inclusive, que nestas economias certos comportamentos demográficos estão altamente relacionados e determinados por flutuações econômicas, como o são os fluxos migratórios e as variações nas taxas de participação[22].

[21] Dois trabalhos que se encaixam nesta perspectiva são os de P.T.A.PAIVA, *Cinquenta Anos de Crescimento Populacional e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil: de 1950 a 2000*, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), v.3, n.1, pp. 63-86, jan-jun, Campinas, 1986; e R.F.NEUPERT, S.M.G.CALHEIROS E M.L.THEODORO, Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010, IPEA, Texto para Discussão n.12, Brasília, 1989.

[22] Ver C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa*, *op. cit.*; e C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente Ativa*, *op. cit.*.

A intensificação ou arrefecimento no fluxo migratório e as alterações na taxa de participação devem ter sentidos coincidentes com os da variação do nível de atividade econômica - como visto anteriormente. A acumulação de capital, ao transformar os vários espaços produtivos, *destruindo, criando e recriando* atividades econômicas, redistribui a população tanto na esfera produtiva como na esfera privada, ajustando às suas necessidades a "oferta" de mão-de-obra. É por isso que nos momentos de expansão incorporam-se novos segmentos populacionais, que nas fases de crise ou estagnação são mantidos na condição de inativos[83]. É também em razão deste movimento que perde sentido pensar a "oferta" de trabalho como exógena à acumulação de capital. E finalmente, são por estes motivos que vimos, sucessivamente, concebendo que parte da população não economicamente ativa encontra-se disponível para a produção.

Assim, ajustes no mercado de trabalho representam modificações nos níveis de emprego e desemprego, bem como nas taxas de participação de segmentos expecíficos da população. Portanto, tem-se que estes ajustes extrapolam a dimensão da População Economicamente Ativa, isto é, da parcela mobilizada da população.

[83] Ver Capítulo 1.

2.1 População Economicamente Ativa, Ocupação e Desemprego : o mercado de trabalho na Grande São Paulo - 1985/89

Até o presente momento, o conjunto da exposição realizada teve por objetivo a articulação de um quadro analítico que tornasse possível avaliar como as flutuações econômicas, observadas entre os anos de 1985 e 1989, rebateram sobre o mercado de trabalho do principal pólo de desenvolvimento brasileiro: a Grande São Paulo. São três as razões para se estudar esta região.

A primeira delas decorre do grau de modernidade da estrutura econômica da Grande São Paulo. Do ponto de vista deste trabalho, que tem como uma preocupação fundamental analisar relações entre grau de desenvolvimento e mercado de trabalho, o estudo da região constitui-se num momento privilegiado para o entendimento do funcionamento do mercado de trabalho de uma região moderna em uma economia atrasada.

A segunda razão é explicada pela disponibilidade de informações adequadas aos objetivos da análise. Apesar de desnecessário, cabe reafirmar a falta de informações detalhadas sobre os mercados de trabalho latino-americanos. Na maioria das vezes, quando são existentes informações periódicas e de boa qualidade, elas são referentes ao segmento ocupacional cujos vínculos empregatícios cumprem as normas legais. Isto é, as fontes de informações captam apenas uma parte do emprego existente, não abrangendo,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

geralmente, a parcela ocupacional de vínculo precário, irregular e, em muitas vezes, descontínuo[84].

A última razão relaciona-se à qualidade metodológica da fonte de informação requerida. Para os objetivos deste estudo encontram-se disponíveis duas fontes de informações: a Pesquisa Mensal de Emprego - PME - do IBGE; e a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - PED - SEADE/DIEESE/UNICAMP. Tanto a PME como a PED possuem periodicidade mensal, sendo que a primeira é realizada desde 1980, enquanto a segunda foi implantada em 1984. Quanto à abrangência regional, a PME cobre as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre, enquanto a PED é realizada nas regiões de São Paulo, Salvador e Belém[85].

São as diferenças metodológicas entre as duas pesquisas que impuseram a opção pelo uso exclusivo do segundo levantamento

[84] No Brasil, as fontes de informações com maior periodicidade, maior compatibilidade metodológica e maior tempo de existência, são produzidas pelo Ministério do Trabalho. Desde 1966, este orgão realiza um levantamento mensal - Decreto-Lei n. 4923/65 - sobre demissões e admissões do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada. A partir de 1976, implantou-se um levantamento bastante detalhado sobre esta parcela do emprego, com periodicidade anual - Relação Anual de Informações Sociais. Quanto às fontes produzidas pelo IBGE, apesar de possuirem periodicidade mensal, anual, quinquenal e decenal, apresentam graves problemas de compatibilidade inter-temporal e entre levantamentos, que determinam aos trabalhos que as utilizam, acabem, na sua maioria, tendo como questão central a compatibilização metodológica entre e intra pesquisas.

[85] A PED foi implantada na Região Metropolitana de São Paulo, em 1985; na de Salvador, em 1987; e na de Belém, em 1988.

- a PED. A alternativa metodológica adotada por esta pesquisa permitiu a elaboração de indicadores mais detalhados para os mercados de trabalho urbanos. Suas principais características foram a elaboração de conceitos de trabalho mais acurados, centrados na continuidade e regularidade da condição de atividade, e de desemprego sustentado na exploração da procura de trabalho.

Esta vertente metodológica resultou numa menor homogeneização do mercado de trabalho. As situações ocupacionais não se restringem à dicotomia emprego-desemprego aberto, como na PME. Também à sua adoção impede que inativos e desempregados sejam indevidamente incorporados à condição de ocupados[84]. Analisemos melhor estas questões, pois elas serão fundamentais para o avanço desta análise.

Os estudos sobre o desenvolvimento capitalista nos países avançados mostram que seus processos de industrialização resultaram numa homogeneização de suas estruturas produtivas e sociais. Seus processos de desenvolvimento foram acompanhados da adoção de políticas sociais de garantia das

[84] Ver A.TROYANO *et alii*, *A Pesquisa Fundação SEADE/DIEESE - a necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego*, São Paulo em Perspectiva, SEADE, v.1, n.1, pp. 2-6, jan-abr, SP, 1986; C.S.DEDECCA, *Existem diferenças. E são grandes - o desemprego nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador*,São Paulo em Perspectiva, SEADE, v.2, n.4, pp. 45-49, out-dez, SP, 1988; C.S.DEDECCA E S.P.FERREIRA, *As Taxas de Desemprego na PED e na PME: uma comparação*, Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - SEADE/DIEESE/UNICAMP, SEADE, Boletim n. 52, SP, 1989.

situações de emprego, de desemprego, de aposentadoria... A realização destas, conjugadas com fases prolongadas de crescimento econômico, garantiram que a homogeneização do mercado de trabalho pudesse ser caracterizada por duas formas básicas de inserção produtiva, claramente determinadas: a de emprego e a de desemprego. Neste sentido, a situação de atividade podia ser resumida a uma visão dicotômica[27], sem que a opção metodológica incorresse numa visão distorcida da estruturação do mercado de trabalho.

Situação semelhante não pode ser encontrada nos países atrasados. Como vimos reafirmando permanentemente, o desenvolvimento nestes não significou a homogeneização de suas estruturas econômica-sociais, mas ao contrário: *implicou num aprofundamento de sua heterogeneidade*. Neste sentido, seus mercados de trabalho não são marcados por formas de atividade que possam ser definidas unicamente por categorias como as de desemprego aberto e ocupação plena; além disso, a existência de um amplo excedente populacional determina movimentos permanentes entre as situações de atividade/inatividade e vice-versa.

[27] Apesar de não ser objeto deste trabalho, cabe ressaltar que mesmo esta visão dicotômica vem sendo rompida nos países desenvolvidos. Ver E.CÓRDOVA, *Del empleo total al trabajo atípico: d'hacia un mirage en la evolución de las relaciones laborales?*, Revista Internacional del Trabajo, OIT, v. 105, n. 4, out-dez, Genebra, 1986; C.FREEMAN *et alli*, Unemployment and Technical Innovation, Frances Printer (publishers), London, 1982; M.CÉZARD, *Le chômage et son halo*, économic et Statistique, INSEE, n. 193-194, nov-dez, Paris, 1986; e R.G.DOSS *et alli*, *Los Programas del Empleo y la Medición Estatísitca del Desempleo*, Revista Internacional del Trabajo, OIT, v. 107, n. 2, Genebra, 1988.

A heterogeneidade representa a manutenção de formas precárias de atividade para parte expressiva da população ativa. Muitas destas formas, por serem exercidas de modo descontínuo e irregular, concomitantemente com a existência de procura de trabalho, caracterizam situações de desemprego oculto. Ao contrário, os segmentos da população em idade ativa que realizaram algum trabalho de modo descontínuo e irregular sem a respectiva procura de trabalho não podem ser considerados como ocupados, mas devem ser tomados como inativos.

Em suma, os mercados de trabalho nos países atrasados possuem um elevado grau de heterogeneidade e, portanto, qualquer tentativa de analisá-los adequadamente requer que se adote uma postura cautelosa, capaz de reconhecer o grau de diferenciação presente em suas estruturas ocupacionais, que se relacionam de modo determinante com o seu próprio funcionamento. A adequação metodológica da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEADE/DIEESE/UNICAMP em relação a esta visão explica a sua adoção como base empírica para o avanço deste trabalho.

2.2 População Economicamente Ativa, Ocupação e Desemprego: os indivíduos no mercado de trabalho metropolitano

Entre 1985 e 1989, a economia brasileira conheceu diferentes fases de comportamento econômico. Em 1985-86, manifesta-se um momento de aquecimento do nível de atividade econômica, que não conseguiu se consolidar como uma tendência de crescimento prolongado. Em 1987-88, verifica-se uma retração no crescimento da atividade econômica. O ano de 1989, pode ser considerado como *sui-generis* pois, apesar do país ter convivido com uma das maiores taxas de inflação e com claras evidências da probabilidade de detonação de uma grave crise num futuro próximo, observou-se um aquecimento do nível de atividade do setor industrial com um crescimento generalizado dos níveis de emprego[28]. De fato, no período 85-89, a economia brasileira conviveu com diversas fases econômicas, apenas não se verificando um momento de recessão profunda, como aquele vivido entre 1981 e 1983.

Portanto, tem-se, como quadro geral para análise, a ocorrência de flutuações significativas do nível de atividade, ao longo deste período, que tiveram seus impactos

[28] A situação do mercado de trabalho, em 1989, é tão intrigante que mesmo com a possibilidade de uma grave crise, são observadas as mais baixas taxas de desemprego na Grande São Paulo, desde 1985. Ver Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEADE/DIEESE/UNICAMP, SEADE, Boletins 57, 60 e 61, SP, 1989.

sobre os níveis de ocupação e desemprego. Analisemos o que ocorreu na Grande São Paulo.

Para esta região metropolitana brasileira, o nível de emprego apresentou as seguintes variações: 8,6% entre 85-86, 3,8% entre 86-87, 2,7% entre 87-88 e 3,9% entre 88-89. Para todos estes anos, verifica-se um comportamento sazonal da economia local, marcado por quedas nos nível de ocupação nos primeiros meses do ano e incrementos nos meses de junho/julho e outubro-dezembro. A este quadro, deve-se agregar a evolução do desemprego e da população economicamente ativa. Entre 1985 e 86, o desemprego total caiu 17,1% e a PEA creceu 5,5%, sendo que nos três períodos posteriores suas variações corresponderam a -0,8% e 3,4%, a 8,4% e 3,2% e a -7,8% e 2,8% para o desemprego e para a PEA, respectivamente[89].

Estes indicadores agregados apontam que, no período de aquecimento do nível de atividade, ocorreram os maiores incrementos no nível de ocupação e de crescimento da PEA, ao mesmo tempo que cai acentuadamente o desemprego. Já para os anos de retração e/ou estagnação econômica, a queda das taxas de crescimento do nível de ocupação foi acompanhada por quedas no crescimento da PEA e do desemprego, num

[89] A análise conjuntural destes indicadores encontra-se realizada no boletim mensal da PED. Ver SEADE/DIEESE/UNICAMP, Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - PED, SEADE, boletins n. 61 e 62, jan e fev, SP, 1990.

primeiro momento e, num segundo momento, de aumento deste último.

A queda do crescimento da PEA decorre de uma reversão da tendência na variação da taxa de participação global. Enquanto entre 1985-86 a taxa de participação cresceu 2,7%, em 1986-87, em 1987-88 e em 1988-89 suas alterações corresponderam a -0,3%, -0,5 e -0,5%, respectivamente. Estes movimentos da taxa de participação em 1987 e 1988 representaram um retorno a níveis inferiores ao encontrado em 1986.

Conhecidos estes indicadores agregados, pode-se argumentar que o ajuste do nível de ocupação entre 1985 a 1989 implicou em comportamentos diferenciados tanto no que diz respeito ao desemprego como naquilo que se refere à PEA. Esta cresce acentuadamente durante o período de aquecimento econômico (1985-86), refluindo seu crescimento nos anos subsequentes[20]. Já o desemprego reduz-se expressivamente nos dois primeiros anos, sendo que não se verifica um incremento do desemprego nos anos de 1987-89.

[20] é expressiva a comparação entre as variações da PEA e da PIA. Para os períodos de 1985-86, 1986-87, 1987-88, a PEA cresceu 5,5%, 3,4% e 3,2%, ao mesmo tempo a PIA variou em 3,2%, 3,2% e 3,0%. Confirma-se que a estabilidade das taxas de crescimento da PIA não encontraram correspondência nas da PEA, que variou acentuadamente no período.

O estudo desagregado do período fornece novos elementos a esta análise. Nos gráficos 2.1, 2.2 e 2.3, estão apresentadas informações relativas às taxas de participação e ocupação para o total da população em idade ativa (PIA) e desta segundo sexo[31].

Verifica-se claramente um elevado sincronismo entre os movimentos das curvas relativas às taxas de participação e de ocupação. Variações positivas em uma das taxas são acompanhadas por variações semelhantes na outra, ou seja, flutuações no nível de ocupação são acompanhadas por modificações da participação da PIA no mercado de trabalho[32]. Cabe perguntar: quais são as suas implicações?

A primeira delas relaciona-se a que os aumentos nos níveis de ocupação têm seus efeitos atenuados sobre o desemprego, em decorrência do aumento da taxa de participação. Em 1985-86, caso se tivessem mantidas inalteradas as taxas de participação, teria sido verificada uma queda muito mais significativa do desemprego, seja para os homens seja para as mulheres - que corresponderia a uma maior aproximação

[31] Sobre a construção metodológica dos indicadores que agora serão analisados, ver Apêndice 2.3. A elaboração dos gráficos a partir das taxas de participação e ocupação facilita a compração entre a evolução dos dois agragados - PEA e ocupados -, na medida que busca-se mostrar como ajustes no nível de emprego são acompanhados por alterações na taxa de participação. Também deve-se esclarecer que os gráficos foram construídos de modo a permitir que a área existente entre as duas curvas corresponda ao desemprego.

[32] Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME - apresentam igual paralelismo entre as evoluções da ocupação e da PEA, inclusive para os anos de 1982-84. Ver Gráfico A.2.1.1, Apêndice A.2.1.

entre as curvas dos gráficos. Portanto, teria se verificado uma maior redução do desemprego, caso a PEA tivesse tido um incremento semelhante àquele encontrado para a PIA - isto é se a taxa de participação não tivesse variado. Neste caso, a taxa de desemprego, em 1986, teria alcançado o valor de 7,2%, ao invés daquela observada de 9,6%[33] .

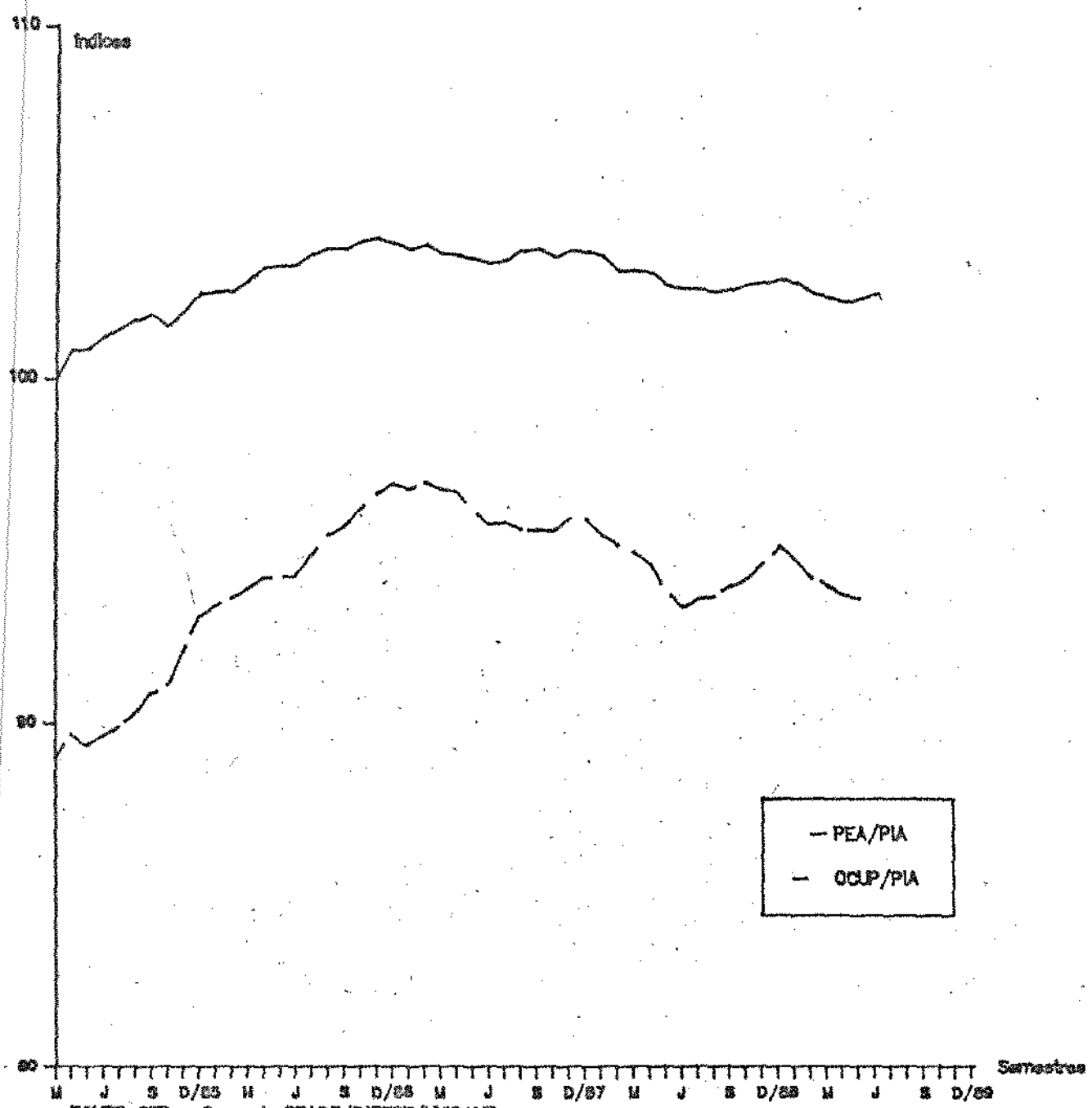
A segunda implicação refere-se a que quedas na taxa de ocupação não correspondem a incrementos proporcionais do desemprego. No período 87-89, a queda e/ou desaceleração da taxa de ocupação não representou um aumento proporcional do desemprego[34], na medida que se reduziram as taxas de participação - portanto, não se verificando um aumento das distâncias entre as curvas do gráfico.

Estas últimas observações evidenciam que movimentos no nível de ocupação são acompanhados por modificações coincidentes no nível de participação. Verifica-se uma correlação entre os níveis de ocupação e participação, que reflete um ajuste do mercado de trabalho, face às flutuações do nível de atividade, que, por um lado, móstra não ser a taxa de desemprego uma variável capaz de sintetizar integralmente os ajustes, e, por outro, explicita a

[33] A construção desta taxa de desemprego projetada encontra-se apresentada no Apêndice A.2.2, Exercício n.1.

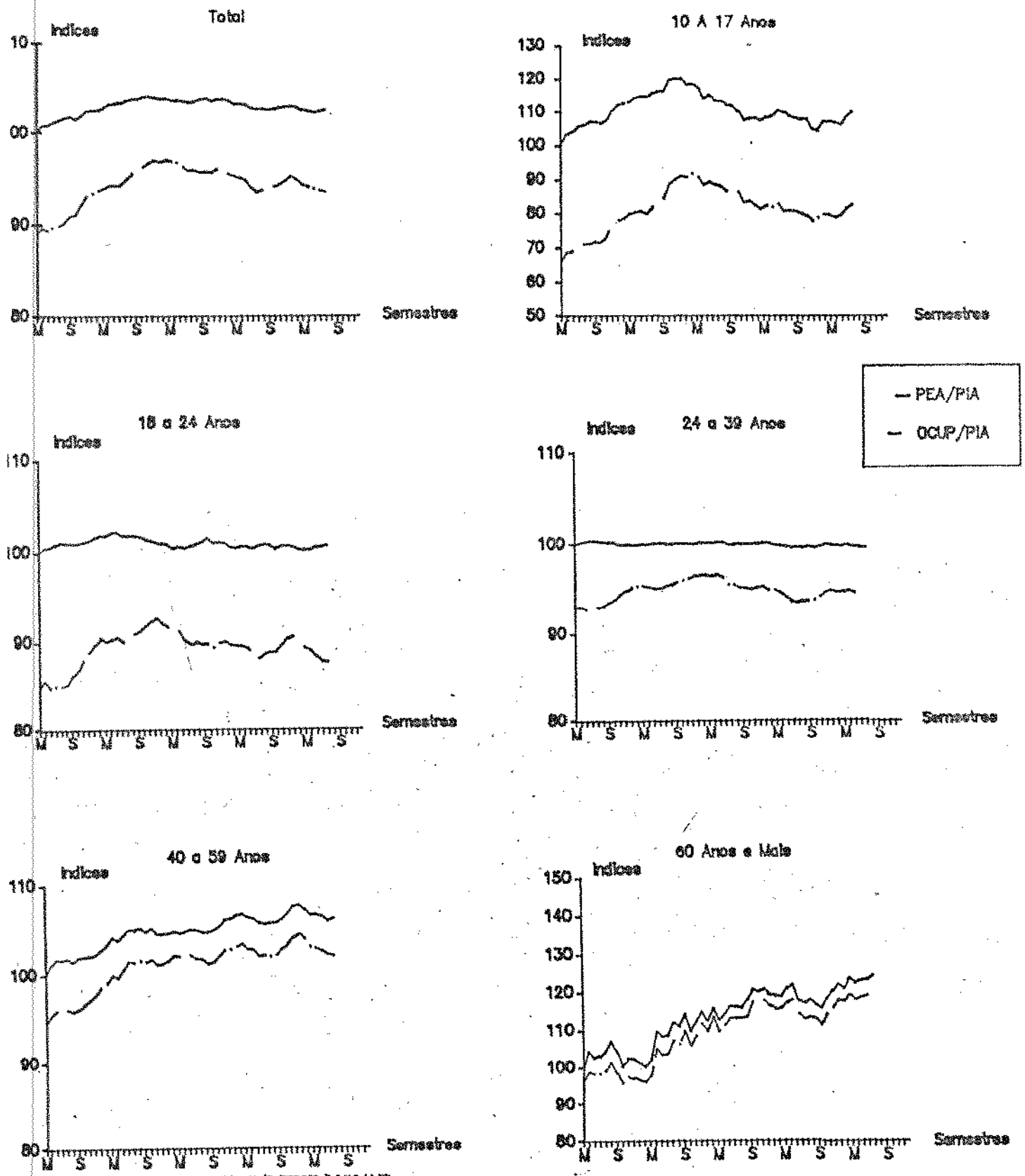
[34] Caso a taxa de participação, entre 1986 e 1987, tivesse tido um incremento semelhante àquele ocorrido entre 1985 e 1986, a taxa de desemprego média de 1987 teria correspondido a 11,8%, situando-se num patamar bastante superior àquele efetivamente observado (9,2%). Ver Apêncie A.2.2, Exercício n.2.

GRAFICO 2.1
Evolucao dos Indices das Taxas Semestrais Especificas de Participacao e Ocupacao da Populacao em Idade Ativa Total
Grande Sao Paulo
1985-89



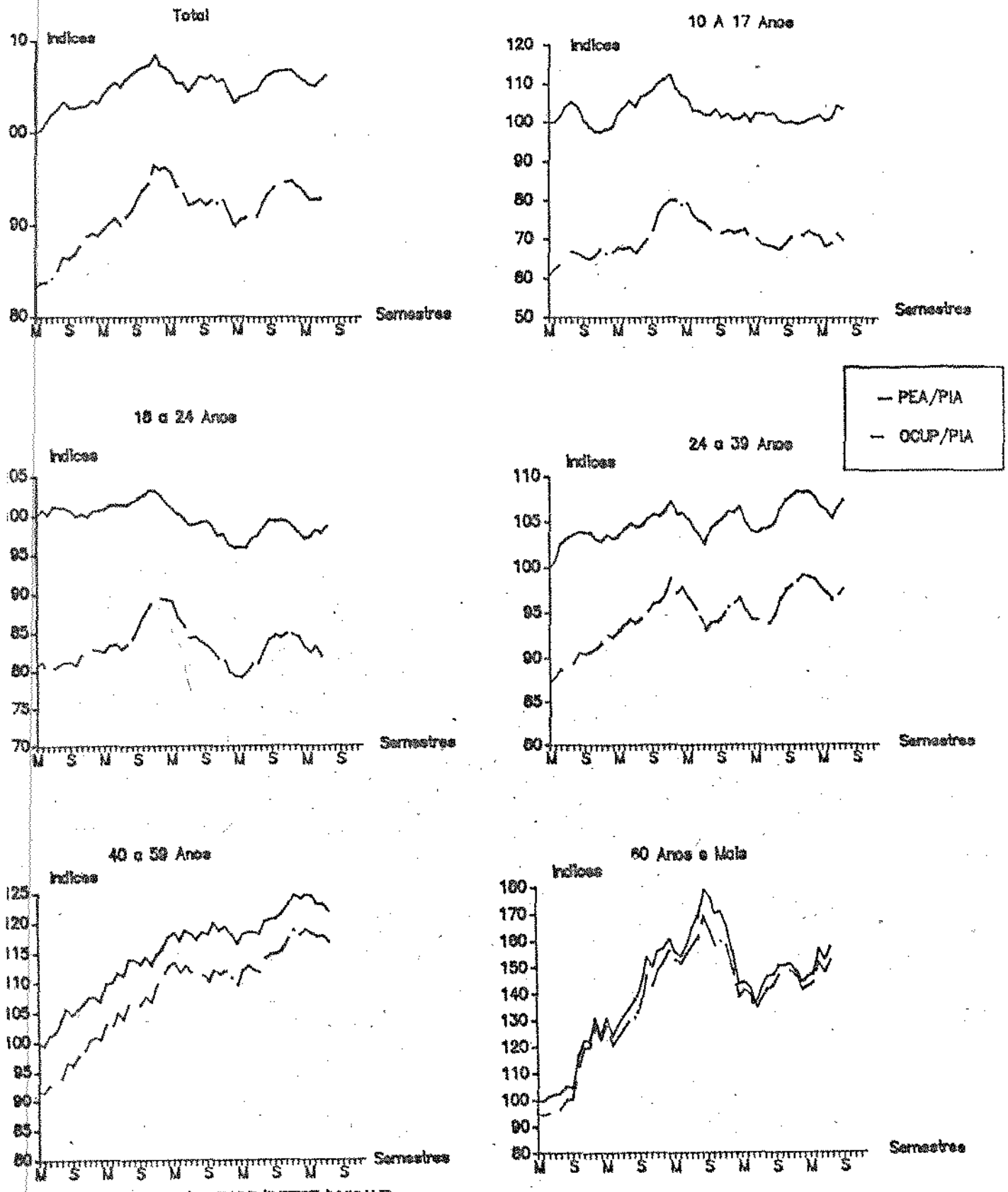
FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
Nota: Base PEA/PIA Out/84-Mar/85 = 100

GRAFICO 2.2
Evolucao dos Indices das Taxas Semestrais Especificas de
Participacao e Ocupacao da Populacao em Idade Ativa Masculina
Grande Sao Paulo
1985-89



FONTE: SEP Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base out/84-mar/85 = 100

GRAFICO 2.3
Evolucao dos Indices das Taxas Semestrais Especificas de
Participacao e Ocupacao da Populacao em Idade Ativa Feminina
Grande Sao Paulo
1985-89



FONTE: SEP Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base out/84-mar/85 = 100

ocorrência de um processo que afeta o nível de disponibilidade - ou "oferta" - de mão-de-obra.

Esta evidência quanto ao comportamento coincidente entre ocupação e participação sugere uma relação entre as duas variáveis consideradas. Esta relação deve corresponder a uma determinação das variações do nível de ocupação sobre o da taxa de participação, pois as variações em ambas acompanham as alterações do nível de atividade geral, sendo que este determina o comportamento do nível de ocupação e não o de participação. Deste modo, avança-se no sentido da elaboração apresentada no Capítulo 1, quando se sugeriu que a acumulação de capital afeta não somente aquela parcela populacional mobilizada, mas também segmentos disponíveis da população em idade ativa.

Este movimento não pode ser considerado homogêneo para o conjunto da população em idade ativa. Segmentos específicos desta população são afetados diferenciadamente. São geralmente as mulheres, os menores e as pessoas de 40 anos e mais, de ambos os sexos, que apresentam alterações na taxa de participação de acordo com as flutuações da ocupação.

O Gráfico 2.2 apresenta dados relativos à população masculina de 10 anos ou mais, segundo algumas classes de idade. Como é claramente observável, as coincidências entre os movimentos das duas taxas são encontradas para as pessoas de 10 a 17 anos e para aquelas com mais de 40 anos. Para estas, variações na ocupação correspondem a modificações em

suas taxas de participação, sem grandes impactos sobre seus níveis de desemprego.

Quanto à população masculina de 18 a 39 anos, constata-se um desempenho diferenciado. Modificações em suas taxas de ocupação refletem-se fundamentalmente sobre os níveis de desemprego, pouco afetando suas taxas de participação. Para estes segmentos, o trânsito para a situação de inatividade parece não ser a alternativa durante os momentos de queda do nível de ocupação. Também o crescimento do nível de ocupação não se reflete sobre suas taxas de participação, mesmo porque para os homens nestas faixas de idade, são encontradas taxas de participação ao redor de 90%, que podem ser tomadas como sendo limites máximos.

Desta forma, verificam-se alterações nas taxas de atividade para aqueles segmentos da população em idade ativa masculina que possuem níveis de atividade ainda relativamente baixos. Ocorre que aquelas parcelas com taxas de atividade mais elevadas constituem as frações populacionais melhor situadas dentro do mercado de trabalho, tanto nos momentos de recuperação econômica como nas fases de crise. De fato, a população masculina com idade de 10 a 17 anos e com 40 anos ou mais conforma segmentos populacionais disponíveis que não permanecem obrigatória e permanentemente pressionando o mercado de trabalho nos momentos de redução dos níveis de atividade econômica.

Quanto às mulheres, não se diferenciam os impactos criados por variações no nível de emprego sobre a taxa de participação, para cada uma das faixas de idade - ver Gráfico 2.3. Mesmo as mulheres de 18 a 39 anos têm suas taxas de participação acompanhando as evoluções do nível de ocupação. Quanto às demais faixas - relativas às menores de 18 anos e com 40 anos e mais -, certifica-se o sincronismo esperado entre os movimentos das respectivas taxas. Neste sentido, o ajuste do mercado de trabalho através de modificações na taxa de participação realiza-se em todas as faixas de idade da população em idade ativa feminina.

Estas informações são indícios de que o conjunto da população em idade ativa não se insere de modo homogêneo no mercado de trabalho, bem como os efeitos difundidos pelas flutuações econômicas não afetam indistintamente o conjunto da população de 10 anos ou mais. Mais ainda, o aumento da participação para certos estratos da população em idade ativa, quando se manifestam incrementos no nível de ocupação evidencia que, mesmo na inatividade, estas parcelas se encontram, em grau não identificável, disponíveis para a incorporação ao mercado de trabalho[35]. Fica também evidenciado que o desemprego, como indicador sintético do

[35] Cabe esclarecer que estes movimentos não foram influenciados pelo processo migratório que deve ter ocorrido no período. Sobre este ponto, ver C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa*, *op. cit.*.

ajuste do mercado de trabalho, apresenta limites que devem ser conhecidos.

Após desenvolver esta análise empírica, é possível apresentar algumas considerações gerais sobre a relação entre flutuações econômicas e disponibilidade mão-de-obra. Como vimos recorrentemente sugerindo ao longo deste estudo, os movimentos da acumulação de capital afetam não somente os segmentos da população em idade ativa que se encontram inseridos no mercado de trabalho, como também alcançam as frações não inseridas. Tal constatação é de extrema valia, pelas seguintes razões.

Em primeiro lugar, porque a disponibilidade de mão-de-obra em países atrasados não pode ser tomada como uma variável puramente demográfica, na medida que ela pode ser modificada por movimentos da acumulação de capital, via a incorporação de novos contingentes de trabalhadores, permitida por acréscimos nas taxas de participação de segmentos específicos[36] e, regionalmente, pela intensificação do processo migratório. Neste sentido, não se deve considerar a disponibilidade de mão-de-obra como uma componente exógena à acumulação de capital.

Este argumento nos leva à discussão da segunda razão. A acumulação de capital, ao incorporar, na expansão, e expulsar, na retração, segmentos populacionais da vida

[36] Ver C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente Ativa*, *op. cit.*.

produtiva, equaciona duplamente parte dos efeitos criados pelas diversas fases econômicas.

Na recuperação/expansão, a incorporacão à atividade de parcelas da população inativa atenua a queda do desemprego, reduzindo possíveis efeitos que o crescimento tem sobre os níveis salariais. Caso não se verificasse uma aceleração na taxa de crescimento da PEA, durante a fase de prosperidade, muito provavelmente iria se observar uma redução mais intensa do desemprego, que poderia representar o esgotamento de certos tipo de trabalhadores. Contudo, face ao aumento das taxas de participação, tal esgotamento pode ser parcialmente contornado, graças a incorporação de novos contingentes de trabalhadores. É razoável supor que esta incorporação é possível dada a existência de uma larga base de trabalho não-qualificado, presente em nossas estruturas produtivas. Para este segmento do mercado de trabalho, a redução da disponibilidade de certos tipos de mão-de-obra pode ser contornada através da incorporação de segmentos de trabalhadores considerados menos produtivos, mas com níveis de remuneração adequados ao capital.

Durante a crise, a redução dos níveis de ocupação não se reflete inteiramente sob a forma de desemprego[37]. Como se debateu anteriormente, parte destes efeitos são absorvidos

[37] Cabe lembrar, que o desemprego aqui considerado engloba tanto o desemprego aberto, como as formas de desemprego oculto. É lógico que, dada a diferenciação das situações de atividade, restringir-se ao desemprego aberto significaria subestimar ainda mais os efeitos dos ajustes econômicos sobre o mercado de trabalho.

via um aumento relativo da inatividade da população em idade ativa. Isto é, não necessariamente uma crise no mercado de trabalho tem a totalidade de seus efeitos percebidos via o aumento do desemprego.

A terceira razão, remete-se à parte da discussão do capítulo 1, onde se argumentou sobre a funcionalidade exercida pelos contingentes populacionais disponíveis, contrapostos à uma estrutura produtiva heterogênea. É real a possibilidade do capital incorporar, nas fases de crescimento, segmentos secundários da mão-de-obra, devido o fato de boa parte da estrutura ocupacional corresponder a empregos de baixa ou nenhuma qualificação. Neste sentido, são importantes as constatações apresentadas em outro trabalho, que mostram que a incorporação dos novos contingentes, durante os anos de 1985-86, foi relativamente mais acentuada na indústria e sob a forma de trabalho assalariado[38]. A possibilidade de assalariamento na indústria destes novos contingentes só viável se supusermos que os empregos por eles ocupados requerem pouca ou nenhuma experiência/ ou qualificação anterior[39]. Portanto, este movimento ocorre dada a

[38] Ver Ver C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, *Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa*, São Paulo em Perspectiva, SEADE, v.2, n.3, jul-set, pp. 43-55, SP, 1988.

[39] Apesar destas constatações, não se deve esquecer que o reaquecimento econômico temporário de 85-86 representou fundamentalmente a ocupação de capacidade pré-existente, sem que tivessem havido investimentos significativos no período. Tais características devem significar uma incorporação relativamente menor de trabalhadores qualificados, na medida que a ocupação de capacidade pré-existente não implica na constituição de um corpo coletivo de trabalho, mas apenas a sua complementação.

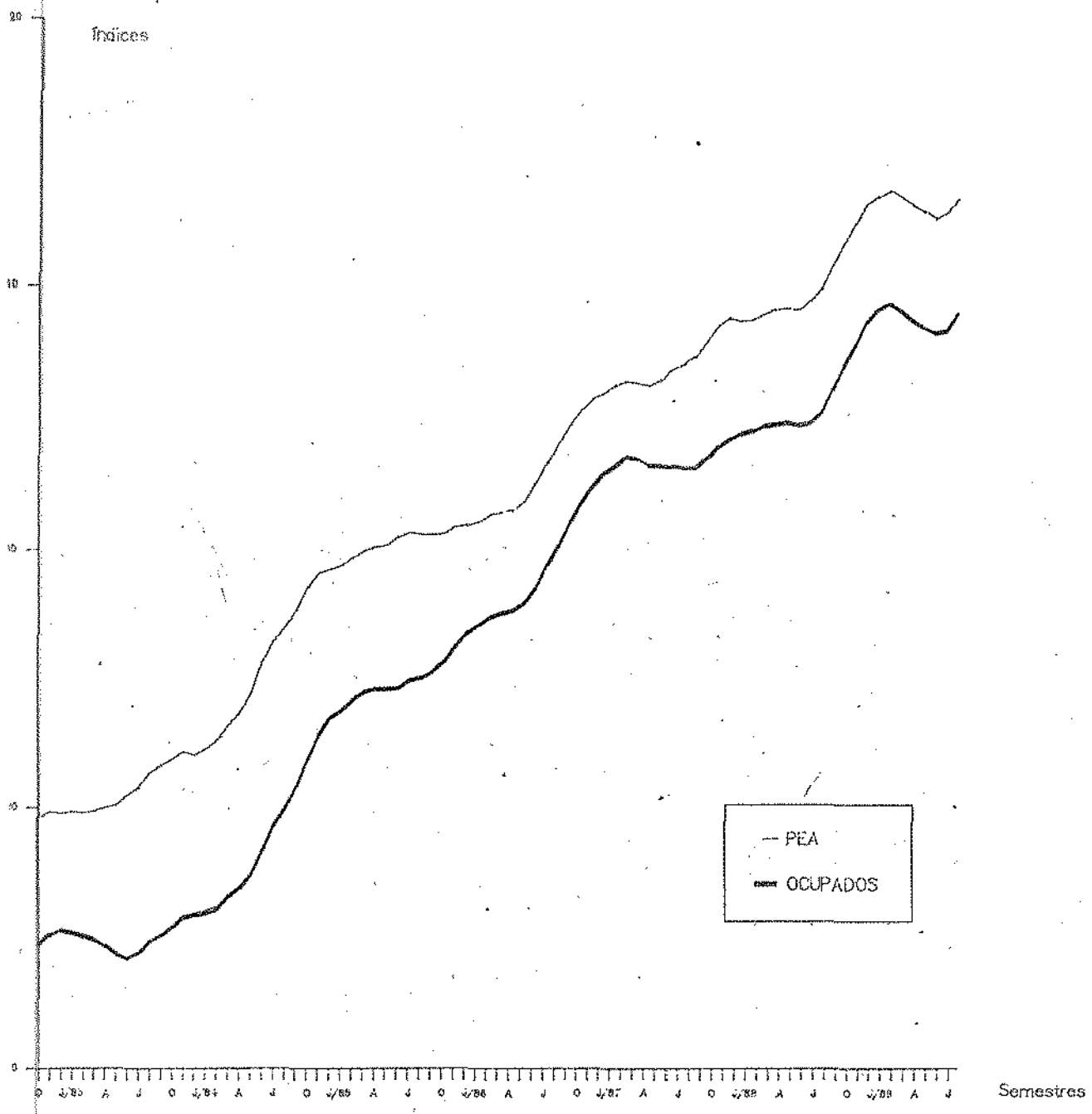
solidariedade entre estrutura produtiva e disponibilidade de mão-de-obra.

Deste modo, não se deve restringir a análise do funcionamento do mercado de trabalho aos trânsitos existentes entre formas de atividade, cabendo incorporar também aqueles entre inatividade e atividade e vice-versa, na medida que os movimentos do capital não se restringem à parcela mobilizada.

APÊNDICE 2.1

Gráfico A.2.1

Evolucao das Indices da populacao Economicamente Ativa
e da Populacao Ocupada
Grande Sao Paulo
1982-89



FONTE: Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE.

Nota: Base PEA Mai-Out/82 = 100

TABELA A.2.1.1
INDICES DAS TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Base: PEA/PIA Out-Mar/85=100

SEMESTRES	ANO	PEA/PIA	OCUP/PIA	SEMESTRES	ANO	PEA/PIA	OCUP/PIA
OUT-MAR	1985	100.00	86.81	AGO-JAN	1988	104.23	94.22
NOV-ABR	1985	100.68	87.48	SET-FEV	1988	103.45	93.45
DEZ-MAI	1985	101.06	87.31	OUT-MAR	1988	103.68	93.55
JAN-JUN	1985	101.66	87.69	NOV-ABR	1988	103.70	93.43
FEV-JUL	1985	102.03	88.21	DEZ-MAI	1988	103.50	92.78
MAR-AGO	1985	102.53	89.02	JAN-JUN	1988	103.56	92.61
ABR-SET	1985	102.38	89.33	FEV-JUL	1988	103.83	93.24
MAI-OUT	1985	102.15	89.56	MAR-AGO	1988	104.01	93.69
JUN-NOV	1985	102.48	90.62	ABR-SET	1988	104.14	94.11
JUL-DEZ	1985	102.74	91.56	MAI-OUT	1988	104.37	94.33
AGO-JAN	1986	102.99	91.89	JUN-NOV	1988	104.44	94.87
SET-FEV	1986	102.86	91.94	JUL-DEZ	1988	104.53	95.25
OUT-MAR	1986	103.33	92.31	AGO-JAN	1989	104.26	95.00
NOV-ABR	1986	103.89	92.70	SET-FEV	1989	104.01	94.50
DEZ-MAI	1986	104.06	92.88	OUT-MAR	1989	103.73	93.91
JAN-JUN	1986	103.97	92.65	NOV-ABR	1989	103.56	93.75
FEV-JUL	1986	104.39	93.28	DEZ-MAI	1989	103.80	93.67
MAR-AGO	1986	104.63	93.86	JAN-JUN	1989	103.99	93.66
ABR-SET	1986	104.84	94.49	FEV-JUL	1989		
MAI-OUT	1986	105.08	95.24	MAR-AGO	1989		
JUN-NOV	1986	105.25	95.82	ABR-SET	1989		
JUL-DEZ	1986	105.75	96.89	MAI-OUT	1989		
AGO-JAN	1987	105.26	96.69	JUN-NOV	1989		
SET-FEV	1987	105.38	97.03	JUL-DEZ	1989		
OUT-MAR	1987	105.08	96.79				
NOV-ABR	1987	104.67	96.20				
DEZ-MAI	1987	104.65	95.70				
JAN-JUN	1987	104.11	94.77				
FEV-JUL	1987	104.53	94.95				
MAR-AGO	1987	105.04	94.94				
ABR-SET	1987	104.93	94.67				
MAI-OUT	1987	104.88	94.79				
JUN-NOV	1987	104.75	94.89				
JUL-DEZ	1987	104.83	95.02				

FONTE: SEP - CONVENIO SEADE/DIEESE/UNICAMP

TABELA A.2.1.2
INDICES DAS TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO SEGUNDO IDADE - HOMENS
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Base: PEA/PIA Out-Mar/85=100

SEMESTRES	ANO	Total		10 a 17 Anos		18 a 24 Anos		25 a 39 Anos		40 a 59 Anos		60 Anos e Mais	
		PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA
OUT-MAR	1985	100.00	89.82	100.00	65.97	100.00	84.84	100.00	92.90	100.00	94.61	100.00	96.12
NOV-ABR	1985	100.78	89.67	103.27	68.64	100.46	85.67	100.14	92.99	101.14	95.50	104.39	98.85
DEZ-MAI	1985	100.84	89.35	104.04	69.02	100.50	84.82	100.31	92.78	101.74	96.05	102.78	98.34
JAN-JUN	1985	101.15	89.61	105.55	69.82	100.82	85.05	100.35	92.84	101.67	95.88	103.67	98.46
FEV-JUL	1985	101.38	89.90	105.98	71.05	101.04	85.01	100.32	92.93	101.64	96.12	104.26	99.04
MAR-AGO	1985	101.64	90.25	107.12	71.26	100.97	85.13	100.26	93.07	101.46	95.92	107.21	101.53
ABR-SET	1985	101.80	90.58	107.12	71.79	100.95	86.23	100.21	93.46	101.94	96.24	104.28	98.56
MAI-OUT	1985	101.47	91.65	106.43	71.58	100.92	86.75	100.10	93.81	101.98	96.75	100.32	95.54
JUN-NOV	1985	101.90	92.12	107.59	72.59	101.07	88.01	99.88	94.32	102.11	97.17	102.41	97.52
JUL-DEZ	1985	102.44	93.17	110.33	76.64	101.23	88.91	99.91	94.78	102.25	97.69	102.28	97.82
AGO-JAN	1986	102.49	93.49	112.11	77.88	101.57	89.80	99.90	95.12	102.81	98.52	101.41	96.55
SET-FEV	1986	102.51	93.76	112.47	78.58	101.81	90.46	99.92	95.33	103.32	99.07	100.32	95.96
OUT-MAR	1986	102.90	94.02	113.10	79.97	101.81	90.85	100.01	95.39	104.16	99.96	102.07	97.91
NOV-ABR	1986	103.22	94.35	114.28	80.39	102.10	92.29	99.98	95.26	105.82	99.63	109.81	105.22
DEZ-MAI	1986	103.25	94.35	114.63	80.71	102.21	90.53	100.06	95.09	104.45	100.58	108.34	103.33
JAN-JUN	1986	103.30	94.39	114.46	80.13	101.79	90.85	100.11	95.08	105.06	101.30	108.64	103.51
FEV-JUL	1986	103.69	94.98	115.69	82.07	101.79	90.29	100.00	95.24	104.95	101.37	112.15	107.17
MAR-AGO	1986	103.78	95.58	116.13	84.59	101.78	90.96	99.98	95.49	105.19	101.57	111.00	106.41
ABR-SET	1986	103.76	95.80	116.20	84.62	101.70	91.30	100.07	95.77	104.90	101.43	114.15	109.90
MAI-OUT	1986	103.99	96.34	119.96	88.84	101.44	91.83	100.04	96.08	105.16	101.73	109.79	105.83
JUN-NOV	1986	104.05	96.75	120.12	90.12	101.30	92.29	100.03	96.28	104.52	101.15	112.21	108.60
JUL-DEZ	1986	103.93	97.04	120.16	91.25	101.06	92.76	99.96	96.52	104.52	101.23	114.75	111.69
AGO-JAN	1987	103.75	96.90	118.24	90.87	100.98	92.07	100.17	96.53	104.60	101.52	112.57	109.77
SET-FEV	1987	103.87	97.09	118.55	91.80	100.81	91.70	100.15	96.59	104.80	102.07	115.67	113.43
OUT-MAR	1987	103.62	96.91	117.41	91.16	100.44	91.60	100.16	96.45	104.62	102.02	112.63	109.79
NOV-ABR	1987	103.57	96.82	113.82	88.54	100.60	91.21	100.25	96.59	104.74	102.10	114.19	111.11
DEZ-MAI	1987	103.49	96.33	114.89	89.46	100.44	90.19	100.22	96.24	105.00	102.18	116.39	113.19
JAN-JUN	1987	103.35	95.89	113.22	88.69	100.65	89.81	99.92	95.49	104.91	101.77	116.17	113.23
FEV-JUL	1987	103.46	95.96	112.57	88.18	100.92	89.96	99.94	95.50	104.67	101.71	115.88	113.24
MAR-AGO	1987	103.74	95.76	112.68	86.75	101.89	89.75	99.99	95.16	104.69	101.19	117.88	113.63
ABR-SET	1987	103.80	95.74	111.81	86.84	101.58	89.80	99.98	95.08	104.93	101.37	120.54	117.27
MAI-OUT	1987	103.54	95.70	110.21	86.38	100.99	89.37	99.95	94.98	105.33	101.99	119.97	117.15
JUN-NOV	1987	103.76	96.88	107.61	83.44	101.07	89.91	100.01	95.17	106.00	102.74	120.69	117.79
JUL-DEZ	1987	103.72	96.68	108.03	83.91	101.01	90.09	100.15	95.34	106.18	102.81	119.19	116.27

FONTE: SEP - CONVENIO SEADE/DIEESE/UNICAMP

TABELA A.2.1.2
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - HOMENS
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Continuacao

SEMESTRES	ANO	Total		10 a 17 Anos		18 a 24 Anos		25 a 39 Anos		40 a 59 Anos		60 Anos e Mais	
		PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA
AGO-JAN	1988	103.57	95.60	108.15	82.51	100.53	89.69	100.12	94.88	106.59	103.08	119.00	115.48
SET-FEV	1988	103.17	95.33	107.29	81.84	100.43	89.63	99.96	94.88	106.73	103.36	118.64	115.71
OUT-MAR	1988	103.18	95.12	108.45	82.30	100.59	89.52	99.84	94.58	106.35	102.78	120.70	117.13
NOV-ABR	1988	103.18	94.72	108.83	82.00	100.57	89.32	99.72	94.09	106.16	102.67	121.86	117.87
DEZ-MAI	1988	102.73	93.98	110.56	82.96	100.41	88.44	99.59	93.37	105.71	101.98	117.63	114.07
JAN-JUN	1988	102.66	93.52	110.01	80.69	100.69	88.18	99.66	93.38	105.57	102.04	116.89	112.77
FEV-JUL	1988	102.63	93.77	108.85	80.85	100.85	88.69	99.60	93.59	105.75	101.94	117.79	113.18
MAR-AGO	1988	102.56	93.84	108.24	80.72	100.73	88.92	99.74	93.66	105.72	102.05	116.55	112.75
ABR-SET	1988	102.64	94.16	107.70	80.13	100.36	88.96	99.68	93.73	106.12	102.92	115.58	111.22
MAI-OUT	1988	102.81	94.48	107.83	79.34	100.64	89.66	99.75	94.10	106.68	103.25	118.10	113.86
JUN-NOV	1988	102.86	94.83	104.98	77.82	100.73	90.33	99.97	94.65	107.55	104.07	120.88	115.52
JUL-DEZ	1988	102.95	95.32	104.48	78.74	100.55	90.58	99.86	94.84	107.74	104.42	121.92	117.78
AGO-JAN	1989	102.85	94.95	107.20	79.79	100.33	90.24	99.93	94.57	107.16	103.94	120.53	117.28
SET-FEV	1989	102.54	94.41	107.31	79.57	100.20	89.34	99.79	94.68	106.56	103.05	123.44	119.63
OUT-MAR	1989	102.41	94.19	106.88	78.85	100.21	89.60	99.84	94.84	106.63	102.89	122.19	117.84
NOV-ABR	1989	102.27	93.91	106.29	79.73	100.49	88.38	99.78	94.54	106.43	102.56	122.81	118.57
DEZ-MAI	1989	102.49	93.80	108.94	81.67	100.55	87.79	99.68	94.26	105.87	102.15	122.98	118.92
JAN-JUN	1989	102.54	93.68	110.39	82.72	100.69	87.69	99.68	94.22	106.21	102.02	124.14	119.31
FEV-JUL	1989												
MAR-AGO	1989												
ABR-SET	1989												
MAI-OUT	1989												
JUN-NOV	1989												
JUL-DEZ	1989												

FONTE: SEP - CONVENIO SEADE/DIEESE/UNICAMP

TABELA A.2.1.3
INDICES DAS TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO SEGUNDO IDADE - MULHERES
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Base: PEA/PIA Out-Mar/85=100

SEMESTRES	ANO	Total		10 a 17 Anos		18 a 24 Anos		25 a 39 Anos		40 a 59 Anos		60 Anos e Mais	
		PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA
OUT-MAR	1985	100.00	83.26	100.00	60.48	100.00	90.71	100.00	87.34	100.00	91.73	100.00	95.00
NOV-ABR	1985	100.23	83.60	99.94	62.28	100.70	81.35	100.65	87.79	99.31	91.48	99.44	94.46
DEZ-MAI	1985	101.11	83.74	101.43	63.33	100.19	79.75	102.63	88.71	101.11	92.83	101.33	94.89
JAN-JUN	1985	102.10	84.22	104.15	65.44	101.21	80.46	103.23	88.75	101.62	92.56	102.10	95.96
FEV-JUL	1985	102.63	85.07	105.28	67.86	101.09	80.84	103.59	89.46	103.46	93.97	102.33	96.44
MAR-AGO	1985	103.40	86.51	103.71	66.50	101.03	81.26	103.91	90.68	105.76	96.55	105.27	100.15
ABR-SET	1985	102.73	86.29	100.28	65.51	100.65	81.25	103.87	90.52	104.52	96.04	104.50	100.20
MAI-OUT	1985	102.70	86.66	98.73	64.83	99.91	80.86	103.68	90.71	105.49	97.71	116.93	112.71
JUN-NOV	1985	102.58	87.68	97.54	65.63	100.19	82.12	103.11	91.05	106.49	98.30	122.63	119.79
JUL-DEZ	1985	102.96	88.71	97.35	67.35	99.82	82.53	102.86	91.65	107.52	100.41	122.82	119.85
AGO-JAN	1986	103.57	89.12	98.19	66.27	100.69	82.89	103.59	92.54	107.60	100.86	130.71	127.84
SET-FEV	1986	103.19	88.79	98.71	66.65	100.72	82.75	103.28	92.23	106.79	100.37	124.67	122.57
OUT-MAR	1986	104.12	89.48	102.59	67.98	100.84	82.50	103.39	92.91	109.76	102.99	130.54	127.81
NOV-ABR	1986	105.00	90.89	104.98	67.59	101.36	83.42	104.26	93.71	110.65	102.62	124.36	121.33
DEZ-MAI	1986	105.50	90.66	105.62	67.98	101.36	83.54	104.81	94.31	111.73	105.10	128.33	123.72
JAN-JUN	1986	105.08	89.89	104.15	66.56	101.46	82.76	104.48	93.87	111.20	103.96	131.74	126.62
FEV-JUL	1986	105.93	90.81	106.80	68.21	101.39	83.39	104.64	94.39	113.95	106.34	134.59	129.44
MAR-AGO	1986	106.45	91.53	107.53	69.99	101.88	84.24	105.41	95.17	113.84	106.37	137.63	131.14
ABR-SET	1986	106.90	92.70	108.43	72.26	102.27	85.66	105.90	96.10	113.19	106.22	143.89	135.92
MAI-OUT	1986	107.22	93.87	110.28	76.63	102.64	87.19	105.65	96.19	114.36	107.68	153.86	146.62
JUN-NOV	1986	107.44	94.60	111.32	78.93	103.31	88.37	106.19	97.85	113.90	106.76	150.15	142.97
JUL-DEZ	1986	108.57	96.54	112.43	80.11	103.28	89.83	107.25	98.72	114.72	109.35	156.28	148.83
AGO-JAN	1987	107.39	96.85	108.81	80.96	102.56	89.50	105.92	97.26	115.66	111.65	156.91	151.63
SET-FEV	1987	107.19	96.31	107.34	79.62	101.58	89.35	106.05	97.08	117.67	112.74	160.47	155.92
OUT-MAR	1987	106.61	95.79	106.41	79.42	100.94	89.62	105.34	96.72	118.31	113.37	155.31	152.68
NOV-ABR	1987	105.48	94.27	103.37	76.28	100.24	86.91	104.25	95.77	116.90	111.73	154.19	151.54
DEZ-MAI	1987	105.46	93.65	103.16	74.80	99.57	85.81	103.54	94.53	118.72	112.93	158.34	154.97
JAN-JUN	1987	104.56	92.22	102.24	74.03	98.84	84.38	102.67	93.87	118.13	111.78	164.60	158.61
FEV-JUL	1987	105.35	92.42	101.99	72.62	98.90	84.44	104.41	94.82	117.21	110.60	168.74	160.77
MAR-AGO	1987	106.28	92.78	103.72	74.22	99.19	83.92	104.91	94.81	118.39	111.28	179.21	169.25
ABR-SET	1987	106.81	92.22	101.41	71.74	99.25	83.39	105.39	94.61	118.88	110.32	176.27	164.80
MAI-OUT	1987	106.38	92.69	102.42	72.36	98.47	82.63	106.19	95.78	119.93	112.17	178.23	168.11
JUN-NOV	1987	105.73	92.39	101.08	71.71	97.50	81.68	106.04	96.11	118.73	111.39	171.15	159.57
JUL-DEZ	1987	106.07	92.79	101.18	72.13	97.68	81.81	106.72	96.67	119.41	112.07	165.78	158.07

FONTE: SEP - CONVENIO SEADE/DIEESE/UNICAMP

TABELA A.2.1.3
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - MULHERES
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Continuacao

SEMESTRES	ANO	Total		10 a 17 Anos		18 a 24 Anos		25 a 39 Anos		40 a 59 Anos		60 Anos e Mais	
		PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA	PEA/PIA	OCUP/PIA
AGO-JAN	1988	104.68	91.39	100.30	72.71	96.26	79.91	104.86	95.23	118.12	110.75	155.61	149.10
SET-FEV	1988	103.45	89.99	100.41	69.62	95.95	79.35	103.97	94.20	116.49	109.52	143.67	139.42
OUT-MAR	1988	104.03	90.63	102.58	70.34	96.01	79.20	103.82	94.20	116.16	112.01	144.39	141.11
NOV-ABR	1988	104.24	90.86	102.65	68.92	95.94	79.92	104.27	94.44	116.51	112.80	142.27	139.64
DEZ-MAI	1988	104.55	90.68	102.40	68.53	97.14	80.91	104.47	93.86	118.52	112.37	136.68	133.48
JAN-JUN	1988	104.61	90.94	102.81	68.17	97.45	81.07	104.84	94.66	118.17	111.71	142.02	137.49
FEV-JUL	1988	105.09	92.42	104.69	67.44	98.51	82.72	106.58	96.55	120.85	114.08	146.65	141.72
MAR-AGO	1988	106.44	93.56	104.16	68.89	99.40	84.20	107.49	97.54	120.60	114.81	147.09	142.98
ABR-SET	1988	106.77	94.24	104.51	70.70	99.27	84.71	107.93	98.04	120.71	114.91	150.58	146.96
MAI-OUT	1988	106.96	94.31	99.92	71.24	99.43	84.36	108.45	98.49	121.53	115.44	150.66	147.66
JUN-NOV	1988	106.93	94.50	100.30	71.17	99.23	84.94	108.33	99.21	122.85	117.19	151.41	148.49
JUL-DEZ	1988	106.98	95.86	101.81	72.41	98.64	84.89	108.36	99.00	124.56	118.72	148.46	146.74
AGO-JAN	1989	106.39	94.44	101.59	71.50	97.85	84.56	107.73	98.71	123.98	118.06	144.36	141.46
SET-FEV	1989	105.98	93.80	100.27	70.92	97.17	83.16	106.73	97.83	124.64	118.99	144.33	142.84
OUT-MAR	1989	105.43	92.91	100.91	68.35	97.21	82.53	105.88	97.20	124.37	118.20	147.31	143.57
NOV-ABR	1989	105.29	92.94	101.55	69.10	96.13	83.26	105.45	96.49	123.13	117.69	157.12	151.96
DEZ-MAI	1989	105.91	92.95	104.76	71.48	97.80	84.99	106.56	96.86	123.12	117.79	153.13	147.95
JAN-JUN	1989	106.45	93.34	104.05	70.02	98.70	82.59	107.40	97.62	121.94	116.86	157.53	152.35
FEV-JUL	1989												
MAR-AGO	1989												
ABR-SET	1989												
MAI-OUT	1989												
JUN-NOV	1989												
JUL-DEZ	1989												

FONTE: SEP - CONVENIO SEADE/DIEESE/UNICAMP

TABELA A.2.1.4
INDICE DAS TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO
GRANDE SAO PAULO
1982-89

Base: PEA/PIA Out-Mar/85=100

SEMESTRES	ANO	PEA/PIA	OCUP/PIA	SEMESTRES	ANO	PEA/PIA	OCUP/PIA
MAI-OUT	1982	89.58	84.73	OUT-MAR	1986	101.50	97.61
JUN-NOV	1982	89.82	85.09	NOV-ABR	1986	101.58	97.70
JUL-DEZ	1982	89.74	85.27	DEZ-MAI	1986	101.91	97.99
AGO-JAN	1983	89.80	85.17	JAN-JUN	1986	102.61	98.55
SET-FEV	1983	89.78	85.04	FEV-JUL	1986	103.38	99.47
OUT-MAR	1983	89.85	84.98	MAR-AGO	1986	104.15	100.23
NOV-ABR	1983	90.04	84.72	ABR-SET	1986	104.83	101.09
DEZ-MAI	1983	90.13	84.39	MAI-OUT	1986	105.42	101.86
JAN-JUN	1983	90.49	84.21	JUN-NOV	1986	105.91	102.45
FEV-JUL	1983	90.79	84.41	JUL-DEZ	1986	106.00	102.92
MAR-AGO	1983	91.35	84.85	AGO-JAN	1987	106.30	103.19
ABR-SET	1983	91.64	85.68	SET-FEV	1987	106.46	103.56
MAI-OUT	1983	91.89	85.40	OUT-MAR	1987	106.39	103.47
JUN-NOV	1983	92.17	85.78	NOV-ABR	1987	106.29	103.28
JUL-DEZ	1983	92.05	85.89	DEZ-MAI	1987	106.50	103.26
AGO-JAN	1984	92.28	85.97	JAN-JUN	1987	106.98	103.24
SET-FEV	1984	92.60	86.10	FEV-JUL	1987	107.17	103.19
OUT-MAR	1984	93.17	86.58	MAR-AGO	1987	107.45	103.18
NOV-ABR	1984	93.63	86.91	ABR-SET	1987	108.02	103.57
DEZ-MAI	1984	94.39	87.39	MAI-OUT	1987	108.61	104.00
JAN-JUN	1984	95.65	88.33	JUN-NOV	1987	108.92	104.29
FEV-JUL	1984	96.45	89.28	JUL-DEZ	1987	108.81	104.48
MAR-AGO	1984	97.03	90.00	AGO-JAN	1988	108.83	104.60
ABR-SET	1984	97.72	90.83	SET-FEV	1988	109.06	104.81
MAI-OUT	1984	98.59	91.90	OUT-MAR	1988	109.23	104.88
JUN-NOV	1984	99.16	92.85	NOV-ABR	1988	109.29	104.93
JUL-DEZ	1984	99.29	93.49	DEZ-MAI	1988	109.29	104.83
AGO-JAN	1985	99.45	93.76	JAN-JUN	1988	109.64	104.94
SET-FEV	1985	99.73	94.19	FEV-JUL	1988	110.10	105.32
OUT-MAR	1985	100.00	94.47	MAR-AGO	1988	111.00	106.24
NOV-ABR	1985	100.16	94.61	ABR-SET	1988	111.82	107.11
DEZ-MAI	1985	100.22	94.60	MAI-OUT	1988	112.55	107.85
JAN-JUN	1985	100.53	94.63	JUN-NOV	1988	113.28	108.77
FEV-JUL	1985	100.72	94.95	JUL-DEZ	1988	113.55	109.25
MAR-AGO	1985	100.62	95.03	AGO-JAN	1989	113.78	109.50
ABR-SET	1985	100.60	95.29	SET-FEV	1989	113.53	109.21
MAI-OUT	1985	100.67	95.67	OUT-MAR	1989	113.23	108.86
JUN-NOV	1985	100.92	96.27	NOV-ABR	1989	113.02	108.57
JUL-DEZ	1985	100.99	96.82	DEZ-MAI	1989	112.75	108.39
AGO-JAN	1986	101.12	97.13	JAN-JUN	1989	112.99	108.47
SET-FEV	1986	101.39	97.45	FEV-JUL	1989	113.46	109.12

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME, IBGE.

TABELA A.2.1.5
INDICES DE TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO DA POPULACAO MASCULINA SEGUNDO IDADE
GRANDE SAO PAULO
1982-89

Base: PEA/PIA Out/84-Mai/85=100

SEXO-TRES	ANO	TOTAL		10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 39 ANOS		40 ANOS E MAIS	
		PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA
MAI-OUT	1982	100.11	94.79	104.21	90.90	99.03	90.46	99.83	96.00	101.05	98.53
JUN-NOV	1982	99.90	94.70	102.22	89.42	98.60	90.22	99.94	96.17	100.98	98.44
JUL-DEZ	1983	99.61	94.63	100.41	88.86	98.11	89.91	99.86	96.15	100.89	98.50
AGO-JAN	1983	99.39	94.24	100.43	88.18	97.65	89.17	99.76	95.96	100.49	98.02
SET-FEV	1983	99.04	93.73	100.08	87.62	97.24	88.43	99.51	95.52	100.17	97.72
OUT-MAR	1983	98.73	93.26	98.67	85.52	97.38	68.07	99.24	95.17	99.85	97.30
NOV-ABR	1983	98.61	92.64	98.48	84.13	97.53	87.44	99.07	94.71	99.73	96.98
DEZ-MAI	1983	98.54	92.16	98.60	83.47	97.95	87.15	99.01	94.27	99.44	96.55
JAN-JUN	1983	98.67	91.91	99.35	82.69	98.60	87.13	99.07	94.02	99.29	96.13
FEV-JUL	1983	98.66	91.72	98.60	81.70	98.89	67.40	99.18	94.07	99.31	95.97
MAR-AGO	1983	98.81	91.80	98.61	81.68	99.20	87.63	99.49	94.34	99.11	95.67
ABR-SET	1983	98.78	91.72	98.04	81.43	98.81	87.83	99.76	94.50	98.72	95.33
MAI-OUT	1983	98.66	91.70	97.01	80.94	98.54	86.88	99.97	94.82	98.24	94.80
JUN-NOV	1983	98.44	91.52	95.22	79.24	97.96	86.36	100.02	94.98	98.06	94.50
JUL-DEZ	1983	98.13	91.34	93.10	77.71	97.45	86.12	100.02	95.00	97.63	94.16
AGO-JAN	1984	97.89	91.02	92.58	76.93	97.20	85.56	99.92	94.88	97.26	93.76
SET-FEV	1984	97.79	90.76	91.44	74.96	97.21	85.29	99.79	94.67	97.44	93.92
OUT-MAR	1984	97.84	90.80	92.49	75.45	97.38	85.66	99.58	94.45	97.76	94.18
NOV-ABR	1984	97.82	90.71	92.42	75.26	97.67	85.78	99.42	94.12	97.64	94.19
DEZ-MAI	1984	98.18	90.91	94.46	76.76	98.35	86.10	99.37	93.99	97.74	94.30
JAN-JUN	1984	98.64	91.21	97.06	78.84	98.96	86.42	99.49	94.19	97.87	94.30
FEV-JUL	1984	98.99	91.68	98.52	79.41	99.43	87.26	99.61	94.45	97.92	94.36
MAR-AGO	1984	99.07	91.94	98.61	79.84	99.51	87.73	99.76	94.78	97.84	94.25
ABR-SET	1984	99.29	92.35	99.81	80.69	99.76	88.21	99.91	95.19	98.00	94.36
MAI-OUT	1984	99.68	93.00	100.25	82.55	99.98	88.95	100.04	95.54	98.63	95.07
JUN-NOV	1984	99.78	93.59	100.04	83.29	99.86	89.81	100.12	95.94	99.14	95.79
JUL-DEZ	1984	99.77	94.09	99.87	83.81	99.72	90.55	100.05	96.10	99.64	96.60
AGO-JAN	1985	99.74	94.31	99.19	83.46	99.69	90.89	99.97	96.16	99.91	97.14
SET-FEV	1985	99.93	94.68	99.51	84.41	99.88	91.32	99.97	96.34	100.06	97.54
OUT-MAR	1985	100.00	94.84	100.00	84.26	100.00	91.55	100.00	96.44	100.00	97.73
NOV-ABR	1985	99.96	94.81	100.18	84.35	100.13	91.67	100.02	96.47	99.55	97.33
DEZ-MAI	1985	99.77	94.58	99.85	84.27	100.27	91.51	99.98	96.39	98.93	96.77
JAN-JUN	1985	99.69	94.28	99.87	83.85	100.44	91.17	100.18	96.44	98.47	96.25
FEV-JUL	1985	99.51	94.14	99.13	84.05	100.44	91.03	100.30	96.56	98.18	95.93
MAR-AGO	1985	99.17	93.97	97.54	84.07	100.19	90.81	100.25	96.60	97.95	95.74
ABR-SET	1985	98.86	93.91	95.89	83.99	100.02	90.86	100.20	96.68	97.79	95.64
MAI-OUT	1985	98.72	94.06	95.78	84.48	99.61	90.85	100.13	96.87	97.96	95.93
JUN-NOV	1985	98.85	94.40	96.47	85.09	99.32	91.09	100.23	97.14	98.39	96.50
JUL-DEZ	1985	98.92	94.78	96.28	85.89	99.16	91.58	100.15	97.33	98.58	96.90

FONTE: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE

TABELA A.2.1.5
INDICES DE TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO DA POPULACAO MASCULINA SEGUNDO IDADE
GRANDE SAO PAULO
1982-89

Continuacao

SEMES-TRES	ANO	TOTAL		10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 39 ANOS		40 ANOS E MAIS	
		PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA
AGO-JAN	1986	98.99	95.11	96.78	86.33	99.28	92.07	100.16	97.44	98.78	97.25
SET-FEV	1986	99.13	95.34	97.20	86.88	99.22	92.14	100.19	97.50	98.89	97.47
OUT-MAR	1986	99.18	95.47	97.55	87.43	99.09	92.28	100.25	97.49	98.65	97.34
NOV-ABR	1986	99.09	95.40	96.47	86.83	99.00	92.19	100.22	97.40	98.56	97.30
DEZ-MAI	1986	99.09	95.43	96.69	87.33	98.98	92.14	100.13	97.34	98.64	97.35
JAN-JUN	1986	99.21	95.49	97.62	88.22	99.08	92.20	100.15	97.32	98.80	97.44
FEV-JUL	1986	99.24	95.72	98.92	90.48	99.01	92.63	100.15	97.42	98.60	97.18
MAR-AGO	1986	99.49	96.12	100.26	92.41	99.41	93.49	100.19	97.52	98.77	97.33
ABR-SET	1986	99.76	96.56	101.21	93.97	99.90	94.25	100.28	97.76	98.96	97.54
MAI-OUT	1986	100.00	96.96	102.64	95.82	100.39	95.02	100.40	97.99	98.97	97.62
JUN-NOV	1986	100.13	97.26	102.75	96.79	100.80	95.66	100.42	98.10	99.20	97.94
JUL-DEZ	1986	100.14	97.42	103.66	98.10	100.64	95.87	100.27	98.03	99.45	98.24
AGO-JAN	1987	99.63	96.83	101.03	95.26	100.59	95.55	100.20	97.90	100.03	98.85
SET-FEV	1987	99.56	96.76	101.29	95.23	100.38	95.37	100.14	97.83	100.15	99.00
OUT-MAR	1987	99.37	96.49	101.11	94.38	99.73	94.63	100.06	97.73	100.30	99.16
NOV-ABR	1987	99.10	96.18	100.33	93.46	99.27	94.01	99.93	97.56	100.39	99.26
DEZ-MAI	1987	99.02	95.91	100.83	93.24	98.76	93.34	99.92	97.36	100.35	99.15
JAN-JUN	1987	99.17	95.69	100.42	91.76	98.95	92.82	100.10	97.28	100.59	99.25
FEV-JUL	1987	99.64	95.99	101.99	92.82	98.99	92.56	100.15	97.23	100.51	99.10
MAR-AGO	1987	99.58	95.68	100.28	90.97	98.93	92.05	100.19	97.04	100.78	99.22
ABR-SET	1987	99.75	95.75	99.98	90.76	99.52	92.43	100.20	96.98	100.99	99.35
MAI-OUT	1987	100.00	95.83	100.21	90.59	99.85	92.56	100.26	96.88	101.39	99.63
JUN-NOV	1987	100.18	95.95	100.24	90.79	100.37	92.99	100.26	96.80	101.78	99.90
JUL-DEZ	1987	99.92	95.94	99.43	91.06	100.11	93.11	100.13	96.80	101.59	99.90
AGO-JAN	1988	99.98	95.98	99.69	91.62	99.96	93.01	100.07	96.81	101.80	100.13
SET-FEV	1988	99.85	96.01	99.22	91.35	100.00	92.86	99.99	96.87	101.96	100.37
OUT-MAR	1988	99.81	95.88	98.54	90.30	99.65	92.33	99.99	96.93	102.17	100.57
NOV-ABR	1988	99.78	95.87	98.36	90.11	99.61	92.37	99.99	96.86	101.92	100.41
DEZ-MAI	1988	99.75	95.79	97.59	89.01	99.33	91.91	100.09	96.87	101.61	100.15
JAN-JUN	1988	100.16	96.03	97.72	88.21	99.78	92.09	100.28	97.00	101.74	100.24
FEV-JUL	1988	100.42	96.31	96.37	87.26	100.09	92.60	100.40	97.08	101.79	100.33
MAR-AGO	1988	100.82	96.76	98.30	88.34	100.42	93.26	100.56	97.25	101.84	100.39
ABR-SET	1988	101.01	97.03	98.64	88.77	100.64	93.70	100.66	97.37	102.04	100.67
MAI-OUT	1988	101.13	97.20	97.27	87.19	100.71	93.89	100.76	97.64	102.70	101.24
JUN-NOV	1988	101.11	97.39	95.67	85.94	100.93	94.43	100.86	97.93	102.89	101.49
JUL-DEZ	1988	100.83	97.23	94.68	85.63	100.87	94.40	100.77	97.96	102.72	101.37
AGO-JAN	1989	100.54	96.88	94.36	85.26	100.59	93.81	100.63	97.85	102.43	101.06
SET-FEV	1989	100.65	96.39	91.53	82.56	100.38	93.38	100.50	97.60	102.03	100.68
OUT-MAR	1989	99.73	95.95	90.31	81.69	100.04	92.93	100.43	97.44	101.51	100.09
NOV-ABR	1989	99.57	95.74	90.51	81.88	99.85	92.45	100.35	97.36	100.88	99.48
DEZ-MAI	1989	99.59	95.63	90.68	81.66	99.64	92.07	100.33	97.25	100.84	99.32
JAN-JUN	1989	99.83	95.75	91.34	82.06	99.58	92.13	100.49	97.25	100.89	99.18
FEV-JUL	1989	100.21	96.28	92.31	83.64	99.68	92.56	100.58	97.39	101.60	99.95
MAR-AGO	1989	100.60	96.89	94.20	86.19	99.83	93.34	100.73	97.65	102.24	100.57
ABR-SET	1989	100.76	97.20	94.42	86.84	100.15	93.84	100.71	97.79	102.88	101.26

FONTE: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE

TABELA A.2.1.6
INDICES DE TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO DA POPULACAO FEMININA SEGUNDO IDADE
GRANDE SAO PAULO
1982-89

Base: PEA/PIA Out/85-Mai/85=100

SEMES-TRES	ANO	TOTAL		10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 39 ANOS		40 ANOS E MAIS	
		PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA
MAI-OUT	1982	94.82	89.18	105.94	89.69	95.16	87.53	92.32	88.33	94.94	93.18
JUN-NOV	1982	94.65	89.33	102.88	86.01	94.96	87.66	93.82	89.22	94.26	92.56
JUL-DEZ	1983	94.17	89.29	102.24	88.72	94.16	87.35	93.17	89.69	93.31	91.75
AGO-JAN	1983	93.83	88.75	103.51	89.01	93.82	86.71	92.82	89.32	92.57	90.91
SET-FEV	1983	93.60	88.47	104.01	88.87	93.99	86.89	92.31	88.81	92.29	90.58
OUT-MAR	1983	93.49	88.08	103.71	87.52	94.31	86.69	92.41	89.41	92.25	90.52
NOV-ABR	1983	93.20	87.47	102.50	85.57	94.64	86.32	91.38	87.69	92.27	90.46
DEZ-MAI	1983	92.92	86.66	101.80	83.45	94.99	85.91	90.70	86.68	92.42	90.25
JAN-JUN	1983	93.11	86.10	100.94	80.60	95.89	85.61	90.51	86.13	92.90	90.30
FEV-JUL	1983	93.24	86.21	98.12	78.43	96.63	86.15	90.85	86.43	93.05	90.42
MAR-AGO	1983	93.63	86.52	95.53	76.95	97.56	86.72	91.84	87.27	92.82	90.03
ABR-SET	1983	93.63	86.61	93.68	76.12	97.76	86.97	92.48	87.77	92.19	89.33
MAI-OUT	1983	93.67	86.31	90.99	75.32	97.76	87.34	93.53	88.62	91.65	88.79
JUN-NOV	1983	93.75	87.23	90.08	75.83	97.82	87.85	94.33	89.53	90.97	88.29
JUL-DEZ	1983	93.88	87.06	88.62	75.80	96.81	87.76	94.65	89.96	89.75	87.39
AGO-JAN	1984	92.86	86.67	88.43	74.69	96.17	87.15	94.98	89.99	89.58	87.21
SET-FEV	1984	92.67	86.13	89.87	73.74	95.70	86.23	95.08	89.85	89.29	87.01
OUT-MAR	1984	92.85	86.09	90.60	73.66	95.46	85.72	95.62	90.27	89.78	87.55
NOV-ABR	1984	93.11	86.97	92.22	73.82	95.73	85.58	95.61	90.29	89.57	87.41
DEZ-MAI	1984	93.61	86.85	93.05	72.82	95.69	84.93	96.13	90.42	90.20	87.90
JAN-JUN	1984	95.19	87.82	95.34	73.37	96.76	85.02	97.36	91.36	91.95	89.41
FEV-JUL	1984	96.47	88.40	97.25	75.58	96.95	85.29	98.28	92.47	93.81	91.25
MAR-AGO	1984	97.35	89.40	97.43	76.83	97.35	85.71	98.65	92.89	95.98	93.43
ABR-SET	1984	98.45	90.64	98.93	78.93	98.12	86.60	99.09	93.39	97.76	95.30
MAI-OUT	1984	99.73	92.03	99.82	80.08	98.84	87.54	100.06	94.41	100.27	97.75
JUN-NOV	1984	100.58	93.19	100.49	81.27	99.48	88.48	100.49	95.07	101.98	99.73
JUL-DEZ	1984	100.42	93.62	99.65	81.55	99.12	89.02	100.10	95.10	102.54	100.61
AGO-JAN	1985	100.31	93.49	98.84	80.45	99.78	89.50	100.09	95.10	101.86	99.98
SET-FEV	1985	100.24	93.52	99.85	80.30	99.94	89.84	100.00	95.30	101.00	99.19
OUT-MAR	1985	100.00	93.21	100.00	79.90	100.00	89.65	100.00	95.48	100.00	98.01
NOV-ABR	1985	99.51	92.71	99.88	80.33	99.68	89.82	99.55	95.08	98.97	96.99
DEZ-MAI	1985	99.08	92.26	99.49	80.28	99.88	88.94	99.19	94.83	97.93	95.86
JAN-JUN	1985	99.14	92.04	100.39	80.95	100.69	89.12	99.13	94.58	97.46	95.31
FEV-JUL	1985	98.97	92.27	99.01	80.89	100.59	89.70	98.92	94.52	97.82	95.85
MAR-AGO	1985	98.47	92.11	97.28	80.39	100.68	90.42	98.61	94.29	97.45	95.58
ABR-SET	1985	98.38	92.31	95.78	80.21	100.69	91.01	98.60	94.36	97.46	95.91
MAI-OUT	1985	98.28	92.67	95.75	79.82	100.71	91.83	98.70	94.75	97.51	96.24
JUN-NOV	1985	98.25	93.18	95.31	80.54	100.68	92.03	98.92	95.23	97.75	96.70
JUL-DEZ	1985	97.96	93.50	94.25	80.95	100.00	93.15	99.02	95.78	97.72	96.84

FONTE: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE

TABELA A.2.1.6
INDICES DE TAXAS DE PARTICIPACAO E DE OCUPACAO DA POPULACAO FEMININA SEGUNDO IDADE
GRANDE SAO PAULO
1982-89

SEMES-TRES	ANO	TOTAL		10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS		25 A 39 ANOS		40 ANOS E MAIS	
		PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA	PEA/PIA	PO/PIA
AGO-JAN	1986	97.45	93.15	94.84	81.09	100.16	93.59	98.38	95.40	96.94	96.06
SET-FEV	1986	97.35	93.10	94.77	80.95	100.27	93.81	98.22	95.31	96.73	95.80
OUT-MAR	1986	96.84	92.63	94.02	79.79	100.50	94.16	97.72	94.93	95.84	94.88
NOV-ABR	1986	96.37	92.18	93.63	80.08	100.72	94.23	97.28	94.60	94.88	93.82
DEZ-MAI	1986	96.43	92.09	94.64	80.42	101.30	94.37	96.92	94.29	94.78	93.65
JAN-JUN	1986	96.98	92.31	95.08	80.52	102.54	95.22	97.08	94.27	95.14	93.95
FEV-JUL	1986	97.71	93.26	96.05	82.73	103.15	95.93	97.93	95.11	96.29	95.04
MAR-AGO	1986	98.52	94.29	97.94	85.42	103.65	96.71	98.51	95.86	97.25	96.15
ABR-SET	1986	99.05	95.08	99.90	88.23	103.35	96.89	99.00	96.46	98.29	97.21
MAI-OUT	1986	99.53	95.76	102.29	91.10	103.36	97.45	99.37	96.80	98.92	98.01
JUN-NOV	1986	99.57	96.14	104.35	94.18	103.10	97.81	99.35	96.96	99.02	98.15
JUL-DEZ	1986	99.41	96.45	105.47	96.41	102.54	98.11	99.46	97.40	98.92	98.15
AGO-JAN	1987	99.30	96.48	107.75	98.74	102.40	98.20	99.38	97.40	98.21	97.58
SET-FEV	1987	98.99	96.24	107.66	99.23	102.34	98.17	99.44	97.46	97.35	96.73
OUT-MAR	1987	98.42	95.70	106.25	98.26	102.55	98.30	99.12	97.10	96.27	95.73
NOV-ABR	1987	97.85	95.00	104.49	96.28	102.58	98.03	98.57	96.47	95.38	94.78
DEZ-MAI	1987	97.75	94.59	101.99	92.75	102.74	97.65	98.68	96.56	95.24	94.63
JAN-JUN	1987	98.00	94.81	100.76	90.00	103.24	97.83	99.13	96.48	95.44	94.61
FEV-JUL	1987	97.93	93.78	97.03	85.53	103.21	96.43	99.18	96.17	96.34	95.29
MAR-AGO	1987	97.91	93.56	94.89	83.34	103.82	95.75	99.29	96.86	97.17	95.96
ABR-SET	1987	98.38	93.67	95.86	83.36	103.15	95.60	99.59	96.27	98.19	96.95
MAI-OUT	1987	98.63	94.87	94.96	82.39	104.00	96.27	100.01	96.74	98.60	97.30
JUN-NOV	1987	98.40	93.94	93.11	81.96	104.56	97.05	99.73	96.51	98.38	96.99
JUL-DEZ	1987	97.71	93.61	92.54	82.22	104.44	97.41	98.98	95.96	97.95	96.75
AGO-JAN	1988	97.07	93.18	91.99	82.46	103.96	97.69	98.68	95.88	97.03	95.92
SET-FEV	1988	96.73	92.72	91.66	81.29	103.55	96.48	98.69	95.90	96.45	95.34
OUT-MAR	1988	96.42	92.25	91.13	80.11	102.84	95.73	98.75	95.84	96.17	94.85
NOV-ABR	1988	96.10	91.87	90.04	79.47	101.63	94.23	98.49	95.55	96.38	94.97
DEZ-MAI	1988	95.90	91.46	89.75	79.09	100.64	92.79	98.29	95.23	96.08	94.60
JAN-JUN	1988	96.05	91.32	89.23	78.02	100.35	91.92	98.52	95.07	95.90	94.28
FEV-JUL	1988	96.36	91.56	89.30	77.66	100.30	92.02	98.81	95.51	95.67	94.01
MAR-AGO	1988	97.15	92.38	90.83	78.68	101.21	93.09	99.16	95.79	96.70	95.08
ABR-SET	1988	97.82	93.09	90.17	79.12	101.96	93.81	99.61	96.24	97.62	96.11
MAI-OUT	1988	98.37	93.67	90.66	79.46	102.19	94.20	99.89	96.55	98.83	97.40
JUN-NOV	1988	99.07	94.48	90.63	79.52	102.33	94.56	100.87	97.50	100.54	99.28
JUL-DEZ	1988	99.36	95.05	89.09	78.67	102.38	95.35	101.41	98.08	101.98	100.77
AGO-JAN	1989	99.76	95.51	88.26	77.74	103.07	95.97	101.86	98.64	103.07	102.13
SET-FEV	1989	99.27	95.07	88.76	77.64	102.64	95.54	101.69	98.60	101.83	100.94
OUT-MAR	1989	98.47	94.30	88.74	77.36	102.12	95.20	100.86	97.72	100.41	99.59
NOV-ABR	1989	97.97	93.72	89.27	77.58	101.59	94.66	100.73	97.46	99.13	98.28
DEZ-MAI	1989	97.31	93.12	89.83	77.64	100.94	94.27	100.19	97.06	97.50	96.58
JAN-JUN	1989	97.13	92.80	91.56	79.00	100.83	93.70	99.95	96.76	96.66	95.77
FEV-JUL	1989	97.15	93.01	92.05	80.61	100.78	93.91	99.77	96.65	96.71	95.78
MAR-AGO	1989	97.17	93.26	90.61	80.52	100.66	94.13	99.43	96.42	98.06	97.19
ABR-SET	1989	97.57	93.91	90.09	80.47	101.02	94.89	99.61	96.88	99.83	98.89

FONTE: Pesquisa Mensal de Emprego - PME, IBGE

APÊNDICE 2.2

PROJEÇÕES DE TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO ESTIMATIVAS DE TAXAS DE PARTICIPAÇÃO

Neste apêndice encontram-se apresentados dois exercícios, onde são encontradas hipóteses sobre o comportamento da taxa de participação na Grande São Paulo, no período de 1986-87.

A Tabela A.2.2.1, contém algumas informações divulgadas oficialmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, como as estimativas de População em Idade Ativa (PIA), de População Economicamente Ativa (PEA), de População Ocupada (PO) e de População Desempregada (PD), além das Taxas de Participação (TP) e Ocupação (TO).

No Exercício n.1, projeta-se a taxa de desemprego para 1986, supondo-se uma taxa de participação para aquele ano igual à de 1985. Como pode-se verificar a taxa de desemprego projetada de 1986 corresponde à 7,2%, contra a de 9,6% efetivamente observada. Isto é, o crescimento mais acelerado da PEA impediu uma queda adicional absoluta da taxa de desemprego de 2 pontos, em 1986.

O Exercício n.2, supõe um crescimento da taxa de participação entre 1986 e 1987 igual ao ocorrido entre 1985 e 1986. Caso tivesse sido constatado este comportamento, teria sido obtida uma taxa de desemprego de 11,8%, que se situaria num patamar muito superior à taxa efetiva daquele ano (9,2%).

Tais simulações evidenciam claramente os impactos que as variações da taxa de participação tiveram sobre a taxa de desemprego, entre 1985 e 1987.

TABELA A.2.2.1
ESTIMATIVAS(1) DE POPULACAO EM IDADE ATIVA (PIA), DE POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA, DE POPULACAO OCUPADA E DE POPULACAO DESEMPREGADA E TAXAS DE PARTICIPACAO E DESEMPREGO
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Anos	Estimativas (2)				Taxas	
	PIA	PEA	PO	PD	Participacao	Desemprego
1985	11635	7016	6160	856	60.3	12.2
1986	11953	7399	6689	710	61.9	9.6
1987	12399	7650	6946	704	61.7	9.2
1988	12863	7898	7132	766	61.4	9.7
1989	13288	8119	7413	706	61.1	8.7

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
(1) Estimativas oficiais divulgadas pela pesquisa
(2) Em 1000 pessoas.

EXERCICIO N.1
TAXA DE DESEMPREGO PROJETADA PARA 1986, A PARTIR DE UMA ESTIMATIVA DE TAXA DE PARTICIPACAO PARA 1987 IGUAL A DE 1986

Anos	Estimativas (1)				Taxas	
	PIA	PEA	PO	PD	Participacao	Desemprego
1985	11635	7016	6160	856	60.3	12.2
1986	11953	7208	6689	519	60.3	7.2

(1) Em 1000 pessoas

EXERCICIO N.2
TAXA DE DESEMPREGO PROJETADA PARA 1987,COM UMA VARIACAO ESTIMADA DA TAXA DE PARTICIPACAO PARA PERIODO 1986-87 IGUAL A RELATIVA DE 1985-86

Anos	Estimativas (1)				Taxas	
	PIA	PEA	PO	PD	Participacao	Desemprego
1985	11635	7016	6160	856	60.3	12.2
1986	11953	7399	6689	710	61.9	9.6
1987	12399	7878	6946	932	63.5	11.8

(1) Em 1000 pessoas

APÊNDICE 2.3

METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

A conduta metodológica para a elaboração dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - SEADE/DIEESE/UNICAMP, teve por preocupação obter o equacionamento de problemas normalmente encontrados em pesquisas amostrais.

Em primeiro lugar, optou-se por semestralizar os dados da pesquisa, com o objetivo de reduzir prováveis variações amostrais e com o intuito de atenuar comportamentos sazonais normalmente presentes em dados mensais. Portanto, todos os dados utilizados nos capítulos 2 e 4 correspondem a semestres móveis.

A segunda orientação incorporada à metodologia utilizada foi a organização das informações em taxas ou participações relativas. Tal procedimento permite que as tendências delineadas pelas informações tabuladas não incorporem os problemas comumente criados pela expansão da amostra. Em relação a este aspecto, é importante apresentar duas

observações. Em primeiro lugar, a expansão da amostra da PED é realizada a partir de uma projeção de PIA, feita externamente e não controlada estatisticamente pela pesquisa. Neste sentido, optar pelo uso restrito dos dados amostrais significa adotar informações cuja qualidade é viabilizada por um único procedimento estatístico de controle.

A segunda observação encontra-se referida à primeira. As projeções de população total (PT) e população em idade ativa (PIA) são realizadas normalmente a partir do estoque populacional informado pelos censos demográficos, adotando-se como parâmetros as mudanças observadas nas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade da população, bem como aqueles relativos ao processo migratório. Portanto, a qualidade das projeções dependem do acerto quanto a influência dos parâmetros adotados, sendo que este assunto é tema atual de discussão na demografia, devido a posições diferenciadas quanto à intensidade da queda da fecundidade e quanto ao ritmo do processo migratório para a Grande São Paulo.

Em razão do uso de distintos procedimentos estatísticos na PED e na construção das projeções demográficas, e dado que o debate destes não é objeto desta tese, optou-se por restringir a análise aos dados amostrais da PED.

Definido estes procedimentos metodológicos, procurou-se elaborar as informações com a preocupação de permitir que os

indicadores possibilitassem a percepção dos movimentos conjunturais a partir de informações relativas.

Os gráficos do capítulo 2 e aqueles referidos aos níveis de renda incluídos no capítulo 4 foram elaborados da seguinte maneira. No capítulo 2, foram tomadas as taxas de participação (PEA/PIA) e ocupação (PO/PIA) específicas e construídas séries de números índices com base na taxa de participação específica, no primeiro semestre (Out-Mar/85). Por exemplo, definidas as taxas de participação e ocupação das mulheres de 10 a 17 anos, elaborou-se a série tomando por base a taxa de participação deste segmento populacional no semestre de Out-Mar/85.

Duas vantagens foram obtidas com esta conduta. A primeira delas decorre de que as distâncias entre as curvas das taxas de participação e ocupação, apresentadas nos gráficos, equivalem à dimensão do desemprego. Portanto, quando as curvas se aproximam verifica-se uma redução do desemprego e quando se distanciam observa-se o seu aumento.

A segunda delas permite que a definição das taxas de participação e ocupação segundo as relações PEA/PIA e PO/PIA possibilite observar o crescimento da população economicamente Ativa (PEA) e da População Ocupada (PO) sem a realização de uma expansão da amostra.

Quanto aos gráficos de rendimento do capítulo 4, construiu-se séries dos níveis de rendimento das diversas categorias

ocupacionais tomando-se por base o rendimento dos assalariados com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados no semestre móvel Jan-Jun/85. Esta alternativa metodológica possibilita manter nos gráficos a relação entre níveis de rendimentos obtida a partir dos valores absolutos.

No que se refere às informações sobre distribuição do emprego apresentadas no Capítulo 4, deve-se esclarecer que a sua utilização foi justificada pelos motivos anteriormente expostos, referentes à opção de utilizar somente os dados amostrais. O uso das distribuições relativas privilegia mudanças na composição do emprego, que permitem observar a ampliação ou redução do peso de algumas categorias ocupacionais. Dado ser este o objetivo do capítulo, é satisfatório o uso das distribuições relativas.

CAPÍTULO 3

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, ESPAÇO ECONÔMICO, FORMAS DE PRODUÇÃO E ESTRUTURA OCUPACIONAL

No primeiro capítulo, vimos que a heterogeneidade produtiva interna ao segmento capitalista propriamente dito é compatível - e solidária - com a existência de uma disponibilidade de população em idade ativa que pode ter parte de seus segmentos mobilizados nos momentos de expansão econômica - quando se consolidam condições propícias às elevações dos níveis salariais.

Numa perspectiva mais global, buscou-se indicar que a acumulação de capital pode lançar mão, não exclusivamente, dos segmentos plenamente mobilizados - isto é, que se encontram empregados como assalariados precários ou que estejam em situação de desemprego -, bem como pode absorver trabalhadores que estejam exercendo atividades no segmento não-organizado - via a destruição deste tipo de atividade ou através da oferta de melhores condições de trabalho - ou mobilizar parte da população em idade ativa que se encontra fora da atividade econômica.

Tais características do processo de absorção de mão-de-obra só podem ser entendidas a partir de uma concepção sobre a heterogeneidade da estrutura produtiva, verificada internamente aos diversos segmentos de atividade econômica.

Deve-se conceber que tanto o segmento capitalista como o não-capitalista constituem espaços econômicos heterogêneos, com formas diferenciadas de absorção de mão-de-obra para o universo produtivo, marcadas por processos de recrutamento que, na sua maioria, não encontram entraves significativos - determinados por características individuais das pessoas a serem absorvidas, sejam elas economicamente ativas ou não.

Neste sentido, torna-se difícil segmentar o mercado de trabalho a partir de uma composição definida por parcelas de trabalhadores exclusivamente participantes do segmento capitalista moderno - que conformariam aquilo que se denomina como sendo a força-de-trabalho - e por parcelas populacionais que se inserem de modo precário nos demais segmentos de atividade. Enfim, não se justifica matizar o mercado de trabalho entre assalariados com carteira de trabalho assinada e desempregados abertos - força de trabalho - e demais formas de ocupação e desemprego - excedente populacional em idade ativa.

Tal perspectiva nos obriga a reconsiderar a visão homogênea que marca a maioria das formulações sobre a organização da atividade produtiva e do mercado de trabalho, que

normalmente resultam em concepções metodológicas dicotômicas - por exemplo, a idéia de setores formal e informal.

Um rápido sumário das formulações existentes sobre as economias da América Latina mostra que os esforços realizados reconhecem a presença de uma elevada heterogeneidade em nossas estruturas produtivas, fruto inclusive de processos de industrialização limitados. Apesar disto, tais proposições acabam por trafegar por vias analíticas que desaguam em visões que tratam o funcionamento dos mercados de trabalhos urbanos de modo inadequadamente homogêneo[1].

Os motivos que explicam este viés decorrem fundamentalmente de uma concepção estática da relação entre acumulação de capital, estrutura produtiva e estrutura ocupacional. Geralmente, aceita-se que o movimento passado da acumulação de capital determinou transformações nas economias latino-americana, que explicam as atuais estruturas produtiva e ocupacional. A partir daí, faz-se uma análise das estruturas como se estas estivessem imunes a novas transformações impostas pela acumulação de capital no presente. Do ponto de vista do mercado de trabalho, a leitura dos estudos dá a impressão de que a forma de seu funcionamento atual pode ser transposta no tempo e no espaço, independentemente da análise estar focada nos anos 50/60, nos 70 ou nos 80, ou

[1] Uma revisão bibliográfica sobre esta questão encontra-se apresentada no capítulo 4, quando se discutirá a problemática sobre setor informal.

estar preocupada com o mercado de trabalho de São Paulo, Santiago de Chile, Manágua ou do nordeste brasileiro.

Pode-se organizar as diversas formulações existentes segundo três visões sobre organização do espaço econômico, sendo que será a terceira alternativa que fundamentará o ponto de vista defendido neste estudo.

A primeira delas toma o conjunto da atividade produtiva como a somatória de dois grandes segmentos econômicos: o moderno e o de subsistência, ou o formal e o informal. No núcleo moderno preponderam as relações de trabalho assalariadas, enquanto que no setor de subsistência dominam as formas autônomas. Esta visão entende que os dois núcleos não se relacionam economicamente, sendo que o desenvolvimento econômico leva ao perecimento do núcleo de subsistência, via a incorporação pelo setor moderno dos contingentes de população economicamente ativa nele inseridos[8]. Visualiza-se dicotomicamente a estrutura econômica, bem como descarta-se qualquer relação entre os dois núcleos.

Uma segunda visão reelabora a dicotomia, apesar de também conceber a existência de dois grandes segmentos econômicos - o formal e o informal. O grande avanço decorre da aceitação

[8] Esta perspectiva de análise teve seu referencial teórico definido a partir das proposições do artigo clássico de A.W.LEWIS, O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra, in A.N.AGARWALA e S.P.SINGH (Orgs.), A Economia do Subdesenvolvimento, Forense, RJ, 1969.

de relações econômicas funcionais entre eles[3]. Contudo, mantém-se a posição de que a dinâmica do setor formal ou moderno não afeta a dinâmica e a reprodução do setor informal. Ao contrário, entende que, caso seja possível alguma relação de determinação, ela se manifesta via uma funcionalidade do setor informal, que ao produzir certos bens a preços bastante baixos, reduz o custo de repodução da força-de-trabalho - isto é, os custos salariais do setor formal.

Uma terceira concepção propõe que o desenvolvimento econômico leva à preponderância do setor formal, sendo o setor informal subordinado à dinâmica capitalista mais geral[4].

Esta visão aceita, de acordo com a melhor tradição marxista, que a acumulação de capital revolve permamentemente os espaços econômicos. Isto é, que o movimento do capital balança com frenesi todas as esferas da atividade produtiva. Portanto, subordina as diversas esferas da atividade econômica ao movimento dinâmico da acumulação de capital.

[3] Esta visão foi originalmente formulada num trabalho da Organização Internacional do Trabalho. Ver OIT, Employment, Income and Equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, OIT, Genebra, 1972. No Brasil, esta visão encontra-se expressada no trabalho de F.OLIVEIRA, Economia Brasileira: a crítica à razão dualista, Seleções CEBRAP, São Paulo, 1976.

[4] Esta terceira linha de análise foi formulada por P.R.SOUZA, A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas, UNICAMP, Campinas, Tese de doutoramento, 1980.

Em segundo lugar, concebe que o dinamismo econômico carrega consigo alguma heterogeneidade da estrutura produtiva, que no caso latino-americano é elevada. Mais ainda, que as características específicas de nossos processos de industrialização determinaram que o avanço da acumulação de capital nos países da região não gerasse um processo de redução do grau de heterogeneidade da estrutura produtiva.

é baseado nesta colocação que se deve elaborar um elemento analítico adicional, que permita avançar nossa compreensão sobre as relações entre acumulação de capital, organização produtiva e estrutura ocupacional. Mesmo concordando que o desenvolvimento reproduz permanentemente uma heterogênea estrutura produtiva, é necessário incorporar explicitamente a possibilidade deste movimento carregar consigo um processo de permanente transformação das diversas estruturas econômicas/ocupacionais, independentemente delas pertencerem ao *setor formal* ou *informal* ou ao *organizado* ou *não-organizado*.

Qualquer tentativa de avanço desta formulação requer que se considere que, apesar da reprodução permanente de uma estrutura produtiva heterogênea, o desenvolvimento das relações produtivas capitalistas deve realizar um processo de progressiva transformação dos diversos agentes econômicos direta ou indiretamente subordinado ao núcleo dinâmico da economia.

De acordo com SOUZA, *A acumulação de capital não só depende da existência de um mercado suficientemente amplo e concentrado para permitir um elevado grau de divisão do trabalho, como ela mesma promove a expansão do mercado num mecanismo de retroalimentação. Se partissemos de uma visão teórica em que o abastecimento de um determinado mercado fosse feito exclusivamente por empresas mercantis simples (não tipicamente capitalistas) teríamos uma evolução ao longo do tempo em que formas tipicamente capitalistas de organização iriam penetrando e ampliando esse mercado, deslojando do mesmo as formas empresariais pré-existentes. O processo de penetração das formas tipicamente capitalistas de organização nos diferentes mercados é inexorável e pode estar ou não associado a um maior grau de "eficiência econômica" em termos microeconômicos* (p. 78)[5]. Além disso, este processo pode ou não reduzir a heterogeneidade produtiva, seja no segmento capitalista, seja no segmento não-organizado.

O aspecto relevante a ser levado em conta é a visão de que é inerente ao movimento de acumulação de capital a difusão de efeitos transformadores, com impactos que não ficam restritos apenas ao conjunto das atividade econômicas do segmento capitalista. Estes impactos transbordam para a totalidade dos segmentos de atividades econômicas, não exclusivamente via alterações nas dimensões - absoluta e relativa - de seus espaços econômicos, mas também através de

[5] Ver P.R.C.SOUZA, op. cit.

transformações de suas diversas formas de organização da produção - isto é, relações de produção e processos de trabalho - e de seus diferenciados perfis de estruturas ocupacionais.

Desta forma, pode-se formular uma visão mais dinâmica do processo de acumulação, tanto naquilo que diz respeito ao desenho da estrutura econômica - formal e informal ou organizado e não-organizado -, quanto em relação às formas de organização produtiva e de estrutura ocupacional dos diversos setores e/ou segmentos econômicos.

A elaboração desta visão tomará para a análise a economia urbana, por ser este *locus* onde são observados os principais impactos da dinâmica capitalista sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho.

A opção pela área urbana pode ser também justificada pela tendência de crescente urbanização e aumento de sua importância, como fruto do progresso econômico. A urbanização progressiva modifica as formas de inserção sócio-econômica da população, sendo que uma das transformações importantes refere-se ao permanente incremento do grau de monetização do padrão de consumo das famílias. Nas cidades, o modo dominante de obtenção dos meios necessários à reprodução familiar é a venda da força de trabalho de alguns de seus membros, que possibilita o recebimento de uma remuneração que concretiza um certo padrão de consumo. São nos mercados de trabalho e de

produtos que as pessoas (famílias) obtém os meios necessários à sua reprodução[6].

A crescente urbanizacão reflete a intensidade de um desenvolvimento econômico marcado pela progressiva dominação das relações sociais capitalistas sobre o conjunto da produção e dos mercados de bens, serviços e de trabalho. Assim, desenvolvimento sócio-econômico torna-se sinônimo de progressiva impregnação da reprodução social pelas formas mais modernas de produção capitalista, em seu estágio contemporâneo[7].

A extensão permanente do domínio das relações sociais capitalistas sobre a vida cotidiana da população constitui a base social necessária para reprodução do modo de produção. O domínio destas relações deve se realizar tanto na esfera produtiva, como na esfera doméstica. Ao realizá-lo, o

[6] Uma análise sobre o processo de urbanizacão na América Latina, apresentada sob a forma de uma avaliacão da concepção que permeou o pensamento cepalino sobre desenvolvimento, entre 1950 e 1970, encontra-se elaborada em A.PINTO, Metropolización y Terciarización, Malformaciones Estruturales en el Desarrollo Latinoamericano, Revista de la Cepal, Santiago de Chile, n.24, Dez, 1984.

[7] Ver K.MARX, El Capital, Fondo de Cultura Económica, Mexico, v. 1, Caps. XII e XIII, 1975; K.MARX, El Capital(Capitulo VI . inédito), Siglo XXI, México, 1976; R.ROSDOLKY, Génesis y Estrutura de El Capital de Marx - estudios sobre los grundisse, Siglo XXI, Mexico, Cap. 20, 1978.

capitalismo endogeiniza seus mercado de bens e serviços[8] e de trabalho[9].

A endogeinização do mercado de trabalho corresponde a uma capacitação do capital em conformar a disponibilidade de população ativa às suas necessidades de mão-de-obra, que muitas vezes alcança parcelas da população cuja mobilização é socialmente bastante discutível[10]. Isto é, amplas e

[8] Esta endogeneização corresponde a uma monetização do padrão de consumo, que conforma uma base importante de subsunção da população aos movimentos do capital. A sua generalização resulta na necessidade de submeter ao mercado, o trabalho e o consumo.

[9] Dois estudos sobre a Europa no século XIX descrevem aspectos comuns aos processos de urbanização e da subsuncão da população aos designios das transformações sócio-econômicas vividas - Ver E.P.THOMPSON, A Formação da Classe Operária Inglesa, Paz e Terra, RJ, v. 2, 1987, e C.E.SCHORSKE, Viena Fin-de-Siècle: política e cultura, Editora da UNICAMP/Cia das Letras, SP, Caps. 1 e 2, 1988. Como afirma THOMPSON, pode-se "... constatar parte da natureza verdadeiramente catastrófica da Revolução Industrial e algumas das razões pelas quais a classe operária se formou [no século XIX]. O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que o empregado ou o artesão na indústria doméstica estava (nas palavras de Toynbee) "situado a meio caminho entre a posição do servo e do cidadão", esta "liberdade" significava que se sentia mais intensamente a falta dela. Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado, e, comumente, frente às duas "(pag. 23).

[10] Maioria da população em latu sensu, pois como mostram vários estudos da época, a incorporação da população ao universo produtivo atingiu menores de idade e mulheres. Retratos da incorporação destas parcelas populacionais são apresentados em F.ENGELS, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Cap. V, Edições Afrontamento, 1975, Lisboa, e na obra clássica de K.Marx, El Capital, vol1., Caps. VIII e XIII, Fondo de Cultura Económica,1975, México.

sobrantes parcelas populacionais passam a estar submetidas aos desígnios do capital.

A disponibilidade da população em idade ativa para inserir-se no universo produtivo não é determinada por opções individuais, mas por situações históricas concretas. Na Inglaterra do século XVIII e XIX, esta disponibilidade resultava de um cerco cerrado da população pelo capital, que incluiu parcelas da população muito jovens à vida ativa. A criação dos sindicatos e as lutas sociais pela regulamentação da jornada de trabalho e do trabalho da mulher e dos menores vão dando início a alterações na forma de inserção dos homens no universo produtivo capitalista. Mais tarde, na virada do século, estas lutas ganham uma nova dimensão, marcada por uma maior pressão da população sobre o Estado por melhorias no meio urbano, relativas à educação, saúde, saneamento,...[11]. Ou como afirma E.J.HOBSBAWN, "

[11] Em dois trabalhos sobre a virada do século XIX-XX, E.Weber, França, Fin-de-Siècle, Cia das Letras, SP, 1988; e Marshall, A Política Social, Zahar, 1968, RJ, são mostrados como os direitos sociais - educação, saúde, saneamento, habitação, ...- constituem conquistas resultantes de processos de negociações sociais que impuseram alterações substantivas no papel regulacionista exercido pelo Estado. é interessante observar como os próprios economistas liberais que escreveram na primeira metade deste século, tendo Keynes como mestre principal, reconheceram a importância da intervenção estatal na redução das desigualdades sociais resultantes do desenvolvimento econômico. C.CLARK, Las Condiciones del Progresso Económico, Alianza Universidad, Madrid, 1971, no Capítulo 1 desta sua obra clássica, discute como Marshall e Pigou, ao tomarem como ponto de partida para suas formulações a subordinação da Economia à ética, entendiam que o objetivo do homem não é a riqueza mas o bem-estar e, portanto, que caberia à Economia propor soluções quando a riqueza provocarem excessivas desigualdades na distribuição dos bens e serviços. Esta

democratização da política forçou governos muitas vezes relutantes e inquietos a enveredarem pelo caminho de políticas de reforma e bem-estar social... (p.84)[12].

Deste modo, o movimento de acumulação foi - e é - também movimento histórico. Ao nível das relações de trabalho, tal processo é expressado pela constituição do mercado de trabalho capitalista, através da transformação da maioria da população em idade ativa em mão-de-obra, isto é, em braços disponíveis direta ou indiretamente para a exploração capitalista, ou em excedente passível de mobilização produtiva. Neste sentido, o processo de subsunção do trabalho configura-se num processo de criação endógena da oferta de trabalho necessária às demandas gestadas pela atividade produtiva do capital. Parcelas crescentes da população em idade ativa vão se tornando disponíveis para a acumulação capitalista[13].

proposição acaba reconhecendo a necessidade de políticas econômicas, que logicamente rompem o "império irrestrito da livre concorrência". Para C.CLARK esta postura era totalmente coerente com a tradição de Cambridge.

[12] E.J.HOBSBAWN, A Era dos Impérios - 1875-1914, Paz e Terra, RJ, 1989.

[13] No Brasil, a criação desta disponibilidade de braços se deu em dois momentos distintos da história econômica nacional. Num primeiro momento, com o desenvolvimento do complexo açucareiro, marcado pela relação de trabalho escravo, o equacionamento da oferta de trabalho se fez via o tráfico negreiro. Posteriormente no período cafeeiro, equacionou-se o problema da oferta de trabalho através da migração estrangeira e da destruição da relação de trabalho escravo. Ver, respectivamente, F.A.NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial - 1777-1808, Hucitec, Capítulo 2, SP, 1979; e J.M.CARDOSO DE MELLO, O Capitalismo Tardio, Brasiliense, Capítulo 1, ítem II.3, SP, 1982.

3.1 Desenvolvimento Sócio-Econômico e Formas de Organização da Produção

A reprodução de parcelas populacionais adicionais disponíveis para a exploração pelo capital é resultado inerente da dinâmica econômica e, muitas vezes, é garantida via a destruição de espaços econômicos que se encontram ou não diretamente comandados por decisões de produção capitalista. Isto é, o avanço da acumulação de capital carrega de modo inerente um processo de destruição, criação e recriação de formas de atividades e, portanto, de relações de produção e de trabalho [14].

Neste sentido, pode-se dizer que é intrínseco ao processo de acumulação capitalista a transformação permanente de espaços econômicos e, portanto, de relações sociais e

[14] A proposição de que a expansão capitalista transforma permanentemente sua base de reprodução encontra sua formulação original em K.Marx, op. cit.. Também Schumpeter em sua obra clássica, Capitalismo, Socialismo e Democracia, Fundo de Cultura, RJ, 1961, formula o mesmo princípio, denominando-o de processo de destruição criadora. Segundo suas palavras, ...o problema usualmente estudado [pelos economistas] é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói (p.107). Na discussão sobre o desenvolvimento recente latinoamericano, quando se elabora a tese de que a modernização regional foi marcada pela constituição de uma heterogênea estrutura produtiva, incorporou-se a visão dinâmica de que o movimento de acumulação de capital destrói, contrói e reconstrói permanentemente sua base de reprodução - ver Capítulo 1 de M.C.TAVARES, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, mimeo, Tese de Livre Docência, UFRJ, RJ, 1974. Esta concepção articulada ao funcionamento do mercado de trabalho urbano foi desenvolvida por P.R.SOUZA, op. cit.

econômicas. O processo de destruição pode decorrer do interesse da lógica de expansão capitalista em se apossar de espaços ocupados por formas de organização produtiva não-capitalista. Ao ser efetivada a destruição de um espaço econômico, desarticulam-se as relações específicas de produção e trabalho nele vigentes. Deste modo, o processo de destruição econômica também corresponde à desarticulação de relações sociais. Portanto, deve-se aceitar que a acumulação de capital gera um duplo impacto: um sobre a organização produtiva e outro sobre o mercado de trabalho.

Esta característica da dinâmica de acumulação capitalista não se restringe apenas a certos momentos específicos de transformação do modo de produção, por exemplo, em suas crises. Nestas se intensifica o processo de destruição - inclusive internamente ao segmento organizado[15], enquanto durante a expansão os resultados dinâmicos são, principalmente, de criação e recriação de formas de atividade produtiva.

Na atual fase do capitalismo oligopólico, o comando do processo encontra-se sob direção das grandes empresas que, ao realizá-lo, ganham fatias adicionais de mercados. Deste modo, o processo de destruição criadora é produto da ação das grandes empresas que, ao traçarem suas estratégias de mercado, incorporando os movimentos reais e potenciais das empresas concorrentes, procuram se inserir em novos e

[15] Ver J.STEINDL, Madurez y Estancamiento en el Capitalismo Norteamericano, Siglo XXI, Cap. 4, México, 1979.

antigos mercados como forma de potencializar suas taxas de expansão, dando marcha ao processo. Estas empresas conformam o coração de um segmento produtivo, que vimos denominando de organizado ou capitalista.

Um conjunto mais amplo de empresas ou indivíduos presentes nos mercados organizam-se em espaços econômicos gestados pelas decisões de produção das grandes empresas. Isto é, a reprodução da atividade deste agentes realiza-se dentro de espaços que, em última instância, são reproduzidos pelo movimento do grande capital.

Este conjunto de agentes econômicos pode ser diferenciado segundo a forma de organização de suas atividades produtivas. Parte destes agentes possui um grau de organização produtiva, que não apenas tem uma clara divisão entre as tarefas manuais e as administrativas/gerenciais, como suas decisões econômicas estão voltadas prioritariamente para a obtenção de parcelas crescentes dos mercados em que atuam. Neste sentido, tais empresas se organizam de modo semelhante à grande empresa, somente que suas decisões não afetam significativamente a dinâmica do mercados de produtos e de trabalho - isto é, não são fundamentais para mudanças no nível de atividade. Apesar disto, o movimento de acumulação destas empresas gera modificações nos espaços econômicos ocupados pelas empresas não-organizadas.

Um outro conjunto de agentes é constituído por empresas ou indivíduos cuja atividade produtiva, na maioria das vezes, não apresenta uma clara divisão entre as tarefas manuais e as administrativas/gerenciais. Suas decisões econômicas dependem do rendimento esperado a ser auferido, requerido para a sobrevivência do proprietário da empresa e/ou indivíduo e da atividade em exercício. Na maioria dos casos, as empresas e/ou indivíduos que compõem este grupo, não atingem o grau de cumprimento da legislação vigente que ordena as atividades produtivas e sociais. Esta parcela de agentes econômicos conformam o segmento não-organizado de forma capitalista. Neste sentido, suas decisões não somente não têm por propósito a acumulação de capital , a incorporação de novos mercados, a criação de novos produtos, mas também não são parte daquelas pertencentes ao núcleo principal da organização produtiva capitalista.

O conjunto destas empresas e/ou indivíduos pode ser agrupado em dois grandes segmentos: o integrado e o não-integrado.

Quanto ao primeiro, tem-se que as empresas e/ou agentes que o compõem, mantém relações produtivas com o segmento capitalista. Isto é, sua existência é produto do grau de modernidade da estrutura produtiva. A acumulação do segmento capitalista cria novos espaços econômicos para esta forma de organização produtiva, bem como determina que suas atividades estejam a ele integradas produtivamente.

O segmento não-integrado se reproduz de modo subordinado ao segmento capitalista, na medida que seu espaço é modificado pelos movimentos do capital, porém esta subordinação não corresponde a uma integração produtiva.

Esta segmentação deve ser tomada como uma grossa generalização do desenho da estrutura produtiva, cabendo reconhecer as dificuldades existentes quando se procura explicitá-la claramente. Pois, antes de se constituirem segmentos totalmente estanques, conformam uma heterogênea estrutura de atividades, caracterizada por um *continuum* de formas de organização da produção, cujos pontos extremos estão ocupados, de um lado, pelos grandes conglomerados e, de outro, pela prosaica figura do vendedor ambulante.

Enfim, as grandes empresas, por serem o centro difusor do dinamismo econômico, transformam permanentemente - e como diria K.MARX, com frenesi - o conjunto das atividades econômicas, independentemente de suas formas específicas de organização de produção[46]. Assim, o processo de destruição

[46] A visão sobre heterogeneidade estrutural das economias capitalistas, particularmente, as latino americanas, entende que dentro dos espaços econômicos nacionais ou regionais convivem diversos tipos e formas de relações produtivas. P.R.SOUZA, op. cit., propõe que metodologicamente, se adote uma tipologia, que reduza as diferentes formas de inserção econômica a três grandes segmentos: o capitalista, o quase-capitalista e o capitalista simples. O capitalista seria contituído pelas empresas que comandam o processo de acumulação de capital, isto é, cujas decisões de produção afetam diretamente o nível de atividade global. No segmento capitalista simples, a atividade produtiva teria por objetivo a obtenção de uma renda que permitiria a subsistência do responsável pela atividade, sendo que geralmente este encontra-se vinculado às tarefas

criadora desarticula espaços que passam a interessar diretamente à exploração capitalista - como, por exemplo, o mercado de serviços de assistência técnica de eletrodomésticos que vem sendo progressivamente ocupado por empresas organizadas de forma capitalista e a importância cada vez maior dos supermercados na comercialização de horti-frutigrangeiros, em detrimento das feiras livres. Cria, quando a expansão da atividade econômica e o surgimento de novos setores econômicos passa a demandar, novas atividades, que não podem ser imediatamente comandadas por empresas capitalistas - por exemplo, a proliferação recente de pequenas empresas de software. E recriam, quando a constituição dos novos setores ou à retomada do crescimento gestam espaços produtivos para o ressurgimento de atividades que tinham sido anteriormente desarticuladas - por exemplo, pequenas firmas de manutenção de máquinas e equipamentos.

Contudo, é preciso incorporar um novo elemento analítico: que o processo de destruição criadora não se circunscreve à destruição, criação e recriação de espaços econômicos, mas também, como afirmado anteriormente, que tal processo traz inerente um conjunto de transformações sobre as relações de produção, os processos de trabalho e, por decorrência, sobre

produtivas. O segmento quase-capitalista seria constituído por firmas ou empresas que estariam transitando entre os dois segmentos definidos anteriormente. São compatíveis com estas formulações as proposições assumidas neste trabalho.

as estruturas ocupacionais[17]. Eis aqui o ponto central de nossa discussão.

Inicialmente, deve-se reconhecer que o processo de recriação não significa necessariamente a reconstituição de formas de relações de produção e de trabalho passadas. A recriação, como produto de um aumento do nível de atividade econômica, pode corresponder simplesmente ao ressurgimento de empresas e/ou indivíduos com uma organização produtiva semelhante àquela anteriormente destruída. Contudo, a recriação de uma atividade pode se dar sob uma nova forma de organização da produção e do trabalho. Deste modo, o processo de recriação corresponderia também a uma reestruturação, que se assenta sobre novos processos de trabalho que geralmente se diferenciam daqueles que anteriormente tinham vigência na mesma atividade em sua forma pretérita.

Pode-se melhor entender esta idéia de recriação a partir do processo de destruição de certas atividades pelo núcleo organizado. A destruição representa a apropriação pelo segmento capitalista de mercados já existentes[18]. Mais

[17] Apesar de nosso enfoque ter por preocupação a análise dos impactos dos movimentos do capital sobre as estruturas produtiva e ocupacional, não desconhecemos que estas estruturas são também afetadas por transformações na organização do aparelho de Estado e do processo de urbanização. É importante ressaltar que parte ponderável das ocupações do setor de serviços é criada pelo aparelho de Estado - por exemplo, professores, advogados, médicos, ... - e pelo perfil de organização urbana - como as ocupações nos serviços de água, luz, limpeza pública...

[18] A destruição pode representar simplesmente a destruição de espaços econômicos subordinados, no seu sentido estrito. A ocorrência do processo de destruição sob esta forma é encontrada nos momentos de crise, quando capitais

ainda, a apropriação dificilmente corresponde à incorporação do processo de trabalho que caracteriza a atividade em processo de absorção. De fato, tal processo corresponde, por um lado, à destruição do processo de trabalho - e, portanto, da ocupação - e, de outro, à incorporação do mercado.

No momento de recriação, o espaço econômico a ser gestado pode ser ou não caracterizado por processos de trabalho semelhantes àqueles antes destruídos. É provável que não o seja, sendo evidentes os motivos que justificam esta desconfiança. Em primeiro lugar, porque é pouco plausível supor que a grande empresa capitalista, ao destruir certas atividades não-organizadas através da apropriação de seus mercados, mantenha a produção dos bens e serviços correspondentes segundo o processo de trabalho que caracterizava aquela forma de produção que foi desarticulada. Em segundo lugar, e em decorrência do motivo anterior, uma posterior recriação da atividade deve se dar em moldes organizativos compatíveis com os novos níveis de qualidade do produto ou serviço oferecido pela grande empresa.

Pode-se exemplificar este processo analisando a indústria de vestuário. Ao longo dos anos 60 e 70, o processo de diferenciação da indústria de confecção acarretou a destruição da atividade do alfaiate tradicional, via a

> e espaços econômicos necessitam serem desestruturados para que se possam gestar as condições necessárias para uma nova retomada do crescimento econômico.

incorporação deste mercado pela grande empresa. Aquela transformação teve como resultado a desestruturação da atividade - e portanto, a destruição da ocupação de alfaiate, que mantinha um controle total de seu processo de trabalho - e uma apropriação do mercado. Mais recentemente, a recriação da atividade de produção artesanal de roupa, não correspondeu à recriação daquela ocupação de alfaiate anteriormente destruída, mas implicou na constituição de ateliês, onde prepondera o trabalho assalariado, apesar de seus trabalhadores terem elevada qualificação e remuneração.

Por outro lado, a crise econômica desta década, ao afetar o nível de atividade da indústria de vestuário, implicou numa articulação grandes empresas-pequenas confecções-costureiras a domicílio, levando a que parte expressiva da produção de vestuário passasse a ser realizada de forma não-regulamentada. Contudo, não se verificou a reconstrução de espaços econômicos ocupados pelo trabalho autônomo de confecção a domicílio realizado de forma não-integrada ao segmento capitalista.

Um outro elemento relativo ao movimento de destruição, criação e recriação, deve ser incorporado à análise: as suas particularidades resultantes das flutuações econômicas. Estas afetam diretamente a própria dimensão do espaço econômico como um todo. Na expansão cresce sua dimensão, enquanto nos períodos de crise manifesta-se uma tendência de

sua redução[19]. Em particular, pode-se considerar ser inexorável a ampliação de espaços econômicos subordinados quando se observam movimentos de crescimento do núcleo dinâmico, na medida que a expansão das atividades e da renda no segmento capitalista cria e recria - mais do que destrói - atividades complementares a sua expansão. Inversamente, nas fases de retração, a queda do nível de atividade do segmento organizado torna negativo os seus impactos sobre o conjunto da economia, verificando-se quedas nos níveis de renda e redução dos espaços ocupados pela totalidade das atividades econômicas, independentemente de suas formas de organização. Nos períodos de recessão, pode ocorrer que a grande empresa se aproprie de mercados ocupados por empresas não-organizadas de forma capitalista, devido à necessidade de manter seu nível de ocupação da capacidade já instalada, independentemente do grau de rentabilidade a ser propiciado pela atividade naquele mercado.

Pode-se sumarizar esta idéia dizendo que, na expansão, o dinamismo do segmento capitalista possibilita que parte dos benefícios aí criados sejam transferidos às atividades não-organizadas, que via a ampliação de seus mercados eleva seus

[19] As modificações na dimensão do espaço econômico não-organizado como produto das flutuações econômicas são explicadas logicamente pela sua subordinação ao segmento capitalista. É este o elemento analítico fundamental para compreender as alterações de dimensão do espaço não-organizado. Ver P.R.SOUZA, op. cit., Capítulo 3.

níveis de renda, enquanto que na crise manifesta-se uma redução dos benefícios a serem transferidos[**].

Ademais, as várias fases do ciclo econômico, que resultam de diferentes momentos vividos pelo processo de acumulação de capital, vão processando transformações no desenho do espaço econômico que desembocam em modificações nos processos de produção e de trabalho das atividades subordinadas. Estas modificações podem significar tanto a sua transformação para a forma capitalista, como podem corresponder a alterações no padrão produtivo das atividades, que ainda se mantêm como subordinadas às atividades modernas - no sentido de sua maior *integração*. Ao se concretizar este movimento, devem haver modificações quanto à natureza das formas de produção de certas atividades econômicas.

A mudança da natureza pode ser explicada por novas necessidades do processo de acumulação ou devido a transformações no espaço econômico. Pode-se argumentar que a manutenção de equipamentos e máquinas em grandes empresas através da contratação externa de firmas ou indivíduos especializados, e a destruição pelas firmas de assistência técnica autorizada da atividade do pequeno vendedor de serviço de reparação domiciliar, são exemplos que alteram a natureza da forma do exercício da atividade. Também, a modernização produtiva vem progressivamente transferindo

[**] Ver a introdução de J.S.LEITE LOPES et alli, Mudança Social no Nordeste, Paz e Terra, RJ, 1979; e capitulo 5 de J.A.GIANNOTTI, Trabalho e Reflexão, Brasiliense, SP, 1984.

para contratações externas às empresas algumas tarefas permanentes que são necessárias à consecução da atividade produtiva[*1].

Uma outra situação, que espelha uma transformação de grande importância na forma do exercício do trabalho, refere-se à contratação de costureiras domiciliares por parte da grandes empresas[**]. não apenas pela mudança no papel cumprido no mercado de trabalho pela grande empresa, mas também pela criação de um novo vínculo do segmento organizado com formas precárias de atividade produtiva.

Outras implicações podem resultar da modernização da estrutura econômica. Nas grandes cidades brasileiras, a crescente dificuldade de se conseguir trabalho autônomo de pintores, jardineiros, eletricistas e, especificamente, empregada doméstica, é fruto de recentes transformações ocorridas na estrutura produtiva, que romperam as relações

[*1] Uma evidência da ocorrência deste processo num segmento produtivo moderno é apresentada por N.A.Castro, Novo Operariado, Novas Condições de Trabalho e Novos Modos de Vida na Fronteira do Moderno Capitalismo Industrial, VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1988, Recife, onde a autora discute os reflexos da implantação do polo petroquímico de Camaçari sobre a estrutura produtiva regional e as condições de vida e trabalho da população ativa local.

[**] Um estudo de C.SPINDEL, O "Uso" do Trabalho da Mulher na Indústria do Vestuário, in C.BARROSO e A.O.COSTA(orgs.), Mulher Mulheres, Cortez Editora/Fundação Carlos Chagas, SP, 1983, descreve com detalhes a forma de inserção produtiva deste tipo de trabalho domiciliar. A crescente contratação destas mulheres por parte das grandes empresas do setor têxtil na Grande São Paulo modificou o caráter geral do que se chamaria de trabalho autônomo da costureira.

que permitiam a reprodução deste tipo de mão-de-obra[83] - por exemplo a baixa remuneração do serviço e a manutenção de relações pessoais entre o comprador e o vendedor.

Portanto, a visão aqui exposta defende que a acumulação de capital ao *destruir, criar e recriar* atividades produtivas vai metamorfoseando o espaço econômico bem cómo as próprias relações de trabalho, e regulando a disponibilidade existente de mão-de-obra[84]. Neste sentido, nossa visão incorpora aos movimentos do capital os seus impactos sobre o conjunto das relações econômicas e sociais, entendendo que tais impactos significam a modernização de relações de produção pertencentes ou não ao segmento capitalista da economia. Portanto, propõe-se que a análise dos impactos da acumulação de capital não fique restrita aos seus efeitos de destruição, criação e recriação de espaços econômicos, mas de mercados, de relações produtivas e de trabalho.

[83] Uma discussão detalhada sobre a importância das relações criadas entre trabalhador e cliente para a reprodução de certas ocupações foi pioneiramente realizada por L.A.MACHADO DA SILVA, Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade, Dissertação de Mestrado, mimeo, UFRJ, 1971, RJ. O autor neste trabalho discute a reprodução do trabalho autônomo no Rio de Janeiro a partir de uma pesquisa qualitativa realizada na periferia da cidade. Também neste estudo é mostrado como a estabilidade da relação entre comprador e vendedor de serviços ou bens cria dificuldades para o ingresso de um novo vendedor.

[84] A idéia aqui defendida é que a realização do processo de acumulação de capital transforma permanentemente a sua base produtiva. Além disso, o capital, ao transformar as diversas formas de atividades existentes, altera a sua relação com o trabalho. P.R.SOUZA, op. cit., e J.A.GIANNOTTI, op. cit, capítulos II e VI.

Desta forma, assume-se que a expansão do capital afeta os espaços econômicos subordinados, seja naquilo que se refere a sua dimensão, seja naquilo que se refere às suas formas de produção e relações de trabalho. O dinamismo econômico, ao tornar predominante o segmento capitalista, determina um perfil mais moderno ao conjunto da atividade econômica, inclusive do segmento subordinado. Isto é, a modernização contamina progressivamente a totalidade dos processos de trabalho, transformando as estruturas produtivas e ocupacionais.

3.2 A Acumulação de Capital, seus Impactos sobre a Organização Produtiva e a Estrutura Ocupacional e a Questão Nacional/Regional

O estudo das transformações impostas pela acumulação sobre a organização produtiva é de extrema importância para as análises sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos. O conhecimento das transformações é também relevante para a discussão sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos e suas diferenças nacionais e/ou regionais[65], dado que as diferenças de organização

[65] é pequena a contribuição propiciada por alguns estudos recentes realizados por importantes instituições sobre o funcionamento dos mercados de trabalho nacionais da América Latina, nesta década ou sobre temas vinculados a esta problemática, devido a não incorporação das diferenças existentes entre economias latino americanas e

produtiva e de estrutura ocupacional conotam conformações diferenciadas de desenvolvimento da acumulação capitalista a nível nacional e/ou regional que se espelham sobre a organização dos respectivos mercados de trabalho.

Deste modo, pode-se afirmar que, apesar do processo de *destruição, criação e recriação* ser inerente ao desenvolvimento capitalista, a forma como ele se efetiva apresenta especificidades decorrentes de diferentes formações históricas e de graus de modernização.

Como vimos sugerindo, considera-se que as formas de atividade não-organizadas ou subordinadas resultam e são explicadas pelo movimento do capital. Contudo, o desenvolvimento destas formas de participação realiza-se diferenciadamente segundo determinações próprias da economia local. Uma série de questões devem ser debatidas a partir destas últimas considerações.

Em primeiro lugar, é necessário incorporar o movimento histórico à análise do desenvolvimento das formas produtivas , pois é preciso entender que um padrão de desenvolvimento constitui estruturas sócio-econômicas concretas, que ao mesmo tempo que possuem determinações

pela adoção de modelos teóricos que não absorvem esforços realizados por pesquisadores locais. Um trabalho que evidencia esta ponderação, é o estudo de J.WELLS, Empleo en América Latina: una búsqueda de opciones, PREALC, 1987, Santiago de Chile. A análise desenvolvida por Wells chega a propor a adoção de políticas específicas para o setor informal, proposição muito criticada em trabalhos recentes - ver M.C. CACCIAMALI, Setor Informal e Formas de Participação na Produção, IPE-USP, 1983, SP.

gerais próprias do modo de produção capitalista, têm determinações específicas ditadas pela conformação histórica. Do ponto de vista da organização dos mercados de trabalho, pode-se aceitar que suas conformações atuais são resultados dos padrões de desenvolvimento passado e presente.

A segunda questão a ser tratada refere-se como o modo de funcionamento do mercado de trabalho encontra-se relacionado a atual estrutura econômica. Um país ou região que teve um padrão de desenvolvimento passado marcado por um elevado dinamismo econômico deve possuir uma estrutura produtiva caracterizada por um peso mais elevado dos segmentos econômicos capitalistas, bem como do trabalho assalariado. O contrário deve ser observado em países e regiões com um padrão passado menos dinâmico.

De outro lado, o maior dinamismo passado deve ter significado uma maior destruição das formas de organização produtiva menos desenvolvidas, bem como deve ter implicado na transformação de boa parte das formas subordinadas de organização produtiva. Impactos semelhantes devem ser observados em relação ao grau de dinamismo presente.

Portanto, deve-se considerar que em regiões mais dinâmicas o desenvolvimento capitalista progressivamente integrou ou integra o conjunto das formas de atividade produtiva, enquanto que nas regiões menos desenvolvidas é menor a difusão dos efeitos do segmento dinâmico. Deste modo, cabe

aceitar que o maior dinamismo econômico corresponde a permanentes transformações das formas de produção, organizadas ou não, que acabam levando à constituição de uma estrutura produtiva com uma maior participação do segmento capitalista, bem como a uma maior determinação deste segmento sobre a organização dos diversos mercados de trabalho.

As atividades organizadas vão tendo alterações em seus mercados, nas formas de concorrência inter-capitalista, nos produtos, nas relações de produção e de trabalho, no padrão tecnológico. Enfim, a concorrência entre capitais, induz o desenvolvimento destes.

Quanto às atividades não-organizadas, o maior dinamismo econômico nacional e/ou regional deve ir realizando progressivamente a sua integração ao segmento capitalista. Isto é, o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado, de um lado, por uma perda de importância relativa das atividades não-organizadas que não se encontram integradas ao padrão de crescimento - como os vendedores ambulantes, os guardadores de carro, o emprego doméstico,...; e, de outro, pelo aumento do peso relativo das atividades não-organizadas integradas - como as empresas de reparação de eletro-domésticos e equipamentos industriais, de serviço de manutenção, do comércio especializado,...

Estes argumentos são um avanço metodológico, por desenvolverem uma visão mais dinâmica dos impactos das

transformações econômicas sobre o conjunto das atividades produtivas, permitindo que se abandonem concepções imutáveis historicamente sobre a estruturação das atividades subordinadas, que geralmente aceitam que estas formas de produção cumprem papéis idênticos em qualquer conformação capitalista atrasada, independentemente de seu grau de desenvolvimento.

Deste modo, as discussões sobre as formas não-organizadas de produção, que se apresentam sempre relevantes nos estudos sobre os entraves ao desenvolvimento dos países atrasados, merecem ser reavaliadas. é preciso rediscutir as visões sobre setor informal[24], incorporando a este conceito elementos históricos necessários para garantir a sua importância na discussão sobre a crise atual.

O *setor informal*, na visão corrente, é um espaço econômico marcado pela facilidade de entrada, com baixos requerimentos de capital e capacitação tecnológica. Geralmente, é concebido como um espaço ocupado por formas de produção pouco desenvolvidas, que se coadunam com a existência de um excedente populacional nada qualificado. Neste sentido, o *setor informal* corresponderia a uma excrescência do desenvolvimento, na medida que sua existência decorreria de um desenvolvimento limitado, que não teve capacidade de eliminar formas de produção pouco eficientes.

[24] Este debate será aprofundado no capítulo 4.

No capítulo 1, apresentamos indicações que contrariam tal concepção. As sugestões foram no sentido de apontar que as atividades informais tenderiam a ser ocupadas por trabalhadores com experiência anterior de trabalho assalariado, bem com se ampliavam as articulações destas atividades com as do segmento dinâmico. Neste capítulo, vem se propondo que o *setor informal* seria afetado pelos movimentos do núcleo central, havendo mudanças em suas formas de organização da atividade no sentido de sua progressiva integração produtiva ao segmento capitalista.

Portanto, nossa visão considera como fundamental que se incorpore à dinâmica capitalista à discussão sobre *setor informal*,.com o objetivo de explicitar que aquilo que se poderia chamar grosseiramente de *setor informal* no passado, talvez não o possa mais ser no presente. Também pode ocorrer que aquilo que se considera como sendo *setor informal* numa determinada região não possa ser encontrado em outra, face às diferenças quanto à sua forma de subordinação-integração ao núcleo econômico capitalista, reflexo do grau de modernização econômica local.

Além disso, argumenta-se que, se existe uma lei geral da acumulação capitalista que subordina as formas não-organizadas de produção, tem-se que sua manifestação não se realiza de uma única forma nos espaços nacionais ou regionais. Deste modo, os mercados de trabalho locais, ao

possuírem estruturações diferenciadas, devem apresentar especificidades quanto aos seus modos de funcionamento.

Parte destas especificidades podem ser mensuradas a partir da dimensão relativa do segmento organizado, que deve refletir o grau de subordinação/integração das atividades não-organizadas.

Como vem se explicitando, o dinamismo econômico é dado pelo segmento organizado. São as formas de concorrência entre capitais que caracterizam a dinâmica econômica[27]. O desenvolvimento dos capitais e suas formas de concorrência definem a conformação da estrutura econômica. Formas de capitais mais desenvolvidas devem significar estruturas econômicas com uma preponderância do segmento econômico organizado. Esta preponderância deve determinar que o segmento não-organizado ocupe espaços econômicos *intersticiais* e *periféricos*. Além disso, as atividades econômicas que compõem o segmento não-organizado devem apresentar, relativamente, uma maior integração ao núcleo principal da economia.

[27] Como afirma M.L.POSSAS, Estrutuuras de Mercado em Oligopólio, pag. 174, Hucitec, SP, 1985, " A concorrência deve ser entendida...como um processo de defrontação ("enfrentamento") dos vários capitais, isto é, das unidades de poder de valorização e de expansão econômicas que a propriedade do capital em função confere. Deve ser pensada nesse sentido como parte inseparável do movimento global de acumulação de capital, em suas diferentes formas, e que lhe imprime, na qualidade de seu móvel primário e vetor essencial, uma direção e ritmo determinados e em conteúdo historicamente específico. Em outros termos, trata-se do motor básico da dinâmica capitalista..."

A progressiva integração é o fator que explica a perda de importância de atividades que poderiam ser chamadas de pré-capitalistas - como o são os vendedores ambulantes. O desenvolvimento do capital implica na criação de uma ampla rede de atividades não-organizadas, que se encontra totalmente integrada ao padrão de acumulação de capital. São estas atividades que progressivamente ganham importância dentro do segmento não-organizado, cabendo às demais um espaço econômico e ocupacional marginal. Assim, podemos dizer que o avanço da acumulação de capital leva a uma maior integração do conjunto das atividades econômica, inclusive do segmento não-organizado, com uma correlata perda de importância das atividades subordinadas não-integradas.

3.3 Flutuações Econômicas e Dinâmica dos Mercados de Trabalho Urbanos

A incorporação da idéia de integração à visão subordinada do segmento não-organizado tem impactos imediatos na análise sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos. Em primeiro lugar, porque incorpora-se parte daquelas atividades à análise da dinâmica econômica. Em segundo lugar, porque permite ponderar sobre o papel do segmento não-organizado numa determinada economia. Em terceiro lugar, tais procedimentos tornam mais visíveis as especificidades

do funcionamento das atividades que compõem este segmento, inclusive suas alterações ao longo do ciclo econômico.

Neste sentido, sugere-se que algumas manifestações da crise atual na América Latina só podem ser captadas caso se incorpore uma concepção mais abrangente sobre as diversas estruturas econômicas regionais.

A discussão de algumas características da crise dos anos 80 torna mais evidente esta limitação. Ao contrário das crises anteriores, a atual traz consigo um amplo desemprego aberto[88]. Pela primeira vez, esta forma de desemprego ganha dimensão significativa, indicando que, na presente fase recessiva, as economias nacionais não mais possuem a capacidade de abrigar, mesmo que precariamente, o incremento de excedente de mão de obra[89] criado pela queda do nível de atividade. O aparecimento do desemprego aberto como fenômeno significativo deve ser tomado como um indício de que as estruturas econômicas regionais passaram por

[88] As limitações existentes nas formulações tradicionais sobre setor informal, dificultam o entendimento deste novo fenômeno latino-americano: o desemprego aberto. Um exemplo destas limitações é o modelo descrito em V.TOKMAN, op. cit., que considera que Si el ingresso esperado en el sector moderno, ajustado según la probabilidad de encontrar trabajo, fuera aún mayor que el ingresso que podría obtenerse en una atividad informal, el desempleo abierto constituiría una opción válida. Concebe-se o fenômeno como resultado de vantagens entre setores, passíveis de apropriação.

[89] A maior dimensão do desemprego aberto na atual crise econômica na América Latina é discutida nos artigos de N.GARCIA e V.TOKMAN, Transformación Ocupacional y Crisis, Revista de La CEPAL, n.24, Santiago de Chile, dez. 1984; e CEPAL, Crisis Economica y Políticas de Ajuste, Estabilización y Crescimiento, Cuadernos de la CEPAL, Santiago de Chile, 1986.

transformacões, que reduziram a capacidade de absorção das atividades não-organizadas nos momentos de crise econômica. Nossas economias passaram a conhecer fenômenos anteriormente característicos de economias desenvolvidas[30]. São as economias atrasadas convivendo com problemas que eram estranhos em suas crises anteriores[31].

Na análise do mercado de trabalho urbano pode-se resgatar este aspecto especifico da crise atual. A modernização realizada no pós-guerra transbordou o segmento organizado, reduzindo relativamente a dimensão do segmento não-organizado, alterando o seu funcionamento, integrando-o e, por decorrência, modificando a sua função no processo de acumulação nacional ou regional. Os ajustes econômicos processados nas várias fases cíclicas passam a apresentar uma nova dinâmica.

[30] É lógico que existem diferenças entre as várias estruturas econômicas, sob o ponto de vista do funcionamento do mercado de trabalho, e que estas devem ser levadas em conta. Dados recentes para as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador, captados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, mostram que para região de São Paulo é comparativamente maior o peso do desemprego aberto e que este determina as variações sazonais da taxa de desemprego total. Em Salvador, não somente é menor o peso do desemprego aberto, como as flutuações do desemprego total são explicadas pelas variações do desemprego oculto. Estes dados evidenciam diferenças quanto às dinâmicas dos mercados de trabalho locais - ver C.S.DEDECCA, Existem Diferenças. E são Grandes - o desemprego nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, São Paulo em Perspectiva, n.4, vol.2, SEADE, out-dez, 1988.

[31] Também, não se deve esquecer, que a região não foi atingida por momentos de crise aguda, como no atual, desde os anos 30, sendo que não se pode comparar as estruturas economicas regionais e internacionais do presente com as encontradas naquela época.

Nas regiões menos desenvolvidas, deve-se manter em algum grau , mesmo que transmutado, o papel funcional cumprido pelo segmento não-organizado nos períodos de crise. Por ser pouco integrado, o segmento não-organizado é relativamente menos afetado pelas flutuações no nível de atividade.

Ao contrário, nas regiões mais desenvolvidas deve ter sido, em grande parte, rompida esta funcionalidade, levando a que estas economias passem a sofrer ajustamentos de seus mercados de trabalho mais parecidos com os observados em economias desenvolvidas. A maior integração do segmento não-organizado rompe sua capacidade de ser o principal absorvedor dos contingentes de mão-de-obra expulsos das empresas capitalistas.

3.4 Uma breve análise de alguns Mercados de Trabalho Metropolitanos

Nesta parte do capítulo, faremos a análise de algumas informações relativas aos mercados de trabalho metropolitanos, com o intuito de evidenciar parte dos argumentos anteriormente expostos. O tratamento das informações percorrerá duas trajetórias analíticas: (a) o

estudo das diferenças de estruturas ocupacionais inter-regiões; e (b) suas evoluções ao longo da década de 1980.

O objetivo da análise empírica será o de apresentar indicações que corroborem os argumentos defendidos anteriormente. Isto é, que o desenvolvimento das relações produtivas capitalistas levam a uma preponderância do emprego capitalista propriamente dito, bem como seu movimento resulta numa progressiva integração das formas de produção e trabalho subordinadas.

A análise tomará por referência as informações produzidas por dois levantamentos domiciliares: (1) a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD, realizada anualmente pelo IBGE, a nível nacional; e (2) a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada mensalmente, por instituições locais, nas Regiões Metropolitanas de Belém, Salvador e São Paulo.

Em primeiro lugar, se utilizará algumas informações elaboradas pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD. O conjunto das informações utilizadas foram obtidas através de um processamento especial já disponível[38], contendo dados para as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife.

Metodologicamente, optou-se por analisar somente os dados relativos, na medida que este procedimento permite não

[38] Este processamento especial da PNAD foi gentilmente cedido por Jane Souto, a quem agradecemos a generosidade.

utilizar os valores absolutos, que correspondem à expansão de valores amostrais baseada numa projeção demográfica. Esta conduta é justificada por uma provável super-estimação dos valores absolutos da PNAD[33], para esta década, que resultam em estimativas de crescimento da população ocupada incompatíveis com os demais indicadores de desempenho econômico - como por exemplo, o de PIB per capita e da Produção Industrial, ambos produzidos pelo IBGE.

De outro lado, a utilização de dados relativos deve ser considerada como satisfatória para os objetivos da análise, pois o seu interesse consiste no confronto de duas estruturas ocupacionais, com o intuito de evidenciar suas diferenças e as possíveis transformações nelas ocorridas durante a década.

Em termos gerais, a comparação das duas estruturas ocupacionais corresponde ao cotejo de dois mercados de trabalho metropolitanos, pertencentes a economias regionais com diferentes graus de dinamismo. A Região Metropolitana de São Paulo representa o principal centro econômico do país. Ao contrário, a Região Metropolitana de Recife, desde os anos 60, vem apresentando um fraco desempenho econômico, que acabou resultando na perda de seu papel de capital econômica do nordeste, para Fortaleza e Salvador. Deste modo, analisa-se duas estruturas produtivas com diferentes graus de desenvolvimento e dinamismo econômico.

[33] Sobre este ponto, ver P.E.A.BALTAR e L.GUIMARÃES NETO, op. cit.

TABELA 3.1
DISTRIBUICAO DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA NAO AGRICOLA POR POSICAO NA OCUPACAO
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO
1981-88

POSICAO NA OCUPACAO	ANOS				
	1981	1983	1985	1987	1988
POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
POPULACAO DESEMPREGADA	6.7	8.1	5.6	5.4	4.6
POPULACAO OCUPADA	93.3	91.9	94.4	94.6	95.4
EMPREGADORES	3.8	3.4	3.4	3.5	3.8
COM CONTRIB PREV SOCIAL	3.5	3.2	3.0	3.0	3.2
SEM CONTRIB PREV SOCIAL	0.3	0.2	0.4	0.5	0.6
TRABALHADORES POR CONTA-PROPRIA	13.0	13.1	13.2	13.3	14.4
COM CONTRIB PREV SOCIAL	5.7	6.2	5.4	5.5	6.2
SEM CONTRIB PREV SOCIAL	7.2	6.9	7.8	7.8	8.2
EMPREGADOS DOMESTICOS	5.0	5.9	5.8	4.9	4.3
COM CARTEIRA ASSINADA	1.6	1.7	1.3	1.6	1.4
SEM CARTEIRA ASSINADA	3.4	4.2	4.5	3.3	2.8
EMPREGADOS PUBLICOS	6.2	6.2	6.4	6.3	6.8
COM CARTEIRA ASSINADA	2.5	1.4	1.9	2.7	2.5
SEM CARTEIRA ASSINADA	3.8	4.8	4.5	3.6	4.3
EMPREGADOS PARTICULARES	64.0	62.2	64.5	65.9	65.4
COM CARTEIRA ASSINADA	54.9	52.8	53.6	55.5	55.4
SEM CARTEIRA ASSINADA	9.1	9.5	10.9	10.5	10.0
NAO REMUNERADOS	1.4	1.1	1.0	0.7	0.6
COM CARTEIRA ASSINADA	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
SEM CARTEIRA ASSINADA	1.2	1.0	0.9	0.6	0.5

FONTE: PNAD, IBGE.

As informações contidas na Tabela 3.1, mostram que, em 1981, a Região Metropolitana de São Paulo tinha uma População Economicamente Ativa (PEA) composta por 6,7% de desempregados e 93,3% de ocupados. A distribuição destes era a seguinte[34]: 3,8% das pessoas eram empregadores, 13,0% eram

[34] O confronto das estruturas ocupacionais será realizada somente com as informações relativas ao ano de 1981. Dada a forte instabilidade econômica que marcou a década, não se justifica a realização de um esforço específico no sentido de definir um dos anos como possuindo uma

trabalhadores por conta-própria, 6,2% empregados públicos, 64,0% empregados particulares e 5,0% empregados domésticos. Também observa-se que a participação dos conta-própria sem contribuição para a previdência e dos assalariados sem carteira de trabalho assinada equivaliam,respectivamente, a 7,2% e 9,1% da PEA.

Para a Região Metropolitana de Recife (ver Tabela 3.2), a PEA era dividida entre 7,9% de desempregados e 92,1% de ocupados. A composição da população ocupada tinha o seguinte perfil: 2,4% eram empregadores; 17,7% trabalhadores por conta própria, sendo que 13% não contribuíam com a previdência; 11,2% empregados públicos; 50,4% empregados particulares - com 38,9% possuindo carteira de trabalho assinada; e 9,1% trabalhadores domésticos.

As maiores diferenças entre as estruturas ocupacionais das duas regiões podem ser assim resumidas: (a) constata-se um maior peso relativo do emprego particular - isto é, do assalariamento - na Grande São Paulo; (b) nesta região, é comparativamente mais elevada a participação do assalariamento com carteira de trabalho assinada entre os empregados particulares; (c) em contraste, na Região da Grande Recife é maior a participação relativa do trabalho

estrutura ocupacional representativa para todo o período. Ao adotar esta conduta, não se desconhece que aquele ano foi marcado pela eclosão da crise que vem marcando a atual década. Contudo, o não acesso às informações para anos anteriores, pois os dados foram tirados de um processamento especial cedido, não nos apresenta outra alternativa que não a eleita.

TABELA 3.2
DISTRIBUICAO DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA NAO AGRICOLA POR POSICAO NA OCUPACAO
REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE
1981-88

POSICAO NA OCUPACAO	ANOS				
	1981	1983	1985	1987	1988
POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
POPULACAO DESEMPREGADA	7.9	7.8	5.3	8.3	8.4
POPULACAO OCUPADA	92.1	92.2	94.7	91.7	91.6
EMPREGADORES	2.4	2.0	2.3	2.1	2.4
COM CONTRIB PREV SOCIAL	1.9	1.5	1.6	1.7	1.9
SEM CONTRIB PREV SOCIAL	0.4	0.5	0.7	0.4	0.5
TRABALHADORES POR CONTA-PROPRIA	17.7	21.2	24.2	20.8	21.2
COM CONTRIB PREV SOCIAL	4.7	4.8	3.7	3.9	4.3
SEM CONTRIB PREV SOCIAL	13.0	16.5	20.5	16.9	16.8
EMPREGADOS DOMESTICOS	9.1	7.8	6.9	7.2	6.9
COM CARTEIRA ASSINADA	1.8	1.6	0.9	1.5	1.5
SEM CARTEIRA ASSINADA	7.3	6.3	6.0	5.7	5.5
EMPREGADOS PUBLICOS	11.2	11.6	11.5	13.3	12.3
COM CARTEIRA ASSINADA	6.7	7.4	7.8	9.0	9.1
SEM CARTEIRA ASSINADA	4.5	4.2	3.7	4.3	3.2
EMPREGADOS PARTICULARES	50.4	47.5	47.3	47.6	47.9
COM CARTEIRA ASSINADA	38.9	34.4	33.8	32.9	35.2
SEM CARTEIRA ASSINADA	11.5	13.1	13.5	14.7	12.8
NAO REMUNERADOS	1.3	2.0	2.5	0.7	0.8
COM CARTEIRA ASSINADA	0.1	0.1	0.0	0.0	0.1
SEM CARTEIRA ASSINADA	1.2	2.0	2.4	0.7	0.7

FONTE: PNAD, IBGE.

por conta-própria e do emprego doméstico; (d) entre os trabalhadores por conta-própria, em Recife, quase 3/4 não contribuíam para previdência social, enquanto, em São Paulo, esta proporção era de 55,9%.

Estas informações indicam que comparativamente a Recife, o peso do emprego regulamentado é maior em São Paulo. Esta sua característica, acrescida do menor peso do emprego público,

indicam a existência de um mercado de trabalho mais moderno nesta região metropolitana.

A evolução das duas estruturas ocupacionais regionais, ao longo do período 1981-88, agrega novos elementos à análise.

As informações para a Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 3.1) indicam um certa estabilidade de sua estrutura ocupacional, durante o período considerado. A principal alteração manifesta-se através de uma queda da participação dos empregados particulares, em 1983, determinada pela redução do assalariamento com carteira de trabalho assinada. Esta alteração resultou num pequeno aumento do assalariamento sem carteira de trabalho assinada e, principalmente, num aumento do desemprego aberto.

Deve-se ressaltar a estabilidade da participação do trabalho por conta-própria durante todo o período e, particularmente, na fase de crise mais acentuada (1981-83). Entre estes dois anos, verifica-se uma pequena redução da participação relativa do trabalho por conta-própria sem contribuição para a previdência.

É distinto o comportamento da estrutura ocupacional na Região Metropolitana de Recife, na medida que ela apresentou alterações significativas. Entre 1981 e 1985, ocorre um aumento do trabalho por conta-própria, com uma ampliação da parcela que não contribuía para a previdência social. De forma complementar, reduz-se o peso do emprego particular,

com queda do assalariamento com carteira de trabalho assinada e consequente elevação daquele sem carteira. Por outro lado, o desemprego parece não ter se apresentado como uma variável significativa para o ajuste do mercado de trabalho local naquele momento crítico.

A incorporação das informações sobre a distribuição da ocupação segundo setor de atividade permite visualizar melhor os ajustes dos mercados de trabalho de cada região durante aquele período.

Na Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 3.3), verifica-se uma queda da participação relativa da Indústria, entre 1981 e 1985, compensada por uma elevação do Setor Terciário. Contudo, este incremento deu-se, num primeiro momento, através do aumento da participação das atividades em Prestação de Serviços, observando-se um pequeno acréscimo do Comércio, entre 1983 e 1985.

A Região Metropolitana de Recife (Tabela 3.4) também apresentou uma redução na participação da Indústria e um correspondente aumento das atividades terciárias, entre 1981 e 1985. Contudo, este aumento se deu na atividade de Comércio.

Além disso, o Setor Terciário e as atividades de Comércio e de Prestação de Serviços possuíam pesos relativamente mais elevados em Recife do que em São Paulo - respectivamente, 71,4%, 16,4% e 24,1% e 57,0%, 13,2% e 17,6%, em 1981. Deve-

se ressaltar que a diferença entre participações indica uma maior importância daquele setor de atividade econômica para a manutenção do nível de emprego na metrópole nordestina. Ao longo da crise do início da década, observa-se que o Terciário cresce em ambas as regiões, sendo que na Grande São Paulo seu aumento se deveu às atividades de Prestação de Serviço, enquanto no Recife esteve relacionada ao crescimento do Comércio.

Uma síntese relativa do comportamento dos indicadores analisados aponta que a crise econômica, na primeira metade da década, rebateu sobre a estrutura ocupacional da Região Metropolitana da Grande São Paulo, reduzindo a participação do Setor Industrial com um correspondente aumento da Participação de Serviços, ao mesmo tempo que verificou-se um ajuste do mercado de trabalho via uma elevação da participação do emprego assalariado sem carteira de trabalho assinada e, principalmente, um aumento do desemprego[35]. Já na Região Metropolitana de Recife, a crise foi acompanhada por um aumento do trabalho por conta-própria e da ocupação no Setor de Comércio.

Em suma, a crise na região metropolitana do Sudeste parece ter resultado num pequeno aumento na precariedade da forma de trabalho assalariada e, fundamentalmente, do desemprego.

[35] Estas considerações sobre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife reafirmam observações anteriormente apresentas no estudo de P.E.A.BALTAR e L.GUIMARÃES NETO, op. cit., sobre o comportamento dos mercados de trabalho daquelas regiões, no período 1981-85.

TABELA 3.3
DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA NAO-AGRICOLA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE
REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO
1981-88

SETORES DE ATIVIDADE	ANOS				
	1981	1983	1985	1987	1988
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
SECUNDARIO	43.04	39.26	38.82	40.03	40.33
Ind. Transf.	34.95	31.01	31.85	33.07	32.96
Constr. Civil	6.95	7.01	5.84	6.20	6.31
Outras	1.14	1.24	1.13	0.76	1.06
TERCIARIO	56.96	60.74	61.18	59.97	59.67
Comercio	13.17	12.95	14.00	14.30	13.24
Prest. Servicos	17.58	19.92	19.44	18.22	18.03
Servicos Aux.	4.55	4.78	4.38	5.29	5.32
Transp. e Comun.	4.85	5.27	4.59	4.78	5.00
Ativ. Sociais	4.74	5.09	5.35	5.18	5.76
Adm. Publica	6.66	6.72	6.83	6.63	7.18
Outras	5.41	6.01	6.60	5.57	5.14

FONTE: PNAD, IBGE.

TABELA 3.4
DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA NAO-AGRICOLA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE
REGIAO METROPOLITANA DE RECIFE
1981-88

SETORES DE ATIVIDADE	ANOS				
	1981	1983	1985	1987	1988
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
SECUNDARIO	28.60	24.91	23.26	23.88	23.70
Ind. Transf.	16.59	14.39	14.10	15.09	14.76
Constr. Civil	9.55	8.37	7.23	7.04	6.83
Outras	2.45	2.15	1.93	1.75	2.11
TERCIARIO	71.40	75.09	76.74	76.12	76.30
Comercio	16.39	20.05	18.63	18.83	17.65
Prest. Servicos	24.08	24.53	25.56	24.83	25.24
Servicos Aux.	3.48	3.18	3.70	3.48	3.79
Transp. e Comun.	5.42	5.19	5.01	4.85	4.87
Ativ. Sociais	5.39	4.77	5.16	5.21	5.95
Adm. Publica	12.22	12.58	12.20	14.51	13.44
Outras	4.44	4.79	6.48	4.41	5.36

FONTE: PNAD, IBGE.

Além de não haver indícios da ocorrência de uma terciarização espúria - no sentido de uma regressão das formas de exercício do trabalho, via a ampliação das ocupações do Comércio. Enquanto que, no Recife, foi o incremento do auto-emprego e a elevação da participação do Comércio que caracterizaram o ajuste do mercado de trabalho local.

Os dados produzidos por outra fonte de informações sobre mercado de trabalho urbano adicionam novos elementos a este quadro contruído a partir das informações da PNAD. De acordo com o levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - para três regiões metropolitanas brasileiras, em 1989, o peso do trabalho assalariado do setor privado em Belém, Salvador e São Paulo (ver Tabela 3.5) era de a 52,3%, 48,1% e 65,8% das respectivas Populações Economicamente Ativas[36]. Quanto às participações do total do trabalho autônomo e do trabalho autônomo para público no total da ocupação, equivaliam, respectivamente, a 21,7% e 17,4%, em Belém, 21,3% e 18,7%, em Salvador; e 13,1% e 8,1%, em São Paulo.

Em primeiro lugar, estas informações mostram que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste incorporam um maior peso do trabalho autônomo, fato que já tinha sido observado a partir dos dados analisados da PNAD, para Recife. Além

[36] Todas as informações pertencentes à Tabela 5 correspondem à relação entre a variável i e a População Economicamente Ativa (PEA). Como se verificará mais à frente, a adoção deste procedimento facilitará o cruzamento direto entre as informações relativas à distribuição ocupacional com aquelas referentes à composição do desemprego.

disso, evidenciam que naquelas regiões a maior presença do trabalho autônomo é acompanhada por uma preponderância do trabalho autônomo para público. Inversamente, em São Paulo, o menor peso relativo do trabalho autônomo coincide com uma participação mais expressiva desta forma de trabalho realizada sob subordinação de uma ou mais empresas.

Estes indicadores corroboram os argumentos apresentados nos ítens anteriores deste capítulo. A proposição defendida era a de que o avanço do desenvolvimento das relações capitalistas deve resultar na preponderância do emprego capitalista - que, neste caso, pode ser grosseiramente representado pelo peso do assalariamento, contraposta a uma menor dimensão do trabalho autônomo - sendo que internamente a esta forma de exercício da atividade produtiva observa-se uma maior importância daquele trabalho autônomo vinculado à empresa.

De fato, estas informações sinalizam como o desenvolvimento das relações capitalistas resultam não apenas num maior assalariamento da estrutura ocupacional, como representa um açambarcamento de formas de relação de produção no sentido de integrá-las à lógica da acumulação de capital. Deste modo, sugere-se que o dinamismo econômico se traduz, progressivamente, na perda de importância relativa das atividades autônomas não-integradas ao segmento capitalista.

Uma outra dimensão deste processo pode ser captada quando se analisam as taxas de desemprego. Novamente, serão utilizadas

TABELA 3.5
TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO TIPO DE DESEMPREGO E DE OCUPACAO SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO (1)
REGIOES METROPOLITANAS DE BELEM, SALVADOR E SAO PAULO
1989

Regioes Metropolitanas	Desempregados Segundo o Tipo de Desemprego			Ocupados Segundo Posicao na Ocupacao Principal											
					Assalariado					Autonomo					
				Total	Setor Privado				Setor Publico	Total	Trabalha para Publico	Trabalha para Empresa	Empregador	Empregado Domestico	Outros
	PEA	Total	Aberto	Oculto	Total	Total	Posse de Carteira Trabalho Assinada								
							sim	nao							
Belem	100.0	10.8	6.6	4.2	89.2	52.3	34.7	26.0	8.7	17.6	21.7	17.4	4.3	2.9	8.7	3.7
Salvador(1)	100.0	16.3	9.0	7.3	83.7	48.1	34.4	27.5	6.9	10.7	21.3	18.7	2.6	1.9	7.5	4.9
Sao Paulo	100.0	8.7	6.5	2.2	91.3	65.8	56.7	48.4	8.3	8.9	13.1	8.1	5.0	3.6	5.6	3.1

FONTE: Instituto de Desenvolvimento Economico e Social - IDESP; Sistema Nacional de Emprego - SINE/PA;
Secretaria do Trabalho da Bahia - Setrab; Sistema Nacional de Emprego - SINE/BA;
SEP - Convenio SEADE/DIEESE.

(2) Todas as taxas correspondem a relacao entre uma variavel i e a Populacao Economicamente Ativa (PEA)

(1) Periodo: Janeiro a Setembro/89

as informações da PED para as mesmas três regiões metropolitanas, no ano de 1989. A metodologia adotada por este levantamento classifica o desemprego segundo três tipos: o aberto - composto pelas pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias; o oculto pelo trabalho precário - constituído das pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócio de parentes e que procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; o oculto pelo desalento - pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses. Para efeito da análise, se adotou as taxas de desemprego total, aberto e oculto - sendo que nesta se agregou o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

Segundo a Tabela 3.5, em 1989, as taxas de desemprego total, aberto e precário correspondiam, respectivamente, a 10,8%, 6,6% e 4,2%, em Belém; 16,3%, 9,0% e 7,3%, em Salvador; e 8,7%, 6,5% e 2,2% em São Paulo.

A primeira observação a ser realizada diz respeito à vigência de expressivas taxas de desemprego aberto nas

regiões metropolitanas de Belém e Salvador, que se situam em patamares semelhantes ou superiores ao encontrado em São Paulo. Este aspecto permite afirmar que, apesar do limitado grau de desenvolvimento econômico naquelas regiões - e mesmo considerando que o desemprego não deve se constituir na principal variável de ajuste de seus mercados de trabalho -, verifica-se que o grau já alcançado é suficiente para produzir uma taxa de desemprego 'aberto considerável'[37]. E, portanto, apesar dos problemas presentes na dinâmica econômica regional, percebe-se claramente a vigência de um fenômeno criado exclusivamente pela existência de um mercado de trabalho capitalista.

A segunda observação relaciona-se à dimensão do desemprego comparativamente àquela do trabalho autônomo para público. No caso da região de Belém, o desemprego total tem uma dimensão próxima a 50% daquela possuída pelo trabalho autônomo para público. Para Salvador, a dimensão do desemprego é um pouco menor que a do trabalho autônomo para público, enquanto em São Paulo ela se apresenta ligeiramente maior.

Para esta última região metropolitana, cabe apresentar um aspecto adicional. Os dados permitem fazer a seguinte suposição: uma queda de 15% no emprego assalariado na Grande São Paulo, corresponde à totalidade da dimensão ocupacional

[37] O mesmo pode ser afirmado para a Região Metropolitana de Recife, que também apresenta uma significativa taxa de desemprego aberto - ver os dados da PNAD, contidos nas tabelas 3.1 e 3.2.

do trabalho autônomo para público. Mesmo sem antecipar a discussão contida no capítulo 4, pode-se afirmar que o desenvolvimento capitalista, ao reduzir a importância relativa do trabalho autônomo para público - qualificada na sua menor dimensão ocupacional relativa, evidencia que a função a ser exercida por esta forma de exercício da atividade produtiva, num momento de ajuste do mercado de trabalho, possui estreitos limites. E não é por mero acaso que, durante a crise de 1981-83, o ajuste do mercado de trabalho metropolitano de São Paulo processou-se através de um aumento do assalariamento sem carteira e do desemprego, ao invés de se realizar via uma ampliação relativa do auto-emprego.

Em resumo, a análise de certas informações sobre os mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas corrobora os argumentos, apresentados anteriormente neste capítulo, que defendiam a necessidade de se incorporar à discussão da dinâmica capitalista os seus impactos sobre o conjunto das formas de organização produtiva capitalista , seja naquilo referente à estrutura produtiva seja naquilo que diz respeito à estrutura ocupacional. A importância de se aceitar esta opção analítica é imediatamente constatada quando se estuda os ajustes processados nos mercados de trabalho metropolitanos, durante a atual década.

CAPÍTULO 4

FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS E MERCADO DE TRABALHO: as relações entre os segmentos organizado e não-organizado

A proposição desenvolvida no capítulo anterior partiu da concepção de que a dinâmica econômica capitalista transforma permanentemente tanto o seu núcleo principal - o capitalista propriamente dito - como o segmento econômico subordinado - o não-organizado de modo propriamente capitalista. O objetivo deste capítulo será o de refletir sobre alguns dos aspectos relativos a esta discussão, principalmente aqueles referidos aos impactos das flutuações econômicas sobre a organização dos mercados de trabalho urbanos e as relações entre dinâmica econômica e setor não-organizado.

Entende-se que a dinâmica de nossa economia carrega consigo uma estrutura econômica fortemente heterogênea, cuja segmentação é mais complexa que aquela desenhada a partir de dois grandes setores de atividade.

Apesar da heterogeneidade da estrutura produtiva, verifica-se que nas fases de expansão ou retração da acumulação de

capital, os ajustes no nível de emprego afetam os diversos segmentos econômicos, capitalistas ou não. De fato, a dinâmica econômica irradia efeitos sobre o conjunto da economia, afetando tanto o nível de atividade como o nível de emprego dos diversos segmentos econômicos. Para que se possa melhor avaliar tais efeitos, é interessante defini-los segundo duas óticas de abordagem: a estrutural e a conjuntural.

Pode-se pensá-los como estruturais quando a acumulação de capital produz transformações que podem ser consideradas como definitivas ou que só serão revertidas a longo prazo. São exemplos destas, a concentração no espaço urbano, o aumento do emprego assalariado, a perda de importância das atividades não-organizadas,...

Como resultados de movimentos conjunturais podem ser tomadas as flutuações sazonais dos níveis de emprego e de desemprego, certas modificações observadas nas estruturas de emprego, a incorporação ou expulsão sazonal de contingentes populacionais específicos,...[4]

Neste capítulo, trataremos dos impactos conjunturais das flutuações econômicas sobre o mercado de trabalho. Apesar das limitações impostas por uma análise deste tipo, entendemos que as indicações a serem apresentadas sobre o comportamento do mercado de trabalho na Grande São Paulo,

[4] Ver C.S.DEDECCA e S.P.FERREIRA, Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa, São Paulo em Perspectiva, SEADE, SP, n. 2, v. 3, Jul-Set, 1988

durante o período de 1985-89, encontram-se relacionadas à forma de organização estrutural deste mercado.

A análise a ser desenvolvida está centrada nas seguintes suposições: (a) que o perfil da estrutura de emprego constitui-se num indicador do grau de modernidade da estrutura econômica, sendo que a modernização resulta na preponderância do emprego assalariado, com perda de importância do trabalho autônomo; (b) que os efeitos das flutuações sobre a composição do emprego estão condicionados pela estrutura do mercado de trabalho; e (c) que a análise do comportamento conjuntural do mercado de trabalho, comparativamente à de sua estrutura, possibilita uma avaliação da funcionalidade das atividade não-organizadas, durante as flutuações econômicas.

A discussão destas três suposições requer que sejam enfrentadas, inicialmente, duas ordens de questões: (1) a construção de uma conceituação que reflita o grau de heterogeneidade das estruturas de emprego e produtiva; e (2) caso se deseje realizar uma análise empírica, a elaboração de uma proposta metodológica que possibilite uma organização da informação disponível de forma compatível com a conceituação adotada.

O equacionamento destas duas ordens de questões deve permitir que se delimite o alcance do tratamento empírico. Não é possível desconsiderar esta delimitação, na medida que, na maioria das vezes, as construções metodológicas que

marcam as várias fontes de informações não tiveram por propósito caracterizar detalhadamente as diversas formas de atividade econômica, mas obter características mais gerais daquelas atividades e/ou do mercado de trabalho. Neste sentido, a maioria dos tratamentos empíricos relativos às formas de organização das atividades econômicas e, consequentemente, dos mercados de trabalho urbanos, só podem dar conta de alguns aspectos relativos ao funcionamento destes, verificando-se, normalmente, uma *descontinuidade* entre a formulação teórica e o alcance do tratamento empírico.

Pode-se antecipar que este esforço incorrerá nesta *descontinuidade*[*]. Seu objetivo, ao tratar as informações oriundas da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED para a Grande São Paulo, será o de discutir algumas questões relativas ao desempenho do emprego e da renda, principalmente das atividades não-organizadas, no período 85-88.

[*] Desconsiderar o aspecto relativo a descontinuidade entre a formulação teórica e o tratamento empírico pode implicar no comprometimento dos objetivos do trabalho, na medida que uma postura, caso fosse adotada, de submeter a visão teórica ao tratamento empírico implica, geralmente, em perdas de capacidade analítica e de reconhecimento das limitações de um sistema de informações. Como muito bem afirma J.S.LEITE LOPES, Tomando os dados estatísticos pela própria realidade empírica, muitos estudos estatísticos e econométricos não somente ocultam a possibilidade de outros tipos de pesquisa empírica como opõem o peso dessa pretensa realidade ao trabalho teórico rigoroso (p. 316), ver Sobre o debate da Distribuição de Renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow, in R.TOLIPAN e A.C.TINELLI, A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Zahar, pp.289 a 317, 1978.

O capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira, se debaterá um marco conceitual. Numa segunda parte, será apresentado o balizamento realizado entre o marco conceitual e o tratamento empírico. A terceira conterá os principais resultados obtidos pelo tratamento empírico. Finalmente, como de praxe, será feita uma amarração final com a apresentação de algumas observações gerais.

4.1. A Elaboração do Marco Conceitual

A discussão conceitual sobre a forma de organização dos mercados de trabalho urbanos nos países atrasados deve iniciar-se através de uma recuperação do avanço teórico realizado através de sucessivos estudos sobre o tema, de modo a evidenciar o desenvolvimento e as vertentes criadas a partir dos diversos esforços realizados.

A discussão sobre *setor informal*, a partir dos anos 70, é um excelente ponto de partida. A origem do debate encontra-se na formulação original de *setor informal*[3] apresentada num trabalho pioneiro da OIT sobre o Kenia[3], quando se

[3] Ver OIT, Employment, Income and Equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, OIT, Genebra, 1972. Segundo M.C.CACCIAMALLI, op. cit., " A denominação de Mercado de Trabalho Informal foi empregada pela primeira vez... em um estudo sobre Ghana..." por K.HART, Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana, Journal of Modern African Studies, Londres, mar, 1973. CACCIAMALLI reconhece que o trabalho de L.A.MACHADO DA SILVA, Mercados Metropolitanos Manual e Marginalidade, UFRJ, mimeo, 1971, RJ,(Dissertação de Mestrado), propôs metodologia semelhante àquela utilizada por HART. Uma organização competente dos trabalhos sobre setor

estruturou o conceito de *informal* a partir do nível de produtividade da atividade produtiva, explicado por uma organização da produção marcada pelo uso de pouco capital , pouca capacitação técnica e uso intensivo do trabalho e reduzido tamanho das unidades produtivas.

Como resume CACCIAMALLI[4], este conceito de *informalidade* constituía uma alternativa à dicotomia moderno-tradicional, recorrentemente utilizada nos trabalhos sobre desenvolvimento econômico e sobre subemprego[5]. Mesmo assim, pode-se dizer que mantém-se ainda uma visão dual da atividade produtiva, agora marcada pela diferenciação de dois segmentos produtivos: o *formal* e o *informal*.

Esta nova disjuntiva buscou dar conta de uma heterogeneidade produtiva inerente à maioria das economias atrasadas, que se reflete sobre a organização do mercado de trabalho urbano. O processo de industrialização tardiamente realizado nestas economias, na primeira metade deste século, carregou consigo a manutenção de um conjunto de atividades não características do novo momento de desenvolvimento. Neste, o espaço econômico[6] incorpora uma gama de formas de atividade,

informal e a vertentes teóricas propostas, foi realizada por B.R.ZAGO DE AZEVEDO, A Produção Não-Capitalista - uma discussão teórica, FEE, Série Teses, n.10, RS, abril, 1985.

[4] M.C.CACCIAMALLI, op. cit.

[5] Esta visão dicotômica permeia os primeiros trabalhos produzidos pela CEPAL. Ver R.PREBISCH, Interpretação do Progresso Econômico, Revista Brasileira de Economia, Fundação Getúlio Vargas, n.1, março, RJ, 1951.

[6] Concebe-se como espaço econômico o locus onde são realizadas as diversas formas de atividades, sendo aí incorporadas as fases de produção, distribuição e

sendo que são nas formas menos estruturadas que se incorpora o excedente de força de trabalho[7].

Enfim, a aceitação da idéia de *setor informal* foi explicada pelos resultados dos diversos processos de industrialização. No caso da América Latina, esperava-se que a industrialização resolvesse os problemas de emprego, sendo que o resultado obtido foi uma modernização econômica marcada pela reprodução de formas precárias de inserção produtiva. A migração campo-cidade, explicada pela modernização econômica, aliada ao elevado crescimento populacional, gestaram significativos contingentes populacionais no meio urbano, criando um expressivo excedente de mão-de-obra[8].

A heterogeneidade produtiva constituiu-se numa marca da modernização. Esta heterogeneidade caracterizou-se pela convivência de formas modernas e atrasadas de organização

comercialização de produtos e serviços, bem como de força de trabalho.

[7] Ao longo deste estudo, se adotará como denominações semelhantes os termos força de trabalho, mão-de-obra e População Economicamanete Ativa. A razão para a não diferenciação destes termos decorre da concepção de que, apesar das diferenças conceituais, a população que conforma cada um dos termos encontra-se disponível para a utilização produtiva. Isto é, são conjuntos de indivíduos cuja sobrevivência depende obrigatoriamente da venda de seu trabalho, seja sob a forma de força de trabalho, seja sob a forma de bens ou serviços. Portanto, a única alternativa é a sua inserção no espaço econômico criado pelo modo de produção capitalista.

[8] A idéia de excedente de força de trabalho que será por nós utilizada corresponde àquela formulada dentro da visão cepalina. Ver P.R.SOUZA, Salário e Mão-de-Obra Excedente, in P.R.SOUZA, Emprego, Salários e Pobreza, HUCITEC-FUNCAMP, Campinas, SP, 1980.

produtiva. É dentro desta ótica que a visão dual *formal-informal* é elaborada. O desenvolvimento levou a uma expansão do *setor formal*[9]; mas que se constituiu insuficiente frente à disponibilidade de mão-de-obra existente. Neste sentido, a reprodução de formas precárias de trabalho, denominadas como *setor informal*, seria explicada como reflexo dos limites existentes no crescimento do segmento *formal*.

Seria o *setor informal* uma excrescência da modernização, sendo que o seu espaço teria que ser suficientemente elástico para incorporar aqueles contingentes de mão-de-obra que não conseguissem se empregar no *setor formal*. Esta elasticidade decorria de algumas características *homogeneizadoras* do *setor informal*, ou seja, baixos requerimentos de capital e de capacitação técnica, que explicariam a facilidade de entrada neste setor.

Inicialmente esta dicotomia representou um recorte do espaço econômico vincado por dois segmentos que se diferenciariam pela inclusão ou exclusão dos benefícios da modernização. A nível de América Latina, os esforços que partiram desta visão foram elaborados pelo PREALC[10], que inicialmente

[9] Concebe-se o formal como sendo aquele segmento econômico onde atuam empresas cuja produção e contratação de força de trabalho responde a todos os preceitos legais. Esta característica é explicada pela capacidade destas empresas terem elevado estoque de capital, de adotarem tecnologias modernas e de se organizarem em plantas produtivas de tamanho significativo.

[10] O estudo sobre o Kenya foi desenvolvido dentro do Programa Mundial de Emprego, iniciado em 1969 pela OIT. Ainda dentro deste programa, a OIT constituiu o Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe - PREALC.

incorporou a seus trabalhos o enfoque encontrado no trabalho sobre o Kenia[11]. Posteriormente, pesquisas específicas sobre o *setor informal urbano (SIU)* em vários países da região, implementadas pelo PREALC, foram evidenciando que o *setor informal* não possuía a homogeneidade que inicialmente se acreditava que tivesse[12]. O reconhecimento da heterogeneidade interna ao setor não impediu que se mantivesse como característica comum ao conjunto do segmento econômico a *facilidade de entrada*[13].

Nestes trabalhos, o PREALC identificava que, mesmo sendo em geral ineficiente, o *setor informal* chegava a competir com o *setor formal* em alguns segmentos dos mercados de produtos e serviços. Esta constatação permitia ao PREALC sugerir políticas específicas que impulsionassem o *setor informal*, com o objetivo de elevar os rendimentos obtidos em suas atividades, bem como o de melhorar as suas condições de trabalho.

[11] Ver OIT, op. cit.

[12] A trajetória realizada pelo PREALC, pode ser apreendida pela leitura de seus principais estudos, que se encontram reunidos em PREALC, Setor Informal: funcionamento y políticas, Santiago, Chile.

[13] A apreensão de uma estrutura heterogênea para o setor informal, mantendo-se a facilidade de entrada como seu traço comum, encontra-se formulada pelo PREALC, op. cit., na Parte III- capítulo 3 intitulado San Salvador. A trajetória realizada pelo PREALC em seus diversos trabalhos, encontra-se avaliada nos ensaios de P.R.SOUZA, Dez Anos de Setor Informal, UNICAMP, Campinas, mimeo, 1985; e V.TOKMAN, El Setor Informal: quince años después, El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económica, México, 1977.

No Brasil, vários trabalhos foram realizados sobre *setor informal* das regiões metropolitanas[14]. Os primeiros esforços datam do início dos anos 70, quando geralmente incorporaram a visão dual *formal x informal*. A característica diferenciadora destes artigos, comparativamente àqueles realizados pelo PREALC, era a sua concepção de que o *setor informal* permitia rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho no núcleo *formal*[15], condição necessária para a viabilização das economias periféricas.

Desta forma, reforçava-se uma característica da visão dual com um novo elemento: a *funcionalidade*. A perversidade do desenvolvimento econômico regional não mais se resumia apenas à imposição de uma inserção precária para parte expressiva da força de trabalho urbana, mas também a uma segmentação do mercado de trabalho que beneficiava o *setor formal*. Concebia-se o processo de expansão do *setor formal*

[14] Resenhas sobre os principais trabalhos são encontrados nos ensaios de P.R.SOUZA, op. cit.; e de B.R.ZAGO DE AZEVEDO, op. cit.

[15] O rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho do núcleo formal era viabilizado porque parte expressiva dos trabalhadores nele alocado adquiriam boa parte de sua cesta de bens e serviços no setor informal. Esta visão encontra-se formulada nos trabalhos de F.OLIVEIRA, Economia Brasileira: a crítica à razão dualista, Seleções CEBRAP, São Paulo, 1976; e de L.GUIMARÃES NETO, O Emprego Urbano no Nordeste: Situação e Evolução Recente 1950/1970, SUDENE, Recife, 1976. Esta concepção dual foi formulada de forma um pouco diferente por M.SANTOS, Pobreza Urbana, HUCITEC, SP, 1978, que caracteriza a segmentação em dois circuitos, o superior e inferior, que corresponderiam ao formal e informal.

dependente da capacidade de transferir benefícios do *setor informal*[16].

Rompe-se esta visão dual do mercado de trabalho com a concepção de que o *setor informal* resulta dos espaços econômicos criados, mas não apropriados, pelo *setor formal*[17]. Passa-se a conceber que o *setor informal* é resultado do movimento econômico realizado pelo *setor formal*. Neste sentido, o segmento propulsor da atividade econômica - denominado de núcleo capitalista ou núcleo *organizado* - subordina as atividades *informais* - agora chamadas de *não-organizadas*.

Nesta visão, o processo de acumulação econômica vai *destruindo, criando e recriando* os espaços econômicos onde se reproduzem as atividades *não-organizadas*. Nas fases de crescimento expande-se o espaço econômico das atividades *não-organizadas*, enquanto que na retração seu espaço é reduzido. Reconhece-se que estas atividades são heterogêneas e que a facilidade de entrada não é observada em todas as suas formas de atividade.

A nova formulação permite discutir em outros termos as atividades *não-organizadas*. Estas deixam de se constituir numa porcentagem das atividades econômicas, passando a

[16] A crítica à esta concepção funcional e dependente encontra-se formulada no trabalho de P.R.SOUZA, Emprego e Salários nas Economias Atrasadas, UNICAMP, mimeo, Campinas, 1980 (Tese de Doutoramento).

[17] Esta formulação foi originalmente desenvolvida por P.R.SOUZA, op. cit., sendo incorporada posteriormente no trabalho de M.C.CACCIAMALLI, op. cit.

representar um segmento que é afetado pelos processos de expansão e retração capitalistas. Neste sentido, diferencia-se radicalmente da concepção dualista convencional, ao incorporar as atividades *não-organizadas* aos movimentos da acumulação de capital.

Em relação a esta visão foi sugerido, no capítulo anterior, que se incorporasse aos movimentos do capital os seus impactos sobre as formas de organização da produção, o processo de trabalho e a estrutura ocupacional. Deste modo, propôs-se a articulação de uma visão subordinada e dinâmica dos segmentos não-organizados.

Subordinada porque o espaço econômico das atividades *não-organizadas* é *destruído, criado e recriado* pelo movimento de acumulação do núcleo capitalista. Dinâmica, porque o processo de *destruição, recriação e criação* impõem uma permanente transformação das atividades *não-organizadas*[16].

A transformação destas atividades significa o desenvolvimento de suas formas de produção. Este, ao se processar, vai redefinindo estruturalmente o segmento *não-organizado*. Regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a ter um segmento *organizado* de maior tamanho relativo, o que determina uma menor expressão do setor *não-organizado*. O

[16] A intensidade do processo de destruição, criação e recriação encontra-se diretamente relacionada ao grau de dinamismo do núcleo capitalista. Neste sentido, a existência de um setor não-organizado estabilizado ou em expansão deve ser resultado da estagnação do núcleo capitalista.

inverso deve ocorrer nas regiões menos desenvolvidas, onde o espaço econômico ocupado pelas atividades *não-organizadas* apresenta maior significância. Além disso, estas atividades devem ter sua estrutura modificada pelo processo de desenvolvimento econômico ou mesmo nos períodos de estagnação.

Neste sentido, mesmo reconhecendo-se que o espaço econômico *não-organizado* se constitui no local de incorporação do excedente populacional, tem-se que sua dinâmica é explicada pelo movimento do segmento organizado.

A análise proposta neste capítulo, a ser realizada a partir das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - na Grande São Paulo , mostrará como os níveis de ocupação das formas de trabalho mais características do setor não-organizado tendem a apresentar um comportamento coincidente com a evolução da atividade econômica regional. Também se verificará que o comportamento dos níveis de rendimentos destas ocupações apresentam uma evolução semelhante àquela observada para os níveis de rendimento das ocupações com maior inserção no segmento capitalista.

4.2. A Conduta Metodológica para o Tratamento Empírico

Uma análise sobre a evolução do segmento *não-organizado*, impõe a necessidade de se resolver metodologicamente a forma do tratamento empírico. Geralmente, a solução encontrada

para o problema passa pela eleição de alguns parâmetros determinados por fatores institucionais do mercado de trabalho, como carteira de trabalho assinada, tamanho de empresa, posição na ocupação, salário mínimo, contribuição à previdência...[19].

A adoção de parâmetros desta ordem, quando utilizada numa fonte de informações não especificamente construída com o objetivo desejado, impõe duas ordens de restrições ao tratamento empírico: [a] a existência da *descontinuidade* entre o marco conceitual e o tratamento empírico - já citada anteriormente; e [b] a obtenção de um perfil necessariamente precário dos ocupados nestas atividades[**]. É inerente aos trabalhos sobre as atividades não-organizadas a recorrência a estas limitações.

O reconhecimento destas requer que se qualifique os propósitos analíticos a serem adotados. Pode-se dizer que as

[19] O trabalho de L.A.MACHADO DA SILVA, op. cit., não se resume ao seu pioneirismo de estudar as atividades não-organizadas, mas principalmente ao esforço realizado com o intuito de captar características definitórias das ocupações inseridas neste segmento. Ao invés de partir de uma classificação definida a priori, o autor analisa informações sobre trabalho autônomo, obtidas a partir de pesquisas qualitativas realizadas nas favelas do Rio de Janeiro, procurando captar relações econômicas que permitissem detalhar traços comuns destas ocupações.

[**] Isto é facilmente identificado quando se adota o salário mínimo, a contribuição à previdência e a carteira de trabalho assinada, como parâmetros para definir o que seria setor informal. Quando se utiliza estes parâmetros, tem-se necessariamente que obter uma concentração das pessoas que cumprem as restrições elegidas por definição do setor informal, pois o conceito de setor formal deriva do cumprimento da legislação existente, ou melhor, do respeito legal aos parâmetros adotados.

restrições acima consideradas, perdem importância quando a preocupação existente volta-se para análise do comportamento das atividades *não-organizadas* dentro dos movimentos de expansão e retração econômicas. Ganham importância, quando a preocupação está centrada na quantificação destas atividades, ampliando-se estas restrições quando estas quantificações são destinadas a subsidiar a elaboração e adoção de políticas específicas para o setor.

Como anteriormente frisado, o objetivo deste capítulo é o de avaliar o comportamento do mercado de trabalho no período 85-89, particularmente do segmento vinculado às atividades não-organizadas. Tal postura, ao deixar de lado a tentativa de mensuração, reduz a dimensão dos problemas que o tratamento empírico normalmente cria.

A partir das considerações apresentadas nos capítulos 1 e 3, foram construídas categorias ocupacionais que permitissem a maior compatibilização possível entre a argumentação teórica e o tratamento empírico.

A definição do conjunto de categorias ocupacionais tomou por referência as variáveis existentes no questionário da PED.

São as seguintes as categorias ocupacionais definidas:

[1] Assalariado com carteira de trabalho assinada em empresa privada com mais de 6 empregados;

[2] Assalariado com carteira de trabalho assinada em empresa privada com menos de 6 empregados;

[3] Assalariado sem carteira de trabalho assinada em empresa privada com mais de 6 empregados;

[4] Assalariado sem carteira de trabalho assinada em empresa privada com menos de 6 empregados;

[5] Empregador em empresa com mais de 6 empregados;

[6] Empregador em empresa com menos de 6 empregados;

[7] Trabalhador familiar;

[8] Empregado doméstico;

[9] Estatutário;

[10] Demais empregados do setor público;

[11] Autônomo que trabalha para público;

[12] Autônomo que trabalha para empresas;

[13] Autônomo que ganha por produção;

[14] Outras posições;

[15] Não Definido.

A construção destas categorias[21] não permite que se caracterize o mercado de trabalho segundo dois grandes segmentos econômicos: o *organizado* e o *não-organizado*. Esta limitação é explicada pelo fato das categorias não serem diretamente enquadradas num dos segmentos. As categorias definidas podem ou não representar estoques de trabalhadores relativamente mais inseridos em cada um dos mercados. Pode-

[21] Para efeito do estudo, cabem duas ressalvas: (1) que às informações a serem analisadas se relacionam apenas às atividades do setor privado da economia; (2) que foram excluídos os profissionais liberais universitários. O primeiro procedimento é justificado pela necessidade de não se introduzir uma parcela do emprego que tem seu nível determinado por fatores que não se restringem às flutuações econômicas; enquanto o segundo procedimento foi realizado devido à necessidade de não incluir no conjunto do emprego autônomo um certo tipo de emprego cuja existência encontra-se determinada, principalmente, pelo tipo de urbanização, pela forma de organização do aparelho de Estado, pela formato da organização dos serviços sociais,....

se dizer que o trabalho assalariado encontra-se preponderantemente inserido no segmento *organizado*, bem como os trabalhadores do setor público e os empregadores com mais de 6 empregados. Contrariamente, os trabalhadores autônomos que trabalham para o público em geral tendem a apresentar uma inserção mais intensa no segmento *não-organizado*.

Além disso, a restrição ao perfeito enquadramento das categorias segundo os dois segmentos do mercado de trabalho pode ser justificada pela incorporação de informações provenientes de uma pesquisa domiciliar, que não tem objetivo semelhante àquele que orienta este trabalho e que, portanto, não permite uma classificação mais detalhada e adequada das formas de inserção e exercício da ocupação nos mercados de trabalho. Contudo, a restrição ao perfeito enquadramento não se deve apenas ao fato que acaba de ser descrito. Tal restrição é principalmente explicada pelo grau de heterogeneidade da estrutura produtiva que determina uma composição do mercado de trabalho menos dicotômica (*organizado* x *não-organizado*) e mais se assemelhando a um contínuo de situações, cujos pontos extremos são ocupados pela grande empresa e pelo trabalho autônomo para público[88].

[88] Como posiciona O.MUÑOZ, Dualismo, Organizacion Industrial y Empleo, PREALC, Santiago de Chile, 1977, Es evidente que [o] dualismo industrial es uma mera ficción para describir los aspectos más sobresalientes del fenômeno de la heterogeneidad industrial. No debe desconocerse que en la mayoria de las industrias en realidad puede describirse mejor por un contínuo de empresas, probablemente distribuidas en forma paretiana (muchas empresas en el extremo inferior u pocas en el superior)...(pag. 22).

Em concordância com as considerações anteriores, optou-se por considerar como pertencendo ao segmento *não-organizado* aquelas categorias que tendem a apresentar uma inserção preponderante neste segmento, como a dos autônomos que trabalham para público, para empresas e por produção[23], os assalariados sem carteira de trabalho assinada em empresas com menos de 6 empregados e os empregadores com menos de 6 empregados.

Quanto ao setor *organizado*, considerou-se que dele participam, de forma preponderante, os assalariados com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados, os empregadores com mais de 6 empregados[24] e os empregados do

[23] é discutível a incorporação integral ao segmento não-organizado dos trabalhadores autônomos por produção e para empresa. Alguns trabalhos consideram que parte deste emprego é resultado da crise econômica, quando as empresas contornam a legislação social contratando precariamente trabalho externo. Sobre o assunto, ver M.J.PIORE, Economics Flutuation, Job Security, and Labor-Market Duality in Italy, France, and the United States, Politics & Society, v.9, n.4, 1980; e E.CÓRDOVA, Del Empleo Total al Trabajo Atípico: hacia un viraje en el evolución de las relaciones laborales?, Revista Internacional Del Trabajo, v.105, n.4, OIT, Ginebra, 1986.

[24] Deve-se prudentemente considerar que os assalariados com carteira de trabalho devem se inserir relativamente mais no segmento organizado, comparativamente à inserção dos assalariados sem carteira assinada de trabalho em empresas com mais de 6 empregados. Também cabe ressaltar que o corte de 6 empregados é bastante restrito, pois não se pode dizer que uma empresa com mais de 6 empregados pertence ao núcleo organizado. A suposição aqui adotada é que a maioria dos assalariados sem carteira em empresas com mais de 6 empregados deve estar empregada em empresas com uma certa estruturação produtiva, já voltada para o processo de expansão econômica.

setor público[83]. Para efeito de comparações, o emprego e o rendimento dos assalariados com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados serão tomados como indicadores do comportamento global, pela simples razão desta categoria determinar a evolução média do emprego e da renda do conjunto dos ocupados[84].

A constituição destes segmentos, a partir das categorias ocupacionais definidas, apresenta uma *descontinuidade* em relação ao marco conceitual. Apesar de não se definir claramente os dois segmentos produtivos, faz-se uma demarcação explicada pela preponderância da categoria ocupacional em relação aos dois grandes mercados de trabalho. Deve-se aceitar a classificação adotada como uma *proxy* generalizante da conformação do mercado de trabalho urbano.

4.3. Que elementos analíticos propiciam as informações ?

As informações que serão analisadas foram elaboradas segundo semestres móveis, sendo que se adotará o último mês como

[83] Não se especificou as informações relativas aos profissionais liberais universitários devido a dois motivos: (1) falta de representatividade amostral de suas informações, explicada pela sua baixa participação relativa no emprego total; (2) em razão de seu nível de emprego ser determinado, principalmente, pelo grau de urbanização, forma de organização do aparelho de estado, tipo de estrutura das políticas sociais.

[84] Ver análises anuais apresentadas nos boletins mensais da PED, nºs 13, 25, 37 e 49.

referência do semestre[87]. Todas as informações estão organizadas em valores relativos, pois esta conduta permite não incorporar questões relativas à expansão da amostra, que imporia uma análise específica, caso fosse utilizada.

Deve-se fazer algumas considerações motivadas pela utilização somente de valores relativos. Esta opção não permite que se capte as expansões e retrações no nível de emprego, podendo-se apenas perceber, ao longo do tempo, alterações nas participações relativas das categorias. Neste sentido, a análise destas alterações deve ser acompanhada de alguma informação suplementar sobre o comportamento temporal do nível de emprego global. Mesmo assim, privilegia-se a discussão sobre a dimensão tomada pelas diversas categorias durante as flutuações econômicas.

Esta conduta apresenta algumas vantagens para a análise. Muitas vezes, a utilização de taxas de crescimento obtidas a partir dos valores absolutos pode superestimar um fenômeno. Por exemplo, uma categoria ocupacional com uma baixa participação no emprego total, apesar de apresentar uma taxa de crescimento significativamente maior, pode impactar relativamente menos sobre o nível de emprego global, que uma categoria com uma participação relativa mais elevada, mas com uma taxa de crescimento comparativamente mais baixa[88].

[87] Por exemplo, se denominará como junho o semestre relativo aos meses de janeiro a junho.

[88] No período 87-88, o emprego assalariado sem carteira apresentou taxas de crescimento elevadas, comparativamente às observadas para o assalariamento com carteira. Mesmo assim, não se verificou no período um

No que diz respeito aos níveis de rendimentos, foram contruídas séries de índices de remuneração mediana real a partir dos valores nominais obtidos para as diversas categorias em cada semestre móvel. O deflator utilizado foi o ICV-DIEESE e a base adotada para as diversas séries foi o semestre de janeiro a junho de 1985.

Como última observação, cabe esclarecer que não serão analisados os dados relativos ao emprego do setor público. A justificativa para a adoção desta opção vincula-se ao reconhecimento de que o emprego público não tem como determinação principal o nível de atividade econômica. Flutuações nesta afetam a capacidade de receita e, portanto, de gasto do Estado, enquanto que o seu nível de emprego encontra-se relacionado com o crescimento demográfico e o aumento da cobertura dos serviços prestados pela esfera pública. Neste sentido, existe uma tendência de aumento de participação do emprego público durante as crises, verificando-se o inverso nas expansões[89].

aumento relativo dos assalariados sem carteira no total do emprego assalariado, devido a sua baixa participação neste segmento ocupacional.

[89] O aumento relativo do emprego no setor público, durante a crise de 1981-83, pode ser observado a partir dos dados das RAIS. Ver Evolução do Emprego e dos Salários no Setor Organizado no Período 1980-86, Utilizando a Metodologia de Painéis Fixos para Pares de Anos Consecutivos da RAIS, MTb, Brasília, Abr, 1988.

4.3.1 Um perfil da estrutura ocupacional

Na tabela 4.1, está apresentada a distribuição do emprego segundo as categorias ocupacionais definidas anteriormente. Como pode-se notar os trabalhadores assalariados constituem a grande maioria do emprego do setor privado. Durante o período em análise, verifica-se uma queda de sua participação relativa, com o aumento correspondente do emprego classificado nas outras posições.

O crescimento deste decorreu principalmente do incremento do emprego assalariado nesta categoria, que coincide com uma alteração metodológica no questionário da PED. No início de 1988, a pergunta relativa a tamanho de empresa foi modificada, desagregando-se as classes de tamanho, que anteriormente eram reduzidas a duas: menos de 6 e mais de 6 empregados.

Esta alteração significou o aumento da não-declaração relativa ao tamanho de empresa a que se subordina o empregado. Dado que nossa proposta metodológica tomou como uma das variáveis o tamanho de empresa, ocorreu que aqueles assalariados que não o declararam foram incluídos na categoria de outras posições. Como se sabe que mais de 60% dos ocupados desta categoria são assalariados com carteira de trabalho assinada, no final do período em análise, tem-se que a participação destes cresceria significativamente caso se incorporasse ao seu estoque aquela parcela que se

TABELA 4.1
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Em Porcentagem

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada					Para Publico	Para Empresa	
		Mais de 6 empregados (CC)6)	Menos de 6 empregados (CC(6)	Mais de 6 empregados (SC)6)	Menos de 6 empregados (SC(6)	Mais de 6 empregados (EMPR)6)	Menos de 6 empregados (EMPR(6)	(DOM/FAM)	(APUBL)	(AEMPR)	(OUTRPOS)
JAN-JUN	1985	51.0	2.7	4.7	3.4	1.6	3.0	11.0	9.7	7.2	5.9
JUL-DEZ	1985	52.7	2.4	5.3	3.2	1.7	3.1	10.7	9.5	7.2	4.2
JAN-JUN	1986	53.3	2.6	5.5	3.5	1.7	3.1	9.9	9.4	6.9	4.2
JUL-DEZ	1986	52.4	2.1	5.0	3.1	1.7	3.0	10.1	10.1	7.1	5.3
JAN-JUN	1987	52.0	2.4	4.9	3.2	1.7	2.9	9.0	10.9	6.6	6.4
JUL-DEZ	1987	51.1	2.7	4.3	3.1	1.7	3.3	9.8	10.9	6.4	6.8
JAN-JUN	1988	46.2	2.7	4.1	3.3	1.5	2.9	9.7	10.6	6.1	12.8
JUL-DEZ	1988	46.2	2.7	4.2	3.6	1.4	3.1	8.8	10.7	6.2	13.2
JAN-JUN	1989	45.4	2.5	4.4	3.7	1.4	2.9	8.8	11.4	6.1	13.5
JUL-DEZ	1989	44.3	2.7	4.1	3.4	1.5	3.0	7.9	11.1	6.1	15.9

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

encontra agregada na categoria outras posições[39]. Além disso, é de se supor que a grande maioria dos assalariados que não declararam pertenciam a empresas com mais de 6 empregados, na medida que o aumento da não-declaração coincide com a desagregação das classes de tamanho de empresa com mais de 6 empregados.

Realizado este esclarecimento relativo ao impacto de uma mudança metodológica sobre as informações que serão analisadas, principalmente sobre aquelas relativas ao trabalho assalariado, pode-se dizer que tais alterações não afetaram as demais categorias - como as dos autônomos, empregadores, trabalhadores domésticos, bem como a dos assalariados sem carteira assinada e com carteira assinada em empresas com menos de 6 empregados. Tal afirmação justifica-se por dois motivos: (a) por não responderem à pergunta sobre tamanho de empresa, não foram afetadas as informações para os autônomos e os empregados domésticos; e (b) na medida que não foi alterada a classe de tamanho de até 6 empregados, não foram afetadas as informações relativas ao trabalho nestas empresas.

Apesar de pequenas alterações observadas nas participações das diversas categorias ocupacionais, ao longo do período, pode-se afirmar que os assalariados com e sem carteira de

[39] Isto pode ser facilmente comprovado quando se considera a participação do total do emprego assalariado no total do emprego, que correspondeu a 71,9% em 1985, 73,1 em 1986, 73,2% em 1987, 73,8% em 1988 e 73,8% wm 1989. Como pode se notar, manteve-se bastante estável aquela participação.

trabalho assinada responderam, aproximadamente, por 54% e 9% do emprego privado[34], os empregadores por 4,5% , os autônomos por 17% e os trabalhadores familiares e domésticos por 9%[35].

A estas considerações deve-se acrescentar algumas informações sobre o perfil ocupacional dos autônomos para público. Entre os homens, verifica-se que, apesar das ocupações de vendedor, pedreiro, pintor, ..., responderem por mais de 50% do emprego, as que outras ocupações que não caracterizam o trabalho autônomo de baixa qualificação e remuneração se apresentam de modo representativo - p.e., os motoristas. Mesmo as ocupações de pintor e pedreiro não podem ser igualadas à de vendedor, na medida que elas dependem da consolidação de uma relação de clientela, bem como são ocupações que definem qualificações que permitem ao seu portador participar seja do segmento organizado seja do não-organizado. Entre as mulheres, as ocupações de costureira e camiseira têm participações relevantes.

Ao se apresentar estas informações, não está se procurando reduzir a importância das ocupações consideradas tradicionais do trabalho autônomo, que são consideradas como

[34] Pelos motivos já assinalados anteriormente, a partir do segundo semestre de 1987 verifica-se uma queda da participação do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados, que foi contrabalançada pelo aumento da participação das outras psições.

[35] Os trabalhadores familiares foram agregados aos trabalhadores domésticos, devido a sua baixíssima participação no emprego total.

definitórias da estrutura ocupacional do *setor informal*, mas apenas indicar que esta forma de trabalho, na Grande São Paulo, tem uma composição diversificada e muitas vezes indica a posse de algum tipo de qualificação.

Também uma informação adicional sobre o trabalho autônomo para público deve ser levada em conta. De acordo com informações obtidas junto ao trabalho de campo da PED, constata-se ser comum as mercadorias vendidas pelos autônomos não serem de propriedade dos mesmos, sendo obtidas sob a forma de "consignação". É importante frisar que esta situação permite que o trabalhador autônomo saiba com facilidade os seus ganhos, na medida que ele faz um acerto de contas com o dono da mercadoria, no final de cada dia. Por outro lado, tal situação encobre uma relação de subordinação, mesmo que esta se configure como extremamente precária.

Este conjunto de elementos indica que não só o trabalho assalariado prepondera na estrutura de emprego local, como mostra que parte do trabalho autônomo deve ser realizado de modo subordinado a uma empresa ou a um outro indivíduo proprietário da mercadoria, ou que tal trabalho reflete a posse de uma ocupação com um tipo específico de qualificação - p.e., a de motorista e a de costureira. Portanto, o detalhamento das informações existentes apontam para um progressiva heterogeneidade do trabalho autônomo para público, que resulta num distanciamento daquela visão de que

esta forma de trabalho se caracterizaria pela falta de qualificação[33]. Também as indicações sobre a existência de uma subordinação no exercício do trabalho coincidem com os argumentos de uma maior integração do segmento não-organizado, discutida no capítulo anterior.

Consideração semelhante pode-se fazer em relação ao trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada. Este representa 8% do total dos ocupados do setor privado. A existência deste emprego depende da decisão de contratação por parte de uma empresa. Assim, não é de se esperar sua expansão frente a uma queda do emprego com carteira assinada. Como veremos mais à frente, as informações existentes para o período 85-89 sugerem que variações no nível de emprego sem carteira refletem situações de aumento do nível de atividade em situações de forte instabilidade econômica[34].

[33] Deve-se lembrar ainda que a ocupação de motorista requer a posse de um veículo, cujo preço pode-se constituir num empecilho para o exercício deste tipo de ocupação.

[34] Esta foi a situação no final de 1984 e início de 1985, quando se observou um momento de recuperação econômica parcial. Naquele período, o nível de emprego assalariado sem carteira assinada cresce acentuadamente, tendo se desacelerado a partir do segundo semestre de 1985, quando aumentam as taxas de crescimento do emprego assalariado com carteira assinada. Ver C.S.DEDECCA, Crescimento, Emprego e Renda, São Paulo em Perspectiva, SEADE, vol. 1, n. 2, jul-set, SP, 1987.

4.3.2 O comportamento da estrutura ocupacional

Novos elementos são incorporados quando se analisa a evolução do emprego das diversas categorias ocupacionais, que foram definidas anteriormente neste trabalho, durante o período considerado.

Inicialmente, é importante apresentar um rápido quadro do comportamento do emprego no período 85-88. Na Grande São Paulo, o número total de ocupados cresceu 8,6% entre 1985-86, 3,8% entre 1986-87, 2,7% entre 1987-88 e 3,9% entre 1988-89, enquanto que para os assalariados verificaram-se incrementos de 9,5%, 3,6%, 3,0% e 5,0%, respectivamente. A evolução do nível de emprego dos autônomos correspondeu a 9,4% em 1985-86, 7,2% em 1986-87, -1,3% em 1987-88 e 7,3% em 1988-89.

As variações do nível de emprego dos assalariados segundo a existência ou não de registro em carteira de trabalho, foram a seguintes: para aqueles que possuíam registro, ocorreram veriações de 10,3% em 1985-86, 4,8% em 1986-87, 2,3% em 1987-88 e 3,9% em 1988-89; enquanto que para aqueles sem carteira de trabalho assinada foram de 11,3%, 0,2%, 7,6% e 11,4%, para os períodos correspondentes.

Os indicadores evidenciam que o emprego autônomo evoluiu mais intensamente nos anos de melhor desempenho econômico[35],

[35] A medida que se trabalha com médias anuais, o índice anual tende a estar centrado nos meses intermediários do ano. Neste sentido, quando se comprara os valores para 1987 com os de 1986, incorpora-se em grande parte o

notando-se uma redução em seu nível no período 1987-88. Quanto ao emprego assalariado, é positiva mas decrescente a evolução relativa à parcela de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, com incrementos mais acentuados em 1985-86 e 1987-89 do assalariamento sem registro em carteira. Este evolui mais favoravelmente no período inicial da retomada e na estagnação econômica, indicando sua ocorrência nas fases de maior incerteza quanto ao futuro imediato da economia. Ao contrário, o aumento do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada ocorreu quando se abriu alguma perspectiva de uma nova fase de crescimento sustentado.

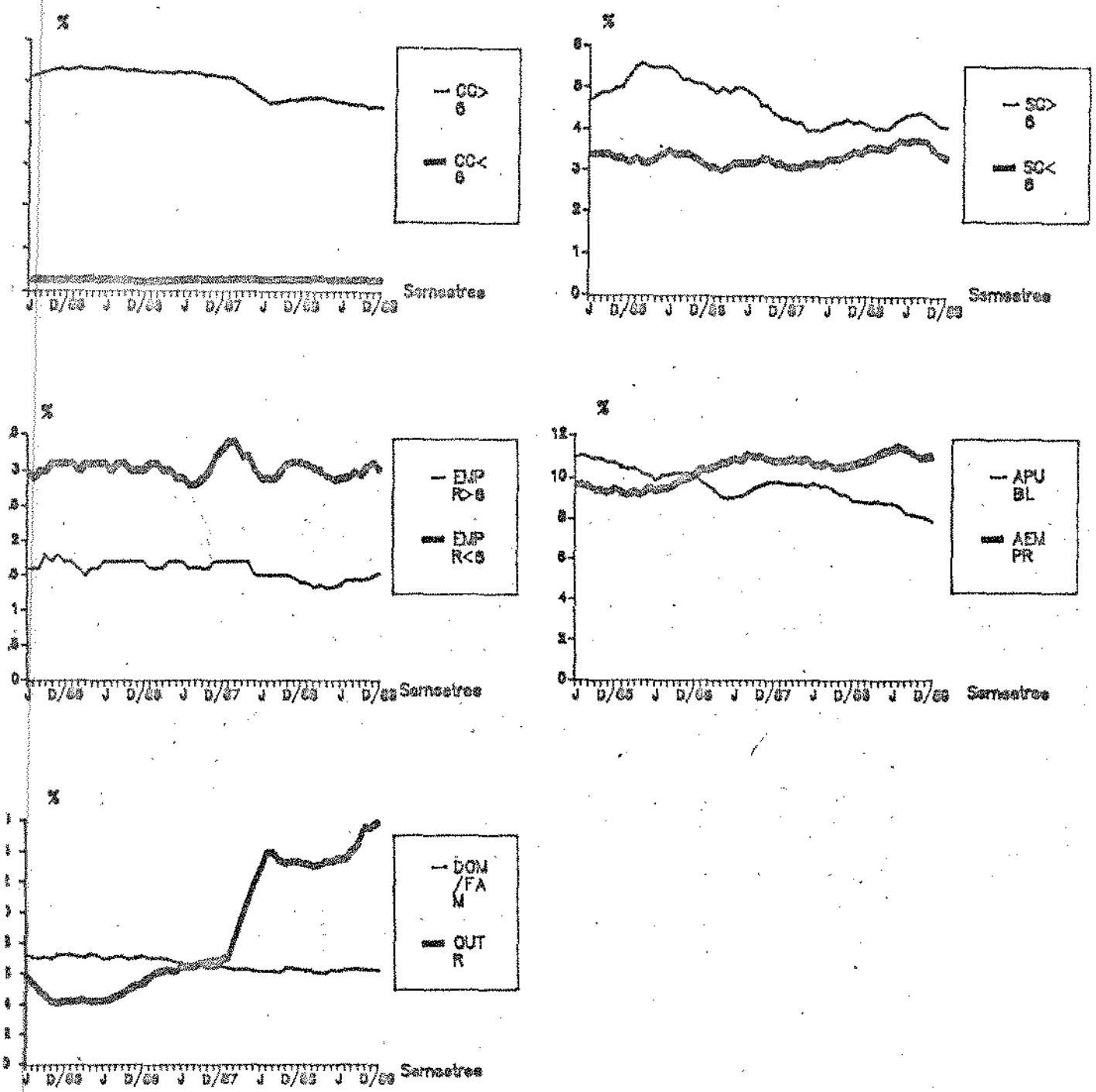
Apresentado este quadro geral sobre a evolução do nível de emprego, pode-se analisar com maior clareza a evolução da estrutura ocupacional no período 1985-89.

No Gráfico 4.1, estão apresentadas as participações do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada no emprego total, segundo tamanho de estabelecimento. A parcela empregada em empresas com mais de 6 empregados (CC)6)[34] respondia, no início do período, por 52% do emprego total, sendo que esta participação caiu para 44%, nos semestres

desempenho altamente favorável do segundo semestre de 1986. Deste modo, o período de estagnação econômica pós-cruzado é inteiramente captado apenas na evolução dos indicadores de 1987-88.

[34] As abreviações das denominações das categorias ocupacionais, apresentadas entre parenteses, correspondem à notação utilizada nas legendas dos gráficos.

GRAFICO 4.1
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
Grande Sao Paulo – 1985–89



FONTE: SEP – Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan–Jun/85 = 100

finais de 1989[37]. Quanto ao assalariamento em empresas com menos de 6 empregados (CC(6), tem-se que sua participação no início e no fim do período foi próxima de 2,7%, notando-se valores mais baixos, ao redor de 2,2%, no final de 86 e no início de 1987.

Estes primeiros indicadores permitem obter uma primeira constatação referente ao desempenho do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada: que o emprego nos estabelecimentos maiores teve um comportamento favorável na expansão e negativo na estagnação, sendo que a parcela incorporada nos estabelecimentos menores não apresentou alterações significativas, ao longo de todo o período.

Por outro lado, o gráfico evidencia uma estabilidade do emprego sem carteira em empresas com menos de 6 empregados (SC(6), durante os quatro anos, que se situou em patamares compreendidos entre 3,0% a 3,5%. Já o segmento empregado em estabelecimento com mais de 6 empregados, (SC)6) teve sua participação crescente em 1985 - variando de 4,5% para 5,5%, passando a apresentar uma trajetória declinante a partir de 1986, atingindo uma participação próxima a 4%, no início de 1988. Independentemente do tamanho da empresa, nota-se que o emprego sem carteira teve uma leve recuperação em 1988-89.

As informações ora analisadas apontam que o aumento do emprego assalariado sem carteira, no início da retomada

[37] A distribuição do total dos ocupados para cada um dos semestre móveis, é encontrada na Tabela A.4.1.1, Apêndice 4.1.

econômica do meado da década, foi explicado por um incremento deste tipo de emprego em empresas de maior porte, sendo que o emprego nas pequenas empresas, que pode ser considerado como pertencente, em grande parte, ao segmento *não-organizado*, não teve mudanças em sua participação relativa que pudessem ser consideradas como expressivas.

Uma situacão de estabilidade é encontrada em relação à participação da ocupação dos empregadores. Tanto para aqueles proprietários de empresas com mais de 6 empregados (EMPR>6), como para aqueles menos de 6 empregados (EMPR<6), nota-se que as variações não levaram a alteracões quemudassem o padrão de suas participações relativas. Uma variação mais intensa, mas apenas conjuntural, é observada na participação dos empregadores com empresas com mais de 6 empregados, entre 1987 e 1988.

Estas situações de aumento do emprego nas fases de aquecimento precário da atividade econômica são também observadas quando se analisa as informações para os autônomos. De acordo com o Gráfico 4.1, a participação dos autônomos para público (APUBL) cresceu durante 1986 e a partir dos meados de 1988. O crescimento desta forma de trabalho nestes dois períodos coincide com os momentos de melhora parcial da atividade econômica, refletida tanto pelo nível geral de ocupação como pela taxa desemprego. Um pouco diferente é o desempenho encontrado para os trabalhadores

autonômos para empresa[38] (AEMPR). Estes desenharam uma trajetória descendente de sua participação, entre 1985-87, estabilizando-a nos anos subsequentes.

Deste modo, constata-se que na fase de estagnação não se verificou - como se esperaria - um aumento expressivo do trabalho autônomo para público (APUBL).

A este conjunto de indicadores, tem-se que acrescentrar as informações sobre o emprego doméstico (DOM) e o trabalho familiar[39] (FAM). Nota-se que este tipo de emprego vem sofrendo permanentemente uma redução relativa, ao longo dos vários anos.

Uma síntese preliminar indica que o emprego mais precário não obrigatoriamente tendeu a crescer nos anos de 1987-88. O assalariamento sem carteira de trabalho assinada teve suas maiores participações nos momentos iniciais de retomada do crescimento. Enquanto que o trabalho autônomo para público cresceu nos momentos de melhora do nível de atividade - 1986.

De fato, a queda no crescimento do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados foi compensada principalmente por uma atenuação

[38] Nesta categoria encontram-se incluídos os autônomos que ganham por produção. Não se diferenciou os dois conjuntos de trabalhadores devido à falta de maiores detalhes relativos à subordinação deste tipo de emprego às empresas.

[39] Devido ao baixo peso do trabalho familiar - menos de 1% do emprego total , agregou-se esta parcela ao emprego doméstico.

no crescimento da População Economicamente Ativa, decorrente de variações negativas nas taxas de participação da População em Idade Ativa (PIA)[40]. Como mostram os dados da PED, a População Economicamente Ativa cresceu 5,5% em 1985-86, 3,4% em 1986-87, 3,2% em 1987-88 e 2,8% em 1988-89, sendo que as variações nas taxas de participação foram de 2,7%, -0,3%, -0,5% e -0,5, respectivamente.

4.3.2.1 - A evolução da estrutura ocupacional segundo sexo

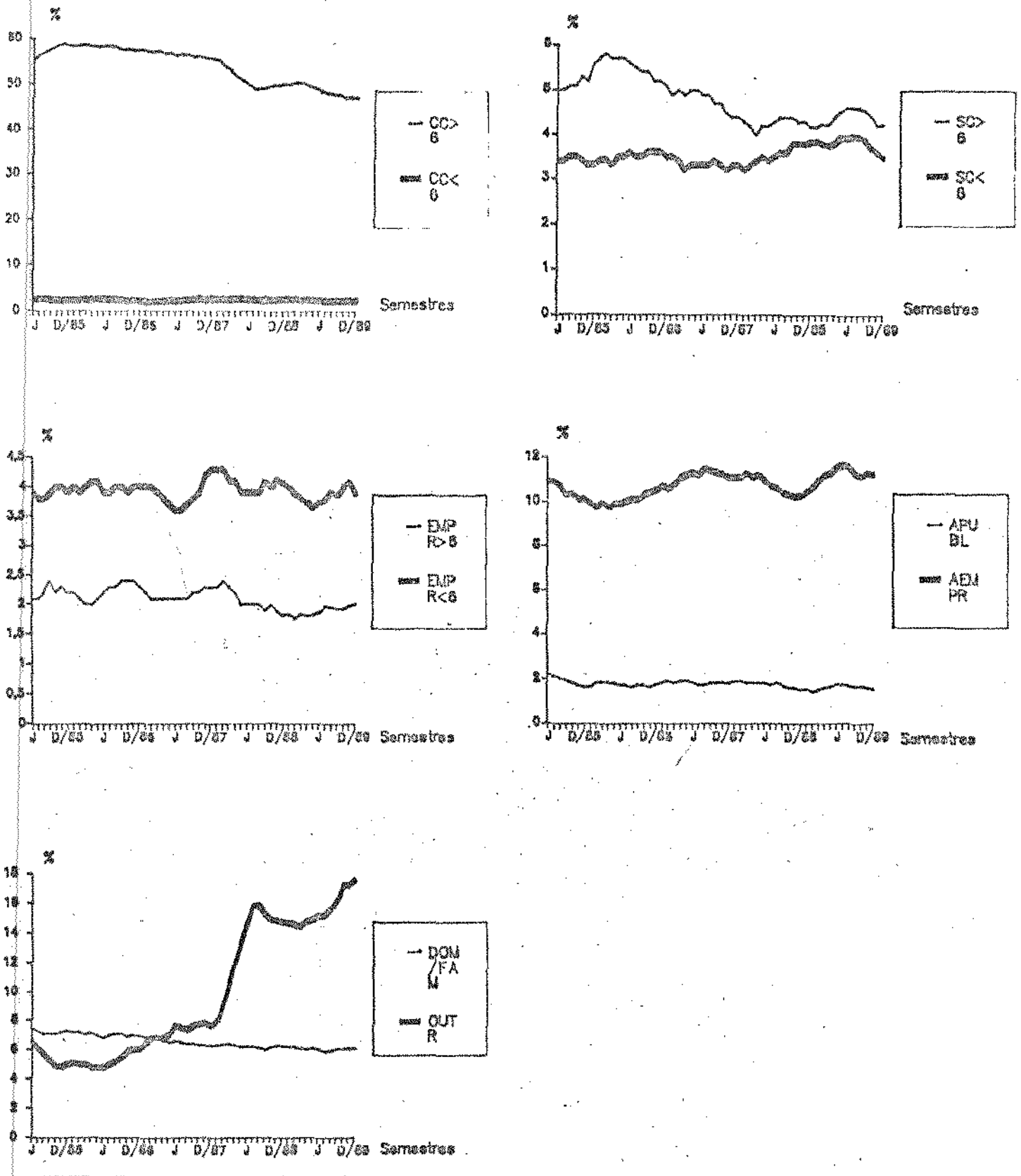
Foi efetuado um ordenamento das informações segundo sexo, semelhante ao apresentado anteriormente. Nos Gráficos 4.2 e 4.3, estão detalhadas as informações para os homens e as mulheres, respectivamente.

Para os homens, as curvas se assemelham àquelas observadas para o total dos ocupados. No período 85-86, cresce a participação dos assalariados, sendo que nos anos de 86-87 eleva-se a participação do trabalho autônomo para público.

Para as mulheres, verifica-se um comportamento diferenciado. Nos anos de 1985-86, cresce seu emprego assalariado com carteira assinada e o sem carteira assinada em empresas com mais de 6 empregados. Neste período, observam-se quedas na participação do emprego assalariado sem carteira assinada em empresas com menos de 6 empregados. Quanto ao emprego sem

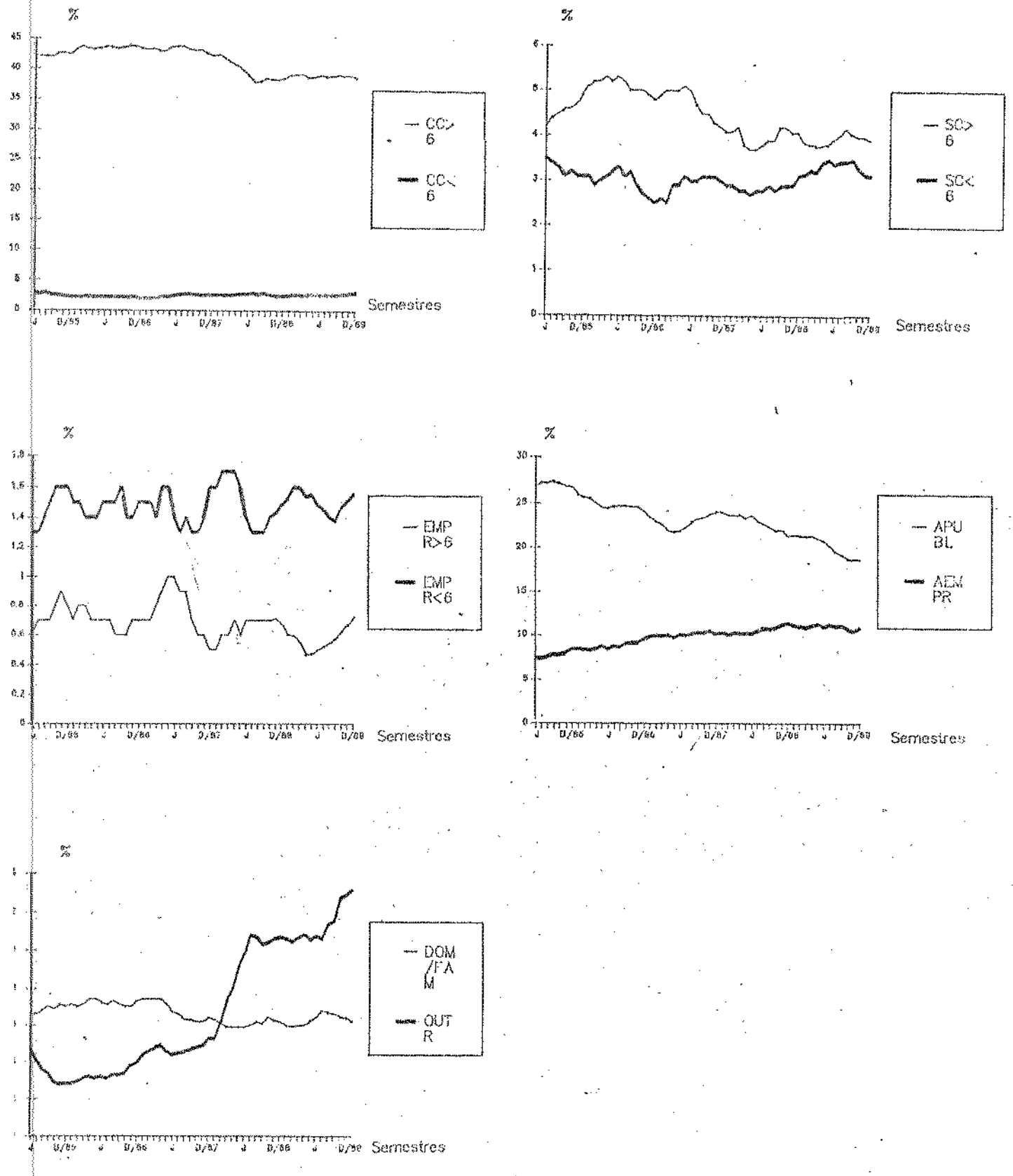
[40] Ver capítulo 2.

GRAFICO 4.2
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO – HOMENS
Grande Sao Paulo – 1985–89



FONTE: SEP – Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan–Jun/85 = 100

GRAFICO 4.3
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO -- MULHERES
Grande Sao Paulo -- 1985--89



FONTE: SEP -- Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan--Jun/85 = 100

carteira em pequenas empresas, seu crescimento ocorre a partir do primeiro semestre de 1987.

É interessante analisar os comportamentos das participações do trabalho autonômo e do emprego doméstico. O trabalho autônomo para empresas manteve-se estável durante o período, verificando-se um pequeno incremento entre 1985 e 86. Já o autônomo para público da mulher, manteve uma tendência permanente de crescimento. Este aumento não se refletiu sobre a evolução média do emprego autônomo para público do total dos ocupados, devido ao fato das mulheres representarem 1/3 destes trabalhadores.

Quanto ao trabalho doméstico, verifica-se uma tendência constante de queda da sua participação. Parece que esta forma de ocupação vem perdendo importância na estrutura ocupacional. Talvez seja possível argumentar que esta queda seja reflexo da redução do fluxo migratório para São Paulo, na medida que 40% das migrantes recentes se inserem no serviço doméstico. A redução do processo migratório pode ter significado uma interrupção na principal fonte de provimento deste tipo de mão-de-obra.

4.3.2.2. A evolução da estrutura ocupacional segundo setor de atividade

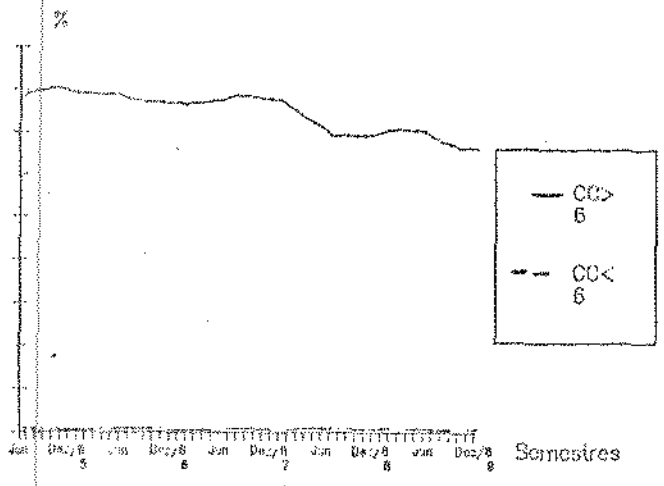
As informações por setor de atividade foram agrupadas para a Indústria, o Comércio, os Serviços e os Outros Setores e se encontram apresentadas nos Gráficos 4.4 a 4.7.

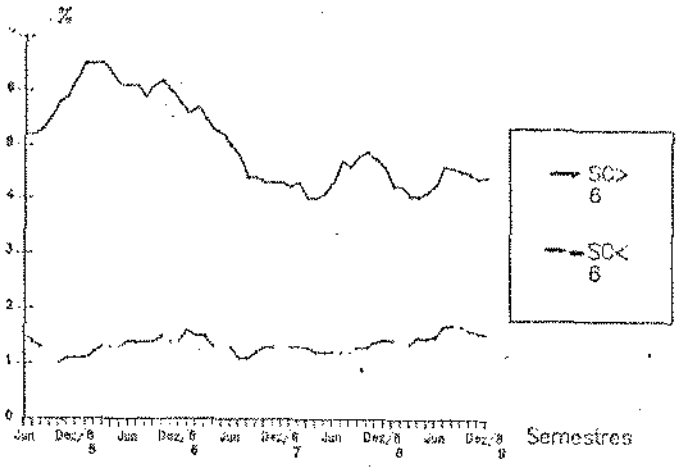
A distribuição do emprego no setor industrial mostra que cerca de 80% são trabalhadores assalariados, sendo que a grande maioria possui carteira de trabalho assinada. Evidenciam as informações que o assalariamento sem carteira em empresas com mais de 6 empregados cresceu em 1985, decrescendo em 1986-87, crescendo e caindo durante o ano de 1988. Já os trabalhadores autônomos para público, além de possuírem um baixo peso na ocupação setorial, mantiveram estável sua participação no período. O mesmo se verifica para os trabalhadores autônomos vinculados às empresas.

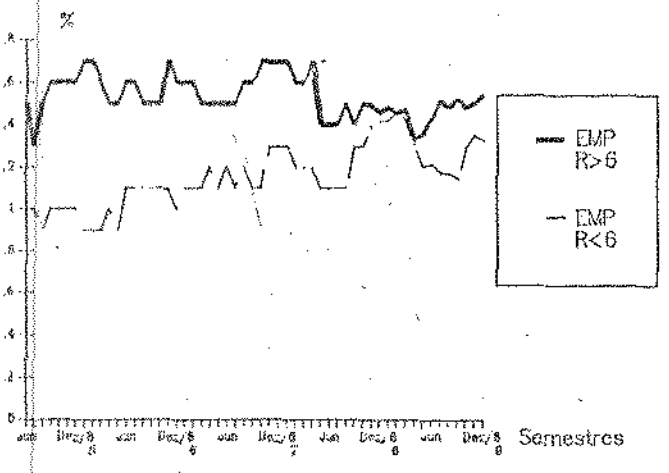
Para este setor, a participação majoritária do trabalho assalariado parece determinar as mudanças em sua composição do emprego, podendo-se desprezar os movimentos observados nas participações das formas de trabalho não-assalariado.

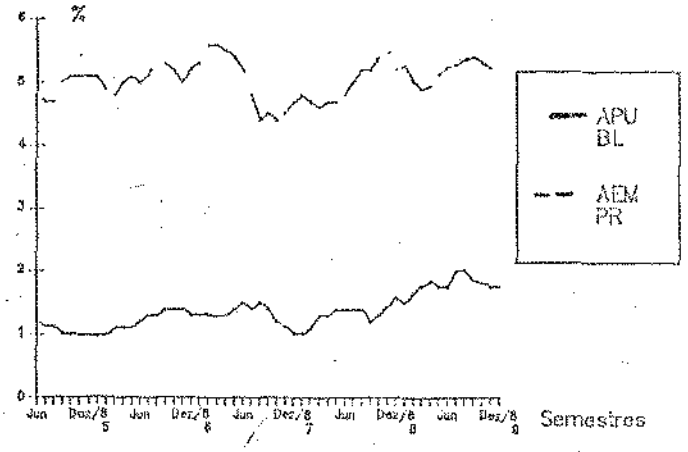
Quanto ao setor Comércio, o emprego assalariado responde por quase 50% do emprego total, sendo que o trabalho autônomo equivale a 30%.

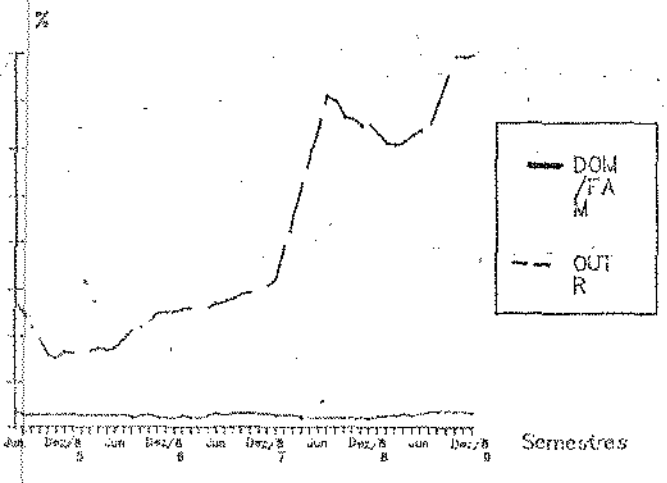
GRAFICO 4.4
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - INDUSTRIA
Grande Sao Paulo - 1985-89





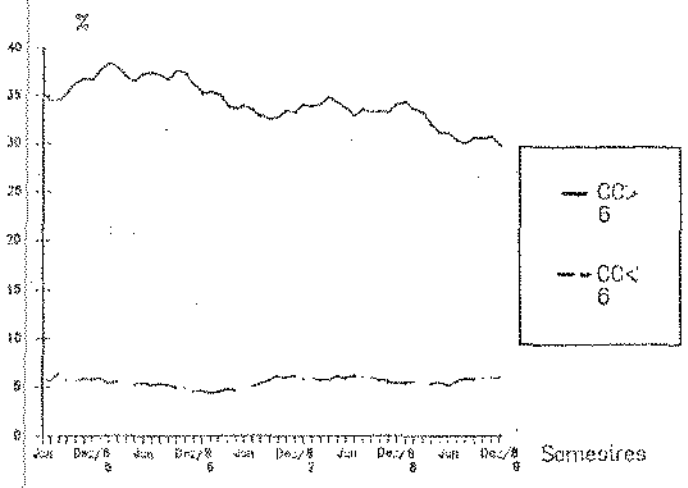


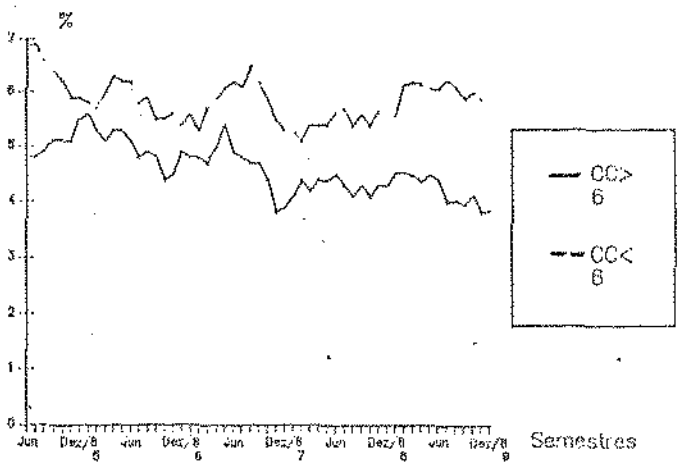


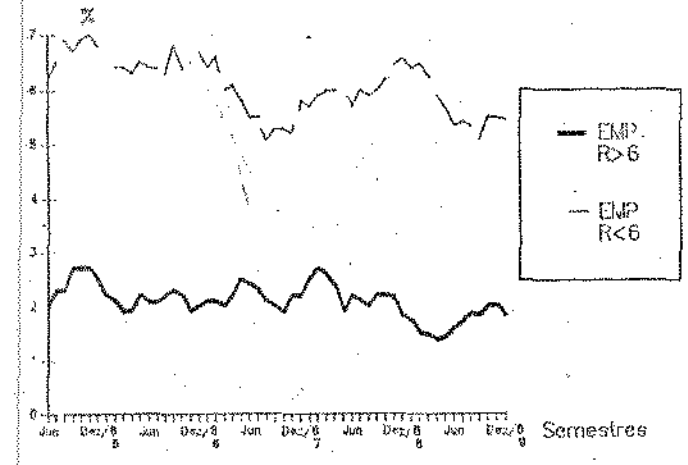


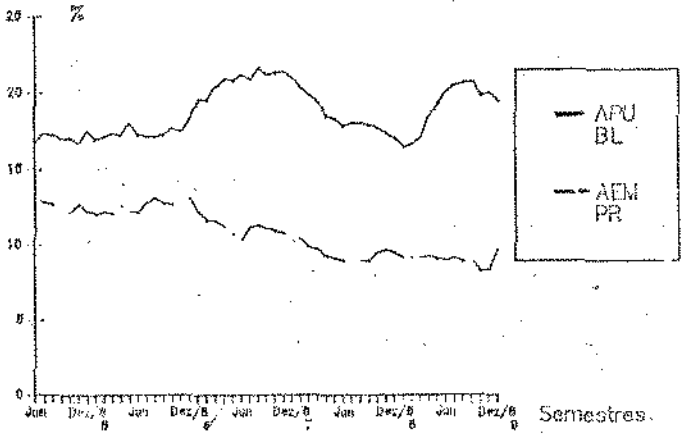
FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan-Jun/85 = 100

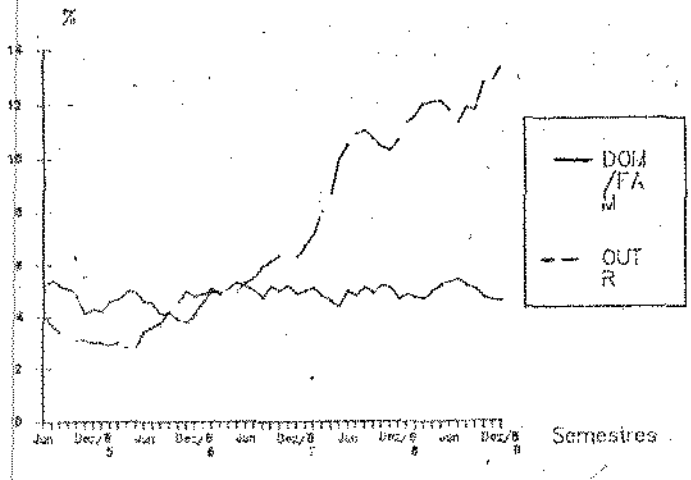
GRAFICO 4.5
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO – COMERCIO
Grande Sao Paulo – 1985-89











FONTE: SEP – Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan-Jun/85 = 100

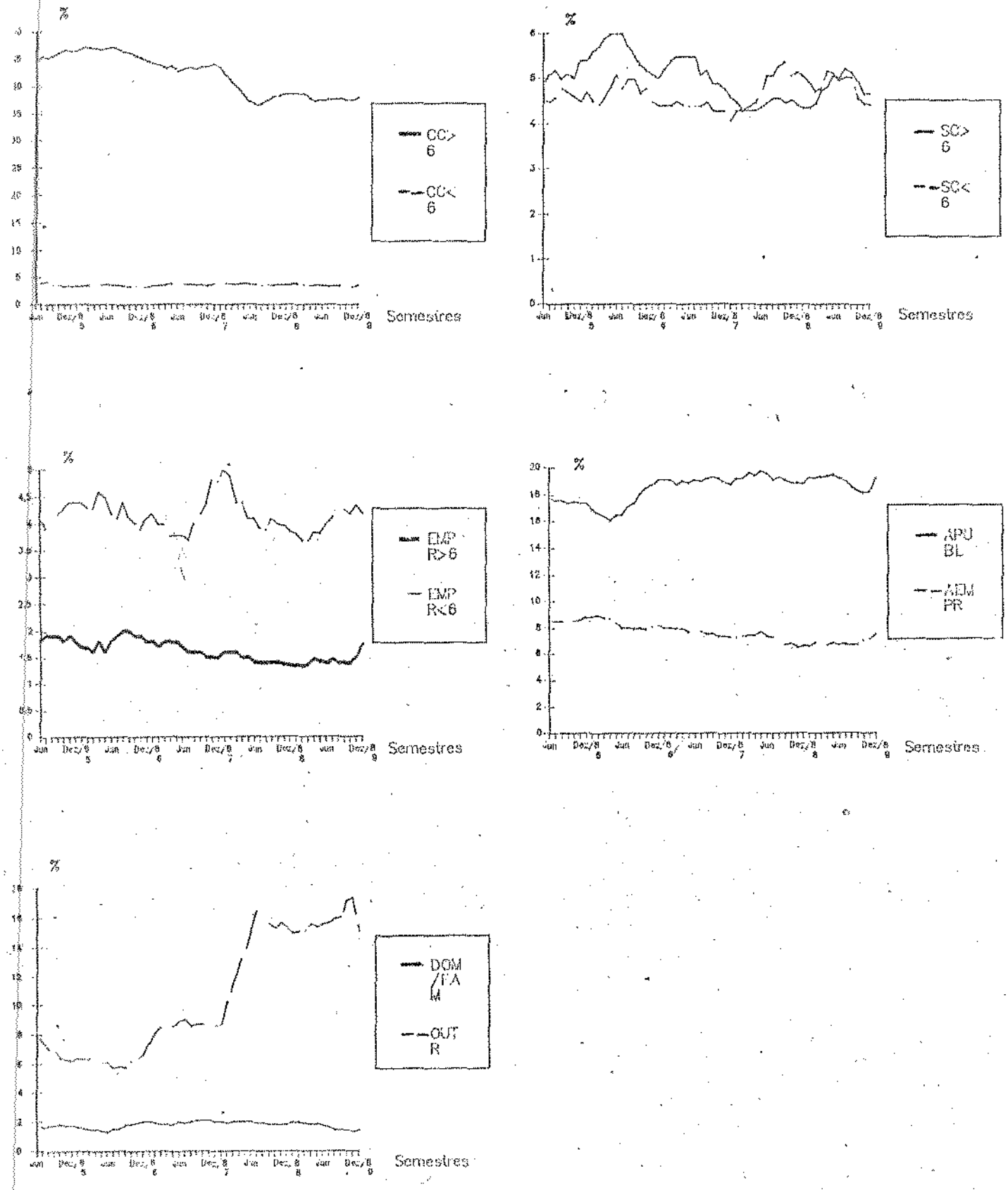
O comportamento desta forma de trabalho ao longo do período indica que o trabalho autônomo para público teve sua participação aumentada no final de 1986 e início de 1987,voltando a crescer no final de 1988 e caindo novamente no final de 1989. Já aquele voltado para as empresas apresenta uma trajetória decrescente. Deve-se ressaltar que o trabalho autônomo para público teve sua participação elevada nas fases de melhora do nível de geral de ocupação.

Portanto, as evidências sugerem que o emprego mais precário - o autônomo para público - tendeu a aumentar sua participação nos períodos nos quais melhoraram as condições ocupacionais, isto é, quando se verifica uma momentânea melhora na atividade econômica.

Nos Serviços, o emprego assalariado responde por metade do emprego setorial, enquanto que corresponde a 1/4 a participação do trabalho autônomo. Neste setor se constata que o trabalho assalariado sem carteira e o trabalho autônomo para público elevaram suas participações relativas, principalmente, no início de 1986 e final daquele ano, respectivamente. Na fase de estagnação conhecida a partir de 1987, não se observa um aumento daquelas formas de emprego. Portanto, este setor de atividade parece também não ser o refúgio para a mão-de-obra nos momentos de estagnação da atividade econômica.

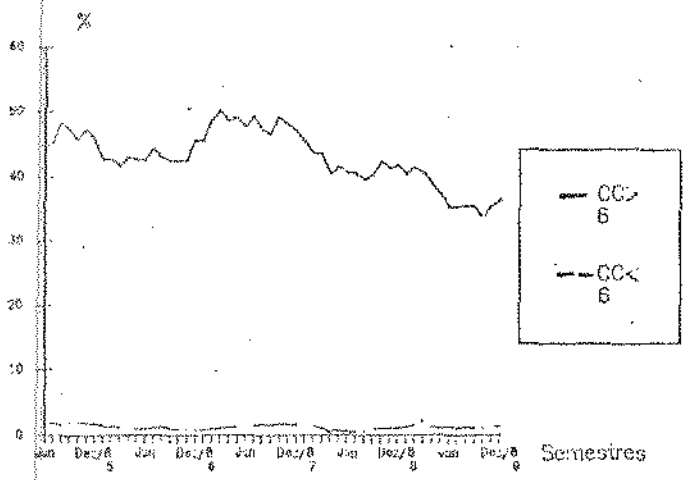
Quanto aos Outros Setores, deve-se dizer que sua heterogeneidade dificulta a avaliação de seus indicadores.

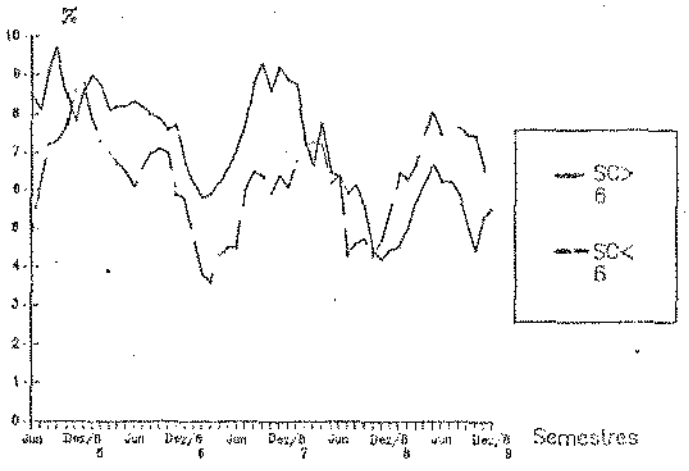
GRAFICO 4.6
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO -- SERVICOS
Grande Sao Paulo -- 1985-89

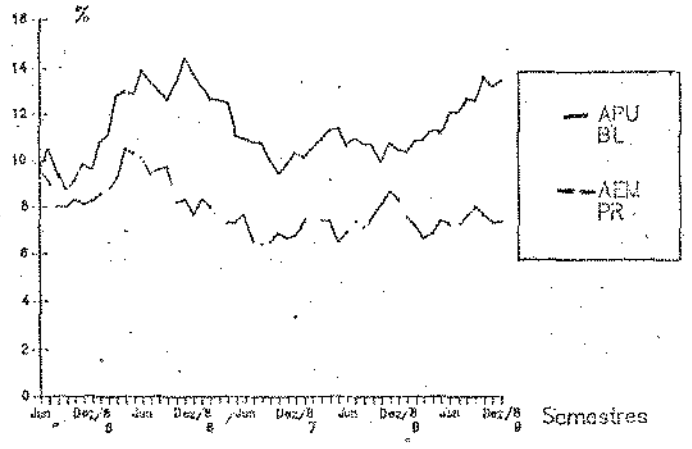


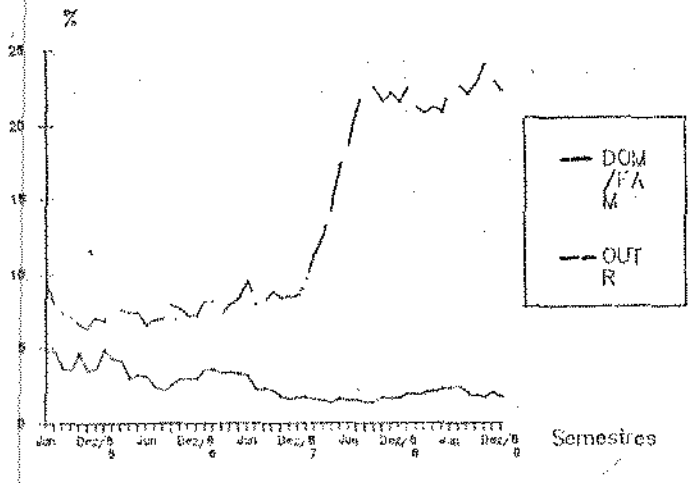
FONTE: SEP -- Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jun-Jun/85 = 100

GRAFICO 4.7
DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO -- OUTROS
Grande Sao Paulo -- 1985-89









FONTE: SEP -- Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base Jan-Jun/85 = 100

Apesar da acentuada variação das participações das diversas categorias ocupacionais, pode-se considerar que ao menos 60% de seu emprego é assalariado e 20% é trabalho autônomo.

As informações apontam que, nos anos de 1985-86, cresce a participação dos empregadores e autônomos, com a concomitante queda do trabalho assalariado. As evoluções destes indicadores corroboram, mais uma vez, a argumentação de que o trabalho autônomo para público tende a aumentar sua participação nos momentos de melhora da situação econômica.

4.3.3 O desempenho dos níveis de rendimentos

A análise dos níveis de renda pode apresentar resultados distintos, dependendo do tipo de indicador utilizado. Para este estudo, foram calculadas duas medidas: a média e a mediana. Como é comumente sabido, a primeira delas tende a ser mais sensível às variações dos valores extremos, enquanto que a mediana tende a se apresentar mais estável a este tipo de influência.

Em geral, os estudos sobre renda tendem a utilizar a média, por ser este o indicador normalmente divulgado. Também os modelos que discutem as relações entre segmentos econômicos adotam este indicador em suas formulações. Lewis, em seu estudo clássico, considerava que, para que houvessem

transferências de mão-de-obra inter-setorial, seria necessário que a renda média do setor moderno fosse relativamente superior à renda média do setor de subsistência[41]. Mais recentemente, um modelo explicativo para a manifestação do desemprego aberto na América Latina sugere que este fenômeno é justificado pela expectativa do trabalhador em obter um rendimento médio mais elevado no *setor formal*, ajustado segundo a possibilidade de encontrar trabalho, comparativamente àquele que se poderia obter via uma inserção no *setor informal*[42]. Também o PREALC utilizou a renda média em suas formulações. Como afirma um de seus textos, *O nível de renda média depende do tamanho do mercado, do número de produtores e se pode postular que tem um limite mínimo absoluto dado para o ingresso de subsistência: contudo, tende a situar-se a um nível relativo adequado frente a outras opções que oferece o mercado de trabalho, constituindo-se na variável de ajuste que determina o número de ofertantes numa atividade dada informal*[43].

Apesar de normalmente se utilizar a renda média, neste estudo será adotada a renda mediana, por dois motivos[44]. Primeiro, porque a incorporação de novos trabalhadores no *setor não-organizado* deve ocorrer principalmente na base da

[41] A.LEWIS, O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra, in A.N.AGARWALA e S.P.SINGH(Org.), A Economia do Subdesenvolvimento, Forense, RJ, 1969.
[42] Este modelo encontra-se descrito em V.TOKMAN, op. cit.
[43] Ver PREALC, op. cit., pag. 174.
[44] As informações sobre rendimentos médios estão agrupadas no Apêndice 4.1.

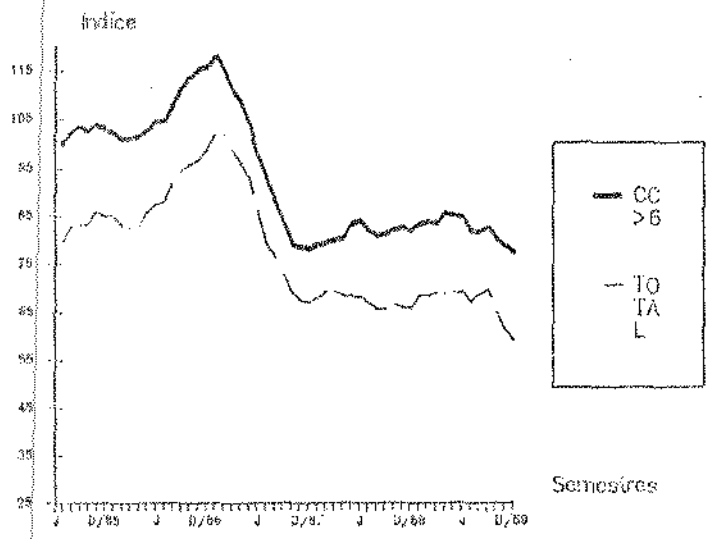
estrutura ocupacional, refletindo-se negativamente mais sobre o nível de renda mediana do que sobre o nível de renda média. Segundo, porque variações na renda média são geralmente determinadas por alterações nos rendimentos dos estratos mais elevados, devido à assimetria da distribuição dos ocupados por níveis de renda. Além disso, a opção reduz a possibilidade de variações aleatórias do indicador, explicadas por variações normais numa medida gerada em uma pesquisa amostral, que são mais prováveis em relação à renda média.

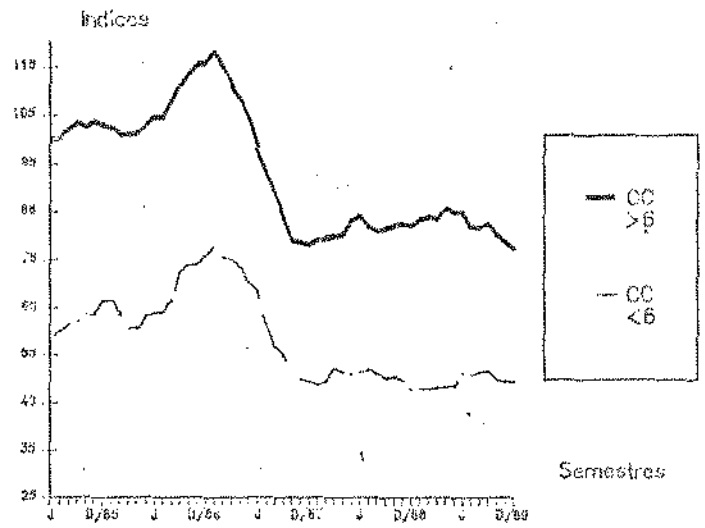
A análise dos níveis de rendimentos tomará sempre como parâmetro a renda mediana dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados. Isto porque esta parcela de trabalhadores está preponderantemente inserida no segmento *organizado*, constituindo-se inclusive na maioria dos trabalhadores deste setor.

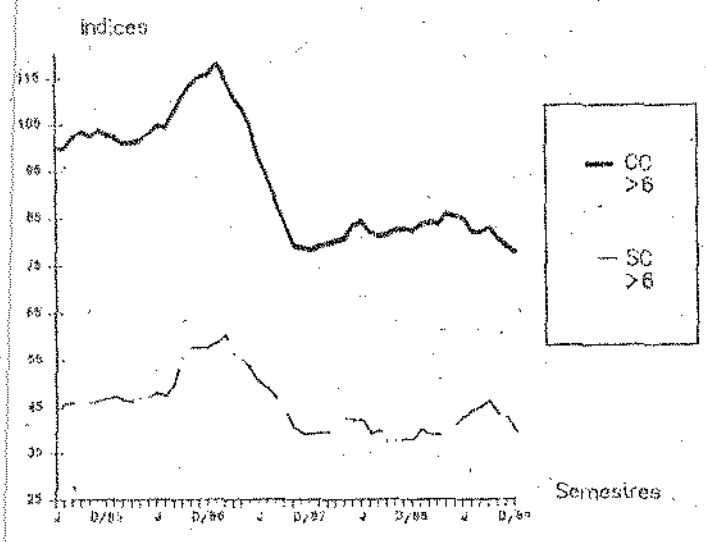
Como pode-se observar no Gráfico 4.8, o rendimento mediano dos assalariados com carteira em empresas com mais de 6 empregados teve um comportamento menos favorável, durante os dois anos de crescimento, quando confrontado com o desempenho do rendimento dos assalariados com carteira em estabelecimentos com menos de 6 empregados[45]. Estes tiveram um aumento significativo de sua renda mediana, alcançando um aumento máximo próximo a 50%. O esgotamento do período de aquecimento do nível de atividade, com o aumento

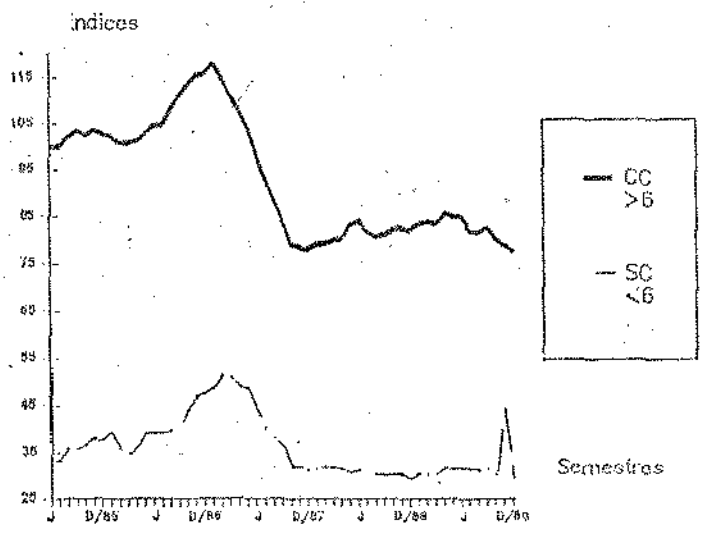
[45] A aproximação entre as curvas do gráfico representa uma melhora relativa do nível de rendimento inferior.

GRAFICO 4.8
INDICE DE RENDIMENTO MEDIANO REAL SEMESTRAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
Grande Sao Paulo -- 1985-89





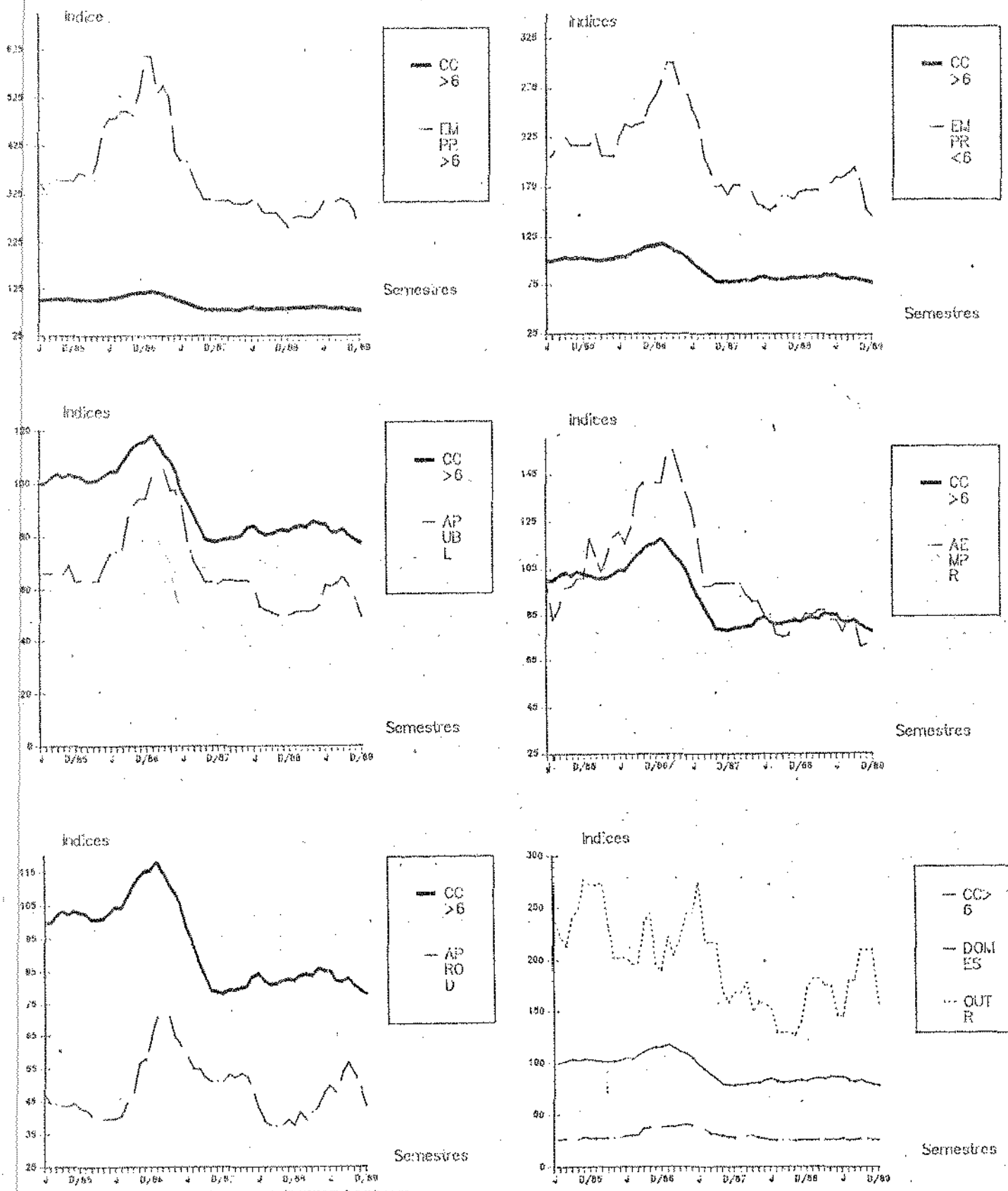




FONTE: SEP -- Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base CC>6 Jan-Jun/85 = 100

GRAFICO 4.9

INDICE DE RENDIMENTO MEDIANO REAL SEMESTRAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
Grande Sao Paulo — 1985-89



FONTE: SEP — Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base CC>6 Jan-Jun/85 = 100

desproporcional dos índices de inflação, corroeu os níveis de rendimentos médios numa magnitude superior ao ganhos anteriormente obtidos. Nota-se que o processo de queda destes níveis de renda foi diferenciados, atingindo relativamente mais aqueles assalariados em empresas menores.

Comportamento semelhante a estes últimos trabalhadores é encontrado para os assalariados sem carteira assinada, que obtiveram ganhos maiores na expansão e perdas mais acentuadas na crise, comparativamente aos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados. De acordo com o gráfico, dentre os assalariados sem carteira, foram aqueles ocupados em empresas com menos de 6 empregados que obtiveram um maior incremento de renda, bem como a maior perda.

Os autônomos não apresentam ganhos de renda no início do período, sendo que seus incrementos ocorreram principalmente na segunda metade de 1986(Gráfico 4.9). é fundamental anotar que foram os autônomos para público aqueles que conseguiram os maiores aumentos de renda mediana. De forma semelhante às categorias anteriormente analisadas, os autônomos também tiveram deprimidos os seus níveis de renda com a nova eclosão da crise econômica.

Os indicadores apresentados até o momento mostram que empregos característicos de unidades produtivas menores foram os que obtiveram ganhos maiores de renda. Porém, são estes trabalhadores aqueles que normalmente obtém os menores

níveis de rendimentos. Excetuando-se os trabalhadores autônomos que trabalham para empresas, verifica-se que os demais trabalhadores autônomos - para público e que ganham por produção - e os assalariados sem carteira de trabalho assinada recebem rendimentos bastante inferiores aos obtidos pelos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada em empresas com mais de 6 empregados.

Uma evolução favorável é também encontrada para o rendimento mediano dos empregados domésticos, em 1986. Estes obtiveram significativos aumentos de renda. Contudo, a redução dos rendimentos em 1987 não levou o novo patamar de rendimentos desta parcela de trabalhadores a se situar em níveis mais baixos que aqueles observados no início do período.

Quanto aos empregadores, percebe-se que obtiveram significativas elevações em seus rendimentos medianos, no período 85-86, sendo muito acentuadas as quedas sofridas nos anos de 1987-88. Deve-se mencionar que foram os empregadores e os trabalhadores autônomos aqueles que apresentaram as mais intensas reduções de renda, ao longo de 1987.

Em suma, confirma-se que a fase expansiva de 85-86 teve impactos mais favoráveis sobre os níveis de rendimentos da parcela de trabalhadores pior remunerada e que se incorporava em atividades cuja relação de trabalho ganhou flexibilidade naquele período, como no caso do emprego doméstico - onde a escassez de trabalhadores beneficiou os já empregados, ou que tiveram seus mercados ou seus preços

aumentados, face à impossibilidade de tabelamento do preço do bem ou do serviço ofertado[44].

É possível considerar que estas parcelas de ocupados, que se inserem mais precariamente no mercado de trabalho da Grande São Paulo, são relativamente mais beneficiadas na expansão, seja porque crescem seus níveis de emprego, seja porque é neste período que se abre a possibilidade de conseguirem elevações significativas de seus níveis de renda. Na crise, como mostram os dados, tanto a renda como o emprego apresentam desempenho desfavorável.

4.4. O que é possível concluir ?

Varias considerações podem ser apresentadas a partir do confronto entre a análise empírica e o marco conceitual. Contudo, começaremos com uma discussão sobre a funcionalidade que deveria cumprir o *segmento não-organizado*, frente às conjunturas econômicas.

A visão corrente sobre o *setor informal* é que, dada a *facilidade de entrada* neste, o excedente de mão-de-obra - estruturalmente existente nas economias atrasadas -

[44] Tanto os autônomos como os empregadores devem ter sido beneficiados pela impossibilidade de tabelamento dos produtos ou serviços por eles ofertados, durante a fase do Plano Cruzado - que se constituiu no principal período de ganhos de renda para estas categorias ocupacionais. Sobre as diferenças de ganhos no período 85-86, ver C.S.DEDECCA, Crescimento, Emprego e Renda, São Paulo em Perspectiva, v.1, n.2, jul-set, SEADE, SP, 1987.

encontraria nele a sua possibilidade de ocupação. Em termos lógicos, este excedente deve ser de proporção mais elevada nos períodos de crise - devido ao desemprego gerado pelo segmento *organizado* , havendo a expectativa que nestes momentos ocorresse um inchamento das atividades *não-organizadas*.

As informações analisadas anteriormente para Grande São Paulo indicam que o peso do *segmento não-organizado* é relativamente maior nas fases de expansão econômica, não ocorrendo seu inchamento nas fases de crise[47]. Neste sentido, se existem *facilidades de entrada* neste segmento, estas devem ser maiores na expansão e menores na crise, fato que contraria a visão corrente sobre a *funcionalidade* do *setor não-organizado*[48]. Portanto, as restrições à entrada devem corresponder à existência de restrições à mobilidade. Isto é, deve ser mais fácil transferir-se de uma para outra categoria quando cresce o nível de emprego no *segmento organizado*, restringindo-se progressivamente a possibidade de mobilidade com o aprofundamento da crise[49].

[47] Ver Capítulo 3. E também, P.E.A.BALTAR e L.GUIMARÃES NETO, op. cit.; e M.C.CACCIAMALLI, Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro, USP, mimeo, 1989.

[48] Sobre à existência de barreiras à entrada no segmento não-organizado, ver L.A.MACHADO DA SILVA, op. cit..

[49] Como afirma V.TOKMAN, op. cit., és evidente que os trabalhadores por conta própria e os proprietários de estabelecimentos pequenos ...carecem de mobilidade e seu padrão de desenvolvimento está vinculado com as possibilidades de crescimento de sua unidade de produção. Segundo os dados [de uma pesquisa realizada na Costa Rica] suas possibilidades de êxito são muito escassas.

Esta conclusão permite avançar sobre um outro ponto relativo às relações entre setores. A possibilidade de um movimento sincronizado entre crescimento econômico e expansão do emprego *não-organizado* é um indício de que o espaço econômico ocupado por estas atividades é produto da dinâmica econômica do segmento *organizado*. Portanto, se existe uma determinação do espaço econômico entre setores, esta se manifesta do *segmento organizado* para *o não-organizado*, justificando a visão subordinada deste segmento produtivo.

Um comentário específico deve ser apresentado quanto ao emprego autônomo. A falta de crescimento deste tipo de emprego, nos anos de 1987-89 - bem como durante toda a década[50] - , nos obriga a uma qualificação sobre a ocorrência de uma processo de *informalização* da economia e do mercado de trabalho da Grande São Paulo. As informações disponíveis indicam que, caso esteja se processando uma *informalização*, ela parece não estar se dando via o aumento do trabalho autônomo para público[51]. Pode-se sugerir que caso esta *informalização* venha se efetivando, ela deve resultar de uma atuação empresarial, que privilegia esquemas produtivos que possam ser ajustados rapidamente, frente a

[50] Ver Capítulo 3.

[51] Apesar da falta de evidências, é recorrente às análises feitas sobre os anos 80 que se verifica um aumento daquilo denominado como sendo o setor informal da atividade econômica nacional. As evidências aqui apresentadas e aquelas encontradas nos trabalho de P.E.A.BALTAR E L.GUIMARÃES NETO, op. cit. e de M.C.CACCIAMALLI, Informalizacão Recente..., op. cit., não confirmam a realização de um processo de informalização na Grande São Paulo, via um crescimento desproporcional do emprego autônomo.

uma melhora ou piora conjuntural de seu nível de produção[58] - muito provavelmente, sob a forma de uma relação de trabalho subordinada. De tal modo que aquelas categorias ocupacionais que caracterizariam o segmento *não-organizado* - isto é, as formas de trabalho autônomo - , não apresentaram aumento na ocupação em seu espaço econômico. Distante desta formulação e não confirmada pelas evidências existentes, a concepção tradicional de *inchamento* do *setor informal* é explicada pela existência de um excedente de mão-de-obra, que encontra no *setor informal* o seu refúgio para a crise ou para a incapacidade de geração de postos de trabalho pelo *setor formal*.

Apresentadas estas ponderações sobre mudanças na estrutura ocupacional, pode-se debater as alterações nos níveis de rendimentos. Inicialmente, pode-se dizer que a não evidência de uma funcionalidade entre setores faz com que perca importância a discussão sobre os movimentos ocupacionais entre segmentos, decorrentes de diferenciais de renda média. Além disso, se existem barreiras à entrada no *setor não-organizado* - motivo que explicaria o não crescimento de seu emprego na crise -, tem-se que o emprego subordinado não se constitui numa opção, mas na única alternativa de ocupação. E, portanto, o desemprego aberto não pode ser tomado como uma decisão de continuar procurando emprego no segmento

[58] Este processo de informalização não se constitui numa característica dos países atrasados. Situação semelhante é observada nos países centrais, particularmente nos da Europa Central. Ver E.CÓRDOVA, op. cit.

organizado - face os diferenciais de renda média, mas deve ser considerado como um fenômeno decorrente da ampliação das restrições à entrada no segmento *não-organizado* e do processo de urbanização da mão-de-obra.

Cabe ainda responder se a renda média constitui uma variável de ajuste da dimensão ocupacional do segmento *não-organizado*. As informações apresentadas anteriormente não corroboram esta idéia. Articulando os indicadores de emprego e renda, percebe-se que a queda de rendimento dos autônomos para público não foi acompanhada por uma ampliação de seu nível de emprego, enquanto que, na fase de crescimento de seus níveis de remuneração, ocorre uma expansão de seu nível de emprego.

Deste modo, não se pode explicar a queda de renda dos trabalhadores autônomos para público pelas variações no nível de emprego. De fato, as evidências existentes são de que as variações nos níveis de rendimento destes trabalhadores devem estar relacionadas diretamente com o nível de atividade, ou melhor, com o total de renda disponível. Foi durante os anos de 1985-86 que os rendimentos das categorias mais vinculadas ao segmento *não-organizado* obtiveram os maiores incrementos.

Contudo, poder-se-ia argumentar que estas variações são resultantes das mudanças de patamar inflacionário. Parece pouco plausível este argumento, à medida que são coincidentes os sentidos das variações dos níveis de

rendimentos entre categorias ocupacionais. Logicamente, as variações nos patamares inflacionários impactaram sobre os níveis de rendimento, sendo que elas devem se articular com o desempenho econômico. Ou melhor, o crescimento das taxas mensais de inflação no primeiro semestre de 1987, conjugado com a retração econômica - na presença de uma política salarial inadequada, pode ter potencializado as perdas de rendimento real.

As conclusões até agora apresentadas apontam para a importância de uma política de renda articulada à uma política de crescimento econômico sustentado. Primeiro, porque nas fases de crescimento pode-se articular uma intervenção estatal que potencialize os aumentos de renda. E segundo, porque nas fases de crise, uma política de rendas pode significar uma redução na intensidade das perdas.

Além disso, as conclusões realizadas permitem voltar a discutir o marco conceitual. Num primeiro momento, a não realização de um claro recorte entre *organizado* e *não-organizado* pode ter-se apresentado como uma fuga ao enfrentamento da questão. As informações utilizadas apontam para o risco incorporado à realização de tal recorte, na medida que o grau de subordinação das atividades *não-organizadas* deve encobrir certas situações de emprego do *setor organizado* que foram *informalizadas*. Neste sentido, cabe perguntar, sendo que a resposta não é fácil, a qual segmento estas situações pertencem, lembrando que um aumento

do emprego *não-organizado*, na crise, não decorre obrigatoriamente de uma ampliação deste mercado - fato mostrado pelo não incremento do trabalho autônomo para público, mas talvez pelo aumento da demanda de mão-de-obra que as empresas contratam de forma não-regulamentada no mercado de trabalho, e que não pode ser captada pelas pesquisas que buscam caracterizar o mercado de trabalho como um todo[58].

Cabe considerar que uma maior descrição desta *informalização* complicaria o problema da *descontinuidade* existente entre o marco conceitual e o tratamento empírico, na medida que tal *informalização* tenderia a mesclar ainda mais os dois grandes segmentos econômicos. Porém, se por um lado, aumentam as complicações, por outro tem-se uma maior evidência da subordinação/integração do segmento *não-organizado* ao núcleo capitalista, apontando que políticas de emprego e renda e de crescimento devem se centrar neste último segmento, pois a adoção de medidas com este escopo deve se refletir positivamente no resto da economia e, portanto, no segmento subordinado.

Finalmente, parece bastante evidente a necessidade de novos esforços em trabalhos que discutam as relações entre os dois segmentos, justificados pela mutação da estrutura ocupacional, que aponta para um questionamento do conceito tradicional de *setor informal*. A modernização passada e a

[58] Ver M.C.CACCIAMALLI, Informalização Recente..., op. cit.

longa estagnação econômica desta década parecem ter explicitado as limitações das concepções tradicionais de *setor informal*, determinando que os novos trabalhos tratem de uma estrutura ocupacional mais complexa. Concluindo, pode-se dizer, mais uma vez, que isto foi resultado de uma modernização marcada por uma ampliação da heterogeneidade da estrutura econômica e social, mas que realizou uma integração do conjunto da economia ao segmento moderno.

APÊNDICE 4.1

TABELA 6.4.1.1
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Em Porcentagem

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
JAN-JUN	1985	51.0	2.7	4.7	3.4	1.6	3.0	11.0	9.7	7.2	5.9
FEV-JUL	1985	51.5	2.7	4.8	3.4	1.6	2.9	11.1	9.7	7.1	5.4
MAR-AGO	1985	51.9	2.7	4.9	3.4	1.6	3.0	11.0	9.6	7.0	4.9
ABR-SET	1985	52.3	2.5	4.9	3.4	1.8	3.0	10.9	9.4	7.1	4.6
MAI-OUT	1985	52.8	2.5	5.0	3.3	1.7	3.1	10.9	9.4	7.0	4.2
JUN-NOV	1985	53.2	2.4	5.0	3.3	1.8	3.1	10.7	9.3	7.2	4.1
JUL-DEZ	1985	52.7	2.4	5.3	3.2	1.7	3.1	10.7	9.5	7.2	4.2
AGO-JAN	1986	52.9	2.4	5.5	3.3	1.7	3.1	10.5	9.3	7.2	4.2
SET-FEV	1986	53.4	2.3	5.6	3.2	1.6	3.0	10.4	9.2	7.1	4.2
OUT-MAR	1986	53.2	2.4	5.5	3.2	1.5	3.1	10.4	9.3	7.1	4.3
NOV-ABR	1986	53.0	2.5	5.5	3.3	1.6	3.1	10.2	9.2	7.3	4.2
DEZ-MAI	1986	53.0	2.5	5.5	3.4	1.6	3.1	10.1	9.5	7.2	4.2
JAN-JUN	1986	53.3	2.6	5.5	3.5	1.7	3.1	9.9	9.4	6.9	4.2
FEV-JUL	1986	53.1	2.5	5.4	3.4	1.7	3.0	10.1	9.5	7.0	4.3
MAR-AGO	1986	52.8	2.5	5.2	3.4	1.7	3.1	10.1	9.5	7.1	4.5
ABR-SET	1986	52.5	2.4	5.2	3.4	1.7	3.1	10.2	9.7	7.1	4.7
MAI-OUT	1986	52.7	2.3	5.1	3.3	1.7	3.0	10.2	9.9	6.9	5.0
JUN-NOV	1986	52.4	2.3	5.1	3.2	1.7	3.0	10.2	10.0	7.0	5.2
JUL-DEZ	1986	52.4	2.1	5.0	3.1	1.7	3.0	10.1	10.1	7.1	5.3
AGO-JAN	1987	52.2	2.2	4.9	3.1	1.6	3.1	9.8	10.4	7.0	5.7
SET-FEV	1987	52.2	2.2	5.0	3.0	1.6	3.1	9.6	10.4	7.0	6.0
OUT-MAR	1987	52.2	2.2	4.9	3.1	1.6	3.0	9.4	10.5	7.0	6.1
NOV-ABR	1987	52.0	2.3	5.0	3.2	1.7	3.0	9.1	10.7	6.9	6.2
DEZ-MAI	1987	52.3	2.4	5.0	3.2	1.7	2.9	9.0	10.7	6.7	6.1
JAN-JUN	1987	52.0	2.4	4.9	3.2	1.7	2.9	9.0	10.9	6.6	6.4
FEV-JUL	1987	52.2	2.5	4.8	3.2	1.6	2.8	9.1	10.8	6.5	6.4
MAR-AGO	1987	51.9	2.6	4.6	3.3	1.6	2.8	9.3	11.1	6.3	6.4
ABR-SET	1987	51.5	2.6	4.6	3.3	1.6	2.9	9.5	11.0	6.4	6.6
MAI-OUT	1987	51.6	2.7	4.4	3.2	1.6	3.0	9.6	11.0	6.3	6.7
JUN-NOV	1987	51.3	2.7	4.3	3.2	1.7	3.2	9.8	10.9	6.3	6.8
JUL-DEZ	1987	51.1	2.7	4.3	3.1	1.7	3.3	9.8	10.8	6.4	6.8

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

TABELA A.4.1.1
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Continuacao

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
AGO-JAN	1988	51.0	2.7	4.2	3.1	1.7	3.4	9.8	10.8	6.3	7.0
SET-FEV	1988	49.9	2.8	4.2	3.1	1.7	3.4	9.7	10.8	6.2	8.2
OUT-MAR	1988	49.0	2.6	4.0	3.2	1.7	3.2	9.7	10.9	6.2	9.5
NOV-ABR	1988	47.9	2.7	4.0	3.2	1.7	3.2	9.7	10.8	6.2	10.6
DEZ-MAI	1988	47.1	2.8	4.0	3.2	1.5	3.0	9.6	10.9	6.1	11.8
JAN-JUN	1988	46.2	2.7	4.1	3.3	1.5	2.9	9.7	10.6	6.1	12.8
FEV-JUL	1988	45.1	2.7	4.2	3.3	1.5	2.9	9.6	10.6	6.1	13.9
MAR-AGO	1988	45.2	2.6	4.2	3.3	1.5	2.9	9.6	10.7	6.1	13.9
ABR-SET	1988	45.6	2.8	4.3	3.4	1.5	3.0	9.4	10.5	6.0	13.4
MAI-OUT	1988	45.9	2.6	4.2	3.5	1.5	3.1	9.2	10.5	6.3	13.2
JUN-NOV	1988	45.8	2.6	4.2	3.5	1.5	3.1	9.2	10.6	6.3	13.3
JUL-DEZ	1988	46.2	2.7	4.2	3.6	1.4	3.1	8.8	10.7	6.2	13.2
AGO-JAN	1989	46.3	2.7	4.1	3.6	1.4	3.1	8.9	10.7	6.1	13.2
SET-FEV	1989	46.5	2.8	4.1	3.6	1.3	3.0	8.8	10.8	6.1	13.0
OUT-MAR	1989	46.5	2.7	4.1	3.6	1.4	3.0	8.8	10.9	6.0	13.1
NOV-ABR	1989	45.9	2.6	4.2	3.7	1.3	2.9	8.6	11.2	6.0	13.3
DEZ-MAI	1989	45.6	2.6	4.3	3.8	1.3	2.9	8.7	11.3	6.2	13.3
JAN-JUN	1989	45.4	2.5	4.4	3.7	1.4	2.9	8.8	11.4	6.1	13.5
FEV-JUL	1989	45.1	2.6	4.4	3.8	1.4	2.9	8.6	11.5	6.2	13.5
MAR-AGO	1989	44.9	2.6	4.5	3.8	1.4	3.0	8.3	11.4	6.2	14.0
ABR-SET	1989	44.9	2.6	4.4	3.7	1.4	2.9	8.2	11.2	6.2	14.5
MAI-OUT	1989	44.3	2.6	4.3	3.5	1.4	3.1	8.1	11.0	6.2	15.5
JUN-NOV	1989	44.5	2.6	4.1	3.4	1.5	3.1	8.0	11.0	6.2	15.6
JUL-DEZ	1989	44.3	2.7	4.1	3.4	1.5	3.0	7.9	11.1	6.1	15.9

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

TABELA A.4.1.2
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - HOMENS
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Em Porcentagem

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
JAN-JUN	1985	55.8	2.6	5.0	3.4	2.1	3.9	2.2	10.9	7.5	6.6
FEV-JUL	1985	56.7	2.7	5.0	3.4	2.1	3.8	2.1	10.9	7.3	6.1
MAR-AGO	1985	57.3	2.7	5.1	3.5	2.2	3.8	2.0	10.7	7.1	5.7
ABR-SET	1985	58.0	2.5	5.1	3.5	2.4	3.9	1.9	10.3	7.1	5.3
MAI-OUT	1985	58.6	2.5	5.3	3.4	2.2	4.0	1.8	10.3	7.1	4.9
JUN-NOV	1985	59.1	2.4	5.2	3.3	2.3	4.0	1.7	10.1	7.2	4.8
JUL-DEZ	1985	58.6	2.4	5.6	3.3	2.2	3.9	1.6	10.1	7.3	5.0
AGO-JAN	1986	58.5	2.4	5.7	3.4	2.2	4.0	1.6	9.9	7.2	5.1
SET-FEV	1986	58.8	2.4	5.8	3.4	2.1	3.9	1.8	9.7	7.2	5.0
OUT-MAR	1986	58.8	2.5	5.7	3.3	2.0	4.0	1.8	9.9	7.0	5.0
NOV-ABR	1986	58.6	2.6	5.7	3.5	2.0	4.1	1.8	9.7	7.2	4.8
DEZ-MAI	1986	58.5	2.7	5.7	3.5	2.1	4.1	1.8	9.9	7.0	4.8
JAN-JUN	1986	58.7	2.7	5.6	3.6	2.2	3.9	1.7	9.9	6.8	4.8
FEV-JUL	1986	58.6	2.6	5.5	3.5	2.3	3.9	1.7	10.0	7.0	5.0
MAR-AGO	1986	58.2	2.6	5.4	3.5	2.3	4.0	1.6	10.1	7.1	5.2
ABR-SET	1986	57.7	2.5	5.4	3.6	2.4	4.0	1.7	10.1	7.1	5.5
MAI-OUT	1986	57.8	2.3	5.2	3.6	2.4	3.9	1.7	10.3	6.9	5.9
JUN-NOV	1986	57.5	2.3	5.2	3.6	2.4	4.0	1.6	10.4	7.0	6.0
JUL-DEZ	1986	57.7	2.2	5.1	3.5	2.3	4.0	1.7	10.5	6.9	6.0
AGO-JAN	1987	57.5	2.2	4.9	3.5	2.2	4.0	1.8	10.7	6.8	6.4
SET-FEV	1987	57.3	2.2	5.0	3.4	2.1	4.0	1.9	10.6	6.8	6.8
OUT-MAR	1987	57.5	2.3	4.9	3.2	2.1	3.9	1.8	10.8	6.7	6.8
NOV-ABR	1987	57.0	2.3	5.0	3.3	2.1	3.8	1.9	11.1	6.6	6.8
DEZ-MAI	1987	57.0	2.4	5.0	3.3	2.1	3.7	1.9	11.2	6.5	7.0
JAN-JUN	1987	56.5	2.3	4.9	3.3	2.1	3.6	1.8	11.3	6.6	7.6
FEV-JUL	1987	56.8	2.4	4.9	3.3	2.1	3.6	1.7	11.2	6.5	7.5
MAR-AGO	1987	56.8	2.5	4.7	3.4	2.1	3.7	1.7	11.5	6.4	7.4
ABR-SET	1987	56.2	2.6	4.7	3.3	2.2	3.8	1.8	11.4	6.4	7.6
MAI-OUT	1987	56.3	2.8	4.5	3.2	2.2	3.9	1.8	11.3	6.3	7.7
JUN-NOV	1987	56.1	2.7	4.4	3.3	2.3	4.2	1.8	11.2	6.3	7.8
JUL-DEZ	1987	56.0	2.8	4.4	3.3	2.3	4.3	1.8	11.1	6.3	7.6

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

TABELA A.4.1.2
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - HOMENS
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Continuacao

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
AGO-JAN	1988	55.7	2.8	4.3	3.2	2.3	4.3	1.9	11.1	6.3	8.0
SET-FEV	1988	54.3	2.8	4.2	3.3	2.4	4.3	1.9	11.1	6.4	9.3
OUT-MAR	1988	53.3	2.7	4.0	3.4	2.3	4.1	1.8	11.3	6.4	10.7
NOV-ABR	1988	52.0	2.7	4.2	3.5	2.2	4.1	1.8	11.1	6.3	12.1
DEZ-MAI	1988	51.2	2.8	4.2	3.4	2.0	3.9	1.8	11.2	6.2	13.4
JAN-JUN	1988	50.2	2.7	4.3	3.5	2.0	3.9	1.8	10.9	6.2	14.6
FEV-JUL	1988	49.2	2.6	4.4	3.6	2.0	3.9	1.7	10.7	6.2	15.8
MAR-AGO	1988	49.4	2.5	4.4	3.6	2.0	3.9	1.8	10.6	6.1	15.8
ABR-SET	1988	49.8	2.7	4.4	3.8	1.9	4.1	1.7	10.4	6.0	15.3
MAI-OUT	1988	50.3	2.6	4.3	3.8	2.0	4.0	1.6	10.3	6.2	14.9
JUN-NOV	1988	50.2	2.7	4.3	3.8	1.9	4.1	1.6	10.2	6.3	14.8
JUL-DEZ	1988	50.6	2.7	4.2	3.8	1.8	4.1	1.5	10.3	6.2	14.7
AGO-JAN	1989	50.5	2.8	4.2	3.9	1.8	4.0	1.5	10.5	6.2	14.7
SET-FEV	1989	50.8	2.8	4.2	3.8	1.8	3.9	1.4	10.7	6.2	14.5
OUT-MAR	1989	50.7	2.7	4.2	3.7	1.8	3.8	1.5	11.0	6.1	14.5
NOV-ABR	1989	50.1	2.6	4.4	3.8	1.8	3.7	1.6	11.2	6.0	14.8
DEZ-MAI	1989	49.5	2.5	4.5	4.0	1.8	3.6	1.6	11.3	6.1	14.9
JAN-JUN	1989	49.0	2.4	4.6	4.0	1.9	3.7	1.8	11.6	6.0	15.1
FEV-JUL	1989	48.6	2.4	4.6	4.0	2.0	3.8	1.8	11.7	5.9	15.2
MAR-AGO	1989	48.3	2.4	4.6	4.0	2.0	3.9	1.7	11.6	5.9	15.6
ABR-SET	1989	48.2	2.4	4.6	3.9	1.9	3.9	1.7	11.2	6.0	16.2
MAI-OUT	1989	47.5	2.4	4.4	3.7	1.9	4.0	1.7	11.1	6.0	17.2
JUN-NOV	1989	47.6	2.3	4.2	3.6	2.0	4.1	1.6	11.3	6.1	17.2
JUL-DEZ	1989	47.6	2.4	4.2	3.5	2.0	3.9	1.6	11.2	6.1	17.5

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

TABELA A.4.1.3
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - MULHERES
GRANDE SAO PAULO
1985-89

Em Porcentagem

Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
JAN-JUN	1985	42.2	2.8	4.2	3.5	0.6	1.3	26.0	7.4	6.6	4.7
FEV-JUL	1985	42.2	2.7	4.4	3.4	0.7	1.3	27.2	7.4	6.6	4.1
MAR-AGO	1985	42.1	2.9	4.5	3.3	0.7	1.4	27.1	7.6	6.8	3.6
ABR-SET	1985	42.0	2.6	4.6	3.1	0.7	1.5	27.3	7.8	7.0	3.4
MAI-OUT	1985	42.6	2.5	4.6	3.2	0.8	1.6	27.1	7.8	6.9	2.9
JUN-NOV	1985	42.6	2.4	4.7	3.1	0.9	1.6	26.8	8.0	7.1	2.8
JUL-DEZ	1985	42.4	2.3	4.9	3.1	0.8	1.6	26.7	8.4	7.0	2.8
AGO-JAN	1986	43.2	2.2	5.1	3.1	0.7	1.5	25.9	8.4	7.1	2.8
SET-FEV	1986	43.8	2.1	5.2	2.9	0.8	1.5	25.6	8.3	7.0	2.9
OUT-MAR	1986	43.4	2.3	5.2	3.0	0.8	1.4	25.5	8.2	7.1	3.1
NOV-ABR	1986	43.3	2.3	5.3	3.1	0.7	1.4	25.0	8.4	7.4	3.2
DEZ-MAI	1986	43.5	2.3	5.2	3.2	0.7	1.4	24.5	8.7	7.4	3.1
JAN-JUN	1986	43.8	2.3	5.3	3.3	0.7	1.5	24.4	8.4	7.2	3.2
FEV-JUL	1986	43.7	2.3	5.2	3.1	0.7	1.5	24.6	8.7	7.1	3.1
MAR-AGO	1986	43.4	2.3	5.0	3.2	0.6	1.5	24.7	8.6	7.3	3.3
ABR-SET	1986	43.6	2.3	5.0	2.9	0.6	1.6	24.7	9.0	7.1	3.3
MAI-OUT	1986	44.0	2.2	5.0	2.7	0.6	1.4	24.6	9.1	7.0	3.4
JUN-NOV	1986	43.8	2.2	4.9	2.6	0.7	1.4	24.6	9.1	7.0	3.8
JUL-DEZ	1986	43.6	2.0	4.8	2.5	0.7	1.5	24.1	9.5	7.3	4.0
AGO-JAN	1987	43.3	2.0	4.9	2.6	0.7	1.5	23.4	9.8	7.4	4.4
SET-FEV	1987	43.4	2.0	5.0	2.5	0.7	1.5	22.9	10.0	7.4	4.6
OUT-MAR	1987	43.1	2.1	5.0	2.9	0.8	1.4	22.6	9.9	7.4	4.8
NOV-ABR	1987	43.1	2.3	5.0	2.9	0.9	1.6	21.9	10.0	7.4	4.9
DEZ-MAI	1987	43.8	2.4	5.1	3.1	1.0	1.6	21.7	9.7	7.1	4.6
JAN-JUN	1987	43.9	2.6	5.0	3.0	1.0	1.4	21.8	10.1	6.7	4.4
FEV-JUL	1987	43.9	2.7	4.7	3.0	0.9	1.3	22.3	10.0	6.6	4.5
MAR-AGO	1987	43.4	2.8	4.5	3.1	0.9	1.4	22.9	10.2	6.3	4.6
ABR-SET	1987	43.2	2.7	4.5	3.1	0.7	1.3	23.2	10.3	6.3	4.7
MAI-OUT	1987	43.3	2.6	4.3	3.1	0.6	1.3	23.4	10.3	6.2	4.8
JUN-NOV	1987	42.8	2.6	4.2	3.0	0.6	1.4	23.8	10.5	6.2	4.9
JUL-DEZ	1987	42.4	2.6	4.1	2.9	0.5	1.6	24.0	10.2	6.4	5.3

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

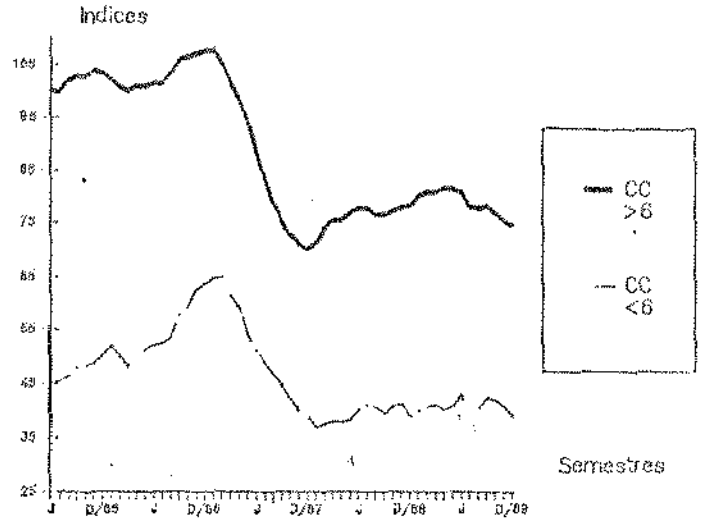
TABELA A.4.1.3
DISTRIBUICAO DO TOTAL DOS OCUPADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO - MULHERES
GRANDE SAO PAULO
1985-89

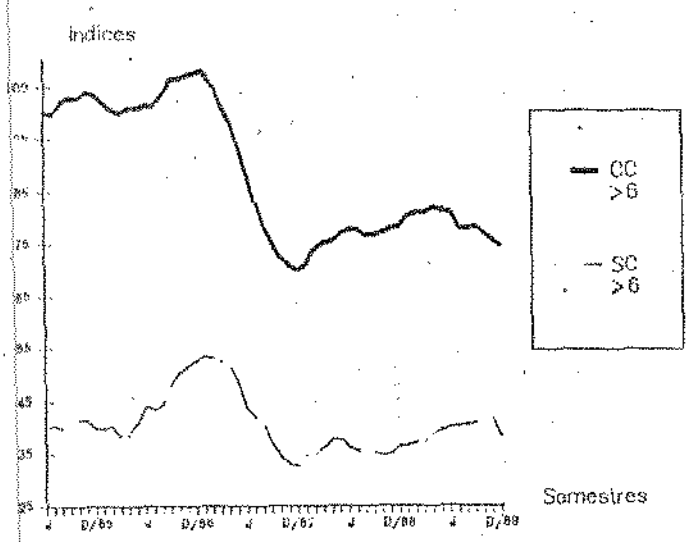
Continuacao

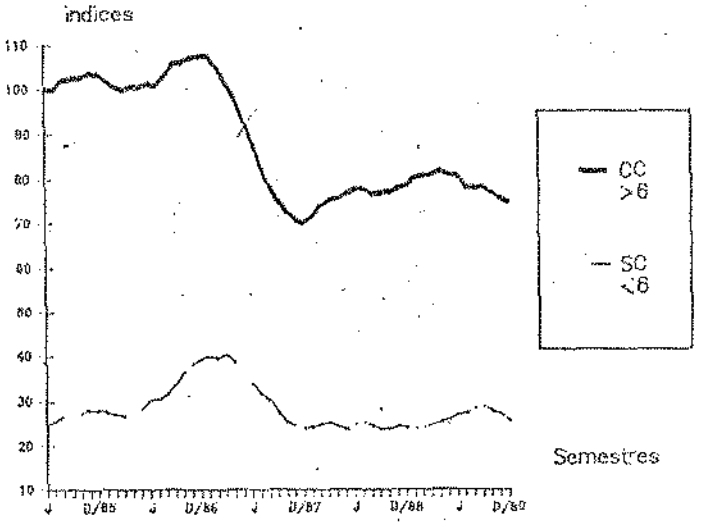
Semestres	Ano	Assalariados				Empregadores		Domesticos e Trabalhadores Familiares	Autonomos		Outras Posicoes e Nao Declarado
		Com Carteira de Trabalho Assinada		Sem Carteira de Trabalho Assinada							
		Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados	Mais de 6 empregados	Menos de 6 empregados		Para Publico	Para Empresa	
AGO-JAN	1988	42.5	2.6	4.1	2.9	0.5	1.6	24.0	10.3	6.3	5.3
SET-FEV	1988	42.0	2.6	4.2	2.8	0.6	1.7	23.7	10.1	6.1	6.2
OUT-MAR	1988	41.3	2.6	3.8	2.8	0.6	1.7	23.6	10.3	5.9	7.3
NOV-ABR	1988	40.7	2.7	3.7	2.7	0.7	1.7	23.7	10.2	5.9	8.0
DEZ-MAI	1988	40.0	2.8	3.7	2.8	0.6	1.6	23.3	10.2	5.9	9.1
JAN-JUN	1988	39.1	2.8	3.8	2.8	0.7	1.4	23.6	10.2	5.9	9.8
FEV-JUL	1988	38.0	2.9	3.9	2.9	0.7	1.3	23.0	10.5	6.0	10.8
MAR-AGO	1988	38.1	2.8	3.9	2.8	0.7	1.3	22.7	10.8	6.2	10.7
ABR-SET	1988	38.6	2.9	4.2	2.9	0.7	1.3	22.3	10.7	6.1	10.3
MAI-OUT	1988	38.5	2.6	4.2	2.9	0.7	1.4	21.9	10.9	6.4	10.4
JUN-NOV	1988	38.3	2.5	4.1	2.9	0.7	1.4	22.0	11.2	6.3	10.6
JUL-DEZ	1988	38.6	2.6	4.1	3.1	0.7	1.5	21.3	11.3	6.2	10.7
AGO-JAN	1989	39.2	2.6	3.9	3.2	0.6	1.5	21.4	11.1	6.0	10.6
SET-FEV	1989	39.3	2.7	3.8	3.3	0.6	1.6	21.4	11.0	5.9	10.5
OUT-MAR	1989	39.4	2.7	3.8	3.2	0.6	1.6	21.3	10.9	6.0	10.6
NOV-ABR	1989	38.8	2.7	3.8	3.4	0.5	1.5	21.3	11.1	6.0	10.8
DEZ-MAI	1989	38.8	2.8	3.8	3.5	0.5	1.6	21.0	11.3	6.2	10.6
JAN-JUN	1989	39.2	2.7	3.9	3.4	0.5	1.5	20.8	10.9	6.4	10.7
FEV-JUL	1989	39.0	2.7	4.1	3.4	0.5	1.5	20.2	11.2	6.8	10.6
MAR-AGO	1989	39.1	2.8	4.2	3.5	0.5	1.4	19.5	11.0	6.7	11.4
ABR-SET	1989	39.3	2.7	4.1	3.5	0.6	1.4	19.2	11.1	6.6	11.6
MAI-OUT	1989	39.1	2.9	4.0	3.3	0.6	1.5	18.8	10.7	6.5	12.7
JUN-NOV	1989	39.2	3.0	4.0	3.2	0.7	1.5	18.7	10.5	6.4	12.8
JUL-DEZ	1989	38.7	3.1	3.9	3.1	0.7	1.6	18.6	10.9	6.2	13.1

FONTE: SEP - Convenio SEADE/DIESSE/UNICAMP

GRAFICO A.4.1.1
INDICE DE RENDIMENTO MEDIO REAL SEMESTRAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO
Grande Sao Paulo – 1985-89





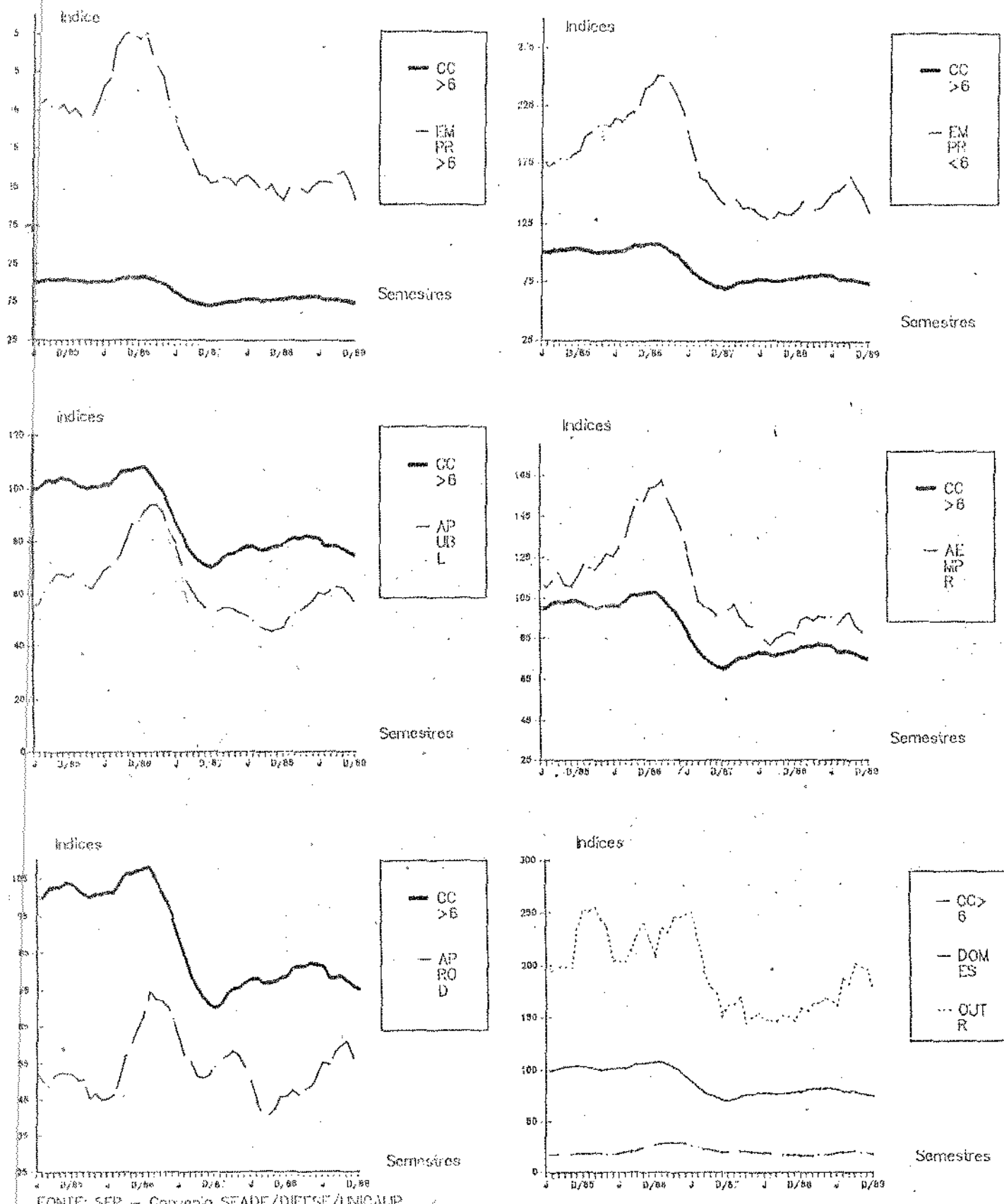


FONTE: SEP – Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP
NOTA: Base CC>6 Jan-Jun/85 = 100

GRAFICO A.4.1.2

INDICE DE RENDIMENTO MEDIO REAL SEMESTRAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO

Grande Sao Paulo – 1985-89



FONTE: SEP – Convenio SEADE/DIEESE/UNICAMP

NOTA: Base CC>6 Jan-Jun/85 = 100

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO URBANO

Os quatro principais capítulos deste trabalho tiveram por objetivo a elaboração de um elenco de questões consideradas relevantes para a discussão do mercado de trabalho urbano.

No primeiro capítulo, procurou-se mostrar como a disponibilidade de trabalho deve ser tomada endogenamente ao processo de acumulação de capital. Uma característica da disponibilidade é a reprodução de um elevado estoque populacional em idade ativa, que pode ser incorporado ou expulso do processo produtivo durante as diversas fases econômicas. Este processo de incorporação e desincorporação deve ser viabilizado pela manutenção de uma heterogênea estrutura produtiva, constituída por um amplo segmento usuário de padrões tecnológicos obsoletos e de baixa produtividade.

A discussão presente no segundo capítulo ficou centrada no estudo da forma como as flutuações econômicas afetam o contingente de mão-de-obra mobilizada. Tal abordagem foi desenvolvida a partir da análise do mercado de trabalho da Grande São Paulo, no período 85-89. As informações utilizadas mostram que a recuperação econômica parcial de 1985-86 implicou na incorporação produtiva de contingentes de inativos da população em idade ativa (PIA), fato que amenizou os impactos que a recuperação teria sobre a taxa de desemprego. Já para os anos de 1987 a 1989, observou-se que o estancamento do crescimento do nível de ocupação não gerou um forte incremento na taxa de desemprego, na medida que se manifesta um retorno de parcelas da população economicamente ativa para a condição de inatividade.

As contribuições realizadas neste capítulo permitiram esclarecer que o estudo dos ajustes do mercado de trabalho frente às flutuações econômicas fica incompleto caso se restrinja a análise às modificações ocorridas na PEA, entre as situações de emprego e desemprego.

Além disso, sugeriu-se que a capacidade do capital em acambarcar parcelas da população inativa permite às empresas terem uma posição privilegiada de inserção nos mercados de trabalho urbanos. De acordo com os argumentos expostos, nas fases de recuperação e expansão esta situação impede uma organização mais rápida das categorias profissionais, bem

como pode se constituir num freio aos aumentos dos salários mais baixos.

O terceiro capítulo teve por objetivo analisar como a heterogeneidade produtiva pode ser afetada pela acumulação de capital. Como visto, a dinâmica do segmento econômico moderno transborda seus limites, afetando o espaço econômico como um todo, *destruindo, criando* e *recriando* formas de atividades a ele subordinado. Naquele capítulo, debateu-se que as formas de atividade que não pertencem ao segmento dinâmico da economia devem ir sendo progressivamente integradas, e que este processo impõe que estas atividades sejam retransformadas permanentemente pela acumulação de capital. Este movimento de transformação constante das atividades não-organizadas implica numa mutação de suas formas e numa integração produtiva com o segmento moderno. E portanto, a acumulação de capital, ao afetar os diversos espaços econômicos, impõe transformações na estrutura e no funcionamento do mercado de trabalho urbano.

Ainda neste capítulo, discutiu-se que o processo de *destruição, criação e recriação* como fruto do desenvolvimento sócio-econômico, que apresenta características específicas determinadas pelas flutuações econômicas e pelo grau de modernidade da estrutura produtiva nacional/regional.

A partir de informações para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife e Belém foram apresentadas

evidências sobre as diferenças entre suas estruturas ocupacionais. Sugeriu-se que tais diferenças decorrem dos distintos graus de desenvolvimentos regionais.

Também verificou-se que, durante a crise de 1981-84, a queda do assalariamento com carteira de trabalho assinada no mercado de trabalho da Grande São Paulo correspondeu a uma pequena elevação do assalariamento sem carteira e, principalmente, de um forte incremento do desemprego. Enquanto o crescimento do trabalho por conta-própria foi a modalidade de ajuste do mercado de trabalho da Grande Recife.

Estas diferenças nas formas de ajuste dos mercados de trabalho locais foram entendidas como produto das diferentes estruturas ocupacionais, resultantes de distintos graus de desenvolvimento sócio-econômico regionais.

Mesmo assim, as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador e Belém indicam que, mesmo em mercados de trabalho menos desenvolvidos - que apresentam uma maior participação relativa do trabalho autônomo, como os de Salvador e Belém - são encontradas elevadas taxas de desemprego aberto. A presença deste fenômeno, em tais proporções, só pode ser explicada por um desenvolvimento capitalista naquelas regiões, que já transformou as respectivas estruturas produtivas e ocupacionais numa

intensidade suficiente para a manifestação de uma forma de desemprego específica de economias capitalistas.

O capítulo 4 teve por propósito a análise dos impactos das flutuações econômicas, durante o período 85-89, sobre o mercado de trabalho na Grande São Paulo e, particularmente, sobre o segmento não-organizado local.

Procurou-se indicar que parte do espaço ocupado pelo trabalho autônomo corresponde a relações de produção diretamente subordinadas/integradas ao núcleo capitalista, na medida que o trabalho autônomo para empresa corresponde a 1/3 do total do trabalho autônomo. Além disso, indicou-se que este tipo de trabalho, quando voltado para o público em geral, pode ocorrer de modo subordinado, devido à forma de obtenção das mercadorias que são transacionadas, bem como verificou-se uma diversificação da estrutura ocupacional deste tipo de trabalho, notando-se um peso expressivo de ocupações que podem estar encobrindo uma relação de assalariamento - como é o caso dos motoristas e costureiras - ou que dependem da concretização de uma relação estável de clientela - p.e., pedreiros e pintores.

A estes elementos articulou-se um estudo da evolução da participação relativa das diversas formas de trabalho. As informações evidenciaram que o trabalho autônomo tendeu a ter sua participação relativa aumentada durante os momentos de expansão do emprego no segmento capitalista. Evolução semelhante foi observada em relação aos seus níveis de

rendimento. Estas informações permitem considerar que a possibilidade de se tornar trabalhador autônomo deve ser maior nos períodos de melhora do nível de atividade. Tal argumento é compatível com aqueles apresentados nos capítulos 1 e 3. De fato, debateu-se que tal possibilidade decorria da existência de uma experiência passada como trabalhador assalariado.

Neste sentido, tem-se em mãos elementos que corroboram ser nas fases de expansão capitalista que aumentam os espaços passíveis de ocupação pelas atividades não-organizadas. Também é possível constatar que a moderna economia da Grande São Paulo não possui um segmento não-organizado relevante para o funcionamento de seu mercado de trabalho.

Neste sentido, as flutuações econômicas devem ajustar o mercado de trabalho local através de um aumento das formas de desemprego e via a desmobilização de parcelas da população economicamente ativa. Tais afirmações não têm por objetivo negar definitivamente que em algum momento, o trabalho autônomo exerça um papel de absorvedor dos efeitos de uma crise econômica. A intenção dos argumentos aqui defendidos é a de indicar a pequena possibilidade e probabilidade que isto ocorra, pois o trabalho autônomo não-integrado tem uma dimensão reduzida frente àquela do trabalho assalariado, bem como o crescimento daquela forma de trabalho deve ser coincidente com o ciclo econômico.

Este rápido sumário de algumas questões que foram debatidas nos capítulos anteriores permite apresentar algumas considerações mais gerais sobre o mercado de trabalho da Grande São Paulo, que podem ser representativas em relação a mercados de trabalho modernos em economia em desenvolvimento.

A segmentação do mercado de trabalho local, marcada pela presença de uma expressiva base de trabalho não-qualificado, junto à presença de um largo contingente de mão-de-obra disponível, constitui-se num importante indicador que a estrutura deste mercado pode dificultar a organização das categorias profissionais e, por decorrência, o desenvolvimento dos processos de negociação coletiva e melhora dos processos de trabalho.

Pode-se pensar que a mobilização de população inativa, via a incorporação de menores e mulheres, nos anos de 1985 e 1986, principalmente sob a forma de trabalho assalariado e com forte participação do setor industrial neste recrutamento, não pode ser tomada como favorável à estruturação das categorias profissionais, devido a motivos bastante discutidos nos estudos sobre economia do trabalho. A falta de experiência destas parcelas de trabalhadores, a sua desqualificação, a sua inserção em ocupações pouco relevantes para a manutenção do corpo coletivo de trabalho na esfera produtiva, contribuem para que estes trabalhadores

não participem ativamente das atividades de organização sindical dentro e fora dos locais de trabalho.

Além disso, a incorporação de trabalhadores sem experiência, nos momentos de crescimento da atividade produtiva, deve ser tomada como um meio de contornar elevações salariais observadas para os contingentes de trabalhadores melhor situados na esfera produtiva.

Deste modo, constata-se que os mecanismos de ajuste presentes no mercado de trabalho podem atenuar os efeitos positivos criados pela expansão econômica. Além disso, estruturalmente, a presença de uma larga base de trabalho não-qualificado e a existência de significativos contingentes de população mobilizável são os elementos que explicam a manutenção daqueles mecanismos.

Neste sentido, tanto o Estado como os sindicatos devem ter conhecimento da estrutura do mercado de trabalho urbano, no sentido de definirem políticas compatíveis com seu funcionamento. Em relação ao Estado, as políticas salarial e de salário mínimo e a adoção de uma legislação avançada que coiba as demissões imotivadas podem ser utilizadas como instrumentos que favoreçam elevações dos níveis salariais de base. Quanto aos sindicatos, a negociação por um maior controle dos processos de contratação e demissão e o maior controle das condições de trabalho também deverão cumprir um papel positivo na viabilização de aumentos dos níveis salariais.

De fato, a análise desenvolvida nesta tese teve também por intenção detalhar como a estrutura e o funcionamento do mercado de trabalho urbano podem gerar efeitos negativos quanto a melhora das condições salariais e de trabalho. Mais uma vez, defende-se a necessidade da execução de políticas efetivas de renda e emprego, a serem realizadas pelo Estado, e a importância do papel dos sindicatos na melhoria das condições de vida e trabalho da maioria da população.

As atuações do Estado e dos sindicatos não são requerida apenas para que se possa melhorar os níveis de remuneração vigentes, durante as fases de crescimento. Suas intervenções são prioritárias também nos momentos de crise, na medida que a perda de importância na função exercida pelas atividades não-organizadas, num mercado de trabalho como o da Grande São Paulo, aliada à falta de um sistema de seguridade social efetivo, faz com que as reduções nos níveis de ocupação e o consequente aumento do desemprego determinem a criação de situações econômicas críticas, acompanhadas por fases de elevada tensão social.

BIBLIOGRAFIA

AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (Orgs.) (1969) - A Economia do Subdesenvolvimento, Forense, RJ.

BALTAR, P.E.A. (1985) - Salários e preços, esboço de uma abordagem teórica, IFCH/UNICAMP, Tese de Doutoramento, Campinas.

BALTAR, P.E.A. e GUIMARÃES NETO, L. (1987) - Mercado de Trabalho e Crise: notas para uma abordagem, ANPEC/PNPE/UNICAMP, Campinas.

BARELLI, W. e DEDECCA, C.S. (1989). - *Análise do Comportamento dos Salários e da Massa Salarial na Grande São Paulo, in* SEADE/DIEESE (1989).

BARROSO, C. e COSTA, A.O.(orgs.) (1983) - , Mulher Mulheres, Cortez Editora/Fundação Carlos Chagas, SP.

CACCIAMALI, M.C. (1983) - Setor Informal Urbano e Formas de Produção, IPE-USP, SP.

CACCIAMALLI, M.C. (1989) - Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro, USP, mimeo.

CARDOSO, F.H. (1977) - *Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade, in* CARDOSO (1977).

CARDOSO, F.H. (1977)- O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios, DIFEL, SP.

CARDOSO DE MELLO, J.M. e BELLUZZO, L.G. (1977) - *Reflexões Sobre a Crise Atual*, Escrita Ensaio, n.2, SP.

CARDOSO DE MELO, J.M. (1982) - O Capitalismo Tardio, Brasiliente, SP.

CASTRO, N.A. (1988) - Novo Operariado, Novas Condições de Trabalho e Novos Modos de Vida na Fronteira do Moderno Capitalismo Industrial, VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.

CEPAL (1986) - Crisis Economica y Políticas de Ajuste, Estabilización y Crescimiento, Cuadernos de la CEPAL, Santiago de Chile.

CéZARD, M. (1986) - *Le chômage et son halo*, économic et Statistique, INSEE, n. 193-194, nov-dez, Paris.

CLARK, C. (1971) - Las Condiciones del Progresso Económico, Alianza Universidad, Madrid.

CÓRDOVA, E. (1986) *Del empleo total al trabajo atípico: d'hacia un mirage en la evolución de las relaciones laborales?*, Revista Internacional del Trabajo, OIT, v. 105, n. 4, out-dez, Genebra.

DEDECCA, C.S. (1986) - Um Estudo Comparativo sobre o Emprego e os Salários Industriais a partir das Categorias Profissionais de Trabalhadores Metalúrgica e Alimentar , UNICAMP, Campinas, Dissertação de Mestrado.

DEDECCA, C.S. (1987) - *Crescimento, Emprego e Renda*, São Paulo em Perspectiva, SEADE, vol. 1, n. 2, jul-set, SP.

DEDECCA, C.S. (1988a) - Inserção no Mercado de Trabalho e Diferenciais de renda, SEADE, mimeo, SP.

DEDECCA, C.S. (1988b) - *Existem Diferenças. E são Grandes - o desemprego nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador*, São Paulo em Perspectiva, n.4, vol.2, SEADE, out-dez.

DEDECCA, C.S. (1989) - *Os 25% Mais Pobres: a questão do salário mínimo*, *in* SEADE/DIEESE (1989).

DEDECCA, C.S.e GUIMARÃES, I.G. (1989) - *Os Trabalhadores Metalúrgicos na Grande São Paulo: Emprego e Renda*, *in* SEADE/DIEESE (1989).

DEDECCA, C.S. e FERREIRA, S.P. (1989a) - *Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa*, *in* SEADE/DIEESE (1989).

DEDECCA, C.S. e S.P.FERREIRA, S.P. (1989b) - *Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente Ativa*, São Paulo em Perspectiva, v.3, n.3, pp. 79-83, jul-set, SP.

DEDECCA, C.S. e FERREIRA, S.P. (1989c) - *As Taxas de Desemprego na PED e na PME: uma comparação*, Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - SEADE/DIEESE/UNICAMP, SEADE, Boletim n. 52, SP.

DORINGER, P. e PIORE, M. (1971) - Internal labor markets and manpower analysis, D.C. Heath and Co., Lexington, Massachusets.

DOSS, R.G. *et al.* (1988) - *Los Programas del Empleo y la Medición Estatística del Desempleo*, Revista Internacional del Trabajo, OIT, v. 107, n. 2, Genebra.

DUNLOP, J. (1957) - *The Task of contemparary wage theory, in* DUNLOP (1957).

DUNLOP, J. (1957) - The theory of wage determination, Mac Millan and Co., Londres.

DURAND, J.D. (1975) - The Labor Force in Economic Development: un comparison of internacional census data - 1946-1966, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.

EDWARDS, R.C., REICH, M. e GORDON, D.M. (1975) - Labor market segmentation, D.C. Heath and Co., Lexington, Massachusets.

ENGELS, F. (1975) - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Edições Afrontamento, Lisboa.

FREEMAN, C. *et alli* (1982) - Unemployment and Technical Innovation, Frances Printer (publishers), London.

FORACCHI, M.A. - A participação dos excluídos, HUCITEC, SP.

FURTADO, C. (1977) - Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, SP.

GARCIA, N. e TOKMAN, V. (1984) - *Transformación Ocupacional y Crisis*, Revista de La CEPAL, n.24, Santiago de Chile, dez.

GIANNOTTI, J.A. (1984) - Trabalho e Reflexão, Brasiliense, SP

GUIMARÃES NETO, L. (1976) - O Emprego Urbano no Nordeste: situação e evolução 1950/1970, SUDENE, Recife.

HART, K. (1973) - Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana, Journal of Modern African Studies, Londres, mar.

HOBSBAWN, E. J. (1969) - *La marginalidad social en la historia de la industrializacion europea*, Revista Latinoamericana de Sociologia, v.2, pp 237 a 247, Buenos Aires.

HOBSBAWN, E.J. (1989) - A Era dos Impérios - 1875-1914, Paz e Terra, RJ.

LANDES, D. (1979) - Progreso Tecnologico y Revolucion Industrial, Editorial Tecnos, Madrid.

LEITE LOPES, J.S. e MACHADO DA SILVA, L.A. (1979) - *Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos, in* LEITE LOPES *et al.* (1979).

LEITE LOPES, J.S. *et al.* (1979) - Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação, Paz e Terra, RJ.

LEITE LOPES, J.S. (1978) - *Sobre o debate da Distribuição de Renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow, in* TOLIPAN e TINELLI (1978).

LESSA, C. (1964) - Quinze Anos de Política Econômica, mimeo.

LEWIS, A.W. (1969) - *O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra, in* AGARWALA e SINGH (1969).

MACHADO DA SILVA, L.A. (1971) - Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade, UFRJ, RJ, mimeo, Dissertação de Mestrado.

MACHADO DA SILVA, L.A. (1979) - *Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais, in* J.S.LEITE LOPES *et al.* (1979).

MACHADO DA SILVA, L.A. (1984) - *Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho, in* L.A.MACHADO DA SILVA(Org.) *et al.* (1984).

MACHADO DA SILVA, L.A.(Org.), LEITE LOPES, J.S. e ALVIM, M.R.B. (1984) - Condições de Vida das Camadas Populares, Zahar, RJ.

MARTINE, G. e PELIANO, J.C.P. (1978) - Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano, IPEA, Brasília.

MARTINE, G. e MAGNO DE CARVALHO, J.A. (1989) - *Retrato do Brasil Infecundo*, Jornal da Tarde, 6.Maio, p.6, SP.

MARSHALL, (1968) - A Política Social, Zahar, RJ.

MARX, K. (1975) - El Capital - Crítica de la Economia Política, Fondo de Cultura Económica, Mexico.

MARX, K. (1980) - Elementos Fundamentais para la Critica de la Economia Política (Grundisse) 1857-58, Siglo XXI, Mexico.

MARX, K. (1985) - O Capital - Crítica da Economia Política, Nova Cultural, SP.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (1988) - Evolução do Emprego e dos Salários no Setor Organizado no Período 1980-86, Utilizando a Metodologia de Painéis Fixos para Pares de Anos Consecutivos da RAIS, MTb, Brasília, Abr.

MUÑOZ, O. (1977) - Dualismo, Organizacion Industrial y Empleo, PREALC, Santiago de Chile.

NEUPERT, R.F., CALHEIROS S. e THEODORO, M.L. (1989) - Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010, IPEA, Texto para Discussão n.12, Brasília.

NOVAIS, F.A. (1979) - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial - 1777-1808, Hucitec, SP.

NUN, J. (1978) - *Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal*, *in* PEREIRA (1978).

NUN, J. (1972) - *Marginalidad y otras cuestiones*, Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, FLACSO, n.4, dez, Santiago de Chile.

OFFE, C. (1989) - Capitalismo Desorganizado, Brasiliense, SP.

OIT (1972) - Employment, Income and Equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, OIT, Genebra.

OLIVEIRA, F. (1976) - Economia Brasileira: a crítica à razão dualista, Seleções CEBRAP, São Paulo.

PAIVA, P.T.A. (1986) - *Cinquenta Anos de Crescimento Populacional e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil: de 1950 a 2000*, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), v.3, n.1, pp. 63-86, jan-jun, Campinas.

PEREIRA, L. (1978) - Populações "Marginais", Duas Cidades, SP.

PINTO, A. (1984) - *Metropolización y Terciarización, Malformaciones Estruturales en el Desarrollo Latinoamericano*, Revista de la Cepal, Santiago de Chile, n.24, Dez.

PINTO, A. (1976) - *Heterogeneidade Estrutural e Modelo Recente de Desenvolvimento, in* SERRA (1976).

PIORE, M.J. (1980) - *Economics Fluctuation, Job Security, and Labor-Market Duality in Italy, France, and the United States*, Politics & Society, v.9, n.4.

POSSAS, M.L. (1985) - Estrutuuras de Mercado em Oligopólio, Hucitec, SP.

PRANDI, R. (1978) - O Trabalhador por Conta-Própria sob o Capital, Símbolo, SP.

PREALC/OIT (1978) - Setor Informal: funcionamento y políticas, Santiago, Chile.

PREBISCH, R. (1949) - Estudio económico de América Latina, Nações Unidas.

PREBISCH, R. (1951) - *Interpretação do Progresso Econômico*, Revista Brasileira de Economia, Fundacão Getúlio Vargas, n.1, marco, RJ.

QUIJANO, A. (1978) - *Notas sobre o conceito de Marginalidade Social, in* PEREIRA (1978).

ROSDOLKY, R. (1978) - Génesis y Estrutura de El Capital de Marx - estudios sobre los grundisse, Siglo XXI, Mexico.

RODRIGUES, O. (1986) - O Pensamento Econômico da CEPAL, Forense, SP.

RUBERY, J. (1978) - *Structured labour markets, worker organization and low pay*, Cambridge Journal of Economics, v.2, n.1, pp. 17 a 36, March, London.

SANTOS, M. (1978) - Pobreza Urbana, HUCITEC, SP

SAUNDERS, N.C. (1987) - *Economic projections to the year 2000*, Monthly Labor Review, v.110, n 9.

SCHORSKE, C.E. (1988) - Viena Fin-de-Siècle: política e cultura, Editora da UNICAMP/Cia das Letras, SP.

SCHUMPETER, J. (1961) - Capitalismo, Socialismo e Democracia, Fundo de Cultura, RJ.

SEADE (1985) - Pesquisa de Oferta de Emprego na Grande São Paulo, SEADE, Relatório Preliminar de Pequisa, mimeo.

SEADE/DIEESE/UNICAMP - Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, Boletim Mensal (vários números).

SEADE/DIEESE/UNICAMP (1989) - Mercado de Trabalho na Grande São Paulo, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, SEADE, SP.

SERRA, J. (Coord.) (1976) - América Latina - ensaios de interpretação econômica, Paz e Terra, RJ.

SIMON, F. (1988) - *L'inutile Polémique*, Le Monde, France, Edition Internacionale(Séletion hebdommadaire, n. 2065, 26.5-1.6.

SINGER, P. (1980) - *A Economia Urbana do Ponto de Vista Estrutural: o caso de Salvador, in* SOUZA e FARIA (1980).

SOUZA, P.R. (1980a) - A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas, IFCH/UNICAMP, Campinas, Tese de Doutoramento, mimeo.

SOUZA, P.R. (1980b) *O setor informal e a pobreza urbana na América Latina, in* SOUZA (1980d).

SOUZA, P.R. (1980c) *Salário e Mão-de-Obra Excedente, in* SOUZA (1980d).

SOUZA, P.R. (1980d) - Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec-Funcamp, SP.

SOUZA, P.R. (1985) - Dez Anos de Setor Informal, UNICAMP, Campinas, mimeo.

SOUZA, G.A.A. e FARIA, V. (1980) Bahia de Todos os Pobres, Vozes/CEBRAP, RJ.

SPINDEL, C. (1983) - *O "Uso" do Trabalho da Mulher na Indústria do Vestuário, in* BARROSO e COSTA (1983).

STEINDL, J. (1979) - Madurez y Estancamiento en el Capitalismo Norteamericano, Siglo XXI, México.

TAVARES, M.C. (1974) - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, UFRJ, RJ, Tese de Livre Docência, mimeo.

TAVARES, M.C. e SERRA, J. (1976) - *Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento, in* SERRA (1976).

TAVARES, M.C. e SOUZA, P.R. (1981) - *Emprego e Salários - o caso brasileiro*, Revista de Economia Política, v.1, n.1, pp. 3 a 29, Janeiro-Março, SP.

TOKMAN, V. (1987) - *El Sector Informal: quince años después*, El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económica, México.

TOLIPAN, R. e TINELLI, A.C. (1978) - A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Zahar, RJ.

THOMPSON, E.P. (1987) A Formação da Classe Operária Inglesa, Paz e Terra, RJ.

TROYANO, A. *et al.* (1986) - *A Pesquisa Fundação SEADE/DIEESE - a necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego*, São Paulo em Perspectiva, SEADE, v.1, n.1, pp. 2-6, jan-abr, SP.

VUSKOVIC BRAVO, P. (1976) - *A Distribuição de Renda e as Opções de Desenvolvimento, in* SERRA (1976).

WEBER, E. (1988) - França, Fin-de-Siècle, Cia das Letras, SP.

WELLS, J. (1987) - Empleo en América Latina: una búsqueda de opciones, PREALC, Santiago de Chile.

ZAGO DE AZEVEDO, B.R. (1985) - A Produção Não-Capitalista: uma discussão teórica, FEE, Porto Alegre.